Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do
Desporto e de Educação Física

Concepção dos Treinadores Acerca da Lógica Interna e Funcional do Jogo de Andebol

Estudo Aplicado na Liga Profissional de Andebol Português

Bruno Filipe Baudouin Pinhão Freitas

Março 2005

1



UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física

Concepção dos Treinadores Acerca da Lógica Interna e Funcional do Jogo de Andebol.

- Estudo Aplicado na Liga Profissional de Andebol Português -

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Desporto no âmbito do Mestrado em Treino de Alto Rendimento Desportivo

Orientadora: Profª. Dr.ª Isabel Mesquita

Co-Orientador: Mestre António Cunha

Bruno Filipe Freitas

Março, 2005

Ficha de Catalogação

Freitas, B. (2005). Concepção dos Treinadores Acerca da Lógica Interna e Funcional do Jogo de Andebol. Estudo Aplicado na Liga Profissional de Andebol Português. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Desporto, na área de especialização em Treino de Alto Rendimento Desportivo. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Porto.

PALAVRAS-CHAVE: ANDEBOL - PRINCÍPIOS E REGRAS DE ACÇÃO - ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO - LÓGICA FUNCIONAL.

AGRADECIMENTOS

Quero aproveitar a ocasião e o espaço que a formalidade me concede para dirigir algumas palavras muito sinceras de agradecimento:

Ao prof. Dr. Carlos Moutinho, com o qual as breves considerações trocadas, demonstraram-me estar perante um *expert* da matéria, um Homem de conhecimento profundo.

À profª. Dr.ª Isabel Mesquita, minha orientadora, a disponibilidade, os conhecimentos demonstrados e transmitidos, a autonomia concedida na realização do trabalho e, acima de tudo, o seu exemplo de trabalho.

Ao Mestre António Cunha, meu co-orientador, a quem a experiência de vida e as vivências na modalidade, o tornaram numa referência importante, pela visão prospectiva que revela.

Ao Mestre José Ireneu, o interesse revelado no decurso de todo o processo bem como a validade das sugestões com que me auxiliou.

Ao Mestre José António Silva e à Mestre Claudia Dias, o apoio e a colaboração demonstrados, fundamentalmente, no que se refere à bibliografia concedida.

Ao prof. Dr. Júlio Garganta, a quem recorri nos momentos delicados para me socorrer com sugestões próprias de um Doutor na matéria.

A todos os treinadores entrevistados, a partilha de ideias enriquecedoras e a colaboração prestada na concretização deste trabalho.

A toda a minha família, em especial os meus pais e ao meu irmão, todo o apoio e carinho com que sempre acompanharam o meu esforço.

À minha avó Lola, a presença vitalícia com que me há-de acompanhar ao longo da vida.

À Bé.

ÍNDICE GERAL

	Pág.
Agradecimentos	I
Índice Geral	III
Índice de Quadros	V
Índice de Figuras	VII
Resumo	IX
Abstract	XI
Résumé	XIII
1. Introdução	1
1.1. Justificação e pertinência do estudo	3
1.2. Objectivos	5
1.3. Estrutura do trabalho	7
2. Revisão da Literatura	9
2.1. Caracterização dos Jogos Desportivos Colectivos	11
2.1.1. Natureza dos JDC	12
2.1.2. Funcionalidade do jogo de Andebol	20
2.2. Princípios e regras de acção	25
2.2.1. Estruturação do espaço de jogo	33
2.2.1.1. Táctica individual	43
2.2.1.1.1. Intercepção	48
2.2.1.1.2. Desmarcação	52
2.2.2. Comunicação na acção	60
2.2.3. Técnica individual	67
2.3. Estruturação funcional do jogo de Andebol	73

3. Metodologia 79

3.1. Métodos e procedimentos 81

3.2. Caracterização da amostra 81

3.3. Variáveis do estudo 85

3.4. Procedimentos da recolha de dados 86

3.5. Procedimentos de análise dos dados 88

4. Apresentação e discussão dos resultados 93

4.1. Contextualização da táctica individual 95

4.1.1. Pressupostos 95

4.1.2. Fundamentos 103

4.2. Treino da táctica individual 111

4.3. Princípios e regras de acção 118

4.3.1. Estruturação do espaço de jogo ofensivo 118

4.3.2. Estruturação do espaço de jogo defensivo 125

4.3.3. Comunicação na acção 133

4.3.3.1. Comunicação motora - praxemes 138

4.3.3.2. Comunicação gestual 144

4.3.3.3. Comunicação verbal 145

4.3.3.4. Comunicação táctil 148

4.3.4. Técnica individual 150

4.4. Fundamentos da estruturação do jogo 154

4.5. Organização funcional do jogo de Andebol 161

4.5.1. Organização ofensiva 161

4.5.2. Organização defensiva 181

5. Conclusões 189

Referências bibliográficas 203

Anexos 227

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1 - Interacção do processo de análise do jogo com o treino e a performance (Garganta, 19998)	14
Quadro 2 - Elementos estruturantes do jogo (Olivera e Ticó, 1992)	16
Quadro 3 - Análise funcional do futebol como jogo de equipa (Cerezo, 2000)	18
Quadro 4 - Lógica interna dos desportos de cooperação/oposição de espaço comum e participação simultânea (Jiménez, 2001)	19
Quadro 5 - Princípios gerais dos JDC (Gréhaigne, Billard e Laroche, 1999)	20
Quadro 6 - Classificação do Andebol no contexto dos JDC (adaptado Moreno, 1984)	37
Quadro 7 - Espaço de interacção individual em cada modalidade (Mayo, 2000)	38
Quadro 8 - Relação entre espaço individual e distância de carga (adaptado de Olivera e Ticó, 1992)	39
Quadro 9 - Condicionantes do conceito de intenção táctica (Moya, 1998)	46
Quadro 10 - Construção da capacidade de antecipação (Mariot e Delerce, 2003)	52
Quadro 11 - Classificação da situação sociomotora (Parlebas, 1976)	64
Quadro 12 - Conceito multidimensional no domínio das habilidades técnicas nos JDC (Rink, 1993, adaptado de Mesquita, 1998)	69
Quadro 13 - Perspectiva ecológica da aprendizagem no treino das habilidades técnicas (Mesquita, 2000)	73
Quadro 14 - Princípios configuradores da lógica funcional do jogo de Andebol	75
Quadro 15 - Mapa conceptual da lógica funcional e estrutural do jogo de Andebol (adaptado de Garcia, 1998)	77
Quadro 16 - Grelha de codificação da entrevista e respectivas variáveis	89
Quadro 17 - Frequência de ocorrência das categorias referentes aos pressupostos da táctica individual	103
Quadro 18 - Frequência de ocorrência das categorias referentes aos fundamentos da táctica individual	111

Quadro 19 - Frequência de ocorrência das categorias referentes ao treino da táctica individual 117

Quadro 20 - Frequência de ocorrência das sub-categorias referentes à desmarcação 124

Quadro 21 - Frequência de ocorrência das sub-categorias referentes à intercepção 133

Quadro 22 - Formas de comunicação adoptadas no processo ofensivo 134

Quadro 23 - Formas de comunicação adoptadas no processo defensivo 134

Quadro 24 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à comunicação motora - praxemes 143

Quadro 25 - Frequência de ocorrência dos argumentos apresentados para a adopção da comunicação verbal no processo defensivo 148

Quadro 26 - Frequência de ocorrência das categorias à comunicação na acção 149

Quadro 27 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à técnica individual 154

Quadro 28 - Frequência de ocorrência das categorias referentes aos fundamentos da estruturação do jogo 160

Quadro 29 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à amplitude ofensiva 166

Quadro 30 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à profundidade ofensiva 170

Quadro 31 - Frequência de ocorrência das categorias referentes às progressões sucessivas 173

Quadro 32 - Frequência de ocorrência das categorias referentes ao cruzamento 177

Quadro 33 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à comunicação motora desenvolvida na progressão sucessiva e no cruzamento 180

Quadro 34 - Frequência de ocorrência das categorias referentes às defesas profundas 184

Quadro 35 - Frequência de ocorrência das categorias referentes às defesas fechadas 187

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 - Progressão sucessiva	55
Figura 2 - Cruzamento	56
Figura 3 - Progressão sucessiva como meio táctico primário	57
Figura 4 - Cruzamento como conteúdo táctico consequente de uma progressão sucessiva ineficaz	59
Figura 5 - Cruzamento como procedimento táctico para assegurar linhas de passe e continuidade no ataque	60
Figura 6 - Aplicabilidade dos princípios e da regras de acção nas organizações ofensiva e defensiva	161

RESUMO

O presente trabalho pretende identificar as concepções dos treinadores acerca da organização funcional do jogo de Andebol, a partir dos princípios configuradores da sua lógica interna.

Pretende-se elevar o factor espaço, enquanto vertente de cariz táctico, à dimensão vertebradora do desenvolvimento do jogo e, a partir desta, estabelecer uma relação interactiva com a comunicação motora e a técnica individual.

Neste sentido, é destacada a funcionalidade do jogo de Andebol com base nos elementos estruturais que lhe concedem uma lógica interna e singular. Realçam-se, deste modo, as regras de acção, que concretizam os princípios que lhes estão subjacentes, num apelo persistente aos comportamentos intencionais e portadores de significado táctico.

A amostra deste estudo é constituída pelos 10 treinadores líderes das equipas que disputaram o Campeonato da Liga Profissional de Andebol na época 2003/2004, dos quais se procurou conhecer as opiniões acerca da temática em questão.

O modelo de estudo é de natureza qualitativa, tendo-se processado em duas vias complementares: a primeira consistiu na aplicação de um protocolo de entrevista estruturada e de resposta aberta, em que se procurou salientar as apreciações dos treinadores acerca das três grandes variáveis que norteiam este estudo: (1) Estruturação do Espaço de Jogo; (2) Comunicação na Acção; (3) Técnica Individual. A segunda fase da entrevista cumpriu-se através do visionamento e da análise de imagens previamente seleccionadas (relativas ao Campeonato do Mundo de Andebol 2004, realizado na Eslovénia), onde as respostas se cingiram às observações efectuadas.

Com base na literatura especializada e no "corpus" da entrevista, procedeu-se à análise de conteúdo das comunicações verbais, utilizando uma abordagem lógico-semântica, que levou à produção de um sistema de categorização definido à *posteriori*. Procedeu-se aos controlos de validade e fiabilidade inter-codificador, por acordo entre especialistas, numa estratégia de discussão e decisão consensual.

O quadro de conclusões resume-se ao seguinte:

As regras de acção táctica favorecem a compreensão da lógica funcional do jogo de Andebol e participam nos processos de análise e percepção das situações contextuais. Permitem a reflexão do jogador sobre aspectos estratégicos e dependem do processo de formação desportiva.

As variáveis espaço/tempo e oposição, em primeira instância, bem como a tarefa e as exigências do jogo, referem-se às condicionantes a considerar no treino da capacidade táctica individual.

A amplitude e profundidade de jogo, a criação de linhas de passe e a desmarcação, no ataque, bem como a flutuação, a entreajuda e a intercepção, na defesa, constituem as regras de acção que concorrem para uma estruturação coerente e racional do espaço de jogo.

A comunicação motora revela, em situação de jogo, a adopção de uma identidade interpretativa (linguagem comum) e a criação de automatismos de acção (rotinas de trabalho).

A técnica individual traduz um meio para alcançar uma determinada intenção táctica, na qual é necessário adaptar o gesto ou o movimento às imposições da situação (técnica situacional).

A amplitude e profundidade de jogo ofensivo promovem o aumento do espaço inter-defensores e, deste modo, atenuam as relações de comunicação estabelecidas entre os defensores.

A progressão sucessiva e o cruzamento correspondem a desmarcações realizadas em função dos espaços livres. Nestes procedimentos, a análise espacial surge como a exigência táctica primordial e a desmarcação afigura-se como a acção que concretiza tal interpretação.

Nestes dois meios tácticos ofensivos, é a partir da interpretação espacial que os jogadores estabelecem uma comunicação, que é motora, norteada pelo objectivo de jogo e comum a ambos os participantes (comunicação motora espacial).

O espaço amplo inter-defensores, característico das defesas profundas, traduz-se numa comunicação espacial múltipla e mais complexa relativamente às defesas fechadas.

O espaço é o princípio desencadeador da dinâmica funcional do jogo de Andebol, a partir do qual se estabelecem as relações de cooperação entre os jogadores (comunicação motora), que exigem a libertação da visão (plasticidade técnica), para uma actuação tactica adequada.

PALAVRAS-CHAVE: ANDEBOL; PRINCÍPIOS E REGRAS DE ACÇÃO; ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO; LÓGICA FUNCIONAL.

ABSTRACT

The present work intends to identify the trainer's conceptions about the organization functional of the game of Handball, from the configurative principles of this internal logic.

It is intended to raise the space factor, to the essential dimension of the development of the game and establish an interactive relation with the motor communication and the individual technique.

In this sense, the functionality of the game of Handball is detached on the basis of the structural elements that grant an internal and singular logic to it. They enhance, in this way, action rules, that materialize the principles that are underlying, in a persistent appeal to the intentional and carrying behaviour of meaningful tactic.

The sample of this study is constituted by the 10 leader trainers of the teams that had at the time disputed the Championship of Professional League of Handball 2003/2004, of which we looked to know the opinions concerning the thematic in question.

The model study is of qualitative nature, having itself processed in two complementary ways: the first one consisted of the application of a protocol of structuralized interview and opened reply, where it looked to point out the appreciations of the trainers concerning the three great variables that guide this study: (1) Structure of the Space of the Game; (2) Communication in the Action; (3) Individual Technique. The second phase of the interview was realised through the visualization and analysis of images previously selected (relative to the World Championship of Handball 2004, played in Slovenia), where the answers where restrained to the comments made.

On the basis of the literature specialized and in the "corpus" of the interview, it was proceeded by the analysis of content of the verbal communications, using an approach of logical-semantics, that led to the production of a system of categories defined *à posteriori*. It was preceded by the controls of validity and reliability inter-codifier, by agreement between specialists, in a strategy of discussion and consensual decision.

The picture of conclusions is resumed as follows:

The trainers defend that the rules of tactical action favour the understanding of the functional logic of the game Handball and participate in the processes of analysis and perception of the contextual situations. They allow the reflection of the player on strategically aspects and depend on the process of sporting formation.

They emphasize that in the tactical training of the individual there must be the variables space/time and opposition, as well as the task and the requirements of the game. The amplitude and depth of game, the creation of pass lines and the demarcations, in the attack, as well as the

fluctuation, the interception, in the defence, constitute the action rules that concur for a coherent and rational structure of the space game.

The motor communication discloses, in game situation, the adoption of an interpretive identity (common language) and the creation of automatic actions (work routines).

The individual technique translates a way to reach one definitive tactical intention, in which it is necessary to adapt the gesture or the movement to the impositions of the situation (situational technique).

The amplitude and depth of offensive game promotes the increase of the space Inter-defenders and, in this way, they attenuate the established relations of communication between the defenders.

The successive progression and the crossing correspond to demarcations carried through in function of the free spaces. In these procedures, the space analysis appears as the primordial tactical requirement and the demarcation is figured as the action that materializes such interpretation.

In these two means of offensive tactics, are from the space interpretation that the players establish a communication that is the motor, guided by the objective of the game and common to both the participants (space motor communication).

The ample space Inter-defenders, characteristic of the deep defences, is expressed a multiple and more complex space communication relatively to the closed defences.

The space is the principle dispersive of the functional dynamics of the game of Handball, from which they establish the relations of cooperation between the players (motor communication), that demand the release of vision (plasticity technique), for an adjusted tactical performance.

KEY-WORDS: HANDBALL; PRINCIPLES AND RULES OF ACTION; STRUCTURE OF THE SPACE; FUNCTIONAL LOGIC.

RÉSUMÉ

Le présent travail prétend identifier aux conceptions des entraîneurs concernant l'organisation fonctionnel du jeu de Handball, à partir des principes configurateur de sa logique interne.

Il se prétend élever le facteur espace, comme source de visage tactique, à la dimension essentiel du développement du jeu et, à partir de celle-ci, établir une relation interactive avec la communication motrice et la technique individuelle.

Dans ce sens, est détachée la fonctionnalité du jeu de Handball sur base des éléments structurels qui lui concerne une logique interne et singulière. Ils améliorent, de cette façon, règles de action, qui concrétisent les principes qui ils sont sous-jacents, dans un appel persistant aux comportements intentionnels et porteurs de signification tactique.

L'échantillon de cette étude est constitué par les 10 entraîneurs leaders des équipes qui ont disputé le Championnat de la Ligue Professionnelle de Handball à l'époque 2003/2004, desquels s'est cherché à connaître les opinion concernant la thématique concerné.

Le modèle d'étude est de nature qualitatife, ayant traité dans deux manières complémentaire: la première a consisté en l'application d'un protocole d'entrevue structurée et de réponse ouverte, dans laquelle c'est cherché à faire ressortir les appréciations des entraîneurs concernant les trois grandes variables qui guident cette étude: (1) Structuration de l'Espace de Jeu; (2) Communication dans l'Action; (3) Technique Individuelle. La seconde phase de l'entrevue c'est accomplie à travers du visionnement et de l'analyse d'images préalablement sélectionnées (concernant le Championnat du Monde de Handball 2004, réalisé en Slovénie), où les réponses se sont ceintes aux commentaires effectués.

Sur base de la littérature spécialisée et dans le "corpus" de l'entrevue, c'est procédé à l'analyse de contenu des communications verbales, utilisant une abordage logico - sémantique, qui a pris à la production d'un système de catégorisation définie a *posteriori*. C'est procédée aux contrôles de validité et de fiabilité inter - codificateur, par accord entre des spécialistes, dans une stratégie de discussion et de décision consensuel.

Le tableau de conclusions se résume au suivant:

Les entraîneurs préconisent que les règles d'action tactique favorisent la compréhension de la logique fonctionnelle du jeu de Handball et participent dans les processus d'analyse et de perception des situations contextuelles. Ils permettent la réflexion du joueur sur des aspects stratégiques et dépendent du processus de formation sportive.

Ils soulignent que dans l'entraînement de la tactique individuelle doivent être les variables espace/temps et opposition, ainsi que la tâche et les exigences du jeu.

L'amplitude et la profondeur de jeu, la création de lignes d'abonnement et à démarqué, dans l'attaque, ainsi que la fluctuation, l'entraide et l'interception, dans la défense, constituent les règles d'action qui concourent pour une structuration cohérente et rationnelle de l'espace de jeu.
La communication motrice révèle, dans situation de jeu, l'adoption d'une identité interprétative (langue commune) et à d'une création d'automatismes d'action (routines de travail).
La technique individuelle traduit un moyen pour atteindre une certaine intention tactique, dans laquelle c'est nécessaire d'adapter le geste ou le mouvement aux impositions de la situation (technique situationnel).
L'amplitude et la profondeur de jeu offensif promeuvent l'augmentation de l'espace inter - defenders et, de cette façon, ils atténuent les relations de communication établies entre les défenseurs.
La progression successive et le croisement correspondent à démarcation réalisée en fonction des espaces libres. Dans ces procédures, l'analyse spatiale apparaît comme l'exigence tactique primordiale et à démarcation se figure comme l'action qui concrétise telle interprétation.
Dans cet deux demi tacticiens offensifs, c'est à partir de l'interprétation spatiale que les joueurs établissent une communication, qui est motrice, guidée par l'objectif de jeu et commun aux tous les deux les participants (communication motrice spatiale).
L'ample espace inter - défenseur, caractéristique des défenses profondes, se traduit dans une communication spatiale multiple et plus complexe à l'égard des défenses fermées.
L'espace est le principe motivateur de la dynamique fonctionnelle du jeu de Handball, à partir duquel s'établissent les relations de coopération entre les joueurs (communication motrice), qui exigent la libération de la vision (plasticité technique), pour une action tactique ajustée.

MOTS-CLÉ: HANDBALL; PRINCIPES ET REGLES D'ACTION; STRUCTURACTION DE L`ESPACE; LOGIQUE FONCTIONNELLE.

1. INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICAÇÃO E PERTINÊNCIA DO ESTUDO

Tem sido evidente a preocupação dos investigadores em identificar quais os factores que concorrem para o rendimento desportivo.

Frequentemente, sustenta-se que a expressão mais elevada desse rendimento decorre de um alto grau de desenvolvimento e especialização de uma multiplicidade de factores, tradicionalmente agrupados em quatro grandes dimensões ou categorias: a física, a técnica, a táctica e a psíquica (Garganta, 1996).

Tendo consciência da relação de complementaridade entre todos os factores no rendimento competitivo, que, desde logo, rejeita uma perspectiva parcelar ou independente dos mesmos, impõe-se, contudo, a necessidade de ter em consideração a natureza da modalidade em estudo. À preponderância do estudo do carácter energético-funcional ou técnico combinado, nas modalidades individuais, surge, em contrapartida, a elevação das dimensões táctica e estratégica nos jogos desportivos colectivos (JDC) (Teodorescu, 1984; Weineck, 1989; Konzag, 1991; Faria & Tavares, 1992; Gréhaigne, 1992; Bayer, 1994; Castelo, 1994; Garganta, 1995; Garganta & Oliveira, 1996).

Em conformidade com esta linha de pensamento, Garcia (1998) refere que no Andebol, à semelhança do que sucede nos restantes JDC, todos as condutas e acções dos jogadores são determinadas por soluções tácticas.

Somente a dimensão táctica do jogo, possibilita a explicitação de um entendimento sobre as características organizativas das equipas em confronto numa partida de Andebol, pois, como salientam Faria e Tavares (1996), é ao nível da estrutura funcional do jogo que a influência dos processos mentais na formação do pensamento táctico do jogador ganha uma importância relevante.

Considerando que o jogo se desenvolve segundo uma lógica (Parlebas, 1981; Teodorescu, 1984; Queiroz, 1986; Deleplace, 1994; Moreno, 1994; Castelo, 1996; Garganta, 1997, 2001; Garcia, 1998; Mauny, 1998; Jiménez, 2000; Lavega, 2000; Mariot & Delerce, 2000; Moutinho, 2000, Velázquez, 2000; Pain, 2002; Rijo, 2002; Costantini, 2003; Martínez & Mena, 2003; Monge, 2003), no processo de observação procura-se perceber a inteligibilidade dos sistemas (jogadores/equipas) implicados, que se encontra alicerçada no grau de assimilação/domínio dos princípios e regras de jogo.

O estudo do jogo fundamentado numa perspectiva globalizada, que traduz a estrutura colectiva final, permite-nos aceder a uma realidade invertida e distorcida, que concorre para concepções de jogo inconclusivas, nas quais são esquecidas as questões essenciais, primárias e basilares do seu desenvolvimento. É, pois, necessário identificar os princípios e as regras de acção e organização dos sistemas (equipas), que constituem os elementos estruturais do jogo e possibilitam o seu entendimento com base numa lógica de funcionamento, onde as origens e as razões dos acontecimentos em jogo prevalecem em relação às consequências ou resultados finais do mesmo, tornando o jogo mais simples e acessível.

Nesta linha de raciocínio, Martínez & Mena (2003) referem que o jogador deve conhecer e entender a lógica do jogo e a sua estrutura funcional, pois, deste modo, torna-se mais apto para agir em situação real. Caso contrário, ele irá actuar sem compreender o que faz, os conhecimentos serão adquiridos indiferenciadamente e poderão mesmo converter-se em automatismos que, utilizados de forma rígida e irreflectida, irão neutralizar o pensamento táctico.

O espaço de jogo, enquanto vertente de cariz essencialmente táctico, assume-se, neste contexto, como a dimensão vertebradora do desenvolvimento do jogo de Andebol, a partir da qual se estabelecem as relações de cooperação e de oposição, numa dinâmica sustentada em objectivos contraditórios.

Partindo do princípio que interpretar o espaço é interpretar o jogo, importa, igualmente, ter em consideração as linhas de força geradas entre os intervenientes (comunicação na acção) e a técnica específica da modalidade (técnica individual), que, numa relação de interdependência com o espaço de jogo, concorrem para uma concepção de jogo lógica e racional.

Por cremos que são os aspectos caracterizadoras do jogo de Andebol enquanto um processo lógico, que diferenciam o jogo de qualidade do jogo elementar, a concepção dos treinadores sobre os seus princípios configuradores, nomeadamente no que diz respeito à estruturação do espaço, comunicação na acção e técnica individual, contribui para um conceito metodológico do jogo, que realça a sua compreensão com base nos pressupostos desencadeadores das acções desenvolvidas.

A concepção dos treinadores acerca destes três princípios que orientam o nosso estudo, realça a importância de compreender o jogo de Andebol enquadrado num lógica interna e funcional, que concede coerência e inteligibilidade às acções.

Através do conhecimento tácito, proveniente da experiência, as apreciações dos treinadores do nosso estudo possibilitam sobrevalorizar as acções racionais e inteligíveis, que fundamentam uma construção do jogo de Andebol sustentada, consistente e devidamente estruturada.

Neste sentido, este estudo procura encontrar respostas para questões, tais como: Fará sentido observar e estudar modelos e sistemas de jogo, sem anteriormente analisar os princípios e as regras de acção? Será que ao procedermos a uma análise deste tipo não estaremos a inverter a construção e compreensão do jogo? Até que ponto tais regras de acção, que se traduzem através de acções tácticas, serão importantes no desenvolvimento do jogo de Andebol? Qual será a influência do espaço de jogo na organização e efectuação das acções? Quais as regras de acção que contribuirão para uma ocupação espacial coerente e harmoniosa? De que forma se revelará em situação de jogo, a comunicação entre os jogadores? Assumirá a comunicação motora um papel relevante? Qual será a função da técnica individual no contexto do jogo de Andebol? Será possível, através de uma relação sistémica entre os princípios de jogo, estabelecer um conceito metodológico e integrado do jogo de Andebol?

1.2. OBJECTIVOS

Os princípios e as regras de jogo, como as ideias essenciais sobre as quais se apoia um raciocínio lógico, constituem o propósito que conduz à realização deste estudo. A compreensão da natureza do jogo e a sua lógica (objectivos, princípios, regras e intenções tácticas) são o nosso ponto de partida, tendo, por base, a necessidade de entender tal lógica para facilitar o desenvolvimento da acção em jogo.

É, pois, nosso objectivo elaborar uma estrutura de jogo, a partir o ponto de vista espacial. Entendido como o sistema de "indução espacial", pretendemos conceber o jogo de Andebol, com base nas acções cooperativas estabelecidas e aprendidas num espaço concreto, que se fundamentam na interpretação, possessão e domínio espacial.

Esta interpretação remete-nos para a necessidade de atender sobre as características do jogo de Andebol de acordo com três princípios: estruturação do espaço, comunicação na acção e técnica individual. Por se tratarem de dimensões do jogo que estão intimamente relacionadas com a sua dinâmica, é impossível dissociar-lhes o carácter táctico que lhes está inerente, que se traduz, no contexto de jogo, através da realização de acções racionais e lógicas.

Tratando-se de um estudo inovador, a recorrência aos treinadores procura, em primeira instância, enriquecer, um conceito de jogo alicerçado na relação interactiva entre as variáveis inerentes ao seu funcionamento. Por outro lado, a concepção dos treinadores acerca dos aspectos relacionados com a natureza do jogo de Andebol, contribui para que este conceito de jogo adquira uma dimensão de maior relevância no contexto da investigação.

Entendemos que sem clarificar devidamente estas variáveis de carácter táctico, quaisquer formas de aceder ao conhecimento do jogo de Andebol, por mais sofisticadas, podem achar-se desprovidas de sentido.

Nesta linha de raciocínio, sustentados na concepção dos treinadores entrevistados, constituem objectivos do nosso estudo:

- Saber de que forma as regras de acção, enquanto acções intencionais e portadoras de significado, se traduzem em situação de jogo, revelando, deste modo, a importância da capacidade táctica individual;
- averiguar quais as variáveis consideradas relevantes no treino da capacidade táctica individual;
- destacar a importância da aplicação das regras de acção que concretizam a estruturação do espaço de jogo ofensivo e defensivo;
- indagar acerca da relevância que a comunicação na acção assume no desenvolvimento do jogo de Andebol, salientando as formas que ela adopta em função da fase de jogo;
- realçar a importância das relações de cooperação (comunicação motora) e das relações de oposição (contra-comunicação motora) no jogo de Andebol;
- averiguar de que forma a técnica individual se revela em situação de jogo;
- evidenciar os benefícios da amplitude e da profundidade de jogo, no desenvolvimento do processo ofensivo, ao nível da estruturação do espaço e da comunicação na acção;
- perspectivar as progressões sucessivas e o cruzamento como meios tácticos de grupo que se desenvolvem a partir de uma análise espacial;
- destacar a relação estabelecida entre o espaço e a comunicação na acção na realização das progressões sucessivas e do cruzamento;
- enunciar as características dos sistemas defensivos ao nível da estruturação do espaço e da comunicação na acção;
- propor um conceito de jogo com base na relação sistémica entre três princípios configuradores: estruturação do espaço, comunicação na acção e técnica individual.

1.3. ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta investigação realiza-se a partir de um dupla perspectiva teórica: praxiológica e interpretativa.

A Praxiologia Motriz constitui o fundamento vital para o estudo das actividades físicas e desportivas, pois o seu objectivo consiste, precisamente, em analisar e conhecer, de forma criteriosa e minuciosa, as características de todo o tipo de prática. Ao conceber a acção motora como o objecto de estudo, que se revela essencial na caracterização da situação motriz, esta abordagem permite identificar e perceber a lógica interna e singular do jogo de Andebol, através da sua análise estrutural e funcional.

Por outro lado, a perspectiva interpretativa possibilita-nos integrar nesta investigação as concepções e as opiniões dos técnicos desportivos, que constituem um valioso instrumento para aceder a um melhor conhecimento e compreensão do fenómeno estudado.

Na primeira fase do trabalho, que contempla o primeiro e segundo capítulos, após determinar os objectivos do trabalho, realizamos uma revisão da literatura acerca das características estruturais e funcionais dos JDC, com particular destaque para o Andebol. Elevamos o factor espaço à dimensão estrutural que dota de sentido e de lógica as acções de jogo e, a partir daqui, procuramos estabelecer relações de complementaridade com as vertentes comunicacional e técnica.

No terceiro capítulo apresentámos os procedimentos e métodos utilizados no estudo para a recolha e análise da informação, que suporta a investigação.

Do quarto capítulo constam a apresentação e discussão dos resultados obtidos, que se concretizam nas concepções dos treinadores acerca da temática em estudo.

No quinto capítulo são elaboradas as considerações finais, no sexto é apresentada a bibliografia e no sétimo são incluídos os anexos do trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. CARACTERIZAÇÃO DOS JOGOS DESPORTIVOS COLECTIVOS

Os Jogos Desportivos Colectivos (JDC), designação que engloba entre outras, modalidades como o basquetebol, o Andebol o futebol e o voleibol têm vindo, paulatinamente, a ocupar um lugar cada vez mais importante na cultura desportiva contemporânea (Garganta, 1995).

Para Mesquita (1992), pela riqueza das situações que proporciona, os JDC constituem um meio formativo por excelência, na medida em que a sua prática, quando correctamente orientada, induz o desenvolvimento de competências em vários planos:

1) sócio-afectivo, pelo desenvolvimento não só do espírito de organização e disciplina consciente e livremente consentida, através da aceitação das regras de jogo, mas também, da iniciativa, da vontade e da combatividade, necessárias para vencer as dificuldades impostas pelo jogo (Garganta, 1992);

2) técnico, pelo desenvolvimento dos aspectos fundamentais da psicomotricidade, como sejam, a coordenação óculo-manual, a independência segmentar e a orientação e estruturação do esquema corporal (Araújo, 1992);

3) táctico-cognitivo, pelo desenvolvimento de um pensamento prático, operacional, capaz de responder à imprevisibilidade e aleatoriedade do jogo (Garganta, 1992).

Longe de querer minimizar a importância da prática dos JDC em qualquer uma das vertentes referidas, partilhamos por inteiro da opinião de Garganta (1995), quando evidencia a cooperação e a inteligência como os dois aspectos mais característicos e que melhor identificam este grupo de desportos.

Como jogos desportivos de equipa, é necessário o apelo à cooperação entre os elementos de uma mesma equipa para vencer a oposição dos elementos da equipa adversária. Desenvolve-se, deste modo, o espírito de colaboração e entreajuda inerentes à prática colectiva, bem como as capacidades de iniciativa e combatividade (Teodorescu, 1984).

Por outro lado, pelas situações aleatórias e diversificadas que estes jogos propiciam, a solicitação à capacidade intelectual dos seus praticantes é permanente. A este propósito Teodorescu (1984, pp. 19) afirma que a prática habitual dos JDC obriga "o jovem a analisar as situações, a compará-las e a tirar conclusões práticas com o máximo rapidez."

Deleplace (1994), na expressão máxima do carácter racional e intelectual dos JDC, refere que estes são uma criação da inteligência humana.

Efectivamente, a constante adaptação a situações novas e imprevistas que o jogo coloca, exige, aos seus praticantes, a utilização racional das habilidades técnicas e capacidades tácticas de forma a responder adequadamente aos problemas que se lhes deparam (Konzag, 1991).

2.1.1. NATUREZA DOS JDC

De acordo com Teodorescu (1984, pp. 23), "o desporto colectivo representa uma forma de actividade organizada, uma forma de exercício fisico-desportivo tendo um carácter lúdico, agonístico e processual, onde os participantes, os jogadores, constituem duas equipas, que se encontram numa relação de adversidade típica não hostil, a que chamamos rivalidade desportiva, relação determinada por uma competição por meio de uma luta, a fim de obter a vitória desportiva com a ajuda da bola ou um objecto de jogo, manobrado de acordo com as regras pré-estabelecidas".

As equipas em confronto formam assim duas entidades colectivas que planificam e coordenam as suas acções para agir uma contra a outra, sendo os comportamentos determinados pelas relações de contraste ataque/defesa. (Konzag, 1991).

Nestas circunstâncias, Castelo (1996) refere que os JDC evidenciam dois processos perfeitamente distintos, que reflectem diferentes objectivos, princípios, atitudes e comportamentos técnico-tácticos, sendo determinados pela condição "posse ou não posse da bola": processo ofensivo e processo defensivo.

De acordo com o mesmo autor (1996), o jogo caracteriza-se pela permanente relação dialéctica de sinal contrário (ataque *versus* defesa), promovendo modos de interacção no seio de redes de comunicação (cooperação entre os elementos da mesma equipa) e de contra-comunicação (oposição entre os elementos da mesma equipa e os seus adversários) que se traduzem na aplicação de acções técnico-tácticas individuais, colectivas, organizadas e ordenadas num sistema de relações e inter-relações coerentes e consequentes, de ataque e defesa, com a finalidade de desequilibrar o sistema opositor, na procura de uma meta comum.

Pelo exposto, podemos associar as noções de cooperação e comunicação às relações estabelecidas pelos jogadores da mesma equipa, no sentido de conjugar esforços para alcançar o objectivo comum e, paralelamente, as noções de contra-comunicação e oposição às

relações estabelecidas entre as duas equipas e os seus jogadores, no sentido da superação mútua (Moutinho, 1995).

Em síntese, segundo Teodorescu (1984, pp. 23), "o conteúdo técnico e táctico do jogo desenvolve-se num quadro antagónico de duas fases fundamentais de ataque e defesa, que se manifesta tanto individualmente (luta entre o atacante e o defesa) como colectivamente (luta entre o ataque e a defesa)". De acordo com o mesmo autor, o desenvolvimento do jogo requer o estabelecimento de princípios, de regras e de formas que conduzam à sua organização-estruturação, através dos quais se assegure o êxito, tanto no ataque como na defesa.

Quando falamos em JDC, torna-se impossível dissociar-lhes o seu objecto fundamental de estudo, ou seja, o próprio jogo, que pela especificidade das suas características fornece um contributo essencial para o desenvolvimento dos processos de ensino e treino.

Para Frade (1990), o estudo do jogo vem adquirindo uma importância crescente, pois é reconhecido que a compreensão da estrutura "microscópica" do jogo é crucial para a sistematização do universo teórico e metodológico dos JDC.

No âmbito dos JDC, a valência análise do jogo tem vindo a constituir um argumento de crescente importância. Este facto pode ser explicado pelas virtualidades que se lhe reconhece, traduzidas, quer no aporte de informação que daí pode resultar para o treino, quer nas potenciais vantagens que encerra para viabilizar a regulação das prestação desportiva (Garganta, 1998).

Neste sentido, a análise do jogo, realizada a partir da observação da prestação das equipas, tem-se afigurado como um importante meio para aceder ao conhecimento do jogo e dos factores que concorrem para a sua qualidade (quadro 1).

Todavia, o jogo para se tornar perceptível e compreensível tem que ser enquadrado numa determinada lógica interna, que caracteriza de forma fiel a sua estrutura de funcionamento.

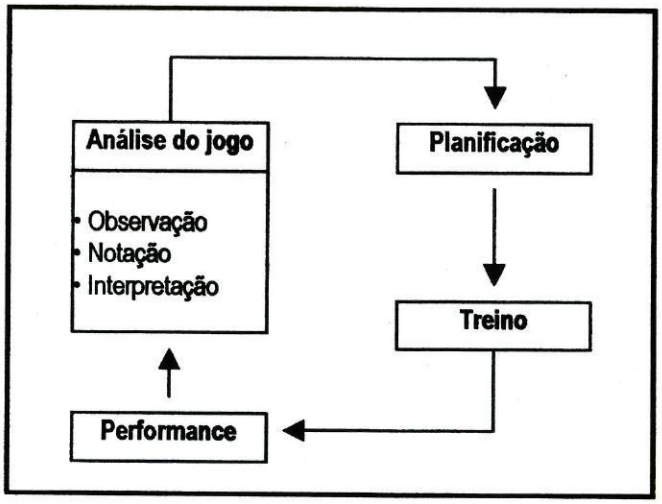
Diversos autores (Moreno, 1984, 1994; Konzag, 1991; Olivera e Ticó, 1992; Garganta, 1991, 1992, 1995, 1997; Tavares, 1993; Bayer, 1994; Jiménez, 2000; Moutinho, 2000; Né, Bonnefoy e Lahuppe, 2000) são unânimes em considerar a existência de relações de proximidade, nos planos formal e funcional, no jogo praticado entre os desportos colectivos estruturalmente semelhantes. As principais analogias são as observadas entre o futebol, Andebol e basquetebol, pois:

1. no plano geral, são desportos com componentes e elementos indissociáveis, que se

encontram em constante interacção e modificação: terreno de jogo, onde se desenvolve o confronto; alvos a atacar e a defender; regras a respeitar; companheiros com quem colaborar; adversários, cuja oposição importa vencer (Moreno, 1984; Sánchez, 1987; Alonso, 1989; Garganta, 1991, 1992, 1995, 1997, 2002; Konzag, 1991; Olivera e Ticó, 1992; Tavares, 1993; Bayer, 1994; Moutinho, 1995; Garcia, 1998; Jiménez, 2000);

2. no plano energético funcional, são jogos que fazem apelo a esforços intermitentes (aeróbico e anaeróbico) e podem ser consideradas actividades de resistência, em regime de velocidade, de força e de coordenação táctico-técnica (Teodorescu, 1984; Garganta & Soares, 1986; Garganta, 1991, 1995);

3. no plano formal ou estrutural, em todos estes jogos existe luta directa pela posse de bola, há invasão do meio campo adversário e as trajectórias predominantes são de circulação de bola (Moreno, 1984; Garganta & Soares, 1986; Garganta, 1991, 1995).



Quadro 1 - Interacção do processo de análise do jogo com o treino e a performance (Garganta, 1998)

Partindo do princípio que o jogo se desenvolve de acordo com uma lógica interna (Parlebas, 1981; Teodorescu, 1984; Queiroz, 1986; Deleplace, 1994; Moreno, 1994; Castelo, 1996; Garganta, 1997, 2001; Garcia, 1998; Mauny, 1998; Jiménez, 2000; Lavega, 2000; Mariot e Delerce, 2000; Moutinho, 2000, Velázquez, 2000; Pain, 2002; Rijo, 2002; Costantini, 2003; Martínez e Mena, 2003; Monge, 2003) que constitui a dimanação da compreensão para as acções realizadas em jogo, as características da actividade nos jogos desportivos (estrutura funcional) têm, cada vez mais, vindo a merecer uma observação/análise mais pormenorizada.

Como refere Castelo (2002), quanto mais as modalidades desportivas se encontrarem privadas de um esforço de reflexão na procura da sua lógica funcional, mais a sua teoria/conhecimento

se ressente dos fundamentos necessários aos seus raciocínios, aumentando-se, consequentemente, o espaço onde prolifera o acidental e o casuístico.

É a partir de uma perspectiva lógica, que se alcança o conhecimento da estrutura interna das acções intencionadas, conscientes e com significado práxico (Grupo De Estudio Praxeológico, Inefc-Lleida, 1993). Estes autores salientam que o contexto ou situação práxica supõe uma gama de sequências lógicas de acções que determinam a compreensão de todo um processo práxico que termina em si mesmo.

Ainda a este propósito, num reforço à importância crescente que a análise da lógica assume na concepção do jogo, Moreno (1993) realça que todas as práticas motrizes antes de um gasto energético, são construções de relações significativas, de decisões e de estratégias ao serviço das quais se situa a energia. Como tal, para se poder progredir e evoluir no conhecimento do jogo, torna-se necessário abandonar a lógica quantitativa para nos aproximarmos da lógica qualitativa, isto é, substituir a aproximação em termos de força e energia por outra que destaque os termos estrutura e funcionamento.

A lógica interna do jogo manifesta-se, antes de mais, no cumprimento do sistema de regras específico do jogo, ao qual surge associado as noções de equipa e adversário. Este corpo de regras gera invariantes sobre as quais os jogadores alicerçam os seus comportamentos e acções (Parlebas, 1981).

O mesmo autor (1986) refere ainda, que a lógica interna do jogo se reflecte no sistema de traços ou características pertinentes de uma situação motriz e no conjunto de consequências práxicas que advêm deste sistema. A relevância de tais características surge pelo facto de estas se apoiarem sobre os elementos distintivos ou particulares da acção motriz: relação com o espaço (dimensão controlada/descontrolada, territórios de estatuto diferenciado), relação com os outros participantes (comunicação e contra-comunicação motriz, grau de violência dos contactos), imperativos temporais, modos de resolução da tarefa e modalidades de fracasso ou de êxito.

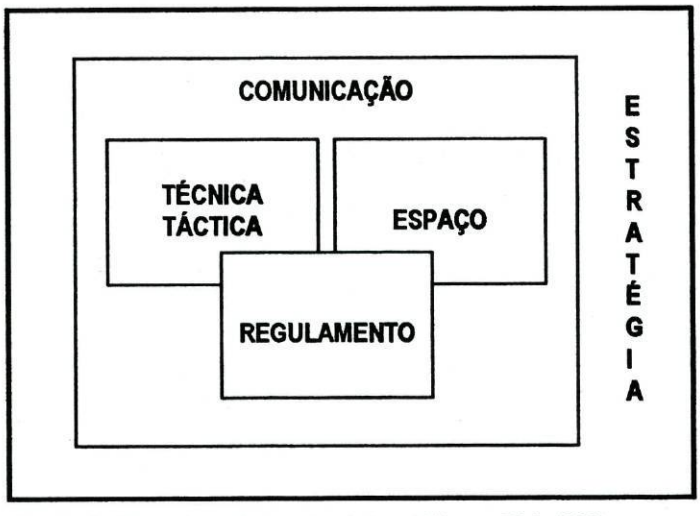
Blázquez (1986) sugere que a compreensão da lógica interna do jogo, que vaticina o início da acção motriz, encontra-se fundamentada nos seguintes princípios: o espaço, a estratégia, a comunicação e as limitações regulamentares.

Por sua vez, Pruden (1987) desenvolveu a sua concepção de jogo com base em ideias (princípios de jogo) acerca do modo como os jogadores se devem movimentar e actuar

segundo uma estrutura, interagindo livre e disciplinadamente. De acordo com o autor, a estrutura e os princípios de determinada concepção de jogo providenciam a disciplina necessária que possibilita aos jogadores liberdade de iniciativa.

Sánchez (1987) considera que a condição "posse de bola" (ataque)/"não posse de bola" (defesa), aliada aos aspectos técnicos e tácticos que caracterizam cada uma das fases, define a estrutura funcional do jogo.

Para Olivera e Ticó (1992) a estrutura funcional do jogo deve ser perspectivada sob a relação entre cooperação e oposição, contemplando os seguintes elementos: o espaço, as regras de jogo, a técnica/táctica, a comunicação motriz e a estratégia (quadro 2).



Quadro 2 - Elementos estruturantes do jogo (Olivera e Ticó, 1992)

Aguilà e Pereira (1993), quando se referem aos desportos com uma lógica interna semelhante, realçam como caracterizadores da estrutura funcional do jogo os seguintes aspectos: a relação espaço-tempo, a adequação ao regulamento de jogo, a técnica ou modo de execução, a solicitação energética, o comportamento táctico-estratégico e as formas de interacção motriz de cooperação/oposição.

Na perspectiva de Moutinho (1995), os planos regulamentar e de inter-relações equipa/adversário afiguram-se como os dois grandes planos que conferem ao jogo uma lógica interna.

De acordo com Castelo (1996) a componente lógica consubstancia-se em plena situação de jogo na elaboração, por parte dos jogadores, de processos intelectuais de análise e síntese se abstracção e generalização. Deste modo, procede à análise da lógica interna do jogo tendo em

consideração seis parâmetros: o factor regulamentar, o factor espaço, o factor técnico, o factor comunicacional, o factor tempo e o factor táctico-estratégico.

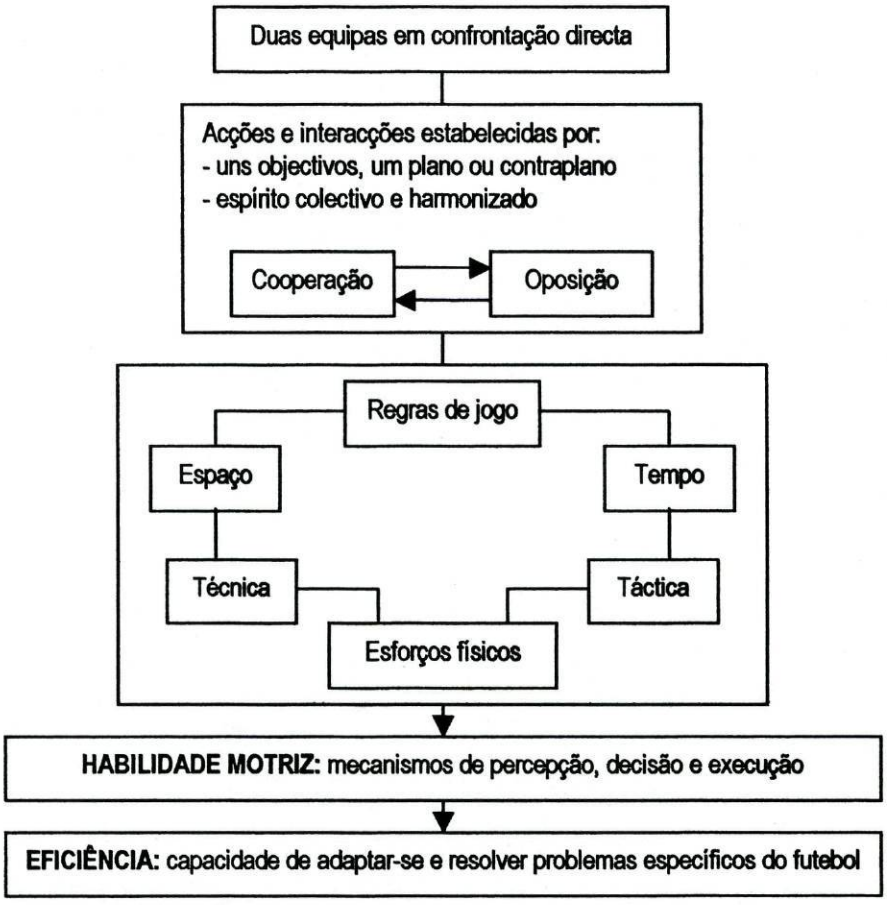
Moreno (1984) sugere, numa fase inicial, quatro parâmetros configuradores da lógica interna, que, em seu entender, condicionam o desenvolvimento da acção em jogo: o regulamento de jogo, o espaço motor de jogo e a sua utilização, a comunicação motriz e a estratégia motriz desportiva (na qual se inclui a táctica); para, numa época posterior (2001), acrescentar mais dois factores: a técnica ou modelos de execução e o tempo motor de jogo.

Também Velázquez (2000) considera que a estrutura dos desportos é determinada, em todos os casos, pelos seguintes elementos: a técnica ou modelos de execução, o regulamento, o espaço motriz, o tempo motriz, a comunicação motriz e a estratégia motriz desportiva.

Reportando-se ao futebol, Cerezo (2000) distingue este jogo como uma confrontação directa entre duas equipas, plasmada na disputa pela posse da bola, no sentido de obter o golo ou de o evitar (quadro 3). Para tal, devem realizar-se um conjunto de acções e interacções estabelecidas pelos objectivos a alcançar (plano/contraplano), sob um espírito colectivo e harmonizado (cooperação e oposição), caracterizadas por: (1) *regras de jogo*, que estabelecem o código e os requisitos para o desenrolar do jogo; (2) *espaço*, onde se desenvolvem os jogadores e as distintas acções de jogo; (3) *tempo*, que se assume como um factor importante para determinar uma séria de variáveis de rendimento dos jogadores (duração das acções de jogo, tempo de posse de bola); (4) *técnica*, como uma parte operativa que ajuda a resolver um problema de jogo em função da situação em que o jogador se encontre; (5) *táctica*, perspectivada não só na vertente individual, na qual o jogador deve perceber e analisar a situação de jogo para tomar uma decisão (solução motora), mas também na vertente colectiva, que corresponde às possibilidades de comunicação motriz entre os membros de uma equipa, que realizam uma série de acções, com ou sem bola, para superar ou neutralizar o adversário; (6) *esforços físicos*, que reflectem as exigências fisiológicas necessárias para desenvolver os diferentes tipos de deslocamento e acções técnico-tácticas durante o jogo.

A partir de um objectivo bem definido (alcançar a vitória), o jogo apresenta uma coerência de funcionamento, da qual fazem parte: linhas de força, representadas pela situação de confronto entre dois grupos de jogadores na disputa pelo objecto de jogo; um conjunto de habilidades sensório-motrizes, que faculta aos jogadores respostas motrizes adequadas às diferentes

situações; estratégias individuais e colectivas, expressas pela capacidade de decisão comum, tomada a partir de referências comuns, com o intuito de vencer o adversário (Gréhaigne, Billard e Laroche, 1999).

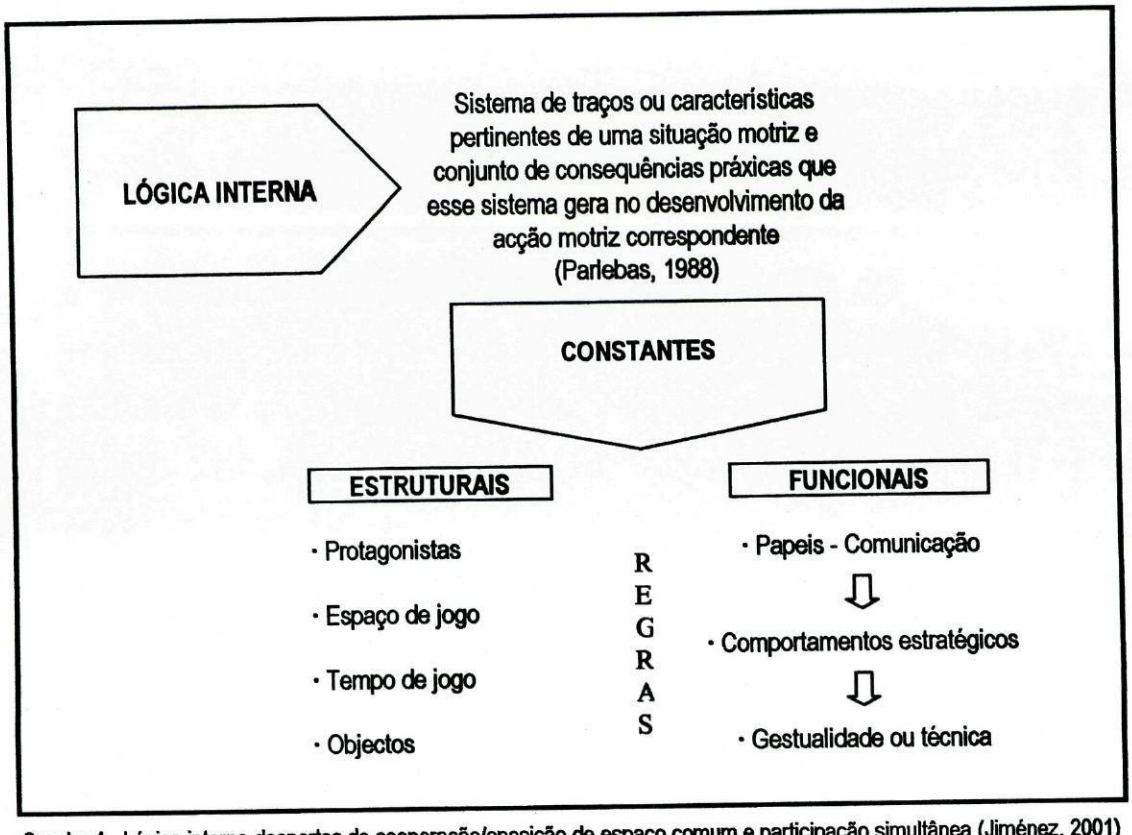


Quadro 3 - Análise funcional do futebol como desporto de equipa (Cerezo, 2000)

Nos desportos de cooperação/oposição de espaço comum e participação simultânea, esta lógica interna manifesta-se, de acordo com Jiménez (2001), entre outros aspectos, pela presença conjunta e interrelacionada de um alto número de elementos estruturais (companheiros, adversários, móbil de jogo e metas especiais a defender e/ou a atacar) e porque a acção de jogo é organizada pelos jogadores a partir dos diversos comportamentos estratégicos, que se revelam numa contínua transmissão de um comportamento para outro (quadro 4).

O mesmo autor (2001) destaca a necessidade de identificar os elementos estruturais caracterizadores de cada jogo, como condição prévia para o seu conhecimento e organização. Deste modo, reconhece como elementos estruturais dos JDC: o espaço, o tempo, os companheiros, os adversários e o móbil; a partir dos quais emanam, todas e quaisquer acções

de jogo.



Quadro 4 - Lógica interna desportos de cooperação/oposição de espaço comum e participação simultânea (Jiménez, 2001)

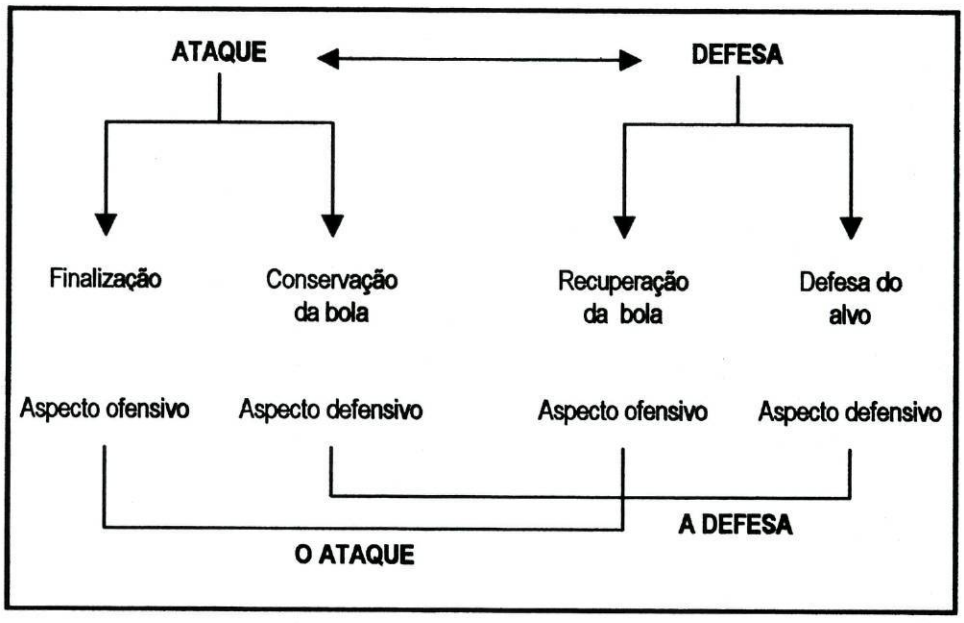
Segundo Rijo (2002) a comunicação estabelecida entre os participantes evidencia-se como o factor essencial na compreensão do jogo, adquirindo, contudo, um significado verdadeiro quando se relaciona com os outros parâmetros configuradores da lógica interna. Neste sentido, o tipo de interacção que se estabelece entre os participantes vai estar condicionada por: onde actuar (*espaço motor*), que ritmo empregar (*tempo*), sob que restrições actuar (*regras*), de que forma (*gestualidade ou técnica*), e respeitando que decisões (*estratégia motriz*).

A relação dialéctica ataque/defesa, integrada num conceito de lógica integrativa visual, que resulta nas interacções recíprocas e/ou antagonisticas dos jogadores em função da posse ou não do objecto de jogo, constitui, de acordo com Mariot e Delerce (2000), a base de funcionamento do jogo. Estes autores (2003) acrescentam, ainda, que a prática do jogo implica a "leitura" integrada das informações portadoras de significado sob duas variáveis: tempo e espaço.

Na opinião de Costantini (2003) a lógica dos J.D.C. consubstancia-se na dinâmica contraditória de cooperação/oposição. Este autor entende que o jogador quando confrontado com uma situação de oposição, deve construir as suas respostas tácticas e motrizes em função dos

seguintes parâmetros (evolutivos e variáveis durante a formação do jogador): proximidade do alvo a atingir, espaço e tempo disponíveis no corredor de jogo directo, comportamentos sociomotores dos colegas e adversários próximos e afastados e, por fim, competências individuais e colectivas para agir e reagir.

Parece-nos pois natural que, face às semelhanças e afinidades que estas modalidades evidenciam, o jogo praticado, em qualquer uma delas, se consubstancie na sua essência, em princípios e regras de acção idênticos, que representam a origem da acção e coordenam a actividade dos jogadores. Estes princípios e regras expressam-se no cumprimento, por parte dos participantes, dos pressupostos, conceitos e objectivos de jogo, que se encontram determinados pela condição "posse/não posse da bola" (quadro 5), a saber: conservação da bola (ataque) e recuperação da bola (defesa); progressão dos jogadores e da bola para o alvo (ataque) e impedimento da progressão dos jogadores e da bola para o seu alvo (defesa); ataque ao alvo e ao campo adversários (ataque) e protecção do alvo e campo próprios (defesa) (Moreno, 1987; Bayer, 1994; Garcia, 1998; Gréhaigne, Billard e Laroche, 1999).



Quadro 5 - Princípios gerais dos JDC (Gréhaigne, Billard & Laroche, 1999)

2.1.2. FUNCIONALIDADE DO JOGO DE ANDEBOL

O jogo de Andebol é caracterizado por um dinamismo, assente no "conflito" originado pelas finalidades divergentes por parte das equipas que actuam em permanente confronto. Este conflito sistémico não é mais do que um processo antagónico de objectivos, motivações e

interesses, condicionados pelo regulamento. A necessidade de resolver as situações conflituosas que vão surgindo, constantemente, ao longo do jogo, exige por parte dos jogadores a utilização de processos racionais de forma a eleger e a operacionalizar as acções de jogo mais adequadas a cada fase e a cada momento (Latiskevits, 1991).

A este propósito, Garcia (1998) realça que qualquer actividade durante o jogo de Andebol se realiza em cooperação-interacção com os companheiros de jogo e em oposição aos adversários. O mesmo autor acrescenta, ainda, que este sistema de inter-relações, que se cria sistematicamente durante o jogo, conduz à necessidade de utilizar as acções de forma inteligente, relacionadas com as modificações espaço temporais dos distintos componentes.

No entendimento de Moreno (1994), o Andebol insere-se nos denominados desportos de cooperação-oposição, nos quais a acção, desenvolvida num espaço comum, resulta das interacções entre os seus intervenientes, em confronto, numa participação simultânea dos jogadores/equipa.

Cercel (1990), por sua vez, refere-se ao Andebol como um jogo caracterizado por movimentos complexos com e sem bola, executados em regime variável de velocidade e força e determinados pela luta directa com o adversário.

Garganta (1995) faz referência à dimensão táctica, como condição essencial do jogo, para descrever as características sob as quais o Andebol, enquanto JDC, se desenvolve, exigindo dos seus intervenientes uma permanente atitude táctico-estratégica.

Pelo exposto, constatamos que a organização do jogo de Andebol se baseia, primordialmente, nas relações de cooperação ou interacção entre os elementos da mesma equipa (criação de linhas de passe, desmarcações, apoios, circulação de jogadores) e, paralelamente, nas relações de oposição ou resistência entre estes e os seus adversários (antecipações, intercepções, luta pelos espaços, ruptura das comunicações).

Nesta perspectiva, Czerwinski (1993) salienta que o desempenho do papel do jogador, no desenrolar de uma actividade desportiva, implica, por um lado, colaborar com os colegas da sua equipa e, por outro lado, contrariar as acções da equipa adversária.

Tal como nos demais JDC, também no Andebol, a lógica interna do jogo exprime-se, em primeiro plano, nas prescrições estabelecidas pelo regulamento do jogo (Castelo, 1996). Somente a aplicação das regras e leis de jogo permite normalizar e condicionar o comportamento e a actividade dos jogadores, conferindo à modalidade um cariz de elevada

especificidade.

Caracterizado por ser um jogo de equipa, no Andebol as acções dos jogadores são integradas numa determinada estrutura, de acordo com certos princípios e regras, que visam propiciar uma resposta colectiva e coordenada, no sentido de superar o sistema organizativo da equipa adversária.

Para Garcia (1998) a actividade funcional prática do jogo de Andebol articula-se sob distintos factores, entre os quais destaca: os espaciais (lugares de colocação, distâncias a percorrer, locais preferenciais de desmarcação, permutas de espaços), os temporais (quando iniciar ou quando não iniciar determinados ritmos, circulações, velocidades de execução), os próprios da comunicação motriz (a qualidade de passe ajustada ao momento da desmarcação, a riqueza das redes de comunicação), os da contra-comunicação motriz (a frequência, perigosidade e variedade de fintas e remates no jogo com oposição) e os estratégicos (circunstâncias de aplicação de procedimentos, adequação da utilização das diferentes intenções e meios em distintos momentos ou situações).

Mauny (1998) define o Andebol como um confronto colectivo que opõe duas equipas sobre um espaço inter-penetrável, cujo objectivo visa em atingir um alvo protegido, simultaneamente, por um guarda-redes e uma zona interdita aos jogadores de campo. A bola constitui o objecto de jogo que, por apresentar dimensões reduzidas, obriga à sua manipulação com as duas mãos e os contactos físicos são permitidos e estão contemplados no regulamento de jogo. O mesmo autor refere, ainda, que a construção do jogo de Andebol têm que obedecer às lógicas de oposição ataque/defesa e de interpretação do espaço.

Furelos e Ramos (2003) caracterizam o jogo de Andebol como um desporto, no qual duas equipas interagem entre si com o objectivo de introduzir a bola na baliza contrária (marcar golo) e impedir que a introduzam na sua baliza, sem infringir o regulamento vigente.

A cooperação e a oposição são, por isso, tarefas reversíveis, quer na fase de ataque como na fase de defesa, apresentando o jogo sucessivas configurações resultantes da forma como as equipas gerem as relações de interacção e adversidade, em função do objectivo de jogo (Moreno, 1994; Garganta, 1997).

O contexto em que o Andebol se desenvolve é, como tal, caracterizado por uma elevada variabilidade, imprevisibilidade e aleatoriedade, no qual as equipas disputam objectivos em constante oposição, lutam para gerir em proveito próprio, o tempo e o espaço, sendo o

comportamento dos jogadores determinado pelas relações antagónicas (ataque/defesa), consubstanciadas em relações de cooperação - interacção e comunicação entre os companheiros - e oposição - resistência e contra comunicação com os adversários (Konzag, 1991; Garganta, 1997; Garcia, 1998).

Deste modo, parece-nos viável a caracterização do Andebol como um jogo que se desenvolve sob a influência de um conjunto de normas que regula o comportamento dos jogadores (*factor regulamentar*) determinando modelos de execução técnica utilizados como respostas adaptativas às situações de jogo; estes modelos são reconhecidos pelos jogadores que orientam e regulam a sua acção motora (*factor técnico*), interagindo no seio de redes de comunicação (*cooperação*) e de contra-comunicação (*oposição*), estabelecidas entre os intervenientes na acção de jogo (*factor comunicacional*); estas traduzem-se na aplicação de acções táctico-técnicas e estratégias individuais e colectivas (*factor táctico-estratégico*) que, por sua vez, sofrem a influência de dois elementos fundamentais, o factor espaço e o factor tempo (adaptado de Silva, 2004).

O jogo de Andebol para ser entendido e entendível numa determinada lógica, tem que partir das suas características mais básicas e essenciais de funcionamento e, paulatinamente, progredir para estados estruturais de complexidade crescente.

A este propósito, Laguna e Cuesta (2002) salientam que muito mais importante que os jogadores adquiram um grande volume de conhecimentos, é proporcionar-lhes a informação de forma lógica e estruturada para que possam relacioná-la e utilizá-la agilmente.

Ora, a estrutura funcional do jogo nasce dos *objectivos* que estabelecem os *princípios gerais e específicos*; estes, por sua vez, determinam a conduta do jogador e as suas *intenções tácticas*; a interacção destas intenções promove o aparecimento dos *meios tácticos* de complexidade distinta; respeitando os princípios de jogo e combinando os meios tácticos entre si, seleccionados de forma a se adaptarem às potencialidades dos jogadores, desenvolvem-se os sistemas de jogo; e, finalmente, a selecção dos meios tácticos e dos sistemas adaptados às características de um dado adversário em determinadas circunstâncias, conduz-nos à *estratégia*, que corresponde à manifestação máxima da táctica colectiva em situação competitiva (Garcia, 1998).

Parece-nos, pois, fácil concluir que a construção sustentada do jogo implica que se parta da base para o topo e não o inverso. Garganta (1995) refere que a forma de actuação de um

jogador está altamente condicionada pelos seus modelos de explicação, ou seja, pela forma como ele concebe e percebe o jogo. Ora, conceber o jogo respeitando todas estas etapas, intimamente relacionadas entre si, é enquadrá-lo numa lógica que exprime claramente a sua estrutura de funcionamento.

Para León (1999) o significado das acções no jogo Andebol emerge, por um lado, a partir de um contexto determinado e específico e, por outro lado, como consequência das relações que se produzem, subjacentes aos elementos que constituem a sua lógica interna, isto é: a relação dos participantes com o espaço, a consideração do factor tempo, o tipo de relação entre o sujeito e os demais participantes, a forma de solicitar e utilizar a inteligência motriz, as dificuldades provenientes do repertório de movimentos mais utilizados, a relação com o móbil que se utiliza.

Nesta linha de reflexão, Veysseyre (2003) concebe que o ensino do jogo de Andebol deve considerar a sua organização operativa, que se encontra alicerçada nos seguintes parâmetros: espaço, tempo, tipos de relação (entre os jogadores e entre estes e o objecto de jogo), linhas de força (criadas pela oposição entre ataque/defesa - contradição de intenções). Para o autor, tais parâmetros são interdependentes e constituem o ponto de partida para a elaboração e restituição de situações de aprendizagem.

A utilização dos espaços, os princípios básicos das intenções tácticas ofensivas e defensivas e os critérios tácticos colectivos do ataque, constituem argumentos suficientes para adoptar uma filosofia de jogo parcial, que não completa em absoluto a realidade de um desporto de equipa aberto e criativo, onde os próprios praticantes fazem da sua acção formas distintas de interpretar esta disciplina desportiva.

Rodriguez (2003) estabelece um paralelismo entre a vida real, onde a liberdade, o poder e os conflitos são manifestações do ser humano na luta pelos espaços de ocupação pessoal, social e cultural, e os desportos de cooperação-oposição, nos quais essa mesma luta espacial é levada até às últimas consequências no êxito ou fracasso das acções individuais e colectivas dos grupos sociais que se enfrentam. O domínio e a criação de espaços representam, na realidade, o fundamento sobre o qual se sustenta o jogo de Andebol, sendo que o instinto de sobrevivência se define pela lógica interna de que se joga para ganhar.

Nesta perspectiva, torna-se de crucial importância fazer uma análise do jogo mais aprofundada, a partir dos seus aspectos essenciais, e só numa fase posterior, atender àquilo

que é mais facilmente observável, como sejam os esquemas ou sistemas de jogo adoptados. Aliás, não nos podemos esquecer que todo e qualquer comportamento táctico, enquadrado num determinado sistema de jogo, é sempre sustentado pela capacidade de percepção dos seus intervenientes, estando esta capacidade mais aperfeiçoada, quanto melhor estiverem assimilados os princípios e as regras de acção do jogo.

2.2. PRINCÍPIOS E REGRAS DE ACÇÃO

Provavelmente, toda a complexidade que aparentemente o jogo de Andebol apresenta, tem por base princípios e regras de acção simples, que, se por um lado, podem facilitar imenso a sua prática, por outro lado, se não devidamente adquiridos, constituem entraves à progressão e evolução dos praticantes.

Como tal, no sentido de prevenir uma eventual inversão e distorção na construção consistente do jogo, torna-se urgente atentar sobre os princípios de gestão, regras de acção e intenções tácticas antes de observar e estudar esquemas ou sistemas de jogo.

A este propósito Bayer (1987, pp. 47) entende que os "princípios a que os jogos estão submetidos constituem o ponto de partida, a base, uma vez que representam a origem da acção e definem as propriedades invariáveis sobre as quais se vai unir a estrutura fundamental do desenvolvimento dos acontecimentos". Definidas como leis primeiras, essenciais, elementares e simples, elas regulam, nas fases de defesa e ataque, as relações dos indivíduos no seio da equipa e as relações entre as duas equipas em confronto.

O mesmo autor (1994) estabelece uma relação entre a lógica interna e os princípios operacionais que, em nosso entender, reflecte, de uma forma clara, toda a dinâmica do jogo. Para o autor, a lógica interna, definida por cinco parâmetros invariantes (objecto, espaço, alvos, companheiros e adversários) e duas fases distintas (ataque/defesa) constituiu o referencial que determina e gera os princípios operacionais da actividade que se encontram ao dispor do jogador para criar e gerir as suas acções.

Teodorescu (1984), refere-se aos princípios como componentes fundamentais da táctica, salientando que estes constituem normas de base segundo as quais os jogadores individualmente, em grupo ou colectivamente, devem dirigir e coordenar a sua actividade durante o desenvolvimento das fases de jogo (ataque/defesa).

No treino das actividades físicas ou condutas motrizes é urgente proceder a uma transformação radical da grande maioria dos conceitos adoptados, para que se torne numa consideração consensual, que não se ensinam tarefas, gestos, fragmentos de habilidades ou montagens comportamentais, mas sim estruturas, que incluem princípios organizativos dos movimentos e das acções (Moreno, 1993).

Em conformidade com esta linha de pensamento, Castelo (1996) considera que o sistema relacional inerente à prática do jogo, traduz-se num conjunto de linhas orientadoras, denominadas por princípios de jogo, em virtude das quais os jogadores orientam e coordenam as suas atitudes e comportamentos técnico-tácticos individuais e colectivos.

Também Greco e Chagas (1992) analisam os princípios de jogo, como meios de orientação e ordenamento do comportamento do atleta em determinadas situações de jogo. Estes autores consideram que estes princípios tácticos favorecem a criação de normas e orientam a tomada de decisão do jogador, no momento de selecção das possíveis alternativas.

Tais princípios constituem, segundo Bosc (1993), a base do "referencial comum" dos jogadores, sendo capazes de reflectir o nível de jogo apresentado, com mais ou menos acuidade, conforme o seu grau de expressão. Estes princípios manifestam-se tanto na defesa como no ataque e apetrecham os jogadores de um pensamento táctico, que favorecem o "saber fazer".

A este propósito, Oliveira (1993) afirma que aquilo que se faz não tem uma importância decisiva, mas sim o modo como se faz e a validade dos princípios em que se fundamenta, referindo que seja qual for a concepção de jogo, a sua eficácia depende sempre da forma como são aplicados os seus princípios.

Embora existam vários e excelentes sistemas de jogo, é necessário ter a noção de que isso não é o mais importante. Interessa, isso sim, ter a certeza que qualquer que seja o sistema de jogo adoptado, ele é sempre baseado em correctos e válidos princípios de jogo que asseguram, em todos os momentos, uma ocupação equilibrada do espaço de jogo e um sistema ofensivo com um contínuo movimento em direcção ao alvo a atingir (Wooden, 1988).

A acção adquire sentido e pertinência a partir das configurações que resultam da forma como os elementos de jogo se relacionam entre si. Como tal, as competências dos jogadores e da equipa transcendem largamente o domínio de um conjunto de habilidades técnicas e capacidades motoras para se situarem fundamentalmente em princípios de acção, em regras

de gestão da organização do jogo e em habilidades preceptivas e decisionais. (Gréhaigne e Guillon, 1992).

Moamberts (1991), numa alusão à organização do jogo de futebol, realça que esta só é possível de alcançar a partir de uma equipa devidamente ordenada e estruturada com base em princípios organizativos, que se materializam nas atitudes de cada jogador.

Garcia (1998) salienta a necessidade de criar princípios de actuação, sob os quais se desenrolam todas as acções individuais, os modelos de relação colectiva e se organizam os diferentes sistemas de jogo.

Para Garganta (2002) os princípios de jogo constituem um conjunto de normas que orientam o jogador na procura das soluções mais eficazes, nas diferentes situações de jogo.

Por sua vez, Acero, Anguera e Peñas (2002) sustentam que a definição de qualquer situação de jogo se encontra construída sobre princípios de organização, que provêm das possibilidades e das relações ocorridas entre os elementos estruturais que compõem a lógica interna de cada modalidade desportiva.

A criação da ordem a partir da desordem, característica particular dos JDC, só é possível de conceber através da construção de princípios de organização, de códigos de circulação e de acções (Né, Bonnefoy e Lahuppe, 2000).

Pain (2002) estabelece uma forte relação de proximidade entre os princípios de jogo e a lógica do mesmo, referindo que aqueles revelam-se como os procedimentos tácticos essenciais para conduzir o jogador e a bola com e contra os outros jogadores.

Num reforço à importância da aquisição destes princípios, Garganta (1995) sugere que é conveniente, desde os primeiros momentos de aprendizagem, que os praticantes vão assimilando um conjunto de princípios, que se referem ao modo como cada um se relaciona com a bola, com os colegas e com os adversários, passando pela noção de ocupação racional do espaço de jogo.

Mourinho (2004, pp. 3) considera que o Futebol Clube do Porto apresenta-se, hoje, como uma equipa capaz de garantir, num futuro próximo, continuidade e qualidade no jogo praticado, "já que se encontra estruturada em princípios bem definidos, aos quais os jogadores estão completamente adaptados".

Também Carvalhal (2004, pp. 21), a propósito do modelo de jogo adoptado pela sua equipa,

realça que "importante é que a equipa esteja preparada para assumir os princípios de jogo, que estão muito acima de qualquer esquema táctico". Nesta linha de raciocínio, o mesmo treinador (2004, pp. 31) destaca que o importante "é treinar princípios e não exercícios".

Por sua vez, as regras de acção, também denominados por factores de execução, não são mais que os meios que os jogadores utilizam, qualquer que seja a fase de jogo, tendo em conta os respectivos princípios (Teodorescu, 1984). Por se tratar de acções que supõem um processo de raciocínio, de selecção e combinação de procedimentos técnicos específicos do jogo, torna-se impossível dissociar-lhes o teor de intencionalidade táctica de que estão revestidos. A este propósito, Gréhaigne (1996) refere que as regras de acção são conscientes e participam na compreensão, selecção e explicação da acção motora, concorrendo, como tal, de forma decisiva, para a precisão na análise de um problema.

Todos estes factores de execução, ao serviço dos princípios, pelo carácter geral que encerram, contribuem para facilitar as manobras empreendidas, com o intuito de ganhar vantagem sobre a equipa adversária (Bayer, 1994).

No plano funcional, estas regras constituem um dos principais suportes do saber táctico, possibilitando a troca de informação, comum e perceptível, entre os companheiros e entre estes e o treinador. Neste sentido, as regras de acção afiguram-se como os alicerces essenciais da comunicação motora, com as quais os jogadores devem saber jogar e, correctamente, interpretar (Gréhaigne, 1996).

Para Mauny (1998), as regras de acção representam os conhecimentos a adquirir pelos jogadores, no sentido de alcançar um alvo fixo. Este autor entende que para cada objectivo de trabalho corresponde uma ou mais regras de acção, competindo aos jogadores a missão de as explorar.

Também a este propósito, Garganta (2002), refere que as regras de organização do jogo estão relacionadas com a lógica interna da actividade, nomeadamente com a dimensão da área de jogo, com a repartição dos jogadores no terreno, com a distribuição de papeis e alguns preceitos simples de organização que podem permitir a elaboração de estratégias. Por outro lado, as capacidades motoras englobam a actividades percepcional e decisional do jogador, bem como os aspectos da execução motora propriamente dita.

A aprendizagem do jogo de Andebol até ao mais elevado nível de desempenho motor, tem, como tal, que ter em consideração os princípios e regras inerentes à sua prática, pois, somente

desta forma, se propicia a inteligência táctica e a correcta compreensão da estrutura global do jogo. Torna-se deste modo perceptível que os princípios de jogo de alto nível podem e devem estar presentes desde os primeiros momentos de aprendizagem do jogo.

Kacani (1981), na caracterização dos planos ofensivo e defensivo no desenvolvimento do jogo de futebol, promove o espaço de jogo a factor de primordial importância. Segundo o autor, o ataque só será eficaz se os jogadores, em função do espaço em que se encontram, atenderem aos seguintes princípios: movimentação dos atacantes sem bola; largura no ataque; profundidade no ataque; penetração dos atacantes através da defesa adversária, com vista à ocupação dos espaços livres; criatividade e improvisação.

Por outro lado, o plano defensivo deverá respeitar os seguintes princípios: desaceleração do início dos ataques adversários; distribuição organizada dos defesas no corredor central e em profundidade; manutenção permanente do equilíbrio defensivo; concentração dos defesas nas áreas de perigo para a baliza; participação activa de todos os jogadores no corredor central e nas áreas perigosas para a baliza.

Pruden (1987) em referência ao processo ofensivo no jogo de basquetebol, considera cinco princípios que lhe são exclusivos:

- fixar o defesa (acção em que o atacante consegue fixar pelo menos o seu adversário directo);
- penetração (progredir para o cesto através de passe ou drible);
- criação de linhas e passe (acção do jogador sem bola para um espaço óptimo de finalização que favoreça o passe);
- passar para o lado mais afastado do defesa (em consequência do princípio anterior, procurar fazer o passe para o jogador colocado do lado mais afastado do defesa);
- passe de apoio (possibilitar o passe em situação de oposição bem sucedida).

Comas (1991) define, em função do sistema táctico ofensivo, os seguintes princípios de ataque no basquetebol: distribuição eficaz dos espaços de acção; adequação às capacidades individuais; respeito pela estratégia de jogo (ritmo, funções, "timing", espaços); variabilidade e alternância dos meios utilizados; coordenação espaço-temporal (utilização de interacções motrizes); acção contínua; mudança rápida da posição da bola; diversidade de espaços utilizados e de trajectórias de deslocamento; equilíbrio entre ressalto ofensivo e recuperação defensiva.

Greco e Chagas (1992), reportando-se ao Andebol e ao futebol, sugerem a aplicação de

princípios tácticos, que na prática se expressam do seguinte modo:

- quando um jogador observa um espaço na defesa deve procurar explorá-lo, através de uma penetração;
- todo o jogador, após passar a bola, deve desmarcar-se para receber a possível devolução;
- um jogador livre significa, para o jogador com posse de bola, uma opção de passe.

Na opinião de Bosc (1993), o jogo de basquetebol estrutura-se em cinco princípios fundamentais: ocupação racional do terreno de jogo; jogo directo/jogo indirecto; proximidade/afastamento; fixação do adversário; transição das fases de jogo.

De acordo com Araújo (1992) a organização do jogo de ataque no basquetebol rege-se no cumprimento dos seguintes princípios:

- ocupação e organização do dispositivo de ataque (colocação dos jogadores nas posições ofensivas fundamentais e previstas no sistema de ataque);
- preparar o ataque, através da circulação organizada da bola e os jogadores;
- conclusão do ataque com lançamento ao cesto.

Graça e Oliveira (1995), quando se referem aos princípios de ataque, como componentes do modelo de jogo, apresentem alguma semelhança com o preconizado por Pruden, propondo: fixar a atenção dos defesas; invadir/penetrar na defesa; criar linhas de passe; contornar a defesa; passar e desmarcar-se.

Por sua vez, Vernerey (1994), entende que, independentemente do modelo de jogo apresentado, qualquer jogador deve dominar um conjunto de regras (fundamentos individuais), que orienta o processo ofensivo em basquetebol. Deste modo, propõe seis regras essenciais: equilibrar a distância entre os companheiros e equilibrar os sectores de ressalto e de recuperação; atacar o cesto; movimentação sem bola (para receber, após passe); não driblar sem intencionalidade; seleccionar o lançamento; alternar e/ou combinar: jogo interior/jogo exterior.

No sentido de optimizar as acções no desenrolar do jogo de rugby, Biscombe e Drewett (1998), fazem referência à necessidade de respeitar os seguintes princípios:

- progressão na acção (do portador da bola sobre a defesa);
- apoio (por parte dos jogadores sem bola, com o objectivo de maximizar o tempo de posse de bola);
- continuidade (a acção de ataque deve ser desenvolvida em fases prolongadas);

- pressão/agressividade (em situação defensiva, os jogadores devem adoptar uma postura activa e agressiva).

No desenrolar do jogo de futebol, a equipa se encontra em posse de bola deve revelar um pensamento táctico que se reflecte na aplicação dos seguintes princípios (Grinvald, 1998): apoios; contra-ataque; desmarcação; alterações de orientação; bloqueios; desdobramentos.

Contrariamente, em situação defensiva, o mesmo autor enfatiza os princípios subsequentes: marcação; coberturas; antecipação; intercepção; permutas; entradas (cortes).

Duboille (1999), numa alusão aos aspectos técnico-pedagógicos a ter em consideração no ensino do jogo de futebol, dá uma ênfase especial à necessidade primária de ocupar o espaço de jogo de uma forma racional. Segundo o autor, é através da exploração do terreno de jogo em toda a sua largura, que se vai conquistar, durante a fase de ataque, as situações de desequilíbrio e de superioridade numérica. Para além disso, a disposição ampla dos jogadores no espaço de jogo, vai também facilitar a conservação e progressão da bola, bem como, propiciar situações de finalização em espaços próximos do alvo a atingir.

Denominados por considerações genéricas a contemplar no desenrolar do jogo de futebol, Alcaraz e Torrelles (2000), realçam, de acordo com a sua fase de desenvolvimento, os seguintes princípios defensivos: superioridade numérica; ajudas constantes; redução/anulação dos espaços; presença de defesas entre a bola e a sua baliza; recuperação controlada da bola para iniciar o ataque; transição ataque/defesa.

Por outro lado, no desenvolvimento do processo ofensivo, destacam: ajudas constantes; velocidade em jogo; orientação em jogo; alteração de orientações; progressão em jogo; mudança de ritmos em jogo; transição defesa/ataque.

Mourinho (2004, pp. 4) sobrevaloriza, igualmente, os aspectos relacionados com a ocupação do espaço de jogo, salientando que "no futebol a ocupação racional dos espaço é fundamental, assim como a profundidade e a largura do jogo". Para o treinador, a beleza e a espectacularidade do jogo de futebol, sustentam-se na capacidade de dar profundidade e amplitude ao jogo, ocupando todo o espaço da forma mais racional, bem como na velocidade empregue na circulação de bola.

Por sua vez, Carvalhal (2004, pp. 17), numa análise à prestação da sua equipa, destaca o bom comportamento defensivo, considerando que "se exaltaram os princípios defensivos, nomeadamente a transição defensiva e a ocupação de espaços".

No respeitante ao Andebol, Oliveira (1995) estabelece princípios operativos considerados essenciais para o desenvolvimento do jogo. Assim, de acordo com a fase de jogo vigente, distingue os seguintes princípios defensivos: disciplina táctica; superioridade numérica; agressividade; ajuda; previsão das acções do adversário; triângulo defensivo; execução de acções tácticas em determinados momentos do jogo.

Paralelamente, no desenvolvimento do processo ofensivo, salienta: disciplina táctica; superioridade numérica; amplitude; profundidade de circulação de bola; troca de posto específico; equilíbrio; variedade das acções; pontos de apoio; mudança de ritmo; execução de acções tácticas em determinados momentos do jogo.

Garcia (1998) considera que os princípios específicos do jogo colectivo no Andebol facilitam a organização racional da equipa e resultam, primordialmente, da necessidade de colaboração com o companheiro para superar o adversário. Este autor sugere, contudo, uma diferenciação dos princípios de acordo com a fase de jogo. Deste modo, enumera como princípios específicos do jogo colectivo comuns a ambas as fases de jogo: redução do número de erros; ajuda mútua; respeito pela disciplina táctica; manutenção dos postos específicos; distribuição equilibrada dos espaços de jogo; variação/alternância dos meios tácticos individuais e colectivos em situações idênticas; sincronização espaço-temporal das acções; adaptação do jogo de ataque às potencialidades próprias e às características do adversário.

Diferenciados dos supra citados, surgem, por sua vez, os princípios específicos do jogo colectivo exclusivos do ataque (Garcia, 1998): mudança rápida e decidida para a situação de ataque (após recuperação da bola); observação dos espaços livres e das possibilidades de progressão ou penetração; estruturação, criação e exploração das situações de superioridade numérica; mudança do sentido de jogo de um extremo para o outro; mobilização colectiva da defesa atacando permanentemente em largura e em profundidade; variação do ritmo das acções.

Denominadas por competências a construir, Mauny (1999) realça que aprendizagem do jogo de Andebol impõe a integração dos seguintes princípios de acção:

- ocupar o espaço de jogo de forma equilibrada (largura e profundidade);
- posicionar-se num espaço que permita o passe ao jogador com posse de bola (transformação num potencial receptor);
- favorecer a continuidade de jogo (evitar parar a circulação de bola);

- evitar as posições de alinhamento com os seus companheiros e adversários (minimizar os riscos de intercepção).

A estruturação do jogo ofensivo no Andebol é sustentada, segundo Seco (2002), sobre os seguintes princípios específicos: capacidade de variar a circulação de bola; observação e exploração dos espaços; conceitos de amplitude e profundidade; adaptação às acções defensivas; capacidade de alternar as acções; capacidade de alternar os ritmos.

Na realidade, são vários os autores que reclamam a necessidade urgente de dar prioridade aos princípios no ensino do jogo. É elevada a multiplicidade de princípios que, independentemente da modalidade a que se referem, concorrem para uma aprendizagem estruturada e consistente do jogo. Uma análise mais pormenorizada, permite-nos, contudo, observar que todos os princípios citados revelam-se fundamentalmente em três grandes parâmetros: *estruturação do espaço, comunicação na acção* e *técnica individual* (adaptado de Garganta, 1995). Efectivamente, estes apresentam-se como os principais indicadores através dos quais se torna possível avaliar as características dos praticantes e do seu nível de jogo.

No Andebol, tal como nos demais J.D.C., o que se pretende é que o jogo praticado se identifique, em todas as suas vertentes, com o jogo elaborado, no qual as acções dos jogadores só têm sentido quando inseridas na estratégia global da equipa. Ora, esta forma superior de estruturação do jogo implica a aquisição de princípios nos três grandes domínios acima mencionados, pois: a uma ocupação racional do espaço com polivalência funcional e coordenação das acções (estruturação do espaço) corresponde uma prevalência da comunicação motora em detrimento da verbalização e comunicação gestual (comunicação na acção), sendo, para tal, necessária a utilização maximal das capacidades proprioceptivas (técnica individual) (adaptado de Garganta, 1995).

2.2.1. ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DE JOGO

Uma das características mais significativas do jogo de Andebol está representada pelo espaço de acção ou espaço de jogo, sendo incontestável a relevância que o mesmo assume na sua prática. Toda e qualquer acção de jogo desenvolve-se no interior de um espaço com limites bem definidos e fora dos quais o jogo não tem qualquer sentido (Parlebas, 1984).

Pela influência directa que exerce no desenrolar das acções, torna-se prioritário, em primeiro

lugar, ter em consideração as limitações regulamentares, que configuram a forma, a dimensão e as restrições de utilização do espaço de jogo no Andebol (Moreno, 1994). Factor condicionador da actividade dos jogadores, o regulamento de jogo apresenta-se, também, como o elemento definidor e delimitador, contribuindo, decisivamente, para a especificidade do Andebol, enquanto modalidade desportiva independente. Deste modo, importa salientar os seguintes elementos diferenciadores:

Terreno de jogo - rectângulo com 40 metros de comprimento e 20 metros de largura, consistindo em duas áreas de baliza e uma área de jogo. As dimensões reduzidas da bola permitem, através de uma acção de passe, percorrer o campo em toda a sua largura, o que propicia a velocidade no desenvolvimento das acções.

Área de baliza - apresenta a forma de um semicírculo e é definida pela linha de área de baliza, que dista 6 metros da linha de baliza. Somente ao guarda-redes é permitido permanecer e movimentar-se neste espaço, sendo considerada violação sempre que um outro jogador contacte esta área, da qual faz parte a linha que a delimita, com qualquer parte do seu corpo. Esta limitação implica, por razões óbvias, uma redução do espaço de jogo útil de 800 para 159 metros quadrados.

Tempo de jogo - é constituído por duas partes de 30 minutos cada, com um intervalo de 10 minutos entre ambas.

Número de jogadores - cada equipa é composta por 12 jogadores, sendo 7 o número máximo de jogadores que deve estar em campo e 5 o número de suplentes. O número de substituições é ilimitado, o que favorece a variedade de jogo e a flexibilidade de actuação.

Manejo de bola - é permitido lançar, apanhar, parar, empurrar ou bater na bola utilizando as mãos (abertas ou fechadas), braços, cabeça, tronco, coxas e joelhos. É igualmente permitido progredir em drible, segurar a bola durante 3 segundos e efectuar 3 passos com a bola na mão. Torna-se, assim, prioritário que os jogadores possuam um domínio elementar dos principais gestos técnicos, bem como uma rápida capacidade para tomar decisões.

Conduta para com o adversário - as acções de contacto físico são permitidas e estão previstas no código regulamentar, o que permite alguma "liberdade" de acção nas situações de confronto directo com o adversário. Existem, contudo, limites de actuação devidamente identificados, que quando são ultrapassados dão origem à sanção disciplinar.

Sanções - são parte integrante do regulamento de jogo. São aplicadas de acordo com a gravidade da situação e, como tal, respeitam uma progressão de ordem crescente de sancionamento: advertência, exclusão durante dois minutos, desqualificação e expulsão.

Constituem uma particularidade do Andebol, que provoca momentos de desigualdade numérica temporária ou definitiva ao longo do jogo, originando as denominadas *situações especiais de jogo.*

Os constrangimentos regulamentares determinam a estrutura formal do espaço de jogo, bem como o modo como, no interior do mesmo, se pode desenvolver a acção de jogo. Neste sentido e de acordo com Castelo (1996), podemos distinguir:

• as zonas fixas:

- interditas: são os espaços de jogo, nos quais os jogadores não podem evoluir, como é o caso da área de baliza, que se encontra reservada a acção do guarda-redes;

- de preparação: em direcção às quais de orientam as linhas de força que percorrem o espaço de jogo. São zonas que, pela sua situação próxima da baliza, favorecem uma conclusão vitoriosa das acções ofensivas.

• as zonas variáveis:

- de apoio e de suporte: ocupadas e animadas pelos atacantes, funcionalmente ligadas aos espaços livres. Estes asseguram a circulação de bola, intercalando-se nas zonas de resistência da equipa adversária;

- de resistência e de vigilância: ocupadas e animadas pelos defesas que se opõem à passagem da bola e favorecem a sua recuperação. Estes constituem uma rede de linhas de força, em que a organização entre a bola e a baliza condiciona as ligações e o sentido das acções ofensivas adversárias.

O espaço de jogo encontra-se, deste modo, dividido em sub-espaços e zonas diversas, às quais correspondem privilégios e papeis específicos que condicionam o comportamento motor dos jogadores e caracterizam as diferentes especialidades desportivas, conferindo-lhes um carácter original (Moreno, 2001). Tal é facilmente observado, se analisarmos as possíveis acções que pode realizar um guarda-redes ou um jogador de campo em Andebol, devido, essencialmente, ao espaço diferenciado que ocupam dentro do campo.

Considerando as características do espaço desportivo, Parlebas (1976) distingue dois tipos de situação:

• espaço de jogo estável e estandardizado: espaço rigorosamente quantificado e conhecido à priori, que não representa nenhum tipo de "incerteza" para o jogador, pois tudo se encontra devidamente definido e delimitado (piscina, pista de atletismo, ginásio);

• espaço de jogo instável e imprevisível: espaço que não está rigorosamente estandardizado e

definido e, como tal, é portador de um determinado grau de "incerteza" (espaço do esquiador ou do velejador).

Ora, o Andebol insere-se nos desportos de equipa que se desenvolvem num espaço de jogo perfeitamente circunscrito e comum a ambas as equipas, com participação simultânea dos jogadores e onde o factor "incerteza" provem do fortuito ou inesperado característico do meio físico que rodeia a actividade motriz (companheiros e adversários).

Outro critério a ter em consideração relativamente ao espaço de jogo em Andebol, surge da sua análise como um intermediário das acções postas em prática pelos jogadores (Moreno, 1994), convertendo-se, assim, num espaço de interacção motriz que modela o comportamento de cada um dos intervenientes em jogo.

Este espaço de comunicação está condicionado pelo código do jogo, que precisa quais são os eventuais objectos que podem e devem ser usados como intermediários (no caso do Andebol - a bola), bem como as formas de contacto e de relação que se podem estabelecer entre os jogadores (passe, marcação, finta). Este critério de interacção motriz entre os jogadores possibilita, segundo Moreno (1994), estabelecer duas situações diferentes:

• espaço psicomotor: espaço onde o jogador desenvolve a sua acção sem que esta seja condicionada pela presença de outro, ou seja, o indivíduo que actua está sozinho.

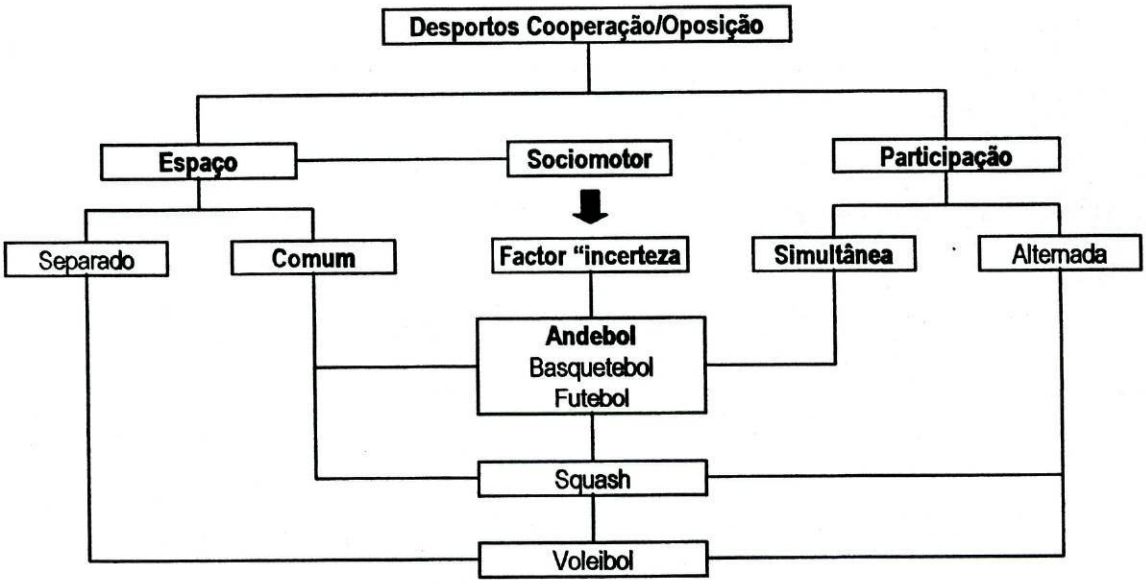
• espaço sociomotor: situação de motricidade, onde a comunicação motriz ou práxica atribui ao espaço de jogo um valor completamente original, de tal forma que o jogador se apercebe, em função dos seus companheiros, da possibilidade de cooperação e, em função dos seus adversários, da necessidade de oposição. São, por isso, situações sociomotrizes que associam o espaço de jogo efectivo, com o espaço variável e mutável característico da interacção motriz.

De acordo com a classificação proposta pelo autor, o Andebol enquadra-se nos desportos de cooperação/oposição, de espaço comum e participação simultânea, onde o factor incerteza, gerado pela variabilidade contextual, surge como uma das características de um espaço que, pela interacção motriz que promove, se denomina de sociomotor (quadro 6).

Numa análise mais objectiva, cingida às particularidades do espaço de jogo no Andebol, Mayo (2000) sugere a necessidade de ter em consideração os seguintes aspectos:

(1) O espaço enquanto distância a percorrer. Refere-se às dimensões precisas em cujos limites o jogador está obrigado a actuar. No Andebol, o rectângulo de 40 metros em longitude é,

por vezes, um espaço demasiado grande, que dificulta o alcance da baliza e a obtenção dos objectivos (golo), convertendo-se o jogador num mero corredor sobre o espaço assinalado, onde o objectivo se limita à conservação da bola.



Quadro 6 - Classificação do Andebol no contexto dos JDC (adaptado de Moreno, 1994)

(2) O espaço diferenciado em sub-espaços. No espaço de jogo, é possível definir espaços com características particulares e diferenciadas. Denominados por sub-espaços, eles encontram-se intimamente associados a papeis e sub-papeis sociomotores específicos e expressam-se do seguinte modo:

• zonas fixas proibidas: no caso do Andebol, refere-se à área de baliza que, de acordo com o regulamento, só pode ser ocupado pelo guarda redes.

• zonas variáveis proibidas: apesar do Andebol se desenvolver sob um espaço compartido e comum, existem algumas excepções devidamente definidas pelas leis de jogo como, por exemplo, (A) a distância obrigatória de 3 metros a que um defensor se tem que colocar do atacante quando este executa qualquer tipo de lançamento de saída; (B) a impossibilidade dos atacantes se situarem dentro da área de 9 metros quando se executa essa saída.

Se atendermos a uma perspectiva de análise que considere o espaço de jogo na sua globalidade e, a partir daqui, procedermos a uma distribuição hipotética equivalente à superficie de terreno disponível para cada jogador em função do número total de participantes que intervêm no jogo, ressalta a seguinte distribuição relativa aos JDC com características semelhantes (quadro 7):

Desporto	Espaço de interacção
Basquetebol	42 m² por jogador
Andebol	57 m² por jogador
Rugby	280 m² por jogador
Futebol	285 m² por jogador

Quadro 7 - Espaço de interacção individual em cada modalidade (Mayo, 2000)

É interessante observar que o Andebol, imediatamente a seguir ao basquetebol, apresenta-se como a modalidade onde o espaço por jogador é mais reduzido, o que nos leva a concluir que as acções desenvolvidas em Andebol devem ser realizadas em curtos espaços de jogo.

Se a este facto aliarmos ainda as restrições impostas pelo regulamento, segundo as quais existem duas zonas proibidas (áreas de baliza), que limitam as possibilidades espaciais dos jogadores, podemos afirmar que o jogo de Andebol dever-se-á desenvolver com uma grande precisão e habilidade.

Considerando que em grande parte do tempo, o Andebol se desenvolve no espaço correspondente ao jogo posicional (espaço compreendido entre o espaço da baliza e uma linha imaginária equidistante com o máximo de 13 m da linha final), Mayo (2000) constatou que o espaço resultante por jogador, excluindo o espaço dos guarda redes e as respectivas áreas de jurisdição, corresponderia aproximadamente a 19 m².

Como efeito sequencial, surgem áreas de especialização ocupadas pelos jogadores, em função das suas características, que, numa fase posterior, dão origem aos postos específicos, onde as especificidades técnico-tácticas são distintas e encontram-se altamente condicionadas pelo espaço.

(3) O espaço como algo a alcançar. A consecução do objectivo de jogo só se materializa através da forma precisa que vem determinada no regulamento, ou seja mediante a colocação da bola num sub-espaço concreto (baliza). A dimensão e a colocação das balizas poderão criar dificuldades ao jogador, sobretudo na zona dos extremos, onde a combinação de planos com as trajectórias dificulta as acções a realizar (desmarcações, recepção, ataque à baliza, lançamento, queda).

(4) A distância de confronto motor. No Andebol, a existência de um espaço compartilhado com os companheiros e disputado com os adversários, converte-se no intermediário chave, no lugar

de organização de uma motricidade orientada para a solidariedade e/ou o antagonismo.

Parlebas (1976) refere-se a "carga" como uma forma autorizada de intervenção sobre o corpo do adversário, que, para além, de constituir um elemento fundamental do jogo, contribui para a definição da sua natureza.

No Andebol, o contacto físico não só está contemplado nas leis de jogo, como também, constitui um dos meios mais eficazes e frequentemente utilizado pelos defensores para travar as acções ofensivas. Tal facto, por um lado, obriga a pensar e a executar o mais rápido possível e, por outro, limita, ainda mais, o espaço individual do jogador.

A este propósito, Olivera e Ticó (1992), com base na afinidade latente entre espaço individual (espaço que o jogador possui) e distância de carga (factor inversamente proporcional ao primeiro), estabeleceram a seguinte relação (quadro 8) :

Distância quase nula, pouco espaço, carga envolvente	**Distância reduzida, espaço reduzido, contacto autorizado**	**Distância moderada, espaço médio, pouco contacto**
- Rugby	Futebol	Andebol — Basquetebol + **Distância de carga**
+		-

Quadro 8 - Relação entre espaço individual e distância de carga (adaptado de Olivera e Ticó, 1992)

Perante esta classificação, o Andebol integra a categoria de "os jogos de distância e espaço reduzido com contacto autorizado", onde os jogadores intervêm no espaço próximo ao dos seus oponentes e a carga, ainda que submetida a limitações, é permitida. Num jogo em que os defesas recorrem permanentemente à falta, exige-se que os jogadores, para além de possuírem um apetrechamento ao nível dos conteúdos técnico-tácticos, os consigam pôr em prática com grande velocidade.

Parece-nos, deste modo, manifestamente claro que a dinâmica do jogo de Andebol, operacionalizada mormente pelos comportamentos e acções tácticas dos jogadores, tem uma forte relação de proximidade e dependência com a noção de espaço.

Castelo (1996) salienta que, independentemente do jogador que aí evolua, o espaço de jogo oferece, permanentemente, a possibilidade de transformar o significado preciso do seu comportamento, em função das suas intenções e dos seus projectos. Cada jogador encontra-

se, assim, confrontado com espaços dinâmicos, funcionalmente ligados entre si, que se modificam pelo deslocamento dos jogadores em função da evolução e desenvolvimento do jogo.

A consecução dos objectivos de jogo expressos pelo regulamento, implica, por parte dos jogadores, a procura constante das zonas favoráveis para obter golos (ataque) e, simultaneamente, desfavoráveis para a equipa adversária quando esta se encontra na posse da bola (defesa). O Andebol torna-se assim num jogo de permanente conquista e ocupação de espaços, em função do fim a atingir.

Assumindo que o espaço de acção se apresenta como um factor preponderante que suporta o desenvolvimento do jogo de Andebol, é-nos possível distinguir três zonas do terreno com características diversas (adaptado de Castelo, 1996):

- espaço de grande segurança e de responsabilidade individual e colectiva (zonas menos favoráveis para a obtenção do golo);
- espaço no qual prevalece um equilíbrio entre a segurança e o risco, procurando-se desequilibrar a organização da equipa adversária, sem descurar a estabilidade da sua própria organização (zonas de risco de perda de bola);
- espaço de risco, caracterizado pela criação de combinações tácticas e elaboração de sistemas, visando a concretização eficaz da acção ofensiva (zonas mais favoráveis para a obtenção do golo).

Realçar a importância da ocupação do espaço de jogo é prioritário, sendo, contudo, necessário fazê-lo de uma forma racional e congruente com os propósitos em cada momento do jogo.

A ocupação racional do espaço concretiza-se na distribuição equilibrada dos jogadores nas zonas do campo em sentido longitudinal e transversal. A aplicação deste princípio supõe que cada jogador deve ocupar espaços que permitam assegurar apoios, em profundidade e em largura, entre todos os intervenientes em qualquer momento de jogo (Garcia, 1998).

Racionalizar o espaço de jogo pressupõe, de acordo com Castelo (1996), a subordinação dos jogadores às acções individuais e colectivas, através de um distribuição coerente dos seus comportamentos, de forma a assegurar a coordenação e cooperação destes. Castelo refere que, independentemente do sistema de jogo adoptado, este deve sempre proporcionar uma base racional que permita canalizar a tomada de consciência por parte de todos os jogadores sobre os seus direitos e deveres, fundamentalmente no que diz respeito às suas funções e

limites.

No Andebol, o problema do espaço é fundamental na resposta à variabilidade de situações momentâneas do jogo, tanto do ponto de vista do processo ofensivo como defensivo. Como afirma Castelo (1996), quando um equipa se encontra de posse de bola, o êxito das suas acções individuais e colectivas para a persecução dos objectivos do ataque, passa inevitavelmente pela criação e exploração dos espaços livres, enquanto para a equipa sem a posse de bola, a eficácia das suas acções individuais e colectivas passa pelo objectivo de restringir e vigiar os espaços vitais de jogo.

Também Pintor (1988, citado por Contreras e Ortega 1999), salienta que a utilização eficaz do espaço deve ser o ponto de partida para a elaboração de um sistema de ataque e, por sua vez, as acções defensivas têm como principal objectivo restringir o espaço de acção aos atacantes.

É a tomada de consciência e o domínio das diferentes coordenadas espaciais que dão sentido à elaboração da acção do jogador. O reconhecimento do aqui e agora - coordenadas espaço-tempo comunicacionais - contribui para a integração da acção individual do jogador nos objectivos globais da equipa, pois qualquer comportamento só adquire sentido quando usado para servir a relação de cooperação e/ou oposição (Tavares, 1997).

Adquirida a noção de espaço, o jogo torna-se de fácil compreensão, pois todas as acções realizam-se em função do espaço observado e que é necessário ocupar, tendo sempre em consideração os objectivos a alcançar. A este propósito Rodríguez (2003) afirma que o Andebol não é mais do que uma constante procura de espaços, passíveis de serem ocupados, e de intenções, tanto individuais como colectivas, para possuir e fazer com que esses espaços constituam parte integrante da acção dos jogadores, que, por sua vez, interagem entre eles em função da fase de jogo.

As relações espaciais próprias, alheias, do contexto envolvente, a bola e as combinações entre todas estas componentes constituem o cenário dimensional, a partir do qual o jogo de Andebol tem origem. O domínio destes espaços e as regras de acção que norteiam as suas relações, nas diferentes fases de jogo, determinam os meios espaciais, com os quais o(s) jogador(es) desencadeia(m) o seu jogo individual (espaço de acção próprio - próximo, afastado), colectivo (espaço de acção afastado), com a bola, em espaços compartilhados (espaço de acção comum) ou com o adversário (espaço de acção contrário) (Rodríguez, 2003).

Garcia (1998) salienta que toda a actividade táctica no jogo de Andebol, se articula a partir das

funções dos jogadores em espaços concretos e sobre distâncias ou espaços a recorrer, marcações a realizar em determinados espaços, desmarcações para espaços livres, permutas de espaços, disposições espaciais em distintas figuras geométricas (linhas, triângulos), espaço de interacção entre os oponentes e espaço enquanto meta a alcançar.

Do exposto, facilmente se conclui, que toda a dinâmica da execução técnico-táctica individual e colectiva que a lógica do jogo em si encerra, é focalizada neste elemento estrutural.

O cumprimento deste princípio de jogo exige o domínio de regras e factores técnico-tácticos que possibilitem a sua execução. Solicita-se, deste modo, aos praticantes uma constante adaptação às situações variáveis do jogo, concretizada por uma colocação no espaço adequada a cada momento.

Definir qual a estruturação do espaço de jogo que permite obter o maior número de situações de êxito, afigura-se como uma tarefa extremamente delicada. Não nos podemos esquecer que a ocupação do espaço pode estar condicionada por aspectos estratégicos (adversário a defrontar), para além disso, a obtenção do golo (ataque) e o impedimento do mesmo (defesa) são objectivos, cuja consecução nem sempre obedece às melhores decisões do ponto de vista táctico.

Estas são duas situações que, por razões óbvias, nem sempre respeitam o que, consensualmente, se considera uma ocupação do espaço racional, coerente e harmoniosa. Esta é referenciada pelas seguintes regras e intenções tácticas:

• no plano defensivo

- ocupar o seu espaço de jurisdição, em função da baliza, adversário, bola e sistema adoptado (marcação) (Queiroz, 1983; Teodorescu, 1987; Bayer, 1994; Garcia, 1998; Alcaraz e Torrelles, 2000);
- flutuar para o lado da bola, ocupando os espaços dos seus companheiros para intervir, ajudando (Teodorescu, 1984; Olivera e Ticó, 1992; Bayer, 1994; Garcia, 1998; Moya, 1998);
- jogar perto e longe do portador da bola (pressionar, controlar à distância) (Olivera e Ticó, 1992; Bayer, 1994; Garganta, 1995; Moya, 1998);
- supressão do espaço, para criar situação de vantagem espacial e numérica (Garganta, 1995);
- jogar sobre as trajectórias da bola (antecipar, interceptar, dissuadir) (Teodorescu, 1984; Olivera e Ticó, 1992; Bayer, 1994; Moya, 1998; Alcaraz e Torrelles, 2000; F.F.H., 2001; Pain, 2002; Mariot e Delerce, 2003).

• no plano ofensivo

- ocupar o seu espaço de intervenção directa, em função dos companheiros, bola, baliza e sistema adoptado (Teodorescu, 1984; Garcia, 1998);

- afastar-se do colega que tem a bola (aclaramento) (Garganta, 1995);

- procurar a criação permanente de linhas de passe (assegurar apoios) (Olivera e Ticó, 1992; Garganta, 1995; Garcia, 1998; Moya, 1998; Alcaraz & Torrelles, 2000);

- observar e dirigir-se para os espaços livres e vazios, com o intuito de receber a bola (desmarcação) (Queiroz, 1983; Teodorescu, 1984; Bayer, 1994; Garganta, 1995; Garcia, 1998; Moya, 1998; Alcaraz e Torrelles, 2000; F.F.H., 2001; Mariot e Delerce, 2001; Costantini, 2003);

- jogar com amplitude (aumentar o espaço de jogo) e em profundidade (receber a bola em movimento, demonstrar intencionalidade, sem esquecer o objectivo desta fase do jogo) (Garganta, 1995; Garcia, 1998; Alcaraz e Torrelles, 2000; F.F.H., 2001).

2.2.1.1. TÁCTICA INDIVIDUAL

O carácter imprevisível e ocasional determinado pela natureza complexa das acções de jogo, concorre para a consideração consensual e habitualmente referida pelos autores da área (Pittera e Riva, 1982; Konzag, 1991, Faria e Tavares, 1992; Garganta, 1996; Pinto, 1996) dos JDC como desportos de situação.

Como refere Konzag (1991), os JDC possuem um sistema de referência com vários componentes no qual se integram todos os jogadores e com o qual se confrontam constantemente. É, pois, natural o desencadeamento de situações variáveis, aleatórias, cuja frequência, ordem cronológica e complexidade não podem ser previstas antecipadamente, pelo que aos jogadores é reclamada uma atitude táctica permanente (Garganta, 1995).

Para Mahlo (1967) todas e quaisquer formas de jogo, dado repousarem sobre certas ideias fixas, dão sempre lugar a um pensamento táctico.

Deste modo, é no contexto dos JDC, que a dimensão táctica apresenta um maior impacto e adquire o seu nível de expressão mais elevado (Greco e Chagas, 1992; Matveiev, 1986; Garganta, 1996).

Neste sentido, Garcia (1998) reconhece, como uma das características mais significativas do Andebol, o facto de todas as condutas e acções dos jogadores serem determinadas por

soluções tácticas.

Perante um jogo de Andebol, o primeiro problema que se coloca ao indivíduo que joga, é sempre de natureza táctica, pois o que é exigido ao praticante é saber *o que fazer*, para, posteriormente, poder resolver o problema que se segue, *o como fazer*, seleccionando e utilizando a resposta motora mais ajustada (Garganta, 1995).

Efectivamente, mais importante do que uma execução motora perfeita do ponto de vista biomecânico, é, sem dúvida, a capacidade de seleccionar as técnicas mais adequadas para responder às sucessivas configurações que o jogo apresenta.

O crescimento táctico de qualquer jogador, para ser consistente e estruturado, deve, tal como os demais factores ligados ao funcionamento e à organização de jogo, alicerçar-se nos seus componentes essenciais, que constituem a procedência de todos as acções e construções tácticas.

Como anuncia Riera (1995), a evolução táctica respeita uma progressão, sustentada, primariamente, na táctica individual, que, por sua vez, se encontra ao serviço da táctica colectiva, estando esta dependente da estratégia global da equipa. A análise táctica deve, como tal, contemplar a subordinação de objectivos de ordem superior.

Ora, num estudo orientado para as causas e os porquês dos acontecimentos em jogo, onde o que interessa observar não são as consequências ou os resultados, mas sim a génese e os motivos que determinam o corolário das acções, não faria sentido analisar a evolução táctica, sem atender à razão primeira de todos os comportamentos subsequentes, ou seja, às intenções tácticas individuais.

Neste sentido, Moya (1998) apresenta três argumentos que, em seu entender, justificam o ensino e a incidência do trabalho nos aspectos tácticos individuais:

1. conferem à técnica individual a sua vertente lógica motriz, canalizando os objectivos de acção em determinados programas de acção;
2. fundamentam a organização dos sistemas de jogo (objectivos de acção), dotando o jogador de princípios e meios, que favorecem a sua participação em jogo através da adopção de esquemas abertos e, simultaneamente, estáveis;
3. asseguram uma certa reflexão do jogador sobre os aspectos estratégicos, que influem no seu rendimento durante a competição.

São os conhecimentos teóricos, a inteligência e capacidade de análise, associadas à condição

psicológica, que facultam as condutas decisionais ou soluções mentais que se devem aplicar em cada momento de jogo. É da relação adequada destas condutas, respeitando os princípios de jogo, que surgem as diferentes intenções tácticas.

As intenções tácticas são, pois, a manifestação prática do comportamento táctico do jogador (Garcia, 1998). Elas representam as condutas que o jogador deve desenvolver em jogo, determinando a base de actuação individual com significado táctico e o ponto de partida do comportamento táctico colectivo (meios tácticos, procedimentos, sistemas de jogo).

Bayer (1994) realça a importância da intenção táctica, considerando-a como o principal conteúdo a ensinar nos JDC. Este autor acrescenta, ainda, que, na dinâmica do jogo, as diferentes intenções tácticas complementam-se e articulam-se entre si no funcionamento da estrutura colectiva, dando origem aos denominados sistemas de jogo.

A condução da bola pode fazer-se com a mão ou com o pé, em drible ou em finta, contudo a intenção táctica de progredir com a bola é o substracto inerente a toda a gama de recursos técnicos ou possibilidades que se apresentam. Nesta linha de raciocínio, contribuímos para formar jogadores inteligentes, com capacidade de decisão própria, dotados de recursos, experiências e conhecimentos para solucionar as diferentes situações sociomotrizes (Aguilà, 1990).

Desde o início, todas as tarefas, actividades e exercícios jogados devem ter uma intencionalidade táctica que exija que o sujeito reflicta e inclua no seu repertório as respostas adequadas a cada problema proposto (Salas, 2004). Para este autor, o grau de domínio das técnicas para resolver estas propostas tácticas e o tratamento adequado da atenção, farão com que se criem automatismos que, conjuntamente com um nível adequado de prática (repetitiva) em diferentes condições, passam para a memória e facilitam o seu uso nos momentos adequados.

A intenção táctica supõe, na opinião de Moya (1998), a percepção e compreensão da situação de jogo que se depara, pois, apenas deste modo, é possível, posteriormente, aplicar uma resposta motriz adequada a tal situação.

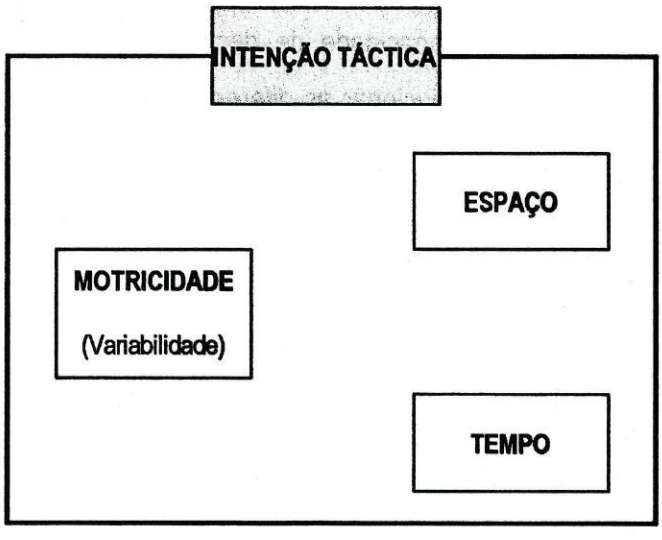
O mesmo autor entende que as intenções tácticas coincidem com os objectivos de acção enquanto que as respostas técnicas são elaboradas como solução dos programas de acção. Deste modo, as intenções tácticas dão resposta aos diferentes objectivos de acção, seleccionados pelo mecanismo de tomada de decisão, enquanto que o aspecto motriz das

intenções tácticas (técnica) resulta das diferentes alternativas provenientes dos programas de acção: o jogador decide o objectivo de acção (remate à baliza) e a seguir estabelece o programa de acção, elegendo entre os vários remates o mais adequado (remate em suspensão).

A todo o momento, os participantes são confrontados com situações, cujas soluções passam por dar resposta a questões como " o que fazer?", "quando?", "porquê?", ou seja implementar no espaço e no tempo uma certa forma de motricidade.

Como tal, a intenção táctica é composta por uma determinada intenção/expressão motriz, articulada em função em função do espaço e do tempo. É como a molécula base, que conserva todas as características da expressão mínima de confronto (Moya, 1998).

Podemos então considerar, que o conceito de intenção táctica coincide com o objectivo de acção, modulado, de acordo com a situação, por considerações espaço-temporais (Moya, 1998) (quadro 9).



Quadro 9 - Condicionantes do conceito de intenção táctica (Moya, 1998)

Deste modo, considerando a aplicação técnica adequada, em função das condições espaço-temporais, podemos progredir de um jogo instintivo, baseado principalmente em reacções, para um jogo intencional, alicerçado na antecipação das acções (Moya, 1998)

Aguilà (1990) refere que o conceito de táctica individual define claramente a ideia de intencionalidade e, como tal, deve ser o ponto de referência básico para estruturar uma sequência de aprendizagem das acções individuais nos desportos de equipa.

É, pois, o apetrechamento ao nível das intenções tácticas que concede aos jogadores

capacidade táctica individual, convertendo-se, por isso, em conceitos indissociáveis e com uma forte relação de dependência.

Para Cruz (1988) a táctica individual baseia-se em princípios e regras de conduta que norteiam a acção do jogador na luta com um ou mais adversários e/ou na cooperação com um ou dois companheiros. Este autor refere, ainda, que tal conceito encontra-se intimamente relacionado com a noção que cada jogador tem da sua colocação em campo (consoante o posto específico) e com as capacidades de leitura e de resposta adequadas às situações que o jogo lhe oferece a cada momento.

Segundo Weineck (1989), entende-se por táctica individual todo o comportamento racional que se encontra regulado sobre três factores: capacidade de rendimento do desportista, capacidade de rendimento do adversário e condições exteriores envolventes.

De acordo com Teodorescu (1984), a táctica individual constitui a base da táctica colectiva e representa o conjunto de acções individuais utilizadas conscientemente por um jogador na luta com um ou mais adversários e em colaboração com os companheiros, com o objectivo de realizar as missões de jogo, tanto na defesa como no ataque.

Latiskevits (1991) associa as acções tácticas individuais ofensivas aos diferentes meios adoptados por um jogador para contrariar a resistência oferecida pelo adversário, sem a ajuda imediata do companheiro.

Para Greco & Chagas (1992), a táctica individual define-se como o comportamento de um jogador que, através da acções de coordenação neuromuscular, permite interpretar, no tempo e no espaço, os movimentos direccionados a um determinado objectivo, que coincide, na maior parte das vezes, com o objectivo de jogo.

Por sua vez, Oliveira (1995) define conteúdo táctico individual como a utilização das capacidades técnicas individuais, em situação de jogo, condicionada pelo confronto com o adversário, pelas relações com os companheiros da equipa e pela imprevisibilidade imposta pela movimentação da bola.

Para Espar (1995, citado por Aniz, 1999), a capacidade táctica individual encontra-se estruturada sob três parâmetros: o primeiro, corresponde à observação e resposta do jogador às contingências do jogo, na tentativa de eleger a melhor solução; o segundo, refere-se à antecipação e intervenção activa, no qual o jogador procura conduzir o jogo no sentido dos seus intentos e pontos fortes; e o terceiro considera a existência de factores que, sem

pertencerem directamente à luta pela vitória, podem fazer modificar a actuação do jogador.

Vulgarmente denominado por "leitura de jogo", o que se pretende é que o jogador seja capaz de desenvolver um comportamento táctico individual que, em harmonia com os seus companheiros, contemple, a todo o momento, a sua situação em jogo, a posição dos seus adversários e, ainda, as condicionantes do contexto envolvente.
Laguna (2002) considera que na prática um desportista bom tacticamente é o que é capaz de decidir bem no decurso do jogo, estando esta capacidade condicionada pela capacidade perceptiva e pela optimização dos processos de tratamento da informação captada.

Neste sentido, Resende e Valdés (2003) atribuem à vertente táctica a capacidade de tomar decisões sobre o que fazer, em função das circunstâncias do jogo: posição da bola e alternativas de acção (não só dos companheiros como também dos adversários). Para os autores, o processo de selecção e execução da acção mais adequada para determinada situação de jogo depende, fundamentalmente, da capacidade de movimentação e posicionamento no espaço patenteada pelos jogadores sem bola. Tal capacidade evidencia-se como um factor representativo da aptidão dos jogadores para criar e/ou ocupar os espaços livres, jogando, deste modo, em função dos princípios tácticos. Em suma, a capacidade táctica apresenta-se como uma competência complexa que abrange: (1) capacidade cognitiva (está relacionada com a formação de conceitos e com as funções da memória que permitem a análise da situação e a tomada de decisão); (2) capacidade preceptiva (está relacionada com a visualização e interpretação das circunstâncias de jogo, com particular destaque para a distribuição e ocupação do espaço); (3) capacidade motora (está relacionada com o domínio da técnica e com a aptidão física para realizar as acções de modo eficiente).

Entre as diferentes intenções tácticas individuais, desenvolvidas pelos jogadores através do recurso a elementos técnico-tácticos, destacamos, por se encontrarem intimamente relacionadas com o espaço de jogo e pela relevância que assumem no entendimento da lógica funcional do mesmo, a *intercepção* (no plano defensivo) e a *desmarcação* (no plano ofensivo).

2.2.1.1.1. INTERCEPÇÃO

Mariot e Delerce (2003) consideram que, no processo de ensino-aprendizagem dos JDC, a intercepção surge como a primeira intenção táctica, que emerge no momento em que os jogadores defensores almejam reconquistar a posse de bola.

Para estes autores, a estruturação desta intenção ocorre sob o sentido de uma construção cognitiva, que reclama a necessidade de uma projecção sobre o possível futuro de uma acção em curso, na qual é urgente detectar informações pertinentes. Apresenta-se, por isso, como um comportamento dotado de intencionalidade táctica que não é, nem pode ser, resultado de uma informação advinda do exterior totalmente desprovida de sentido e que, não raras vezes, é frequente observar: "Vamos interceptar!"

De acordo com Mariot e Delerce (2003), a intercepção determina e gera dois tipos de leitura:
1º Leitura geográfica das informações a recolher. Acção em jogo, em situação especialmente propícia, que permite ao jogador descobrir e aprender a colocar-se em função de uma leitura integrativa visual, que considera quatro varáveis: onde está a bola?; onde é o alvo a defender?; onde ou quem é o meu adversário directo?; que faz o meu companheiro face o portador de bola?.
2º Leitura semântica, que se pode exprimir nos seguintes processos de análise: a leitura das características cinestésicas de orientação da trajectória da bola; a direcção do olhar do portador da bola; a posição da bola, que se afasta do corpo do portador de bola, para um plano superior e para trás; o armar do braço pronto a passar; a linha constituída pelos segmentos ombro - cintura pélvica - apoios; a leitura em contra-comunicação; o auxílio de um companheiro que pressiona e incomoda o portador de bola; o desenvolvimento para tornar-se ainda mais hábil/apto/astuto na acção,

A intercepção como uma intenção repleta de significado que contempla um múltiplo e elevado número de variáveis, transporta consigo a necessidade do desenvolvimento das capacidades de percepção e antecipação.

A este propósito, Konzag (1991) refere que, para resolver os vários problemas provocados pelas situações de jogo, os atletas devem tomar rapidamente as decisões tácticas que vão ser necessárias a cada caso, adequando-as ao objectivo pretendido. Irão fazê-lo com base na percepção e na antecipação da situação, escolhendo entre um número mais ou menos grande de alternativas de acção (capacidade táctica).

Por sua vez, Garganta (1995) afirma que o bom jogador ajusta-se não apenas às situações que vê mas também aquelas que prevê, decidindo em função das probabilidades de evolução do jogo.

A capacidade de percepção constitui, segundo Garcia (1998), o principal alicerce para a

selecção e execução de uma determinada acção e, consequentemente, para a obtenção de resultados favoráveis. A funcionalidade do jogo de Andebol obriga a uma constante percepção da situação e posição de companheiros, adversários e espaços, que se encontram, pelas vicissitudes próprias do jogo, em permanente mutação.

Tendo em consideração que a acção motriz nos desportos de equipa se desenvolve num espaço estável mas de contexto imprevisível, León (1999) realça a importância do valor perceptivo, referindo que este se revela na percepção das condutas dos adversários, dos companheiros, dos movimentos do móbil que se manipula, dos objectivos ou intencionalidades que se procuram e da velocidade de decisão e execução das acções dos demais participantes.

Para Alcaraz e Torrelles (2000), é o mecanismo de percepção que permite conhecer quais os elementos (bola, companheiros, adversários, espaços) e de que forma (colocação, velocidade) é que estes incidem e influem numa situação de jogo.
Guerrero Morilla (2000) refere que 80% da informação externa é recebida através dos receptores visuais, o que, desde logo, destaca a importância que a percepção visual assume no âmbito dos JDC.

Numa alusão à importância da capacidade táctica individual, Laguna (2002) salienta que nem todos os jogadores estão preparados para o ataque colectivo, sendo, para tal, necessário melhorar a capacidade perceptiva e o tratamento global da informação.

A percepção é, pois, distinguida por vários autores como uma competência decisiva, que urge apurar e desenvolver. Do mesmo modo, a capacidade de antecipação surge como fulcral na estrutura do rendimento (Cloître, 1990; Maclaren, 1990; Tenenbaum, 2003).

É comum afirmar-se que a principal vantagem conquistada pelos mecanismos de antecipação, é permitir ao jogador ganhar algum tempo na leitura das informações e, deste modo, superiorizar-se no duelo com o seu ou seus adversários.

Grinvald, 1999, refere que a antecipação é uma conduta básica para o desenvolvimento do jogo, que requer concentração selectiva, velocidade gestual e velocidade de reacção simples e complexa e uma adequada localização em função da situação da bola, dos companheiros e dos adversários. É, de uma forma geral, "ler" a jogada antes que esta se produza.

Antecipar é, de acordo com Alcaraz e Torrelles (2000), a acção através da qual o jogador se adianta ao movimento do seu adversário, no sentido de interceptar a bola que este pretende receber. Segundo estes autores, trata-se de uma acção na qual influem aspectos de ordem

psicológica (concentração, agressividade) e de ordem táctica (prever a acção do adversário, colocação em marcação).

Segundo Schellenberger (1990), os jogadores devem antecipar com subtileza, não apenas os seus próprios movimentos, mas também os movimentos dos seus colegas de equipa, dos seus adversários e da bola. Este autor acrescenta que, no desenrolar do jogo, os jogadores estão permanentemente a ser solicitados para antecipar as intenções tácticas dos colegas e adversários, para, deste modo, construírem os seus planos de acção.

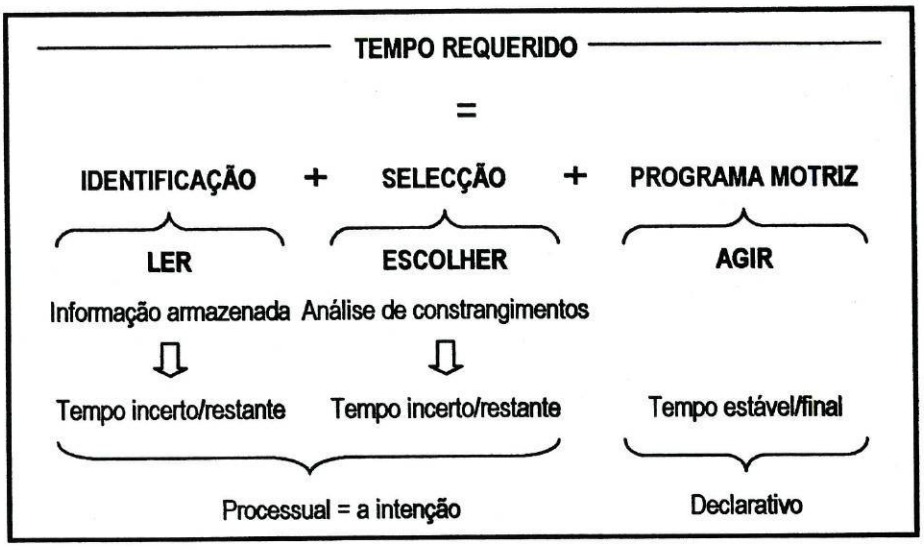
Bañuelos (1986), acerca da capacidade de antecipação, refere que esta consiste na correcta interpretação perceptiva dos estímulos, ocasionados em determinado envolvimento, antes que o resultado deles se materialize.

De acordo com Garcia (1998), prever as necessidades e consequências de cada situação, antecipando-se às intenções das acções dos companheiros e dos adversários, ao movimento da bola, bem como às possibilidades do seu próprio movimento, define a capacidade de antecipação. Trata-se de uma capacidade que exige a necessidade de interpretar adequadamente a situação colectiva, "lendo" o jogo e a provável continuidade do mesmo, e que, por isso, requer conhecimentos tácticos (plano cognitivo) e experiências competitivas variáveis.

Para Mariot e Delerce (2002), a construção do saber antecipar ou da competência para antecipar é alcançada tendo em conta o tempo requerido e utilizado na execução de uma tarefa motriz. Ao tempo necessário para a identificação e, posterior, selecção, acresce o tempo de realização motriz que, qualquer que seja o nível de prática, demora mais a estabilizar (quadro 10).

Na opinião de Tenenbaum (2003) a antecipação deve contemplar a relação entre duas variáveis: (1) a informação recebida do envolvimento; (2) as estruturas do conhecimento inerentes à memória de longa duração, constituindo esta o mecanismo que permite ao atleta planear e alterar as respostas, elaborando, assim, o seu plano de acção.

Daqui se infere que a antecipação afigura-se como uma conduta básica e primordial para o desenrolar do jogo de Andebol, e falar de antecipação é, de acordo com Olivera e Ticó (1992), falar de concentração mental, velocidade de reacção e velocidade gestual.



Quadro 10 - Construção da capacidade de antecipação (Mariot e Delerce, 2003)

2.2.1.1.2. DESMARCAÇÃO

Tratam-se de acções individuais de natureza ofensiva, desenvolvidas no absoluto respeito aos princípios de jogo, que visam a concretização de situações de jogo que coloquem jogadores livres de oposição directa do adversário, favorecendo, deste modo, a criação de linhas de passe (Queiroz, 1983).

Através da desmarcação, pretende-se, fundamentalmente, a consecução de objectivos ao nível do espaço de jogo, como sejam:

- ocupação eficiente dos espaços livres (deslocamentos dos jogadores para os espaços, para os quais, em princípio, devem ser dirigidos os passes);
- criação de espaços livres (movimentações que conduzem o adversário para zonas menos favoráveis, permitindo criar espaços livres favoráveis à equipa com posse de bola);
- utilização dos espaços livres (deslocamento consequente do jogador para o espaço deixado livre).

Desmarcação, segundo Bayer (1994), é escapar às possibilidades de intervenção dos defensores, com o propósito de se libertar para agir, mas também estar acessível ao outro, para participar na conservação e na progressão da bola ou na concretização de um golo. Para o autor, o problema fundamental a resolver resume-se:

- ao jogador portador de bola, libertar-se do adversário que o marca;
- ao jogador sem posse de bola, situar-se oportunamente no espaço de jogo, evitando as zonas de oposição e intercepção, de forma a facilitar o passe e a circulação de bola;

Neste sentido, Blázquez (1986) salienta que as dificuldades colocadas na realização desta acção táctica, só serão ultrapassadas tendo em consideração as necessidades do jogo e as possibilidades de realização e compreensão do jogador.

O mesmo autor refere que na relação com o jogador possuidor da bola e com o adversário, o papel do jogador sem bola consiste em criar linhas de passe, fugindo do espaço de intervenção do defensor. Para tal, deve ser capaz de observar os espaços livres que favoreçam uma desmarcação ajustada e coerente.

Podemos, como tal, considerar a desmarcação um comportamento motor repleto de intencionalidade táctica, que exige uma informação contínua de percepção de espaços.

Barbosa (1999) considera a desmarcação uma acção individual ofensiva que consiste numa rápida mudança de posição, normalmente precedida de uma simulação, de forma a criar uma linha de passe, que favoreça a recepção.

Para Alcaraz e Torrelles (2000) a desmarcação é a acção através da qual um jogador se distancia do seu adversário directo, deslocando-se para um determinado espaço livre, com o intuito de receber a bola numa situação vantajosa. Trata-se de uma acção que deve ser efectuada por intermédio de uma mudança de ritmo, acompanhada, se possível, por uma finta prévia. Ainda de acordo com estes autores, a desmarcação realiza-se quando:
- o possuidor de bola não pode realizar outra acção mais eficaz;
- o possuidor de bola encontra-se em condições de realizar o passe para o espaço livre e passível de ser ocupado.

Mariot e Delerce (2001) entendem que desmarcar exige do jogador a capacidade de integrar diferentes informações sobre si, os outros, o alvo, a bola e o espaço. Deslocar no espaço de jogo requer, deste modo: orientar em relação à bola, permanecer em dissociação segmentar, estar colocado em frente ao portador de bola, contemplar a possibilidade de trocar e estar disponível.

Para Rodriguez (2003) desmarcar, trata-se de interpretar uma determinada acção técnico-táctica desde uma perspectiva espacial estruturada. O autor considera que o princípio sobre o qual se sustenta a desmarcação é a procura e/ou a conquista de um espaço livre de ocupação. No processo ofensivo, as suas referências centram-se nos espaços possíveis de utilização pelos atacantes e não nos defensores, que, na realidade, integram o conjunto de variáveis complexas, determinantes da interpretação da estrutura espacial e das possíveis soluções de

eficácia numa situação concreta.

Uma correcta interpretação do espaço de jogo possibilita a concretização de desmarcações oportunas e ajustadas no tempo e torna o jogo de Andebol numa coisa simples, onde se afigura mais importante saber gerir regras de funcionamento e princípios de acção do que utilizar técnicas estereotipadas ou esquemas tácticos rígidos e pré-determinados, senão vejamos:

Em situação de jogo, o jogador com posse de bola deve:

1º procurar uma finalização eficaz do ataque (golo);

2º mobilizar o seu oponente directo, ou se possível mais que um, e relacionar-se, através de passe, com os seus companheiros;

3º ultrapassar o seu adversário directo na luta 1x1.

Por outro lado, o jogador sem bola deve desmarcar-se para os espaços livres, no sentido de:

1º oferecer apoio ao jogador com posse de bola;

2º usufruir do espaço livre para alcançar o objectivo de ataque;

3º assegurar o equilíbrio e a racionalidade na ocupação do espaço de jogo.

É do enlace ajustado, no espaço e no tempo, entre as intenções tácticas de ambos os protagonistas, que surgem os diferentes meios tácticos de grupo, base dos procedimentos e sistemas de jogo.

Teodorescu (1984) designa os meios tácticos de grupo por combinações tácticas elementares, referindo que tais representam a coordenação de acções individuais de dois ou mais jogadores durante o desenvolvimento de uma fase do jogo, com o objectivo de realizar uma missão parcial do jogo.

Por sua vez, Teixeira (1998) considera os meios tácticos de grupo, o conjunto de acções ofensivas em que interagem dois ou três jogadores, com o intuito de propiciar desequilíbrios na organização defensiva, criando, deste modo, situações de vantagem numérica e, consequentemente, situações óptimas de finalização.

Para Garcia (1998) os meios tácticos de grupo representam os conteúdos tácticos de colaboração que de produzem no jogo através da coordenação recíproca entre as acções individuais de dois jogadores no mínimo.

Num realce à importância destes meios tácticos no desenvolvimento do jogo, Garcia (1998) acrescenta que é a cooperação a nível de grupo que constitui o elo de ligação entre a acção individual e a acção colectiva, sendo, igualmente, indispensável para assegurar a fluidez do

jogo ofensivo.

São diversos os meios tácticos de grupo aplicados, em função do desenvolvimento da respectiva fase de jogo (ataque ou defesa). Contudo, optamos por distinguir as combinações tácticas que, simultaneamente, se assumem, não só, como as acções preponderantes no desenrolar do processo ofensivo no Andebol, como também, se desenvolvem por intermédio de uma relação operativa que obedece a um critério conjuntural, determinado pelos espaços observados e que são necessários ocupar. Deste modo, destacam-se os seguintes meios tácticos:

• progressões sucessivas: procedimento táctico em que o jogador atacante (jogador B) tenta progredir num espaço criado por um companheiro (jogador A) que, através da sua acção, fixa/atrai a atenção do defensor directo (B1) do jogador que vai receber a bola, usufruindo do espaço livre (ataque ao ímpar) (figura 1). Segundo Sanchéz (1991), este meio táctico deve-se realizar entre dois ou mais jogadores, sendo, contudo, frequente observar-se o envolvimento de três jogadores, pois a fixação do jogador ímpar na acção de iniciação é difícil.

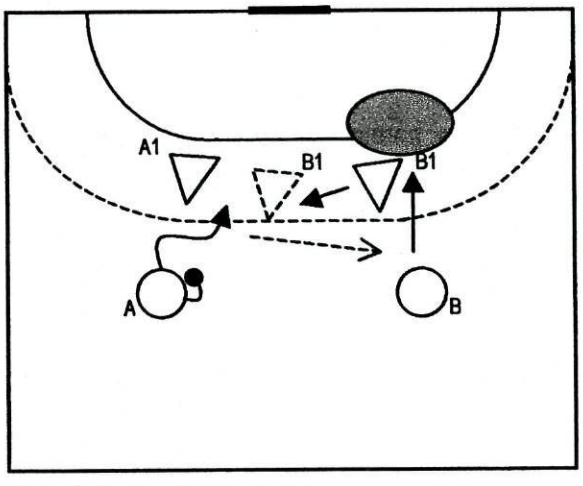


Figura 1 - Progressões sucessivas

• cruzamento: procedimento táctico caracterizado por uma interacção entre dois jogadores que executam as suas trajectórias em sentidos contrários, de tal forma que o jogador com posse de bola (jogador A) fixa o seu oponente directo (jogador A1) dificultando a intervenção deste sobre o segundo atacante (jogador B) que, através de uma trajectória larga, tenta explorar o espaço criado pelo seu companheiro (figura 2).

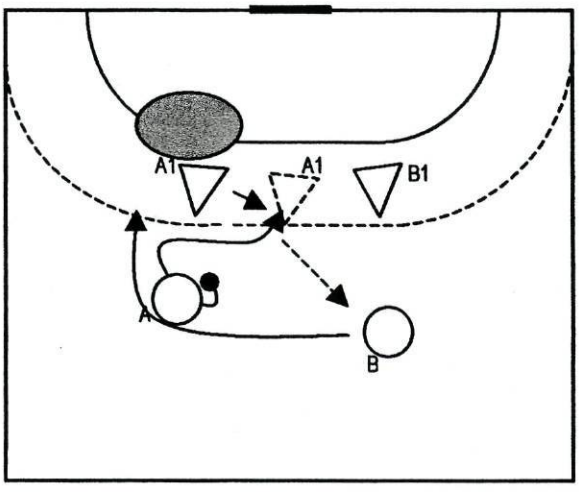


Figura 2 - Cruzamento

A reflexão conceptual deste meio táctico exige uma perspectiva do seu enquadramento em situação de jogo. Por este facto, quando nos referimos ao cruzamento, torna-se crucial considerá-lo como uma *consequência* da observação de um espaço livre entre dois defensores que, na intenção de ser ocupado pelo portador de bola e na consequente acção do seu defensor directo (impede a trajectória, fechando esse espaço), liberta um espaço que será, à posteriori, ocupado pelo seu companheiro.

Esta delimitação terminológica refuta, como refere Legarra (2002), a consideração deste conteúdo táctico como *um meio para*, segundo a qual o cruzamento é executado no sentido de beneficiar de um erro na troca defensiva, que permita o remate ou a penetração do jogador beneficiário.

O entendimento do cruzamento nesta perspectiva, nega a intencionalidade táctica dos jogadores, pois supõe o esquecimento do objectivo fundamental do jogo (marcar golo) e, consequentemente, concorre para a realização de trajectórias pouco profundas, não orientadas para o alvo a atingir e, por isso, tacticamente incorrectas.

A execução sistemática, independente e premeditada do cruzamento não tem qualquer sentido, sendo, como tal, necessário contextualizar a realização deste meio táctico aos acontecimentos em jogo, tendo sempre em consideração a reacção da defesa. Torna-se, assim, fundamental conceber o cruzamento como um resultado da criação de espaços, provocado pelas relações estabelecidas entre os jogadores.

A este propósito, Legarra (2002) sugere o ensino dos vários tipos de cruzamento, adoptando uma metodologia conjunta e inter-relacional, baseada nas prováveis respostas defensivas que o jogo proporciona, rejeitando, deste modo, a execução separada e mecanizada do mesmo

Por sua vez, Garcia (1998) realça que o êxito do cruzamento depende, em grande medida, da acção do jogador com posse de bola. Este deve ter uma intervenção inteligente, que supõe a manutenção de uma intenção de penetrar e/ou rematar no espaço disponível, adoptando uma orientação adequada à baliza.

Neste perspectiva, perfilhada por Garcia (1998), o cruzamento afigurara-se como uma unidade táctica global, na qual os protagonistas se adaptam às diferentes situações espaciais e à variabilidade das respostas defensivas o que, desde logo, refuta a ideia de que as suas alternativas de resposta representam modelos diferentes e independentes entre si.

Se atendermos a esta perspectiva mais integral, onde impera uma lógica de sentido procedente da interpretação dos espaços, é com facilidade que estabelecemos uma relação funcional entre as progressões sucessivas e o cruzamento, pois:

(1º) as progressões sucessivas constituem o meio táctico essencial e primário para a consecução dos objectivos de ataque (figura 3);

(2º) o cruzamento surge como uma consequência natural da ineficácia da acção precedente (progressões sucessivas), à qual corresponde a eficácia da defesa adversária, sendo que os objectivos passam por: usufruir do espaço livre e, se possível, marcar golo; apoiar o jogador com posse de bola; assegurar o equilíbrio na ocupação do espaço de jogo.

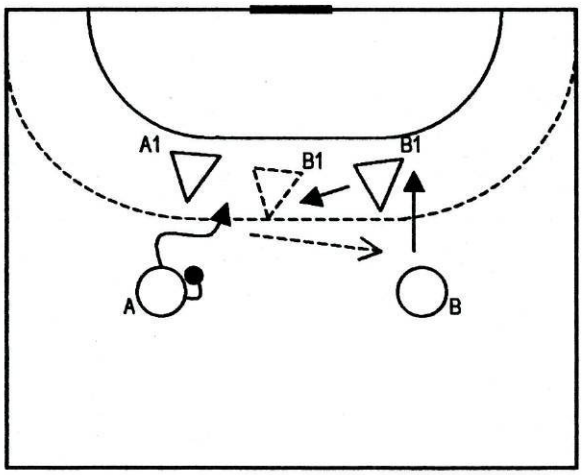


Figura 3 - Progressões sucessivas como meio táctico primário

Tendo em consideração que o jogador com posse de bola (jogador A) toma a iniciativa de jogo sem esquecer o seu objectivo, a sua acção visa, em primeiro lugar, libertar-se do seu adversário directo (jogador A1), na tentativa de conseguir ocupar um espaço que lhe favoreça uma concretização privilegiada.

Contudo, o carácter colectivo do jogo, promove a possibilidade real e perfeitamente exequível, do segundo defensor (jogador B1) efectuar uma ajuda defensiva ao seu companheiro (jogador A1) e, deste modo, impedir que o jogador com posse de bola (jogador A) penetre no espaço previamente alcançado. A partir deste momento, está criada uma situação de superioridade numérica ofensiva, cuja continuidade e possível concretização passa pela aplicação de uma progressão sucessiva, na qual o segundo jogador de ataque (jogador B), beneficiando da vantagem espacial, apenas tem que progredir no seu espaço de acção para, se for solicitado, finalizar sem oposição.

Trata-se, pois, de um meio táctico, cuja consecução eficaz e benéfica depende, em grande parte, do comportamento dos jogadores sem bola. Estes, após a situação de desequilíbrio criada pelo jogador com bola, devem, através da intervenção sucessiva e escalonada desde o ponto de vista espaço-temporal (Garcia, 1998), deslocar-se directamente para os espaços livres.

Para tal, todos os jogadores devem receber a bola em movimento em direcção à baliza, constituindo o princípio do escalonamento da intervenção (Garcia, 1998) um pressuposto essencial para obter uma coordenação adequada. O momento de início da acção do jogador sem bola deve ajustar-se ao movimento do seu companheiro, de tal forma que, quando este estiver a terminar a sua acção, o potencial receptor de bola se encontre quase já em movimento. O cumprimento rigoroso deste princípio facilitará a desmarcação, a recepção a uma distância adequada e permitirá assegurar a continuidade de passe (Garcia, 1998).

Importa ter em atenção que o desenvolvimento deste procedimento táctico, requer uma supremacia imediata do ataque sobre a defesa, em que o jogador que assume a iniciativa de jogo consegue, através da sua acção individual, ultrapassar o seu adversário directo e, consequentemente, finalizar ou continuar o ataque beneficiando da ajuda defensiva.

No entanto, nem sempre assim sucede, conseguindo a defesa, por vezes, contrariar as acções ofensivas adversárias.

Como consequência, e após a iniciativa do jogador com bola (jogador A), o seu adversário directo (jogador A1) intervém defensivamente impedindo a sua penetração no espaço pretendido. Como tal, e perante a eficácia defensiva patenteada, não se justifica a ajuda do seu companheiro (jogador B1), que se mantém no seu espaço de jurisdição impedindo, assim, a sua ocupação pelo atacante directo (jogador B) (figura 4).

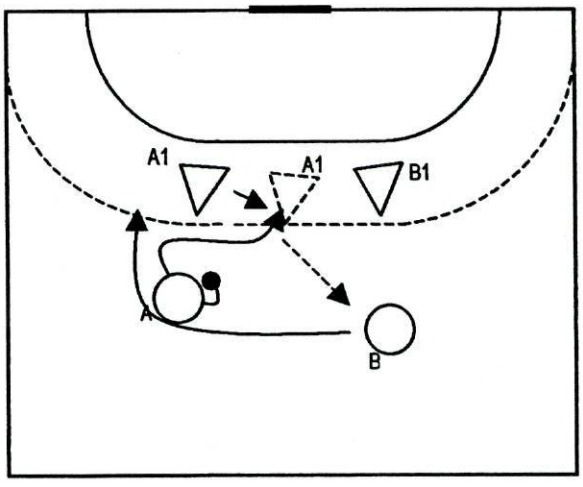


Figura 4 - Cruzamento como conteúdo táctico consequente de uma progressão sucessiva ineficaz

Perante este cenário, torna-se inviável a realização da progressão sucessiva e surge, como alternativa fundamentada, a execução do cruzamento. O espaço disponível deixou de poder ser explorado através de trajectórias rectilíneas e passou a ser possível de alcançar por intermédio de trajectórias curvilíneas e largas, que visam a ocupação do espaço deixado livre pelo defensor directo do jogador com bola (jogador A1), aquando da sua acção sobre o seu adversário (jogador A). Mais uma vez, quem pode usufruir do espaço observado, passível de ser ocupado, é o segundo atacante (jogador B), cuja acção deve ter como primeiro objectivo a finalização do ataque.

Para além da noção de espaço, Garcia (1998) acrescenta que é indispensável que o portador de bola perceba a trajectória e velocidade do potencial receptor da mesma, de forma a ajustar o momento de passe (percepção espaço-temporal). Este corresponde ao instante em que os protagonistas - passador, oponente directo e beneficiário - se encontram no mesmo eixo relativamente à baliza adversária.

Ainda a propósito desta situação de jogo, convém salientar que não são raras as vezes que o defensor directo do jogador sem posse de bola (jogador B1) por não ser chamado a intervir directamente na acção (não efectua ajuda), adopta uma colocação no espaço que lhe permita interceptar o passe entre os dois atacantes. Assim, abandona a sua posição recuada, que não corre o risco de ser explorada pelo adversário directo (jogador B), e avança no terreno com o intuito de o impedir de receber a bola. O cruzamento continua a ser o meio táctico a aplicar nesta situação, tendo, contudo, como objectivo prioritário, não o beneficiar do espaço livre, mas sim o apoiar o jogador com bola (jogador A), criando e assegurando uma linha de passe entre

os dois atacantes (figura 5).

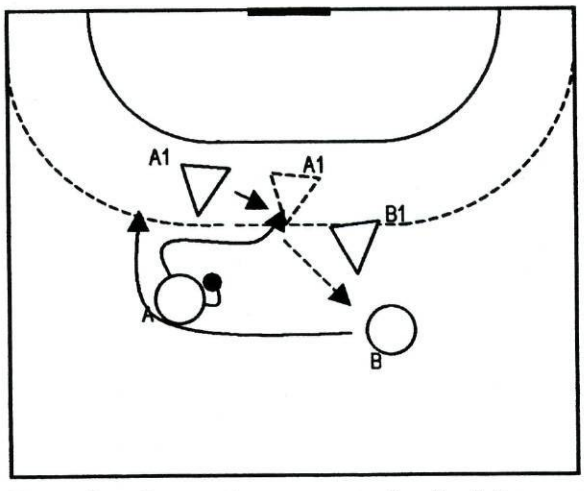


Figura 5 - Cruzamento como procedimento táctico para assegurar linha de passe e continuidade do ataque

Tal como referem Contreras e Ortega (1999), a criação, ocupação e aproveitamento do espaço são um conceito básico de jogo, que conduz ao êxito no cumprimento dos seus princípios gerais, através da aplicação adequada dos meios tácticos colectivos essenciais.

O conhecimento e a compreensão das inter-relações entre as características do espaço e sub-espaços da prática desportiva e a lógica do jogo, favorece a criação de exercícios de treino que permite aos atletas aumentar as possibilidades de utilização estratégica do espaço e aplicar os conhecimentos adquiridos a situações similares numa mesma modalidade desportiva.

O desenvolvimento do jogo de Andebol responde a disposições espaciais, configuradas por uma permanente troca de espaços criados e ocupados, que possibilitam ou não, situações privilegiadas para os seus intervenientes. Esta é uma realidade concretizada de acordo com os princípios básicos espaciais constituintes do próprio jogo, que perseguem um raciocínio inteligível e coerente. As possibilidades espaciais da situação 2x2 devem ser estruturadas de acordo com estes fundamentos e, a partir daqui, devem acompanhar a lógica do jogo, alicerçada, tal como refere Rodríguez (2003), na ocupação de espaços de poder.

2.2.2. COMUNICAÇÃO NA ACÇÃO

Constituindo os diálogos de qualidade os elementos indutores das acções e das transformações ocorridas no jogo, cabe ao treinador interpretar e fazer com que o jogador

compreenda as estruturas de inter-conexão do jogo, a sua mecânica funcional, pois deste modo, assegura comportamentos adequados e lógicos (Trujillo e Rico, 2004).

O conceito de comunicação motora ou motriz está directamente relacionado com a interacção ou relação entre os intervenientes, em actividades desportivas de participação ou intervenção simultânea, nas quais os indivíduos podem realizar acções de colaboração e de oposição (Moreno, 1994).

Todos os desportos de equipa comportam necessariamente uma comunicação, que se revela, fundamentalmente, através da própria acção motriz desenvolvida em jogo.

A este respeito, Blazquez (1986) salienta que ao situar-se na acção de jogo, o jogador encontra-se perante uma variedade de símbolos e sinais que deve saber interpretar, existindo, pois, uma forma de linguagem motora que é necessário codificar.

Moreno (1984) considera a comunicação motriz como a forma de expressar o código ou o sistema de relações entre os jogadores.

Esta comunicação motriz refere-se, portanto, às situações denominadas sociomotrizes, onde a componente práxica e a interacção motriz se assumem como factores absolutamente necessários e indispensáveis (Moreno, 1984).

A comunicação desenvolvida em jogo apresenta, contudo, características diversas em função da idade e nível de jogo dos praticantes.

Irlinguer (1973) constatou, com base em observações triviais que evidenciaram um recurso excessivo à linguagem verbal por parte dos jogadores principiantes relativamente aos jogadores de alto nível, que à medida que o jogo começa a organizar-se e a acelerar, este modo de comunicação torna-se inadequado à natureza e ao ritmo de evolução da complexidade das tarefas (situação). Por este facto, o mesmo autor refere que, no âmbito dos JDC, o verbal é inapropriado, surgindo o gesto como o meio fundamental e autónomo de comunicação.

Efectivamente, a utilização exacerbada da verbalização é frequente ocorrer no jogo de principiantes, onde a noção espacial ainda se encontra numa fase rudimentar, desenrolando-se o jogo em função da bola (aglomeração em torno da bola) e não em função dos espaços livres e a ocupar.

Ao situar-se na acção do jogo, o jogador encontra-se perante uma variedade de sinais e

símbolos que deve ser capaz de interpretar (Blazquez, 1986). Estes referem-se, não só, aos que provêm dos seus próprios companheiros (comunicação), como também aos emitidos pelos seus adversários (contra-comunicação).

Konzag (1991), numa alusão à comunicação desenvolvida em jogo, refere que as acções técnico-tácticas seleccionadas pelos jogadores devem respeitar as acções, ou a antecipação feita às acções que os adversários têm intenção de realizar.

O Andebol é um jogo de cooperação-oposição, no qual os principais factores de constrangimento vão muito mais além da disponibilidade dos recursos energéticos ou técnicos dos intervenientes, abrangendo questões como a capacidade de comunicação entre os jogadores da mesma equipa e de contra comunicação entre os jogadores das equipas em confronto (adaptado de Garganta, 1996).

A comunicação motriz encontra-se, deste modo, inerente aos comportamentos desenvolvidos em jogo, conferindo às situações decorrentes um grau de imprevisibilidade que, por um lado, se pretende reduzido, entre os elementos da mesma equipa, e, por outro lado, se deseja elevado, entres estes e os seus adversários.

Neste sentido, Castelo (1996) afirma que é necessário ter em consideração os problemas ligados à produção de incerteza para os adversários e de certeza para os companheiros, numa situação inevitavelmente reversível. Para o autor, grande parte das acções dos jogadores consiste em "jogar" com a incerteza induzida pelos seus comportamentos procurando, por um lado, que esta se anule face aos seus companheiros e, por outro lado, que ela aumente perante os seus adversários.

Na opinião de Tavares (1997) a grande singularidade do processo comunicacional em desportos colectivos advém do facto da oposição a adversários e da colaboração entre companheiros ser simultânea, ou seja, qualquer participante, através do seu movimento corporal, pretende, ao mesmo tempo, ser compreendido pelos companheiros e incompreendido pelo adversários.

O mesmo autor acrescenta, ainda, que o sentido ou significado de cada comportamento pode visar o alcance de uma transparência - quando na relação ou interacção entre jogadores da mesma equipa se procura pôr em comum indícios verdadeiros; ou pode visar uma opacidade - quando na interacção entre adversários o não verbal pretende reflectir falsos índices.

Por sua vez, Lavega (2000) considera que todo o participante em jogo é portador de

informação, independentemente de o desejar ou não. Segundo este autor, para que uma equipa alcance o sucesso, tal informação deverá ser o mais clara e perceptível possível entre os companheiros e totalmente obscura e ilegível para os adversários.

Para Molinuevo e Carcía (2001) a comunicação motriz representa, por um lado, as relações estabelecidas entre os participantes e, por outro, a referência mais importante no momento de tomar decisões por parte dos jogadores.

Na sobrevalorização da comunicação motora, enquanto factor determinante para o desenvolvimento do jogo, Garganta (2002) considera que é a relação de oposição entre os elementos das duas equipas em confronto e a relação de cooperação entre os elementos da mesma equipa, ocorridas num contexto aleatório, que traduzem a essência do jogo de futebol.
Em síntese, e de acordo com Rijo (2002), a comunicação motriz traduz-se num sistema de codificação/descodificação motriz que, manifestado através de acções motrizes, busca à consecução de um objectivo motor. Trata-se, pois, de um sistema dinâmico: (1) sujeito a alterações próprias e derivados da incerteza interna e/ou externa, assim como da sua própria lógica; (2) de codificação/descodificação motriz, porque põe em prática uma linguagem motora; (3) que se desenvolve através de acções porque o verbal não é pertinente nem significativo; (4) e que tende à consecução de um objectivo motor, porque toda a comunicação busca uma finalidade, neste caso particular, motora.

A comunicação motriz adquire significado verdadeiro quando se relaciona com os outros parâmetros configuradores da lógica interna. Neste sentido, o tipo de interacção que se estabelece entre os participantes vai estar condicionada por: onde actuar (espaço motor), que ritmo empregar (tempo), sob que restrições posso relacionar-me (regras), de que forma (gestualidade ou técnica), e respeitando que decisões tomar (estratégia motriz).

Uma participação adequada em jogo, exige, por parte dos participantes, um ajuste permanente dos seus comportamentos. É necessário que os jogadores adoptem uma atitude de prevenção, que considere a situação e os comportamentos dos demais participantes, pelo que se torna urgente antecipar e prever as acções subsequentes, de modo a responder adequada e oportunamente às solicitações dos seus companheiros e às acções dos seus adversários.

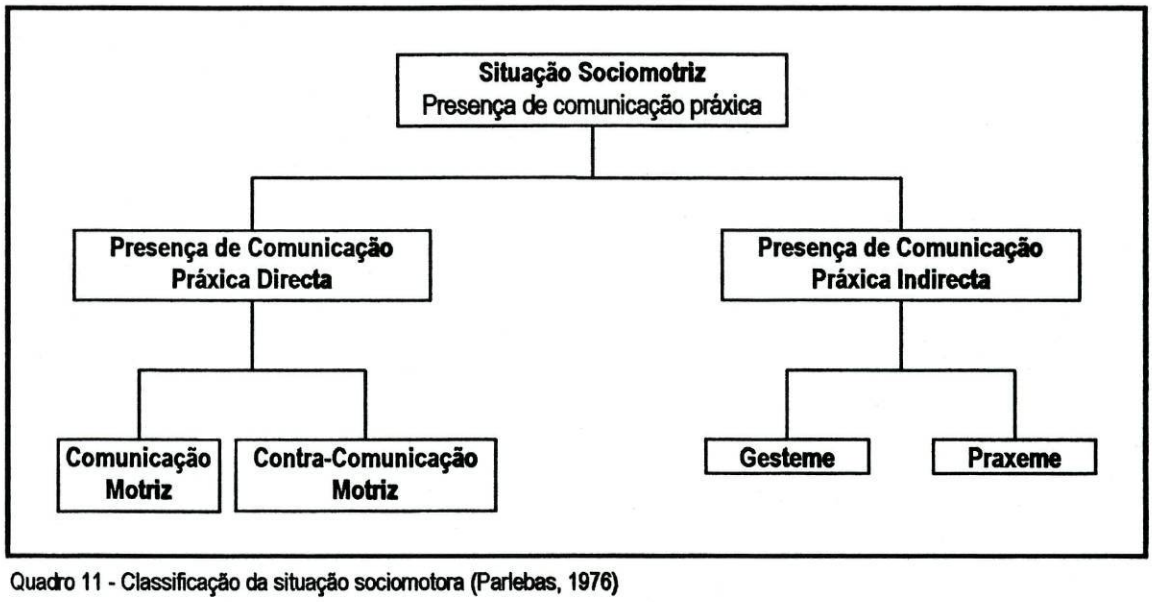
Tal como referem Olivera e Ticó (1992), a comunicação motora reveste-se de uma importância crucial no desenvolvimento do jogo, pois permite que o jogador interprete os gestos e as acções que os companheiros e adversários executam, facilitando, assim, a tomada de decisão

e a opção pela solução mais adequada.

Podemos assim caracterizar o jogo através das formas de interacção no seio de redes de comunicação (cooperação) e de contra-comunicação (oposição), que se traduzem na aplicação de acções técnico-tácticas individuais e colectivas, organizadas e ordenadas num sistema de relações e inter-relações coerentes e consequentes, de ataque e defesa, tendo em vista em vista o desequilíbrio do sistema opositor, na procura de uma meta comum (Castelo, 1996).

O Andebol está compreendido nos desportos de cooperação-oposição, que se desenrola numa situação sociomotriz e em que a acção de jogo é um acto práxico, sendo a comunicação desenvolvida, resultante de uma interacção motriz essencial ou comunicação práxica (adaptado de Moreno, 2001)

A comunicação práxica contempla, segundo Parlebas (1976), duas categorias: a *comunicação directa*, que distingue a comunicação da contra-comunicação, e a comunicação indirecta, que considera a existência dos gestemes e praxemes (quadro 11).



Quadro 11 - Classificação da situação sociomotora (Parlebas, 1976)

Parlebas (1976) define comunicação de cooperação como os comportamentos de ajuda observados entre os elementos da mesma equipa. Tratam-se de interacções operacionais positivas entre companheiros da mesma equipa.

Para Moreno (1984), a comunicação é uma interacção motora de cooperação essencial e directa, que se efectua pela transmissão de um objecto (bola), a ocupação de um determinado

espaço, ou através de um papel sociomotor (guarda redes, jogador sem bola, jogador com bola). Esta comunicação estabelece-se sempre entre companheiros.

Por sua vez, a contra-comunicação motriz corresponde a comportamentos antagonistas realizados por jogadores que se confrontam entre si. Tratam-se, pois, de interacções operacionais negativas entre adversários (Parlebas, 1976).

Moreno (1984) considera a contra-comunicação uma interacção motora de oposição essencial e directa, que se desenvolve de formas diversas e caracteriza-se por uma transmissão antagónica da bola, um papel desfavorável (pelo jogador adversário), ou por uma posição ou situação espacial desfavorável (fora de jogo, no futebol). A contra-comunicação estabelece-se sempre entre adversários.

Estes conceitos operacionais possibilitam associar os comportamentos dos jogadores, com base no modelo dualista de cooperação/oposição, e, consequentemente, constituir redes de comunicação de três tipos: cooperação, oposição e cooperação/oposição.

A comunicação indirecta é igualmente constituída por duas categorias de códigos (comportamentos motores que funcionam como um signo) (Castelo, 1996):

• os gestemes: são toda a variedade de gestos convencionais que acompanham a acção motora, com o objectivo de transmitir uma informação ou uma injunção táctica pela simples substituição da palavra. É frequente observar-se um jogador interpelar os seus companheiros substituindo as injunções verbais por injunções gestuais (elevar o braço, fechar a mão, bater palmas). O sinal (significante) é o gesto observado e a mensagem (significado) é o conteúdo táctico;

• os praxemes: são indissociáveis das condutas motoras e acompanham sempre a acção (acto práxico), transportando consigo índices que se revelam decisivos no processo de antecipação motora. Os praxemes representam o sentido táctico dos comportamentos motores dos jogadores implicados na realização de uma acção de jogo e estão intimamente relacionados com a subjectividade da "leitura de jogo" de cada jogador, que, por sua vez, se encontra subjacente à lógica do jogo.

O contexto em que o jogo se desenvolve, exige que os jogadores interajam entre si, comunicando e contra-comunicando, pois todo e qualquer comportamento funciona como um sinal. A comunicação motora surge, deste modo, como algo intrínseco ao próprio jogo e indissociável das acções realizadas.

A riqueza, a espectacularidade e a especificidade do jogo residem no facto das suas situações, por mais idênticas que se apresentem, serem sempre susceptíveis de interpretações e resoluções diversas. Como refere Castelo (1996) uma mesma situação de jogo não é, necessariamente, "vivida" da mesma forma pelos diferentes jogadores, que consequentemente não antecipam acções concordantes a partir de um cenário idêntico. O mesmo autor acrescenta, ainda, que esta multiplicidade de sentidos constitui a fonte de ambiguidade do acto estratégico.

Todo o comportamento motor deve ser acompanhado de intencionalidade táctica, desenvolvida em função do espaço de jogo, sendo que a acção subsequente depende fundamentalmente da capacidade de "leitura de jogo" de cada jogador, tendo sempre em consideração a ocupação do espaço, com vista à obtenção dos objectivos. Se assim for, contribuímos para a existência de um sistema comum de referência, no qual todos os jogadores comunicam entre si através de uma linguagem comum (comunicação motora). Como refere Bayer (1994), jogar com princípios idênticos, utilizando factores idênticos, representa ter uma linguagem comum que vai permitir a compreensão mútua.

Mourinho (2004, pp. 12), numa análise à equipa da Selecção Nacional que participou no Campeonato da Europa de Futebol, realça que esta carece de um trabalho ao nível da organização táctica, da estruturação e da automatização que passa, inevitavelmente, pela adopção de uma linguagem comum, considerando urgente que "grupos de grandes jogadores pensassem e reagissem em simultâneo a cada variante do jogo, como uma equipa".

Para jogar bem é imprescindível que o atleta incorpore no seu repertório soluções para as situações que o jogo apresenta ou cria, que lhe permitam relacionar-se adequada e harmoniosamente com os seus colegas de equipa. Para tal, segundo Trujillo e Rico (2004), é necessário criar uma ponte comum que faça da ideia táctica de um jogador a solução táctica da equipa e, deste modo, alcançar eficácia nas acções de jogo.

Carvalhal (2004, p. 31) considera que uma equipa, na verdadeira acepção do termo, é "aquela em que, num determinado momento, perante determinada situação, os jogadores pensam todos do mesmo modo".

O sentido táctico atribuído aos vários sinais que a tarefa comporta, deve ser desenvolvido na procura de uma ocupação espacial equilibrada, coerente e racional, constituindo a comunicação motora uma consequência natural de uma correcta e inteligível estruturação do

espaço de jogo.

No Andebol, as redes de comunicação motora proporcionadas obedecem a uma prévia distribuição espacial por parte da organização colectiva (Garcia, 1998).

Nos diferentes sistemas ou distribuições espaciais do início do jogo grupal ofensivo, as relações entre os jogadores confrontados espacialmente é uma constante estratégica que os treinadores devem considerar. Acrescentar redes de comunicação, completando a rede da nossa equipa e potenciando as relações de jogo entre os elementos de equipa, multiplica geometricamente as possibilidades tácticas colectivas e individuais até um nível que, longe de confirmar um sistema ou filosofia de jogo, constitui a definição interna do próprio jogo (Rodriguez, 2003).

Estas redes de comunicação sociomotriz revelam-se, também, no jogo defensivo e consubstanciam-se nas possíveis relações espaciais constituídas pelos participantes.

Nas distintas disposições espaciais da defesa por parte dos jogadores, estabelecem-se entre os espaços individuais (espaço próprio, possuído e potencial), limites pessoais que constituem a comunicação com o jogador do(s) posto(s) conivente(s) (espaço comum e compartilhado) e o(s) adversário(s) (espaço contrário) (Rodriguez, 2003).

A intervenção da defesa nos espaços partilhados por dois ou mais jogadores configura o trabalho de táctica colectiva de uma equipa, onde uma rede de comunicação sólida expressa uma defesa de qualidade.

Neste sentido, partilhamos da opinião de Rodriguez (2003), quando considera que a defesa de maior riqueza na sua organização prévia, será aquela que favorece o diálogo, entre os elementos que a constituem, e onde se estabelecem mais linhas de relação. É por isso que as defesas abertas e profundas, nas quais a comunicação espacial é múltipla e muito mais complexa, são mais dificeis de interpretar e desenvolver do que as defesas fechadas, onde as linhas de comunicação se limitam a jogadores muito próximos entre eles.

2.2.3. TÉCNICA INDIVIDUAL

As características do jogo ao nível da estruturação do espaço e da comunicação na acção, para além de serem comuns aos J.D.C., estão intimamente relacionadas com a dinâmica do mesmo. Por seu lado, a relação com a bola, apresenta-se como um indicador de jogo de maior

especificidade, que varia de acordo com a modalidade praticada.

Naturalmente, que ao referirmo-nos à relação do jogador com o objecto de jogo, convergimos a nossa atenção para a vertente técnica. Esta está condicionada não só pelas características próprias do móbil de jogo (dimensão, textura), mas também, pelos constrangimentos específicos do regulamento exclusivos de cada modalidade.

Ao analisarmos o Andebol, enquanto um desporto de cooperação-oposição, a descrição da técnica surge como uma tarefa algo complexa, pois a sua manifestação durante a competição adopta *formas poliestruturais* (Garcia, 2003).

Neste desporto, tal como nos demais JDC, as habilidades técnicas são, na sua maioria, realizadas em condições que estão em permanente mutação, sujeitas a variações de ritmo, intensidade e amplitude gestual, sendo, por isso, designadas de abertas; dependem dos problemas de circunstância colocados pela situação de jogo e adquirem contornos distintos, de forma a dar resposta à variabilidade dos "cenários" surgidos no decorrer do jogo (Mesquita, 1998).

A este propósito, Graça (1995) salienta que, neste grupo de jogos, as habilidades motoras realizam-se sempre em situações de envolvimento imprevisível, permanecendo a sua execução dependente das configurações particulares de cada momento de jogo, que ditam o tempo e o espaço para a sua realização

Este autor acrescenta, ainda, que as habilidades são reguladas pelos constrangimentos dos factores exteriores (posição e movimento dos colegas e adversários, colocação no terreno de jogo, distância do alvo a atacar ou a defender) e, por isso, a capacidade perceptiva e tomada de decisão desempenham um papel crucial na aprendizagem das habilidades.

Como tal, no Andebol, a acção técnica assume-se, essencialmente, como um meio para atingir um fim, pois será a consequência de utilização de determinada acção motora que irá determinar a eficácia da acção do praticante (o seu sucesso).

A este respeito, Tavares (1993) refere que a técnica, no âmbito dos JDC, expressa um carácter relacional e adaptativo, sendo considerada como um meio da táctica, utilizada em função das exigências colocadas pelo jogo.

O conceito de competência no domínio das habilidades técnicas constitui, na opinião de Rink (1993), um conceito multidimensional, pois à exigência do "saber fazer" (necessidade de obter

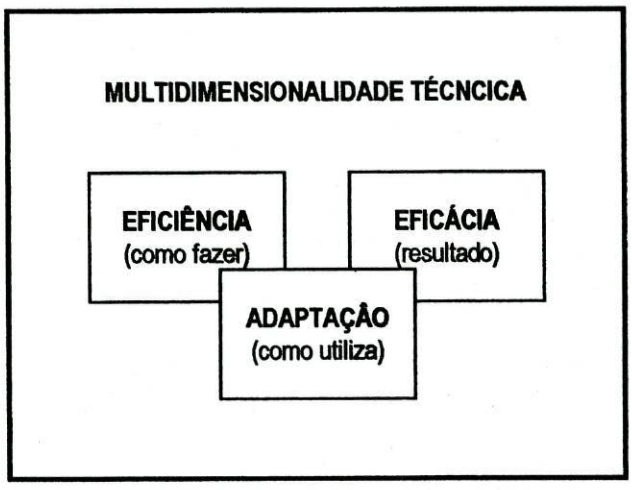
rendimento através da sua utilização), alia-se a necessidade de ajustar a habilidade técnica aos contextos aleatórios e variados, característicos do próprio jogo (quadro 12).

Face à complexidade da habilidade técnica no contexto dos JDC, Rink (1993) propõe a contemplação de três dimensões no seu processo de ensino:

(1) a dimensão eficiência, referenciada à correcta execução da habilidade em função dos critérios biomecânicos estabelecidos;

(2) a dimensão eficácia, que privilegia a busca do rendimento, resultado da utilização das habilidades;

(3) a dimensão adaptação, relacionada com o ajustamento das respostas aos contornos particulares e variados que o jogo apresenta.



Quadro 12 - Conceito multidimensional no domínio das habilidades técnicas nos JDC (Rink, 1993, adaptado de Mesquita, 1998)

É o factor técnico, condicionado pelos constrangimentos regulamentares, que normaliza as condutas permitidas aos jogadores na abordagem ao jogo, prescrevendo os requisitos necessários para que estes possam intervir nas constantes situações de jogo.

A este propósito, Bayer (1994) realça que todo o repertório técnico é um produto da história e evolução de cada jogo desportivo, constituindo-se, por isso, como património exclusivo de cada um deles.

Para Teodorescu (1984, pp. 28) a técnica, num desporto colectivo, representa "o conjunto de hábitos motores e específicos (procedimentos e gestos técnicos) utilizado com o objectivo da prática do jogo com a máxima eficiência". Este autor salienta, ainda, que a técnica não deve ser entendida como algo em si mesmo, mas sim associada ao processo de jogo e, como tal, em

relação permanente com a táctica e qualidades motoras.

Weineck (1988) entende por técnica desportiva, os procedimentos desenvolvidos pela prática para responder o mais racional e economicamente possível a um determinado problema gestual.

Segundo Konzag (1991) a técnica refere-se à execução do movimento adaptada às condições da situação de jogo e ao tipo somático do jogador, ou seja, trata-se de uma execução funcional e económica que favorece a concretização dos objectivos de jogo.

Quando nos referimos à técnica estamos a falar de motricidade especializada e específica de uma modalidade desportiva, que permite ao jogador resolver eficientemente as tarefas do jogo. A técnica procura a optimização racional da capacidade do jogador às condições de realização de modo a conseguir o máximo rendimento desportivo (Morino, 1982; Bayer, 1994)

A lógica do factor técnico exprime-se, de acordo com Castelo (1996), sob três planos fundamentais: regulamentar, táctico-estratégico e de análise situacional. O primeiro, porque regulariza a actividade dos jogadores no desenvolvimento dos seus comportamentos, traduzindo, na opinião de Bayer (1994, pp. 164) "um repertório concreto, hiperespecializado e específico das acções". O segundo, determina que a acção técnica deve ser portadora de um sentido ou de um significado em função do contexto onde se integra, o que confere às acções um carácter imprevisível. O terceiro parâmetro, segundo o qual cada situação de jogo conduz a cenários dispositivos (colocação dos companheiros e adversários) e espaciais diversos, exige do jogador a capacidade de seleccionar, dentro de um amplo leque de possibilidades, a conduta mais adequada e que garanta a máxima eficácia.

A técnica, segundo Parlebas (2001), representa uma forma de execução concreta e precisa, que favorece a adaptação das condutas motrizes dos praticantes a um determinado contexto de prática, em função de um regulamento, das características próprias do espaço e, ainda, dos possíveis obstáculos ou sinais recebidos. Como tal, toda a técnica desportiva materializa-se, mais concretamente, numa conduta motriz.

Considerando os significados de técnica desportiva anteriormente mencionados, Garcia (2003) concebeu a sua própria definição. Para o autor, a técnica traduz o nível de domínio dos padrões de execução básicos para a coordenação de movimentos ou processos de acção, que, não só, ajusta adequadamente as forças internas e externas, como também, procura o equilíbrio do jogador e a funcionalidade, economia e eficácia do movimento requerido pelo

momento e situação de jogo, explorando as regras.

De acordo com o mesmo autor, a acção técnica individual não é um objectivo em si, mas sim um meio, eleito entre várias alternativas, para alcançar uma capacidade, que, por sua vez, deve ser valorizada e aplicada a partir da alteração constante das situações (movimentos dos companheiros e adversários) de jogo: intenção táctica.

A técnica e a táctica constituem, como tal, uma unidade dialéctica, condicionando-se e influenciando-se reciprocamente (Knapp, 1979; Teodorescu, 1984).

O jogador que realiza uma acção técnica no decorrer de um jogo, fá-lo sempre em função de um contexto (Moreno, 1984), pelo que a técnica, no seu sentido mais restrito, não tem aplicabilidade em situação real, pois toda a acção de jogo ultrapassa largamente os processos motores contidos nos gestos da técnica (Araújo, 1992).

A técnica não é mais do que uma gama de recursos motores específicos que se encontra, permanentemente, ao serviço da capacidade de decisão e leitura de jogo do praticante. Como refere Garganta (1995) a verdadeira dimensão da técnica repousa na sua utilidade para servir a inteligência e a capacidade de decisão táctica dos jogadores, realçando que o domínio das diferentes técnicas, embora se constitua um instrumento sem o qual é muito difícil jogar e impossível de jogar bem, não permite, necessariamente, o acesso ao bom jogo.

A multiplicidade e complexidade de factores que interferem na realização de uma acção é de tal forma acentuada, que se torna inconcebível restringi-la a uma simples habilidade motora. Como tal, a execução adequada, é aquela que para além de contemplar as determinantes técnicas do gesto em questão, tem, também, em consideração os constrangimentos impostos pela situação de jogo (espaço de jogo, colegas de equipa, adversários e objectivo da acção).

A execução de qualquer procedimento técnico tem de atender à contextualização da situação (técnica situacional), caracterizada pela sua variabilidade, transitoriedade e aleatoriedade numa constante procura de adaptação às circunstâncias do envolvimento (Mesquita, 2000).

Deste modo, apesar do problema fundamental que se coloca ao indivíduo que joga ser essencialmente táctico, no plano prático, torna-se impossível dissociar-lhe a vertente técnica, pois, como refere Gréghaigne (1992), as habilidades técnicas estão sempre em relação com as apreciações (leituras) e escolhas efectuadas pelos jogadores.

Urge, como tal, nos momentos iniciais de aprendizagem, fornecer aos praticantes uma

bagagem mínima de disponibilidade motora (Barreto, 1984), que lhes possibilite apresentar nas suas acções alguma intencionalidade, ainda que incipiente ou inconsequente.

Importa, fundamentalmente, assegurar que os praticantes demonstrem um grau, mesmo que rudimentar, de controlo do objecto de jogo, de forma a disponibilizarem da visão para efectuar a "leitura" de jogo e, consequentemente decidir melhor. Ao prevalecer, na relação com a bola, o controlo cinestésico em detrimento do visual, o jogador tecnicamente evoluído fica liberto para efectuar a "leitura" das situações de jogo e, deste modo, contemplando as demais variáveis do jogo (espaço, colegas, adversários), pode optar pelas melhores soluções (Mesquita, 2000).

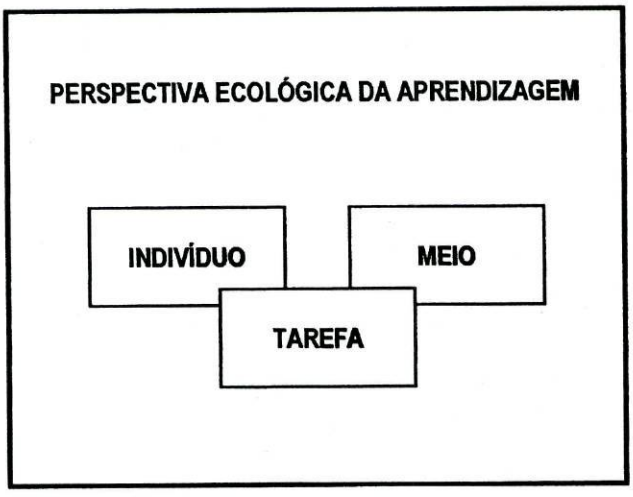
A permanente actuação táctica que o jogo exige aos intervenientes, apenas é atingível se estes possuírem um controlo cinestésico que lhes permita, no momento em que estão a driblar a bola, utilizar o sentido da visão para funções superiores de ordem táctica. Nesta perspectiva, a técnica não é mais do que um meio para alcançar uma estrutura superior marcada pelos objectivos de jogo e na qual é necessário adaptar o gesto ou o movimento às imposições da situação (Aguilà, 1990).

Assim, mais do que dicotomizar técnica e táctica, enquanto perspectivas de abordagem distintas e antagónicas, importa estabelecer relações de compromisso e complementaridade entre ambas (Mesquita, 1998).

A este propósito, Temprado (1997) considera que nos JDC a realização das habilidades técnicas pressupõe a concretização de uma "dupla tarefa", isto é, o progresso na aprendizagem traduz a capacidade do praticante repartir a atenção entre uma tarefa motora (drible) e uma tarefa cognitiva (analisar os deslocamentos dos colegas na situação).

Se, por um lado, é importante que o jogador domine os fundamentos técnicos, por outro, é fundamental que ele saiba adequar o seu comportamento, em função da variabilidade de problemas que ocorrem durante o jogo. Assim, ganha sentido a concepção do processo de ensino-aprendizagem das habilidades técnicas como um processo interactivo, cujo propósito se cinge à percepção dos significados das acções sujeitas aos condicionalismos contextuais (Pérez Gómez, 1992).

Apelidada de ecológica (Mesquita, 2000), a aprendizagem, tendo em consideração as particularidades impostas pelo envolvimento, constitui um processo de exploração das interacções entre o indivíduo, o meio e os constrangimentos das tarefas (quadro 13).



Quadro 13 - Perspectiva ecológica da aprendizagem no treino das habilidades técnicas (Mesquita, 2000)

Pelo exposto, nunca é demais referir, que a acção técnica é um factor preponderante na estrutura de rendimento de uma qualquer modalidade desportiva. Todavia, importa salientar que o enquadramento da sua aprendizagem e aperfeiçoamento deverá sempre atender aos condicionalismos conjecturais e contextuais próprios, que derivam da lógica interna que a modalidade desportiva em si encerra.

2.4 - ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL DO JOGO DE ANDEBOL

Ao procurar entender o jogo de Andebol, enquanto expressão do comportamento das equipas em confronto, pretendemos descortinar as condições de identidade dos sistemas (equipas) envolvidos e a organização que gere essa identidade, conscientes de que o conteúdo de jogo é incerto e imprevisível (adaptado de Garganta, 1996).

A este propósito, Garganta (1995), no intuito de traduzir o jogo para uma escala assimilável pelos praticantes, sugere a sua divisão não em elementos (o passe, a recepção, o remate, o drible) mas em unidades funcionais, em que a aprendizagem é referenciada a regras de acção e princípios de gestão do espaço de jogo, bem como de formas de comunicação e contra-comunicação dos jogadores.

Tais princípios e regras, são denominados no seu conjunto, segundo Teodorescu (1984), por *componentes fundamentais da táctica*. Por se apresentarem como elementos essenciais para a compreensão do jogo, entendemos que os processos tácticos devem primar pela simplicidade, estimulando uma forma de jogar inteligente e interpretativa e desenvolvendo o domínio de todos os parâmetros de jogo conscientemente e de um modo unitário (interrelacional).

Neste sentido, a táctica significa, em primeiro plano, uma organização colectiva em função do espaço de jogo e das missões específicas dos jogadores, e, consequentemente, pressupõe a existência de uma concepção unitária para o desenrolar do jogo, que permite aos jogadores estabelecer uma "linguagem comum".

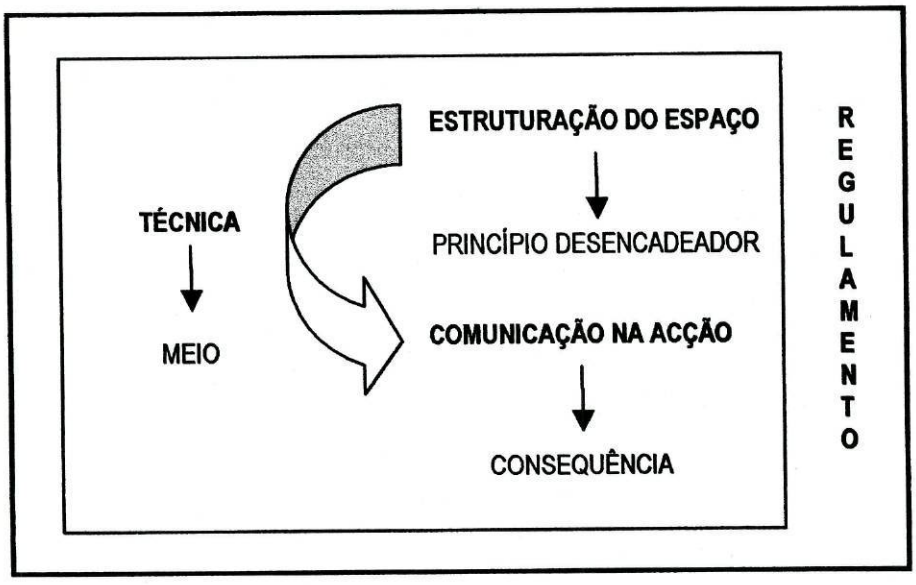
Deste modo, é possível estabelecer, na organização do jogo de Andebol, uma dupla dimensão: estática e dinâmica (adaptado de Castelo, 1996).

Enquanto a primeira se traduz pela racionalização do espaço, através da aplicação de um dispositivo de base em que os jogadores ocupam o terreno de jogo, estabelecendo as linhas de força unitárias e homogéneas, que constituem o quadro referencial de redes de comunicação ou de intercepção das ligações dos adversários; a dimensão dinâmica, consubstancia-se na racionalização e objectivação das tarefas e missões tácticas, que se traduzem fundamentalmente pelo estabelecimento de atitudes e comportamentos técnico-tácticos de base (regras de acção/intenções tácticas), realizados permanentemente em função do espaço observado e passível de ser ocupado.

Sanchez (1991, pp. 48), num reforço à importância que o domínio dos espaços assume na dinâmica do jogo de Andebol, afirma que "a luta para conseguir a ocupação de espaços livres (...) marcou toda a evolução técnico-táctica e estratégica do nosso desporto".

A organização da equipa, segundo Pino Ortega (2001), pode ser configurada a partir do modo como os jogadores estruturam os espaços de jogo, gerem o tempo e realizam as tarefas, considerando que, na interacção destas variáveis ao longo das diferentes fases de jogo, o espaço funciona como o elemento estruturante e contextualizador dos demais parâmetros.

O *espaço de jogo* surge, assim, como o princípio primordial na interpretação e desenvolvimento das acções no Andebol, a partir do qual os jogadores estabelecem uma *comunicação*, congruente com os objectivos a alcançar em cada momento do jogo, impossível de conceber sem um domínio, ainda que rudimentar, da *técnica* (relação com a bola), que possibilite a libertação da visão para a realização das tarefas decisionais de carácter eminentemente táctico. Naturalmente, que todos estes princípios de jogo se encontram subjacentes às limitações impostas pelo *regulamento de jogo*. Contudo, não podemos esquecer que o jogo é, antes de tudo, um corpo de regras, um regulamento, que se apresenta sob a forma de um conjunto de prescrições. Este código gera invariantes sobre as quais os jogadores alicerçam os seus comportamentos e exprimem variações particulares (quadro 14).



Quadro 14 - Princípios configuradores da lógica funcional do jogo de Andebol

Porque as tarefas dos jogadores se baseiam na cooperação e na oposição, as suas competências não podem cingir-se a aspectos individuais mas têm que se reportar a grandes categorias de problemas, afigurando-se necessário perceber o jogo na sua complexidade, na concorrência das equipas por um objectivo comum e no antagonismo destas em função das diferentes fases do jogo (Garganta, 1996).

Cremos, contudo, que, nos dias de hoje, os técnicos desportivos são vítimas de um sistema epistemológico, que concebe a compreensão dos aspectos globais do jogo a partir da análise e fragmentação prévias dos conceitos de jogo em partes de mais fácil entendimento, para, numa fase posterior, os encadear e congregar, na tentativa de formar um todo provido de significado.

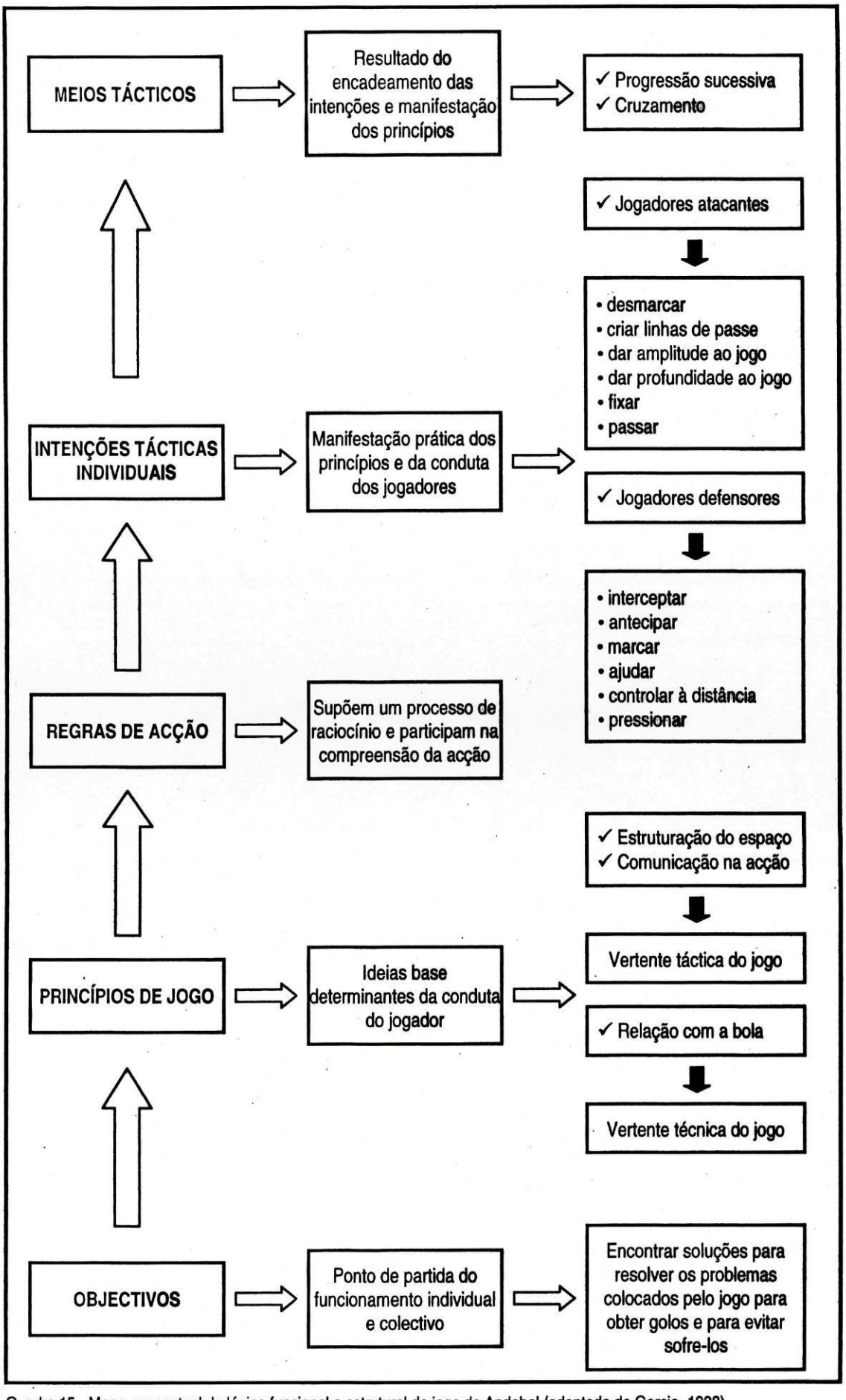
Tal facto, concorre, no Andebol, para a distinção da técnica e da táctica como âmbitos particulares de uma disciplina, com regras exclusivas e que, em si mesmas, também se definem por distintos elementos que as constituem, cuja finalidade é tão-somente descrever o que ocorre no espaço de 40x20m. Assim, deparamo-nos com os deslocamentos, o passe, o drible e o remate, como componentes do que entendemos por nosso jogo, e, por outro lado, dispomos da análise dos sucessos do colectivo, através de procedimentos e/ou meios tácticos como o passe e vai, as progressões sucessivas, os cruzamentos e o bloqueio, que representam acontecimentos etiquetados, diferenciados e distinguíveis entre o conjunto de acções que ocorrem no terreno de jogo.

Rodriguez (2003) salienta que, sob este discurso, os técnicos desportivos construíram o conceito metodológico do processo de formação dos jogadores, com base na análise

descritiva, elaborando as tarefas a partir dos procedimentos descritos, e não desde a lógica primitiva do puro conceito espacial à margem dos sucessos específicos que, inevitavelmente, se dão de forma natural.

O mesmo autor afirma que a única aproximação a uma realidade espacial, surge com o objectivo de que tais meios ou procedimentos sejam adquiridos num processo de ensino-aprendizagem metodologicamente correcto e, como tal, se apresentem de uma forma sequencial, desde espaços reduzidos a espaços amplos, numa progressão didáctica organizada sob soluções descritivas previamente conceptualizadas.

É do conhecimento e da compreensão das inter-relações "espaço-lógica" que irá surgir o elemento chave para a elaboração de actividades que contribuem para o desenvolvimento progressivo das capacidades do jogador, de tal forma que lhe permita: (1) perceber com maior precisão e utilizar mais eficazmente as possibilidades tácticas que o espaço oferece (identificar a existência de "buracos" na estrutura ofensiva ou defensiva própria ou alheia em função da situação da situação espacial das equipas, associar tais "buracos" com possíveis linhas de passe para progredir até ao objectivo, valorizar a conveniência de realizar apoios ou dificultá-los de acordo com a posição dos jogadores correspondentes); (2) antecipar com maior rapidez possíveis respostas num determinado momento, em função do espaço ocupado por si, pelos seus companheiros e pelos seus adversários (possibilidade de contra ataque próprio ou alheio, passar ou tirar, apoiar ofensivamente e defensivamente o companheiro); (3) ponderar as possíveis consequências das suas acções de acordo com a disposição dos seus companheiros e adversários sobre o terreno de jogo (favorecer um contra ataque por perda de bola num drible, criar um "buraco" ou deixar um atacante livre por ir apoiar um companheiro...) (Buendía, 2002).



Quadro 15 - Mapa conceptual da lógica funcional e estrutural do jogo de Andebol (adaptado de Garcia, 1998)

3. METODOLOGIA

3.1. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O propósito do nosso estudo é o de analisar as concepções que os treinadores de andebol têm acerca da estrutura de funcionamento do jogo, enquanto processo lógico e interpretativo. Procuramos recolher toda a informação de forma a preservar intactas as características particulares de cada treinador, no sentido de extrair informações com o máximo de fiabilidade possível, que nos permita colocar em prática um dispositivo reflexor de uma noção próxima da realidade (Quivy et all., 1998). A concretização desta intenção implica a adopção de uma metodologia de natureza qualitativa, organizada sob a forma de um estudo de casos. Segundo Patton (1990) a utilidade do estudo de casos reside na necessidade de estudar uma situação especial, de entender um grupo específico ou um problema concreto em grande profundidade, disponibilizando uma quantidade e qualidade de informação particularmente rica. Deste modo, não se pretende tirar conclusões gerais a uma qualquer população, procura-se, isso sim, uma compreensão teórica do fenómeno.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Fizeram parte deste estudo os 10 treinadores representantes das equipas que disputaram o campeonato da Liga Portuguesa de Andebol, durante a época desportiva 2003/2004. O estudo de cada treinador corresponde a um estudo de caso e caracteriza-se por constituir uma unidade e uma totalidade em si mesmo. A sua identidade e as suas características particulares têm, por isso, que ser salvaguardadas. Na opinião de Graça (1997), a vantagem de constituir vários estudos de caso reside na possibilidade de realizar uma análise cruzada, procurando temas comuns, padrões, nuances e contrastes, de uma forma sistematizada, em casos escolhidos por critérios de semelhança ou contraste.

Os treinadores das 10 equipas em estudo pertencem ao sexo masculino, têm idades compreendidas entre os 37 e os 56 anos e o intervalo de experiência, como treinadores da modalidade, varia entre os 5 e os 31 anos.

A escolha dos treinadores para este estudo obedeceu aos seguintes critérios: (1) estatuto profissional (pois tratam-se dos treinadores lideres das equipas que disputam o campeonato mais competitivo, mais forte e de maior qualidade do nosso país); (2) passado desportivo como atleta (todos os treinadores foram praticantes da modalidade a nível federado, variando a

experiência de prática entre os 7 e os 30 anos); (3) experiência profissional (todos os treinadores do nosso estudo apresentam anos de experiência no exercício de tais funções, que varia entre os 5 e os 31 anos). De referir, contudo, que, a quase totalidade dos treinadores, possui mais de 15 anos de experiência, o que é certificador de concepções sustentadas em conhecimentos adquiridos ao longo da prática desportiva; (4) formação académica dos treinadores (dos dez treinadores entrevistados, oito são licenciados em Educação Física e dois são Engenheiros). Entre os licenciados em Educação Física, três treinadores são oriundos do INEF (2) e FMH (1) de Lisboa, dois treinadores são procedentes da FCDEF do Porto, outros dois licenciaram-se na Ex-URSS e, por fim, um treinador provêm da Academia de Desporto da Bulgária.

Entendemos que a profundidade que o tema encerra, exige reflexões bem estruturadas, alicerçadas fundamentalmente no conhecimento e experiência adquirida. Este foi um dos motivos que nos levou a optar por uma amostra constituída por treinadores de equipas seniores, em detrimento de treinadores dos escalões de formação.

Por outro lado, por acreditamos que são as coisas simples, caracterizadoras do jogo de andebol enquanto um processo lógico, que diferenciam o jogo elaborado e de qualidade do jogo rudimentar e primário, consideramos tratar-se de um tema sobre o qual há todo o interesse em conhecer a concepção dos treinadores que trabalham ao mais alto nível no contexto do panorama nacional.

De seguida, são apresentados os dados biográficos dos treinadores:

O José é de nacionalidade portuguesa e tem 42 anos de idade. No Instituto Superior de Educação Física de Leninegrado (ex-URSS) adquiriu formação superior em Educação Física, tendo, posteriormente, obtido o Mestrado em TARD na FCDEF-Porto. É treinador de andebol há 18 anos, período durante o qual conquistou vários títulos, a saber: 8 Campeonatos Nacionais, 7 Taças de Portugal e 7 Supertaças, enquanto treinador-adjunto; e, ainda, mas agora nas funções de treinador principal, 7 Campeonatos Nacionais de Juniores e 2 Campeonatos Nacionais de Juvenis.

Internacionalmente, a nível de clubes, foi vice campeão da Europa e, por uma vez, alcançou os ¼ de final da Liga dos Campeões, ambos os feitos conquistados no papel de treinador-adjunto. Como atleta da modalidade, foram 10 os anos em que exerceu tais funções.

O António é de nacionalidade russa e tem 56 anos de idade. Possui o Curso Superior de

Educação Física ministrado pelo Instituto de Educação Física de Lvov (ex-URSS), exercendo a profissão de treinador da modalidade há 22 anos. Como títulos conquistados, enquanto treinador, destacam-se: 8 Campeonatos Nacionais, 7 Taças de Portugal, 7 Supertaças e 2 Campeonatos Nacionais de Juniores, a nível interno, sendo, ainda, de realçar 1 Campeonato Nacional da URSS e 1 Campeonato Nacional de Juniores, pelo mesmo país.
Em termos de experiência internacional exerceu durante 4 anos a função de treinador da Selecção Portuguesa de Andebol e por um período de 2 anos foi treinador adjunto da Selecção da URSS em sub-21, tendo conquistado 1 Campeonato do Mundo. De realçar, igualmente, que foi vice campeão da Europa a nível de clubes.
Foi jogador durante 14 anos, tendo disputado o Campeonato de Clubes do Exército da 1ª Divisão, no qual alcançou o título nacional por quatro vezes e por três vezes a conquista da taça.

O Pedro é de nacionalidade espanhola e tem 46 anos de idade. No Instituto Politécnico de Vigo, adquiriu formação superior em Engenharia na área dos projectos, exercendo funções de treinador há 28 anos. Destacam-se como melhores resultados alcançados, 6 subidas à Liga Asobal (1ª Divisão Nacional Espanhola).
Durante 7 anos foi praticante da modalidade.

O André é de nacionalidade portuguesa e tem 39 anos de idade. Possui o curso Superior de Desporto e Educação Física obtido na FCDEF-Porto, tendo desempenhado, na mesma instituição, Provas de Aptidão Pedagógica e Científica. Exerce funções de treinador há 21 anos, entre os quais 5 correspondem ao trabalho cumprido como treinador da Selecções Nacionais de Juvenis e Juniores Femininos e 3 anos referem-se às funções de treinador-adjunto da Selecção Nacional de Seniores Femininos. De destacar, durante este período de tempo, o 6º lugar alcançado com a Selecção de Juniores Feminina, no Campeonato do Mundo da Costa do Marfim.
Enquanto treinador da Selecção Universitária Masculina, foi vice-campeão do Mundo.
A nível interno, é de salientar a conquista de 1 Taça de Portugal e o título de Campeão Nacional da 2ª Divisão, como treinador de Seniores Masculinos.
Como praticante da modalidade, foram 9 os anos de actividade.

O Manuel é de nacionalidade portuguesa e tem 52 anos de idade. Possui o curso Superior de

Educação Física ministrado pelo INEF-Lisboa, exercendo funções de treinador há 31 anos, entre os quais 3 correspondem ao trabalho cumprido como treinador-adjunto da Selecção Nacional de Seniores Masculinos.
Como títulos alcançados a nível interno, destacam-se 1 Campeonato Nacional da 3ª Divisão e 1 Campeonato Nacional da 1 Divisão, assumindo, neste último, funções de treinador-adjunto.
Foi atleta da modalidade durante 12 anos, tendo conquistado, enquanto sénior, 4 Campeonatos Nacionais e 3 Taças de Portugal.
De realçar, ainda, que durante o período de praticante da modalidade, foi sempre representante da Selecção Nacional, auferindo, por isso, 9 internacionalizações A e 3 internacionalizações de Esperanças.

O Miguel é de nacionalidade portuguesa e tem 37 anos de idade. Na FMH-Lisboa adquiriu formação superior em Desporto e Educação Física, tendo, posteriormente, concluído o 1º ano de Mestrado em Psicologia do Desporto, na mesma instituição. É treinador de andebol há 5 anos.
Como praticante da modalidade, foram 14 os anos de actividade. Foi, aliás, nessa condição que alcançou estatuto de internacional, tendo sido chamado para representar a Selecção Nacional A por quatro vezes.

O Vasco é de nacionalidade portuguesa e tem 56 anos de idade. No Instituto Superior Técnico - Lisboa, adquiriu formação superior em Engenharia Civil. Exerce funções de treinador há 26 anos, tendo, a nível sénior, conquistado 1 Campeonato Nacional da 2ª Divisão.
Durante 14 anos foi praticante da modalidade.

O Joaquim é de nacionalidade búlgara e tem 48 anos de idade. Possui o curso Superior de Educação Física obtido na Academia de Desporto da Bulgária, exercendo a profissão de treinador da modalidade há 18 anos. Como títulos conquistados, destacam-se: 1 Campeonato Nacional da 2ª Divisão e 2 Campeonatos Nacionais da Divisão de Elite.
Em termos de experiência internacional, exerceu durante 2 anos as funções de treinador da Selecção de sub-21 da Bulgária.
Como jogador alcançou 312 internacionalizações, tendo desempenhado tais funções durante 13 anos. Quanto aos títulos conquistados, como atleta sénior, salientam-se 9 Campeonatos Nacionais e 7 Taças.

O Frederico é de nacionalidade portuguesa e tem 39 anos de idade. Na FCDEF-Porto obteve formação superior em Desporto e Educação Física, tendo, posteriormente, adquirido o Mestrado em TARD, na mesma instituição. É treinador de andebol há 22 anos, período durante o qual conquistou, ao nível de juniores, 2 taças de Portugal e 1 Campeonato Nacional e, a nível sénior, 2 Supertaças, 1 Campeonato Nacional e 1 Taça da Liga. De realçar, ainda, que durante 3 anos, na condição de treinador-adjunto, participou em competições internacionais a nível de clubes.
Como jogador, foi praticante da modalidade durante 16 anos, tendo conquistado 2 títulos de Campeão Nacional de Juniores.

O Dinis é de nacionalidade portuguesa, tem 50 anos de idade e possui formação superior em Educação Física, ministrado pelo INEF-Lisboa. Exerce funções de treinador há 27 anos, entre os quais 8 correspondem ao trabalho cumprido como treinador da Selecções Nacionais de Juvenis e Juniores e 4 anos referem-se às funções de treinador-adjunto da Selecção Nacional de Seniores. Durante este período, destacam-se, como melhores resultados, o 3º lugar alcançado no Campeonato do Mundo da Argentina de Juniores e o título de vice-campeão da Europa em juvenis.
Foi atleta da modalidade durante 30 anos, tendo ganho, enquanto sénior, 3 Campeonatos Nacionais e 2 Taças de Portugal.

3.3. VARIÁVEIS DO ESTUDO

A partir das questões iniciais do estudo, procurou-se salientar a concepção dos treinadores sobre as três variáveis que norteiam este estudo: (1) Estruturação do Espaço de Jogo; (2) Comunicação na Acção; (3) Técnica Individual.

Estruturação do Espaço de Jogo - apresenta-se como um princípio do jogo, cuja concretização depende da aplicação de regras de acção ofensivas e defensivas. Considerada a variável fundamental do estudo, a partir da qual se desenvolvem as acções de jogo, procura destacar as regras que promovem uma ocupação do espaço racional e coerente. Implica capacidade de interpretação espacial, baseada, fundamentalmente, nos espaços livres e passíveis de ser ocupados.

Comunicação na acção - refere-se a uma variável que, em situação de jogo, pode adoptar diferentes formas. Salientando a importância da comunicação motora, demonstra de que forma esta se pode desenvolver como uma consequência natural da análise espacial. Traduz-se, na prática, pela movimentação dos jogadores no espaço, exigindo, para tal, competência táctica individual.

Técnica individual - realça a importância desta variável no desenvolvimento do jogo, tendo em consideração a sua relação de complementaridade com a táctica. Manifesta-se pela facilidade de relação com o objecto de jogo, através da qual se torna possível libertar a visão para observar e interpretar as situações envolventes. Revela-se, deste modo, como um meio para concretizar as condutas tácticas.

3.4. PROCEDIMENTOS DA RECOLHA DE DADOS

A recolha da informação fundou-se nos procedimentos metodológicos de natureza qualitativa, tendo por base a aplicação de um protocolo de entrevista estruturada e de resposta aberta, na qual foi definida à *priori* a sequência e o teor de cada pergunta (Bell, 1997).

Optámos por um modelo de entrevista estruturada de resposta aberta, na qual, de uma forma geral, se manteve inalterável a ordem das questões. Contudo, o respeito pela sequência do guião não foi impeditivo de aprofundar reflexões ou esclarecer dúvidas que surgiam das respostas dos entrevistados.

A preferência por este modelo de entrevista permite manter a concentração sobre as questões relevantes do tema em investigação, o que propicia respostas adequadas em relação ao pretendido. Por outro lado, constitui o método aconselhado quando, como é o caso, o investigador possui pouca experiência na condução de entrevistas.

A aplicação da entrevista concretizou-se em duas fases complementares. Uma primeira parte de carácter mais geral, na qual os entrevistados podiam falar livremente e sem restrições sem, contudo, se desviarem do tema em questão.

A segunda fase da entrevista consistiu no visionamento e análise de cenários previamente seleccionados, onde as respostas se cingiram às observações efectuadas o que, sem condicionar as respostas dos entrevistados, as torna mais objectivas e precisas. Por intermédio

do ecrã do computador e do Software de Reprodução de Ficheiros Multimédia da Microsoft (*Windows DVD*), foi possível aos entrevistados apreciar, de forma calma e profunda, os aspectos mais relevantes dos cenários, que foram mostrados individualmente e com o mesmo tempo de duração para todos os treinadores.

Nesta parte da entrevista, pretendeu-se fazer a transferibilidade das variáveis tratadas anteriormente para o jogo de andebol propriamente dito, a fim de indagar acerca da sua aplicabilidade no desenvolvimento do mesmo. Deste modo, no processo de selecção dos cenários, recorreu-se a imagens relativas ao Campeonato do Mundo de Andebol 2004 realizado na Eslovénia, que contemplassem: (1) a distribuição espacial ofensiva ampla e profunda e as consequentes repercussões a nível defensivo; (2) a realização da progressão sucessiva como conteúdo táctico que implica uma interpretação espacial e, posteriormente, uma desmarcação, enquanto regra de acção que concretiza a análise precedente; (3) a utilização do cruzamento como um procedimento táctico realizado no sentido de ocupar os espaços livres através da desmarcação; (4) o confronto entre estes dois meios tácticos de grupo ofensivos, onde se torna evidente que, em ambos os casos, é exigida uma análise prévia do espaço, à qual corresponde uma comunicação motora entre os intervenientes; (5) a comparação entre os sistemas defensivos profundos e os sistemas defensivos fechados, ao nível da estruturação do espaço e da comunicação na acção; (6) a realização de dois passes com graus de dificuldade distintos, nos quais o sucesso das execuções depende da análise prévia da situação.

Após serem explicados aos treinadores os propósitos e objectivos do trabalho, foram clarificadas todas as dúvidas que os mesmos pudessem ter em relação ao estudo em causa e, posteriormente, foi garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos. Deu-se a devida importância à necessidade de perceber as concepções pessoais de cada treinador e a sua forma particular de entender o jogo.

As entrevistas tiveram uma duração situada entre cerca de uma hora e uma hora e meia, e decorreram em locais de ambiente reservado e tranquilo que permitisse a partilha de ideias e o aprofundamento das questões. O entrevistador procurou sempre conhecer a perspectiva própria e genuína de cada entrevistado, assumindo uma postura não avaliativa, que propiciasse uma relação de confiança e discrição.

A gravação das entrevistas processou-se através da utilização de um gravador Olympus Pearlcorder S701 e de microcassetes Sony MC - 60. Posteriormente, foram transcritas e

processadas integralmente para um ficheiro individual do computador

Na construção da entrevista intervieram 4 peritos na área, mais concretamente 2 da modalidade de andebol e outros 2 especialistas dos JDC, a quem foram solicitados pareceres independentes acerca das diferentes questões que a constituíam, garantindo-se, deste modo, a sua validade por peritagem.

3.5. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A primeira fase da análise consistiu na codificação de todo o material recolhido, sendo, para tal, elaborada uma grelha de codificação respeitante à primeira parte da entrevista, na qual os treinadores expuseram a sua concepção acerca dos temas em questão numa perspectiva mais geral.

Trata-se de um processo de localização precisa de todos os dados relevantes para a investigação. A elaboração da grelha de codificação é o método utilizado pelo investigador na procura e selecção de determinados elementos e, simultaneamente, na exclusão e omissão de outros, que o investigador considera supérfluos e desnecessários para o estudo. Segundo Graça (1997), a codificação é um processo de filtragem, triagem e catalogação da informação, que facilita a condensação dos dados da investigação.

A construção da grelha de codificação baseou-se na literatura especializada que, associada à apreciação dos treinadores peritos, conduziu a produção de um sistema de categorização definido *à posteriori* (quadro 17).

Posteriormente, a grelha de codificação foi sujeita à apreciação de peritos, 2 da área do andebol e outros 2 especialistas dos JDC, tendo sido aperfeiçoada após confronto de ideias. Sem distorcer os factos das entrevistas, conseguiu adequar-se os objectivos às finalidades do trabalho, o que garantiu a validade da grelha de codificação.

A segunda fase da entrevista, que consistiu na apreciação de cenários específicos do jogo de andebol, fez apelo a um conhecimento mais concreto e situado dos treinadores acerca dos temas tratados anteriormente. Como tal, nesta fase da entrevista, a construção da grelha de codificação baseou-se, fundamentalmente, no seu "*corpus*", a partir do qual foram definidas categorias, decorrentes do discurso dos treinadores do nosso estudo.

(1) CAPACIDADE TÁCTICA INDIVIDUAL	
(1A) Contextualização da táctica individual	**(1B) Treino da táctica individual**
(1 1) Pressupostos da táctica individual	(1 1) Oposição
(1 1 1) Formação desportiva	(1 2) Tarefa
(1 1 2) Atenção selectiva	(1 3) Espaço/tempo
(1 1 3) Criatividade	(1 4) Exigências do jogo
(1 1 4) Fundamento táctico	
(1 1 5) Compreensão da funcionalidade do jogo	
(1 2) Fundamentos da táctica individual	
(1 2 1) Análise/percepção	
(1 2 2) Antecipação	
(1 2 3) Automatismos de acção	
(1 2 3) Estratégia de acção	
(2) PRINCÍPIOS DE JOGO E REGRAS DE ACÇÃO	
(2A) Estruturação do espaço de jogo	**(2B) Comunicação na acção**
(2 1) Ofensivo	(2 1) Conceito de jogo
(2 1 1) Amplitude e profundidade	(2 2) Momentos de jogo
(2 1 2) Desmarcação	(2 3) Comunicação motora - praxemes
(2 1 2 1) Sistema defensivo adversário	(2 3 1) Identidade interpretativa
(2 1 2 3) Ocupação de espaços	(2 3 2) Automatismos de acção
(2 1 2 4) Criação de espaços	(2 3 3) Contra-comunicação motora
(2 1 2 5) Utilização de espaços	(2 4) Comunicação gestual - gestemes
(2 1 3) Linhas de passe	(2 5) Comunicação verbal
(2 2) Defensivo	(2 5 1) Processo defensivo
(2 2 1) Flutuação	(2 6) Comunicação táctil
(2 2 2) Entreajuda	(2 6 1) Processo defensivo
(2 2 3) Intercepção	
(2 2 3 1) Trabalho colectivo	
(2 2 3 2) Análise das variáveis contextuais	
(2 2 3 3) Capacidade de antecipação	
(2 2 3 4) Velocidade de execução	
(2C) Técnica Individual	
(2 1) Fundamento técnico	
(2 2) Técnica situacional	
(2 3) Virtuosismo técnico	
(3) FUNDAMENTOS DA ESTRUTURAÇÃO DO JOGO	
(3 1) Espaço de jogo	
(3 2) Comunicação motora espacial	
(3 3) Plasticidade técnica	

Quadro 16 - Grelha de codificação da entrevista e respectivas dimensões e categorias

Nesta grelha de codificação, estão representadas as três dimensões sobre as quais o este trabalho versou, a saber:

Capacidade táctica - considera os pressupostos e os fundamentos que justificam a sua

importância no desenvolvimento do jogo e inclui, ainda, os aspectos considerados essenciais no seu treino.

Princípios de jogo e regras de acção - apresentam-se como os fundamentos tácticos que sustentam o desenvolvimento do jogo; destacam as regras de acção que se encontram subjacentes à estruturação do espaço de jogo, referem-se à comunicação na acção, salientando as formas que ela pode adoptar em situação real e realçam, ainda, a importância da técnica individual para o desenrolar das acções em jogo.

Fundamentos da estruturação do jogo - refere-se à estruturação funcional do jogo de andebol, com base na relação sistémica estabelecida entre três princípios: espaço/comunicação motora/técnica.

Posteriormente, procedeu-se à análise do conteúdo da entrevista, na sua totalidade, utilizando-se, para tal, uma abordagem lógico-semântica de codificação. Este processo corresponde à transformação dos dados em bruto numa representação de conteúdo esclarecedora e susceptível de clarificar o investigador acerca das características dos textos.

A categorização dos dados respeitou os aspectos considerados críticos num processo de análise às concepções de jogo do treinador. A análise do conteúdo das entrevistas permitiu a manipulação flexível e a utilização fiável das informações relevantes sugeridas pelos sujeitos do estudo. Possibilitou, igualmente, acrescentar particularidades que surgem do conceito geral, analisando os dados mais pertinentes e as categorias mais gerais.

Esta operação de análise esteve subjacente à manipulação dos dados extraídos das categorias supra citadas, o que permitiu examinar o conjunto total dos dados com base no que foi codificado. Com o objectivo de evidenciar as conclusões mais significativas acerca da concepção de jogo para os treinadores de andebol, a fase da discussão dos resultados sustentar-se-á nas categorias concebidas.

Este processo de análise da entrevista realizou-se através da definição de unidades de registo. Estas basearam-se na escolha resultante de operações sobre o sentido, procedendo-se ao reconhecimento de temas que, paulatinamente, foram identificados no discurso das entrevistas.

Para além de uma análise de cariz qualitativo, procedeu-se, também, à quantificação das

categorias definidas. Considerando a frequência de ocorrência de cada uma das categorias definidas, procurou-se expor, através desta análise, a perspectiva substantiva dos treinadores no nosso estudo, que revela o grau de incidência que cada uma das categorias assume no desenvolvimento do jogo.

A fiabilidade da grelha de codificação foi alcançada por acordo entre especialistas, numa estratégia de discussão e decisão consensual inter-codificador sobre as categorias acerca das quais não existia acordo independente inicial, procurando-se, deste modo, a objectividade das observações.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TÁCTICA INDIVIDUAL

4.1.1. PRESSUPOSTOS

FORMAÇÃO DESPORTIVA

O treino constitui um processo de ensino-aprendizagem, onde permanentemente se observa uma interacção entre o treinador e os atletas, pelo que a troca recíproca de informação e de conhecimentos é uma constante (Pereira, 1996).

No processo de formação, surge como imperativo que o jogador evolua de acordo com as suas próprias capacidades, enquadradas num determinado nível de jogo, para que, desse modo, a formação se revele um processo de evolução e não de estagnação ou regressão (Marques, 1984).

Neste sentido, Rito (2000) salienta que o processo de formação com vista a uma progressão adequada e orientada, implica uma elaboração de programas de trabalhos por etapas, nos quais é exigido conhecer o nível de exigência que a actividade reclama.

Segundo Ferreira (1999), o processo de formação desportiva deve ser encarado numa perspectiva a longo prazo e, como tal, não deve esquecer a sua relação de compromisso com as tarefas de concepção, de planeamento, de operacionalização e de avaliação. O mesmo autor acrescenta, ainda, que mais importante do que olharmos para cada uma destas etapas e tentar resolver os seus problemas pontuais, é, sem dúvida, promover uma aquisição sólida da globalidade deste percurso, capaz de oferecer ao jogador coerência e consistência necessárias para encarar os desafios vindouros.

Quando desafiados a apreciar a importância da qualidade táctica individual no desenvolvimento do jogo, os treinadores do nosso estudo fizeram referência aos aspectos da formação, com o propósito de salientar a importância que estes têm nas competências finais adquiridas pelos seus atletas. Elucidativo disso mesmo, é o depoimento do treinador José:

"isso tem a ver não só com os aspectos que são trabalhados no treino e directamente vocacionados para aquele jogo mas tem a ver com a formação, implica uma formação desportiva do atleta que não se faz nem em 2 nem em 3 anos, faz-se ao longo de 10 ou 15 anos"

Rito (2000), num estudo acerca da selecção em Andebol, constatou que em Portugal se verifica uma total ausência de directrizes bem fundamentadas acerca dos conteúdos a abordar nas diferentes etapas de formação. O mesmo autor acrescenta que, a partir de um trabalho sem qualquer tipo de referências, torna-se muito difícil, senão impossível que as equipas nacionais definam modelos de jogo coerentes.

A falta de qualidade na formação compromete seriamente todo o trabalho que se pretenda desenvolver *à posteriori* a um nível superior e com um maior grau de exigência. O depoimento do treinador Manuel é revelador desta realidade:

"No caso do da minha equipa, eu tenho grandes problemas em conseguir integrar os jogadores provenientes dos escalões de formação naquilo que é o meu conceito de jogo no Andebol sénior pela falta de preparação, falta de capacidade técnica e táctica individual"

Também o treinador Miguel, numa alusão às carências do jogador português ao nível da táctica individual, enaltece a importância da formação desportiva, referindo:

"situações de táctica individual que já devem estar assimiladas num processo de formação anterior, mas que muitas vezes são as grandes dificuldades nomeadamente do jogador português"

ATENÇÃO SELECTIVA

Guerrero Morilla (2000) refere que 80% da informação externa é recebida através dos receptores visuais, o que, desde logo, destaca a importância que a percepção visual assume no âmbito dos JDC.

Importa, contudo, diferenciar "ver" e "visão" como dois processos claramente distintos e que acarretam diferentes implicações. Enquanto que o primeiro se relaciona, apenas, com a capacidade de distinguir o que se apresenta, a visão implica uma valorização e análise conscientes, tratando-se, por isso, de um processo perceptivo complexo relacionado com o sistema motor sensitivo do nosso organismo (Cárdenas, 2000; Costa, 2001)

A este propósito, Uriondo (1999) salienta que o processo de visão de jogo solicita, para além do conhecimento táctico, todas as demais componentes da capacidade visual, entre as quais se destacam a atenção, a visão periférica e a correcta orientação da visão.

Ora, num desporto onde a tomada de decisão se assume como aspecto determinante, o conceito de percepção constitui o factor preponderante que conduz ao processo de tomada de decisão (Cárdenas, 2000).

A este propósito, Tenenbaum e Bar-Eli (1995) demonstraram, inclusivamente, que a tomada de decisão depende de aspectos estratégicos, tais como a busca visual e o estilo da atenção para a localização de objectos num meio com múltiplos estímulos.

Relativamente ao processo de recolha de informação, McPherson (2000) salienta que, no processo da tomada de decisão, o importante não é a quantidade de informação abrangida, mas sim a sua qualidade, pois é esta que vai influir nas decisões do jogador.

Aliás, esta relação entre qualidade de observação e a actuação táctica é expressa num excerto do treinador Dinis:

"Há muitos jogadores que do ponto de vista do comportamento táctico tem muitas dificuldades porque não têm grande qualidade de observação... se calhar estamos os dois a olhar para a mesma acção e o teu comentário é: "olha o pivot fez isto" e eu não estou preocupado com isso, estou a ver outro tipo de coisas"

Araújo e Serpa (1999), num estudo realizado em velejadores, verificaram a existência de um compromisso entre o não ficar reduzido a uma informação e a recolha excessiva da mesma, constatando, como tal, haver uma preocupação em orientar a atenção para o menor número de pistas necessárias que forneçam o máximo de informação. Estes autores entendem de crucial importância o atleta conhecer que referências do envolvimento deve considerar relevantes para que, cada vez mais, as procure apenas quando é necessário e só em determinados aspectos da informação nelas contida.

A característica que permite aos jogadores peritos alcançar desempenhos de excelência é o facto de eles agirem sempre focados no objectivo principal da sua equipa - o golo, não se perdendo com objectivos secundários, como rivalidades com jogadores, discussões com o árbitro ou a exibição para o público (Araújo e Volossovitch, 2005). Para estes autores, o "grande jogador" age focado no que é relevante para a sua missão, e como consequência surgem as suas acções espectaculares.

Gréhaigne e Godbout (1995) consideram que se o jogador reconhecer o que é relevante em cada situação, pode reduzir substancialmente o tempo relativo à tomada de decisão.

A importância atribuída à observação relevante em situação de jogo, encontra-se evidente na declaração do treinador Vasco:

"ensiná-lo a ver, educar o olhar e, sobretudo, a ensiná-lo o que é que é significante numa determinada situação... o que é significante para ele é a reacção do 1º defesa: se ele vem o ponta está liberto, se ele não vem finaliza"

Na realidade, nos desportos de habilidades abertas, como é caso do Andebol, a localização dos objectos e dos sujeitos e suas intenções é considerada como uma informação crucial para o processamento e tomada de decisão, permitindo que a selecção da resposta ocorra (Tenenbaum, 2003).

Esta ideia é corroborada pelo treinador Frederico:

"aquele jogador que consegue discriminar e eliminar o que é acessório e centrar-se naquilo que é essencial, e às vezes falamos um pouco da visão túnel, se eu consigo concentrar-me e discriminar e pôr a bola onde eu quero é o melhor"

CRIATIVIDADE

Sampedro (1999) estabeleceu planos de regulação cognitiva das habilidades motoras de acordo com o seu grau de dificuldade. O plano superior do acto táctico, denominado, de acordo com o autor, por plano de regulação superior ou intelectual, compreende as acções de grande dificuldade, que reclamam uma actuação inteligente, exigindo dos jogadores a capacidade de realizar acções de natureza criativa.

Enquanto uma forma superior de actividade humana, a criatividade tornou-se nos últimos tempos um assunto alvo da pesquisa científica (Bota e Colibaba-Evulet, 2000), desempenhando, actualmente, um importante papel nos aspectos táctico-estratégicos dos JDC.

Damásio (2000) relembra que o cérebro é um sistema criador, que não se limita a reflectir o ambiente que o rodeia, preocupando-se, também, em construir mapas desse mesmo ambiente segundo parâmetros e *design* próprios. Neste sentido, uma equipa enquanto portadora de um sistemas de forças comum, deverá constituir-se como um mecanismo mecânico/não mecânico, onde o pensamento criativo, presente no momento da decisão, gera um momento único, no qual,

fruto da experiências de treino, transforma uma previsibilidade incalculável numa imprevisibilidade potencial (Carvalhal, 2000).

Marina (1995) salienta que a principal característica do projecto criador é a liberdade e, como tal, a rotina, o automatismo e a imitação constituem entraves a todo o espirito criador. O mesmo autor acrescenta, ainda, que o treino se identifica com as actividades criadoras, constituindo estas um meio através do qual se alcança a ruptura do equilíbrio entre as equipas.

Todavia, na tentativa incessante de procurar a perfeição, o treino frequentemente apresenta-se como um processo que, em vez de potenciar a actividade criativa, reprimi-a, assumindo, neste casos, um papel recriminatório e desincentivador da vertente criativa.

Na realidade, quando falamos de criatividade, a grande dificuldade consiste na definição dos seus limites, pois nunca sabemos exactamente onde deve terminar a criatividade para dar lugar à disciplina ou vice-versa. Parece-nos, contudo, que mais importante do que optar por um conceito de jogo baseado num destes pressupostos, é, sem dúvida, ter noção que no jogo as duas têm o seu lugar, não de uma forma singular mas sim através de uma relação de complementaridade.

Esta reciprocidade é apontado por Garganta (1996) que considera que a prática do futebol ao mais alto nível de rendimento, impõe aos jogadores e às equipas uma forte disciplina táctica, aliada a uma sólida automatização das habilidades. Mas, por outro lado, reclama comportamentos criativos que, através da surpresa e do inesperado, provocam rupturas na lógica organizativa do adversário.

Tendo e consideração as fases do jogo, o treinador José revela, no seu depoimento, de que forma concilia a criatividade com a disciplina:

"no ataque há mais situações propícias para criar um pouco mais de imaginação, dos jogadores desviarem-se um bocadinho mais do que é tradicional, do que é esperado pelos defesas... na defesa as coisas são um bocadinho diferentes, dada a minha forma de trabalhar, exijo muito mais rigor, exijo que os princípios da defesa, independentemente dos sistemas que estão a ser utilizados, sejam escrupulosamente cumpridos e aí não há grande lugar para a criatividade"

FUNDAMENTO TÁCTICO

Considerando os princípios de jogo como as componentes fundamentais da táctica (Teodorescu,

1984), as regras de acção não são mais que os meios que os jogadores utilizam, qualquer que seja a fase de jogo, tendo em conta os respectivos princípios.

Neste contexto, tais regras, na opinião de Gréhaigne (1996), correspondem a acções conscientes que participam na compreensão, selecção e explicação da acção motora, concorrendo, por isso, de forma decisiva para a precisão na análise de um problema.

Por se tratar de acções que supõem um processo de raciocínio, de selecção e combinação de procedimentos técnicos específicos do jogo, torna-se impossível dissociar às regras de acção o teor de intencionalidade táctica de que estão revestidos. Será, pois, o apetrechamento ao nível das intenções tácticas que concede aos jogadores capacidade táctica individual, convertendo-se, por isso, em conceitos indissociáveis e com uma forte relação de dependência.

Aliás, a este propósito, Aguilà (1990) refere que o conceito de táctica individual define claramente a ideia de intencionalidade e, como tal, deve ser o ponto de referência básico para estruturar uma sequência de aprendizagem das acções individuais nos desportos de equipa.

Moya (1998) partilha, igualmente, desta opinião, referindo-se à intenção táctica como a molécula base, que conserva todas as características da expressão mínima de confronto.

Ao considerar que as intenções tácticas são a manifestação prática do comportamento táctico do jogador, Garcia (1998) salienta que elas representam as condutas que o jogador deve desenvolver em jogo, determinando a base de actuação individual com significado táctico e o ponto de partida do comportamento táctico colectivo (meios tácticos, procedimentos, sistemas de jogo).

Esta é, também, a opinião do treinador José, que se encontra bem explicita na sua declaração:

"tem de ser de criar ou munir os jovens jogadores com o máximo de instrumentos possíveis do ponto de vista da técnica e táctica individual para depois lhes ser ministrada a táctica colectiva"

Nesta linha de raciocínio, Gréhaigne (1996) salienta que, no plano funcional, as regras de acção constituem um dos principais suportes do saber táctico, possibilitando a troca de informação, comum e perceptível, entre os companheiros e entre estes e o treinador. Neste sentido, as regras de acção afiguram-se como os alicerces essenciais da comunicação motora, com as quais os jogadores devem saber jogar e, correctamente, interpretar.

A perspectiva do autor é corroborada pelo treinador André, que, relativamente à importância de tais regras em situação de jogo, considera:

"é evidente que na base de tudo está a compreensão de jogo e a acção perante o jogo, na base de tudo"

COMPREENSÃO DA FUNCIONALIDADE DO JOGO

Bayer (1994) refere que é de capital importância compreender e analisar como funciona uma estrutura/sistema, ou seja, a forma como os elementos e jogadores se apresentam quando se encontram em relação uns com os outros.

É, pois, necessário entender a funcionalidade do jogo de Andebol com base nos seus componentes mais elementares, procurando-se, fundamentalmente, analisar as causas e os porquês das acções, que permitam, de acordo com uma "lógica de sentido" (Pain, 2002), dar respostas racionais e coerentes aos acontecimentos em situação de jogo.

Tavares (1996) considera que é ao nível da estrutura funcional do jogo que a influência dos processos mentais na formação do pensamento táctico do jogador ganha uma importância relevante.

Martínez & Mena (2003) referem que o jogador deve conhecer e entender a lógica do jogo e a sua estrutura funcional, pois, deste modo, torna-se mais apto para agir em situação real. Caso contrário, ele irá actuar sem compreender o que faz, os conhecimentos serão adquiridos indiferenciadamente e poderão mesmo converter-se em automatismos que, utilizados de forma rígida e irreflectida, irão neutralizar o pensamento táctico.

É a partir de uma perspectiva lógica, que se alcança o conhecimento da estrutura interna das acções intencionadas, conscientes e com significado práxico (Grupo De Estudio Praxeológico, Inefc-Lleida, 1993).

Neste sentido, evidenciando a importância que as acções lógicas assumem no desenrolar do jogo de Andebol, o treinador Vasco refere:

"a determinada altura só há uma sequência lógica que o atleta não abrange 40% ou 50% das vezes. Se a sequência lógica não for aquela, o jogo já é outro, porque a reacção do adversário vai ser outra... isso é um tipo de actividade intelectual extremamente rica"

Ainda relativamente à temática em questão, parece-nos interessante destacar um outro excerto do mesmo treinador que faz referência à lógica do jogo e à sua relação com os parâmetros tempo, espaço e comunicação motora (colegas, adversários):

"se fosse possível criar ali um limite de tempo, um instante, portanto naquela altura a sequência óptima em função da movimentação do adversário, em função do espaço que nós temos e em função da colocação dos meus colegas só há um solução óptima"

A ideia expressa por este treinador reflecte, em nossa opinião, a realidade de um jogo, no qual a relação dialéctica entre a defesa e o ataque, resultante das interacções recíprocas e/ou antagonisticas dos jogadores, implica uma "leitura" integrada das informações portadoras de significado sob duas variáveis: tempo e espaço (Mariot & Delerce, 2003).

A partir do momento em que se determina a lógica funcional, o jogo de Andebol torna-se numa actividade acessível e inteligível, na qual as acções realizadas assentam em raciocínios fundamentados e deixam de ser fruto do casuístico ou do inexplicável.

Em conformidade com esta linha de pensamento, Castelo (1996) considera que o sistema relacional inerente à prática do jogo, traduz-se num conjunto de linhas orientadoras, denominadas por princípios de jogo, em virtude das quais os jogadores orientam e coordenam as suas atitudes e comportamentos técnico-tácticos individuais e colectivos.

Wooden (1988) salienta que, embora existam vários e excelentes sistemas de jogo, é necessário ter a noção de que isso não é o mais importante. Interessa, isso sim, ter a certeza que qualquer que seja o sistema de jogo adoptado, ele é sempre baseado em correctos e válidos princípios de jogo que asseguram, em todos os momentos, uma ocupação equilibrada do espaço de jogo e um sistema ofensivo com um contínuo movimento em direcção ao alvo a atingir.

Acero, Anguera & Peñas (2002) acrescentam que a definição de qualquer situação de jogo encontra-se construída sobre princípios de organização, que provêm das possibilidades e das relações ocorridas entre os elementos estruturais que compõem a lógica interna de cada modalidade desportiva.

Tal, é igualmente a opinião do treinador Dinis, que sustenta:

"...não há um padrão base de comportamento defensivo, há um número de regras ou de princípios básicos defensivos que depois são adaptados em função do oponente que tens e dos próprios jogadores que tens, e é isso que nos há-de levar à tal definição do modelo de jogo"

De seguida, apresentamos um quadro que reflecte a frequência de ocorrência de cada uma das categorias analisadas (quadro 17):

	PRESSUPOSTOS DA TÁCTICA INDIVIDUAL	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Formação desportiva	6	60%
Compreensão da funcionalidade do jogo	6	60%
Fundamento táctico	5	50%
Criatividade	3	30%
Atenção selectiva	3	30%

Quadro 17 - Frequência de ocorrência das categorias referentes aos pressupostos da táctica individual

Quando questionados acerca da aplicabilidade que a capacidade táctica individual tem no jogo de Andebol, 60% dos treinadores relaciona-a com os aspectos da **formação desportiva** e salientam a sua importância na **compreensão da funcionalidade do jogo.** Estas constituem as categorias mais referidas, às quais se segue a **disponibilidade motora de base**, indicada por 50% dos treinadores, para demonstrar a importância que a competência individual tem no desenvolvimento das demais acções realizadas em jogo.

Por fim, 30% dos entrevistados aponta a **criatividade** e a **atenção selectiva**, como duas categorias que dependem directamente do apetrechamento táctico individual.

4.1.2. FUNDAMENTOS

ANÁLISE/PERCEPÇÃO

Num desporto onde os jogadores competem e colaboram em função de constrangimentos intencionais, resultantes de objectivos perfeitamente antagónicos, jogar bem significa sobretudo decidir bem (Araújo e Volossovitch, 2005).

Perante um jogo de Andebol, o primeiro problema que se coloca ao indivíduo que joga, é sempre de natureza táctica, pois o que é exigido ao praticante é saber *o que fazer,* para, posteriormente,

poder resolver o problema que se segue, *o como fazer*, seleccionando e utilizando a resposta motora mais ajustada (adaptado de Garganta, 1995).

Mesquita e Graça (2002), num estudo acerca do conhecimento estratégico de um distribuidor de alto nível, destacaram a inteligência táctica como característica que distingue os jogadores de alto nível dos demais, pois trata-se de uma competência que dota os jogadores de conceitos bem elaborados sob o ponto de vista táctico no que às situações de jogo e ao leque de soluções aplicáveis diz respeito.

A táctica supõe, na opinião de Moya (1998), a percepção e compreensão da situação de jogo que se depara, pois, apenas deste modo, é possível, posteriormente, aplicar uma resposta motriz adequada a tal situação.

O pensamento táctico afigura-se, deste modo, como o substracto sobre o qual repousam as ideias interpretativas, que propiciam a percepção e a compreensão do jogo e permitem tomar decisões adequadas em função da análise das circunstâncias do momento. O treinador André, no seu depoimento, evidencia isso mesmo:

"...mas também a interpretação que o jogador faz do jogo, porque estar a tentar fazer que um jogador que se jogue de uma maneira se adapte ao nosso modelo de jogo isso é muito positivo. A forma como um jogador interpreta o jogo, a forma como actua perante as diversas situações de jogo é muito importante."

Resende e Valdés (2003) atribuem à vertente táctica a capacidade de tomar decisões sobre o que fazer, em função das circunstâncias do jogo: posição da bola e alternativas de acção (não só dos companheiros como também dos adversários). Para os autores, o processo de selecção e execução da acção mais adequada para determinada situação de jogo depende, fundamentalmente, da capacidade de movimentação e posicionamento no espaço patenteada pelos jogadores sem bola.

O jogador eficaz, segundo Garganta (1997), identifica-se como aquele que, para além de respeitar as regras de acção e de gestão, possui capacidades próprias que lhe permitem reconhecer e eleger os factores essenciais, a partir dos quais concebe a melhor solução para o problema decorrente, que corresponde à tomada da melhor decisão. Neste sentido, o mesmo autor (pág. 42) refere que *"no decurso do jogo, a táctica exprime-se através de comportamentos observáveis, que decorrem de um processo decisional metódico regulado por normas, que pressupõem conhecimento, informação e decisão"*.

Os testemunhos dos treinadores António e Vasco são reveladores desta realidade:

"porque se jogador não tem leitura de jogo nada o vai proteger, nem a boa técnica nem as condições físicas que ele têm, porque no momento certo ele sempre vai errar: quando é necessário fazer passe ele vai atirar à baliza e vai tentar fazer passe quando é necessário rematar" (António)

"portanto um primeira linha que ataca o 1º espaço, depois de passar o segundo homem da defesa ele só tem que se preocupar com a reacção do ponta defensor, se este vem ele solta, se o ponta defensor não vem ele tem capacidade de finalizar, isto é muito simples e é fundamental" (Vasco)

ANTECIPAÇÃO

A antecipação surge como uma outra competência adstrita à capacidade táctica individual do jogador, que urge desenvolver dada a sua importância na estrutura do rendimento (Cloître, 1990; Maclaren, 1990; Tenenbaum, 2003).

Grinvald (1999) considera a antecipação uma conduta básica para o desenvolvimento do jogo, que requer concentração selectiva, velocidade gestual e velocidade de reacção simples e complexa e uma adequada localização em função da situação da bola, dos companheiros e dos adversários. É, de uma forma geral, "ler" a jogada antes que esta se produza.

Schellenberger (1990) salienta que nos JDC o jogador não deve perceber somente o seu movimento, mas deve também antecipar os movimentos do colega, dos oponentes e da bola. Deste modo, acrescenta o mesmo autor, durante o jogo, grandes exigências serão impostas ao jogador quanto à antecipação de intenções tácticas dos companheiros e da equipa adversária.

Permitir ao jogador ganhar algum tempo na leitura das informações e, deste modo, superiorizar-se no duelo com os seus adversários, é, indubitavelmente, uma grande vantagem num jogo onde os mais bem sucedidos são aqueles que se ajustam não só às situações que vêem, mas sobretudo àquelas que prevêem (Garganta, 1995).

De acordo com Garcia (1998), prever as necessidades e consequências de cada situação, antecipando-se às intenções das acções dos companheiros e dos adversários, ao movimento da bola, bem como às possibilidades do seu próprio movimento, define a capacidade de

antecipação. Trata-se de uma capacidade que exige a necessidade de interpretar adequadamente a situação colectiva, "lendo" o jogo e a provável continuidade do mesmo, e que, por isso, requer conhecimentos tácticos (plano cognitivo) e experiências competitivas variáveis.

A relevância que a capacidade de antecipação assume no jogo de Andebol, bem como a sua relação com a dimensão táctica encontra-se bem expressa nas declarações dos treinadores Manuel e Frederico:

"mas a inteligência táctica tem que estar subjacente e permiti-lhe jogar sempre por antecipação" (Manuel)

"isto tem a ver também um pouco com a antecipação do problema, nós quando falamos de antecipação quase sempre nos lembramos da defesa mas também ela tem que aparecer no ataque, que é muito importante" (Frederico)

Constata-se, de facto, que os "grandes jogadores" se destacam pela capacidade de rapidamente percepcionar ("ler") as mudanças relevantes que acontecem no jogo, mesmo quando estas mudanças são subtis ou estão prestes a acontecer (Araújo & Volossovitch, 2005). Ou seja, o jogador perito antecipa as mudanças e, como tal, apresenta condições para se "impor" em campo, obrigando o adversários a adaptar-se ao que ele faz por antecipação.

Neste sentido, acrescentam os mesmos autores, a acção do jogador perito não pode ser meramente reactiva, tem de ser predominantemente antecipativa, pois na procura da informação relevante para o cumprimento da sua missão em campo, o "grande jogador" frequentemente precipita a ocorrência de determinadas situações.

As declarações do treinador Dinis evidenciam a perspectiva supracitada:

"hoje o comportamento defensivo não é apenas um comportamento reactivo é muito um comportamento antecipativo e tu para antecipares essas situações tens que ter uma antecipação não só sobre o teu adversário directo mas muitas vezes sobre muitos adversários indirectos, aumentando a incerteza do jogo atacante"

A este propósito, Pinaud (1994) destaca que só agindo prospectivamente (e não reactivamente) é possível evitar a "*cegueira táctica*".

AUTOMATISMOS DE ACÇÃO

A acção táctica de um jogador revelar-se-á eficiente se este apresentar capacidade para produzir infinitos comportamentos tácticos em resposta às ilimitadas configurações do jogo (Gréhaigne et al., 1999), ou seja, a expressão táctica do jogador depende, em primeira instância, da selecção e tratamento da informação proveniente do jogo e, em segunda instância, da informação retida na memória (Mesquita, 2005).

O jogo de Andebol possui uma extraordinária riqueza informacional, que nem sempre, por imperativos de ordem temporal, permite que esta chegue ao cérebro para ser identificada e processada de uma forma consciente.

Por este facto, Araújo e Volossovitch (2005) e Mesquita (2005) sustentam que, frequentemente, as acções em situação de jogo são muito mais intuitivas do que propriamente um resultado de processos de reflexão e, como tal, no processo de tomada de decisão, a intuição apresenta-se como a essência da acção táctica à qual se encontra subjacente a reflexão consciente.

Para Mesquita (2005), tais decisões intuitivas sustentam-se, fundamentalmente, na percepção calibrada de variáveis especificadoras (relevantes para a realização da tarefa específica), mutáveis a cada momento. Segundo a autora, é a percepção calibrada da informação disponível no envolvimento situacional (entendido como particular de determinado momento do jogo) que sustenta e confere significado à acção táctica.

De acordo com esta perspectiva, a percepção assume-se como um "acto inteligente" (Laguna, 2002), que permite ao jogador estar "afinado" com envolvimento, isto é, sensível para detectar as informações relevantes, sendo, para tal, urgente promover o desenvolvimento da "inteligência intuitiva" (Araújo e Volossovitch, 2005).

Num contexto complexo, como é o caso dos JDC, a decisão do jogador poderá ser feita de uma forma programada, se a tomada de decisão obedecer a um conjunto de acções previamente estabelecido, ou de uma forma não programada ou intuitiva, que resulta da interacção permanente do jogador com a variabilidade de cenários do jogo.

Desde o início, todas as tarefas, actividades e exercícios jogados devem ter uma intencionalidade táctica que exija que o sujeito reflicta e inclua no seu repertório as respostas adequadas a cada problema proposto (Salas, 2004). Para este autor, o grau de domínio das técnicas para resolver estas propostas tácticas e o tratamento adequado da atenção, farão com que se criem automatismos que, conjuntamente com um nível adequado de prática (repetitiva)

em diferentes condições, passam para a memória e facilitam o seu uso nos momentos adequados.

O depoimento do treinador Vasco é revelador desta concepção:

"esta táctica a determinada altura passa a ser uma técnica, interiorizou-se a tal nível do subconsciente e já não é táctica, são automatismos... o grande atleta consegue tem uma atenção dispersa, não está focalizado num determinado aspecto, porque não necessita, está liberto depois vê tudo"

Na fase inicial do desenvolvimento da técnica, a execução é lenta, errante e requer muito esforço, sendo o conhecimento explícito e baseado em regras. Contudo, quando esta técnica se vai tornando autónoma, o conhecimento passa a implícito, tornando-se a execução suave, rápida e sem esforço (Lezaun, 2000b).

Através do refinamento técnico, o jogador é capaz de canalizar a atenção nos aspectos de ordem decisional, descentrando-se da execução motora. Todavia, a calibragem específica das informações disponíveis só é possível se a execução técnica estiver subordinada à especificidade do envolvimento situacional, potenciando a activação do controlo cinestésico da acção motora (liberdade para orientar a atenção para a percepção da informação) em detrimento da visual (necessidade do jogador se centrar na bola) (Mesquita, 2005).

Esta perspectiva encontra-se bem explicita no depoimento do treinador Dinis:

"o domínio do automatismo motor por parte de alguns jogadores é mais reduzido do que noutros e quanto maior for a riqueza de automatismos de um jogador melhor para ele depois ficar liberto para decidir outro tipo de acções"

ESTRATÉGIA DE ACÇÃO

Para alguns autores, como Gréhaigne (1992) e Riera (1995), a estratégia representa o que está previsto antecipadamente enquanto que a táctica é a adaptação instantânea da estratégia às configurações do jogo e à circulação da bola, logo à oposição. A táctica constroi-se no decurso da acção modificando, segundo os determinismos e as variações do contexto, a percepção da informação ou a conduta.

Garganta (2000) refere que à estratégia compete orientar a evolução da táctica, a fim de que esta possa desempenhar o seu papel para a consecução dos objectivos por aquela fixados. Deste modo, a estratégia corresponde a um plano de acção enquanto que a táctica traduz-se na aplicação da estratégia às condições específicas do envolvimento.

Nesta perspectiva, segundo o mesmo autor (1997), os conceitos de táctica e estratégia caminham lado a lado sendo, como tal, cada vez mais frequente, a utilização destes dois termos em justaposição.

Efectivamente, no jogo os aspectos da concepção e da execução das acções decorrem de uma mesma fonte de processamento, o jogador/equipa, cujas decisões e acções devem acontecer num contexto muito restrito e num período de tempo bem determinado, pois o indivíduo que decide é também o indivíduo que age (Garganta & Oliveira, 1996).

A este propósito, Parlebas (1981) relembra que a decisão não está separada da acção, constituindo o plano decisional o coração da própria acção motora. Para este autor a racionalidade não pode ser dissociada das condutas motoras, cujas características energéticas, afectivas e relacionais condicionam a realização efectiva do projecto.

No decorrer do jogo as funções de efectuação constituem o lado visível do acto táctico, sendo suportadas por estratégias do tipo cognitivo ligadas às funções de resolução e compreensão, que fazem apelo a uma actividade abstracta de representação (Garganta & Oliveira, 1996). Estes autores consideram que cada jogador deve ser um estratego capacitado para integrar as suas soluções tácticas individuais no projecto colectivo e vice-versa.

A estratégia identifica-se, portanto, com um processo de carácter prospectivo que define os contornos de actuação táctica do jogador. Esta, por sua vez, encaminha-se para a solução consciente das diferentes situações de jogo, assumindo a função cognitiva um papel central (Garganta, 1997).

Estas asserções conduzem-nos à ideia que a estratégia e a táctica, estão intimamente ligadas e influenciam-se mutuamente. Aliás, esta é a opinião dos treinadores José e Miguel:

"no processo de treino tento preparar o melhor possível os jogadores do ponto de vista da táctica colectiva e da táctica individual em função dos adversários que vamos defrontar" (José)

"nas estratégias que eu busco na táctica ofensiva nomeadamente, procuro sempre mais de que uma solução para cada jogador, que passa muito pela capacidade táctica individual de cada indivíduo" (Miguel)

Na realidade, toda a acção é estratégia. A estratégia não se cinge a um programa pré determinado que pode aplicar-se invariavelmente no tempo. Ela permite também, a partir de uma decisão inicial, encarar um certo número de cenários para a acção, que podem ser modificados segundo as informações e os imprevistos que vão chegando no decurso da mesma (Morin, 1990).

O treinador Frederico, numa análise à relação entre a táctica e a estratégia, apresenta uma perspectiva que nos parece importante destacar. O entrevistado sustenta que quanto maior for a competência táctica individual dos jogadores, mais possibilidades haverá de eleger uma estratégia onde predomina a imprevisibilidade, que, quando as equipas já se conhecem profundamente aos mais diversos níveis, assume um carácter de grande utilidade. Neste sentido, refere:

"dois treinadores que se encontram 10 vezes num jogo, têm 10 jogos, se nós formos fazer uma análise da táctica colectiva e conhecemos perfeitamente e profundamente a equipa adversária, é para mim relativamente fácil arranjar alternativas para as acções tácticas do adversário, agora, se calhar não consigo arranjar alternativas para a táctica individual, porque ela vai culminar numa acção de 1x1, após um movimento previsto que não houve superioridade, e o que é que vai resolver é o 1x1"

Considerando que actualmente os treinadores, na preparação dos seus jogos, recorrem ao número máximo de meios dos quais possam recolher a maior quantidade de informação possível do adversário, com facilidade admitimos que um jogo baseado na sistematização de acções e na adopção de comportamentos habituais, torna-se num jogo muito mais previsível e acessível do que aquele onde prevalecem as acções inesperadas. Saliente-se, contudo, que isto não significa que se trata de um jogo desorganizado ou sem conceito colectivo, pois as acções são criadas para que surjam jogadores em óptimas condições para colocar em prática a sua competência individual. Concordamos, isso sim, ser uma concepção que requer na equipa jogadores de qualidade superior e com uma riqueza considerável ao nível da capacidade táctica individual.

O quadro a seguir representado indica a frequência de ocorrência das categorias anteriormente citadas (quadro 18):

	FUNDAMENTOS DA TÁCTICA INDIVIDUAL	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Análise/percepção	9	90%
Estratégia de acção	6	60%
Automatismos de acção	5	50%
Antecipação	3	30%

Quadro 18 - Frequência de ocorrência das categorias referentes aos fundamentos da táctica individual

O quadro revela que a **análise/percepção** surge como a categoria mais frequentemente apontada pelos treinadores (90%) quando confrontados acerca da relevância que a capacidade táctica individual assume no jogo. Saliente-se, que apenas um dos entrevistados não faz qualquer referência a esta categoria.

A reflexão sobre a **estratégia de acção** representa, para 60% dos treinadores do nosso estudo, o segundo factor de maior importância que justifica atender sobre a capacidade táctica individual.

De realçar, ainda, que metade dos treinadores da amostra salienta a influência significativa que esta competência tem na criação de **automatismos de acção**, para, finalmente, 30% dos treinadores, considerar a sua importância nos comportamentos de **antecipação**.

4.2. TREINO DA TÁCTICA INDIVIDUAL

OPOSIÇÃO

Latiskevits (1991) associa as acções tácticas individuais ofensivas aos diferentes meios adoptados por um jogador para contrariar a resistência oferecida pelo adversário, sem a ajuda imediata do companheiro.

Para Doblado (2000), a táctica se traduz-se na conduta de um jogador ou de um grupo deles, devidamente planificada, coordenada e adaptada à própria capacidade de rendimento, à dos adversários e às circunstâncias externas com o fim de resolver com êxito situações de jogo, tanto no ataque como na defesa.

Vulgarmente denominado por "leitura de jogo", o que se pretende é que o jogador seja capaz de desenvolver um comportamento táctico individual que, em harmonia com os seus companheiros, contemple, a todo o momento, a sua situação em jogo, a posição dos seus adversários e, ainda, as condicionantes do contexto envolvente.

De acordo com o critério de classificação por tarefas exposto por Riera (1995), os conceitos de técnica e táctica devem aplicar-se e entender-se em função da presença ou não de oposição. Este autor (1999) considera que a dimensão táctica manifesta-se apenas nos desportos em que predominam as tarefas com oposição, que obrigam o atleta a seleccionar, entre diferentes alternativas, a resposta adequada em função do opositor.

Por sua vez, Serrano (1993) refere que a táctica se traduz nas acções de ataque e de defesa que se podem realizar para surpreender ou contrariar o adversário, durante uma partida e com a bola em jogo.

São várias as concepções de táctica que integram o factor oposição como elemento preponderante e regulador de toda e qualquer acção realizada em jogo. Tal, é igualmente a opinião do treinador Pedro:

"a táctica individual repercute-se muitas vezes segundo o adversário que se tem pela frente, quer dizer não podes defender igual Armando Pires, pivot do Sporting, como Dedu, pivot do Porto e, por conseguinte, todos os dias tem que estar a trabalhar a táctica individual"

A este propósito, Gréhaigne e Godbout (1995) sustentam que a táctica manifesta-se na adaptação pontual às configurações de jogo, sobretudo à oposição e à circulação da bola.

Deste modo, a presença de adversário apresenta-se como um factor a considerar no momento de tomar decisões. Nos excertos dos treinadores José e Joaquim, esta realidade está bem patente:

"esse início é do conhecimento de todos os jogadores mas ninguém pode prever como é que ela vai acabar porque a reacção que a defesa pode mostrar pode ser a mais variável possível"

(José)

"é o atleta e a sua iniciativa é que o levam a decidir o que é melhor dependendo reacção defensiva do adversário e aí é que vem ao de cima a capacidade táctica de cada atleta"

(Joaquim)

TAREFA

A dimensão tarefa representa a acção ou acções desempenhadas pelos jogadores nas diferentes fases do jogo, de acordo com os constrangimentos de espaço e tempo que se lhes deparam (Garganta, 1997).

Queiroz (1986) salienta que os modelos técnico-tácticos devem definir, de forma metódica e sistemática, as tarefas e os comportamentos técnico-tácticos em consonância com as estruturas de complexidade específicas do jogo.

Deste modo, apesar do problema fundamental que se coloca ao indivíduo que joga ser essencialmente táctico, no plano prático, torna-se impossível dissociar-lhe a vertente técnica, pois, como refere Gréghaigne (1992), as habilidades técnicas estão sempre em relação com as apreciações (leituras) e escolhas efectuadas pelos jogadores.

De acordo com Castelo (1996), há uma relação entre o factor técnico e a análise da situação, pois cada situação de jogo conduz a cenários dispositivos (colocação dos companheiros e adversários) e espaciais diversos, exigindo do jogador a capacidade de seleccionar, dentro de um amplo leque de possibilidades, a conduta mais adequada e que garanta a máxima eficácia.

Sampedro (1999), ao referir-se à táctica, define-a como uma combinação inteligente dos recursos motores, que, utilizados correctamente individual e colectivamente, contribuem para solucionar as diferentes situações de jogo durante a competição.

Efectivamente, a estreita e permanente relação que se estabelece entre a técnica e a táctica, implica que a selecção da tarefa a executar tenha sempre em consideração as condições do envolvimento. A influência recíproca entre estas duas dimensões de jogo, encontra-se explícita nos excertos dos treinadores Vasco e Dinis:

"o que se pretende é o remate em apoio e ele não sabe executar o remate em apoio, tem que optar por outra situação, portanto limitou-o, é uma limitação técnica que depois tem implicações tácticas" (Vasco)

"nos jogadores seniores a oposição deve ser sempre constante, exactamente para na tal dialéctica que se estabelece entre o defensor e o atacante ele possa sempre ir buscar outro recurso técnico que permita superar a situação" (Dinis)

A boa técnica de um jogador em Andebol, segundo Garcia (2003), caracteriza-se porque a sua forma de resolver uma tarefa de competição é mais precisa, mais segura, más económica e mais adaptada à situação concreta do jogo, o que exige uma certa variabilidade.

Interessante constatar que esta definição sugerida por Garcia (2003) sustenta, na exacta medida, as declarações do treinador Joaquim:

"é evidente que na adaptação do movimento ao conceito táctico da equipa no ataque aquele jogador que tem melhor variedade de execução técnica é muito melhor do que o outro que só remata depois dos 3 passos"

ESPAÇO/TEMPO

A táctica exprime-se pela capacidade de realizar adaptações permanentes em função do tempo e do espaço, provocadas por uma variedade de factores imprevisíveis que afectam a actuação (Tinning e Siedentop, 1985).

Para Greco & Chagas (1992), a táctica individual representa o comportamento de um jogador que, através da acções de coordenação neuromuscular, permite interpretar, no tempo e no espaço, os movimentos direccionados a um determinado objectivo, que coincide, na maior parte das vezes, com o objectivo de jogo.

Castelo (1994) sustenta que quanto mais tempo os jogadores tiverem para percepcionar, analisar e executar as suas acções técnico-tácticas, menor será a possibilidade de estes cometerem erros, decidindo assim, pela solução mais adaptada à situação táctica.

O mesmo autor acrescenta, ainda, que a dimensão tempo está estritamente ligada ao espaço, o que significa que se tratam de variáveis interdependentes, pois quanto maior for o espaço disponível mais tempo há para tomar decisões.

A este propósito, Cunha (1986) salienta que se tivermos presente que todas as acções realizadas colectivamente pretenderão, ganhando espaço, que um qualquer jogador, a cada momento, tenha tempo para jogar, terá todo o sentido considerar que espaço é igual a tempo.

Aliás, a inter-relação entre as dimensões espaço e tempo, que condiciona todas as acções está bem evidente no depoimento do treinador André:

"É muito importante o tempo de que os atletas dispõem para executar, o ritmo a que executam, a questão do espaço eles perceberem o que têm que fazer em função do espaço que têm"

Graça (1995) realça que a todo o momento, os participantes são confrontados com situações, cujas soluções passam por dar resposta a questões como " o que fazer?", "quando?", "porquê?", ou seja implementar no espaço e no tempo uma certa forma de motricidade.

Como tal, e de acordo com Moya (1998), toda e qualquer intenção táctica é composta por uma determinada expressão motriz, articulada em função em função do espaço e do tempo.

No jogo de Andebol, as sagacidades técnicas e tácticas focalizam-se nesta componente estrutural - espaço - a qual se encontra estritamente associada ao factor tempo (Lucas, 2001). A complementaridade entre estes dois elementos, que condicionada toda a actividade táctica, está subjacente no excerto do treinador Frederico:

"o pivot ter noção do espaço, mas o tempo é fundamental porque se ele chega um pouco mais tarde, ou mesmo um pouco antes, o defensor já tem resposta, ele tem de chegar quando o jogador está a fintar, isto tem a ver com tempo, com espaço"

A propósito das condicionantes tácticas em questão, importa referir que houve treinadores que, apesar de não terem feito uma menção explicita às variáveis espaço e tempo, consideraram que a melhor forma de potenciar a capacidade táctica individual é através do trabalho em superioridade numérica. Ora, a superioridade numérica pressupõe, desde logo, superioridade de espaço, conduzindo-nos à ideia que os treinadores, através deste meio de treino, o que procuram é, essencialmente, variar as condições espaço-temporais. A título de exemplo, apresentamos o testemunho do treinador José:

"quando estamos trabalhar a defesa em inferioridade numérica, normalmente o ataque está em superioridade numérica tem mais possibilidades de trabalhar táctica individual"

EXIGÊNCIAS DO JOGO

O princípio fundamental para a formação dos praticantes desportivos é a criação de pressupostos e a respectiva utilização dos mesmos em situação de jogo (capacidades condicionais, coordenativas, habilidades técnico-tácticas e qualidades psicológicas). O seu uso

na competição será tanto mais fácil quanto melhor se conseguirem desenvolver e consolidar as várias componentes que fazem parte da prestação em formas semelhantes às do jogo (Konzag, 1991).

Mesquita (2005) considera que o conhecimento oriundo da psicologia ecológica tem permitido sustentar abordagens que valorizam os factores contextuais, imanentes da relação inseparável entre envolvimento, tarefa e sujeito. Nesta perspectiva, acrescenta a mesma autora (1998), as reflexões conceptuais e metodológicas acerca da investigação que consideram o contexto como uma variável explicativa dos contornos comportamentais dirigiram os seus interesses para a análise pormenorizada dos acontecimentos que ocorrem nos contextos específicos do treino ou do jogo.

É, pois, necessário preservar a condição ecológica do jogo nas tarefas de treino, devendo este, por essa razão, envolver processos adaptativos, que possibilitem a interpretação imediata do inesperado, proporcionando tomadas de decisão atempadas e oportunas (Mesquita, 2005).

Araújo e Volossovitch (2005) salientam que o treino deve, em primeiro lugar, preparar o jogador para resolver por si próprio, os problemas decorrentes do seu envolvimento do jogo, fazendo um sistemático apelo às suas capacidades decisionais, sendo, para tal, necessário explorar a informação de cada situação do jogo.

O aperfeiçoamento dos fundamentos do jogo de Andebol só é susceptível de ocorrer se o treino considerar a situação de jogo. É nesta, que surgem os problemas de quando e como se colocar no espaço de jogo; é aqui que se percebe de que maneira se deve actuar contra quem está perto e longe; é neste contexto que se aprende a dominar a bola olhando para os lados e a adquirir noções de profundidade e lateralidade; é em jogo que se desenvolve a consciência dos deslocamentos sem bola, para onde e em que momento realizá-los. Enfim, é no jogo que se irá vivenciar e compreender que as acções técnicas são balizadas pelas determinantes envolventes, ou seja, pelas mudanças no movimento dos colegas e adversários que ocorrem no espaço e no tempo (Knijnik, 2004).

Lezaun (2000a), reportando-se também ao Andebol, salienta que todas as acções de ataque têm sempre que se adaptar ao que é observado e, se no processo de treino os jogadores não se confrontam com todas as variáveis possíveis, adquirem uma noção de jogo parcial, incompleta e sem transferibilidade para a competição.

O mesmo autor refere, ainda, que independentemente das acções individuais ou colectivas que forem trabalhadas, estas devem sempre contemplar a presença de oposição, que, para além de

constituir uma referência fundamental, permite que o treino se desenvolva em condições similares às da competição.

A oposição entendida como uma variável indissociável da realidade de jogo e que, por isso, importa considerar no processo de treino, foi referida, no seu depoimento, pelo treinador Miguel:

"mas também neste tipo de trabalho de alto rendimento eu penso que não haver oposição nomeadamente no trabalho de táctica ofensiva é o fugir da realidade do jogo, na minha opinião deve-se evitar ao máximo"

A este propósito Mesquita (2005) sustenta que, no processo de treino, o treinador deve procurar desenvolver um jogador cada vez mais autónomo, capaz de ler o jogo e de tomar as decisões mais apropriadas ao cenário situacional, através da aplicação de tarefas de aprendizagem que preconizam a interpretação e compreensão do jogo, sustentáculo da resolução dos problemas emergentes da sua prática.

A frequência de ocorrência das categorias analisadas vem exposta no quadro que se segue (quadro 19):

	TREINO DA TÁCTICA INDIVIDUAL	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Oposição	**9**	**90%**
Espaço/tempo	9	90%
Tarefa	**4**	**40%**
Exigências do jogo	4	40%

Quadro 19 - Frequência de ocorrência das categorias referentes ao treino da táctica individual

As condicionantes que os treinadores dão maior relevância no treino da capacidade táctica individual são a **oposição** e o **espaço/tempo**, o que se reflecte em 90% da frequência de ocorrência para cada uma das categorias. De referir, que, para cada uma variáveis em questão, apenas um treinador não lhe faz qualquer alusão.

Para além destas, 40% dos treinadores entrevistados faz referência à **tarefa** e às **exigências do jogo**, como sendo condicionantes a considerar no treino desta competência.

4.3. PRINCÍPIOS E REGRAS DE ACÇÃO

4.3.1. ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DE JOGO OFENSIVO

AMPLITUDE E PROFUNDIDADE

Para Garcia (1998) a distribuição equilibrada dos espaços de jogo materializa-se na correcta interpretação dos conceitos de amplitude e profundidade. Este autor considera que os fundamentos de organização do espaço ofensivo concretizam-se na distribuição equilibrada dos jogadores em duas zonas no sentido longitudinal: (1) zona de criação de jogo e finalização à distância e (2) zona de finalização próxima do alvo. Por sua vez, desde o ponto de vista transversal, o espaço deve dividir-se igualmente em sub-espaços distribuídos em forma de "leque" em direcção à baliza ocupando a máxima largura do terreno. A aplicação deste princípio supõe que cada jogador deve ocupar espaços que permitam assegurar apoios em largura e em profundidade entre todos os elementos da equipa em qualquer instante do jogo, independentemente do sistema de jogo eleito.

Numa representação gráfica da área de Andebol e das possíveis vantagens que a amplitude e profundidade conferem ao jogo ofensivo, Rodriguéz (2003) constatou que todo o espaço é susceptível de se transformar em novos e diferentes espaços, que permitem que o jogador aceda na realidade a muito mais espaço do que aquele que ocupa. O autor refere que o domínio do espaço potencial que um jogador e um colectivo podem desenvolver é uma tarefa árdua sobre a qual os técnicos têm o privilégio de intervir. Encontrar os limites do espaço de domínio individual e grupal favorece a criação de espaços de poder difusos que geram debilidade e rupturas nas linhas de força e na estratégia do adversário.

A este propósito, Mourinho (2004) reconhece que a beleza e a espectacularidade do jogo, sustentam-se na capacidade de dar profundidade e amplitude ao jogo, ocupando todo o espaço da forma mais racional, bem como na velocidade empregue na circulação de bola.

O depoimento do treinador André é revelador da importância que a ocupação racional do espaço de jogo assume no desenvolvimento do processo ofensivo:

"a colocação da equipa é a base do sucesso, depois naturalmente, dentro desta colocação, criam-se condições para que as acções individuais surjam e a partir daqui para que

haja um equilíbrio entre as acções, mas a posição de partida e as alterações que são introduzidas são a base do sucesso da equipa"

DESMARCAÇÃO

- EM FUNÇÃO DO SISTEMA DEFENSIVO ADVERSÁRIO

Quando se entende que a desmarcação a realizar, enquanto acção táctica individual, deve ter em consideração o sistema defensivo adversário, estamos, claramente, a entrar em pormenores estratégicos, que dependem muito da concepção de jogo do treinador e, por isso, referem-se a aspectos particulares e de difícil argumentação.

No entanto, o que desde logo importa ressalvar é a relação evidente que se estabelece entre táctica individual e estratégia, que, em pontos anteriores, já foi alvo de análise.

De acordo com o conceito de desmarcação proposto por Queiroz (1986), esta traduz-se numa acção técnico-táctica que deve ter em consideração princípios que orientam a sua objectividade. Neste sentido, o autor diferencia dois tipos de desmarcação:
(1) desmarcação como uma acção que visa a manutenção da posse de bola, à qual designa desmarcação de apoio; e,
(2) desmarcação como uma acção concretizada tendo em vista a progressão/finalização, denominada por desmarcação de ruptura.

A partir de uma observação trivial, podemos afirmar que a aplicação, em situação de jogo, de um ou de outro tipo de desmarcação é analisada em função do tempo de posse de bola e/ou da criação de oportunidades de finalizar. Quando o primeiro critério prevalece relativamente ao segundo, significa que em jogo predominaram as desmarcações de apoio, se, contrariamente, a criação de oportunidades de golo superar o tempo de posse de bola, estamos perante um jogo onde imperaram as desmarcações de ruptura.

Logicamente que este raciocínio não expressa a pura realidade do jogo Andebol, sendo, contudo, possível, em nossa opinião, estabelecer uma relação entre os dois tipos de desmarcação sugeridos por Queiroz (1986) e os sistemas defensivos adversários.

No Andebol os sistemas defensivos zonais apresentam, em traços gerais, duas configurações possíveis: sistemas profundos ou sistemas fechados.

Os primeiros, ao privilegiar uma posição base inicial nos 9 metros (aproximadamente), procuram apresentar uma grande profundidade defensiva com o intuito de entrar na zona de criação de jogo adversária e criar dificuldades de organização (Silva, 2000).

Deste modo, perante a dificuldade de controlar todo o espaço de acção que ultrapassa a capacidade visual dos defesas, parece-nos que este tipo de defesa é mais vulnerável ao trabalho realizado sem bola que vise a utilização dos espaços livres, criando, assim, desequilíbrios na organização defensiva. Como tal, apesar de predominarem as desmarcações de ruptura, não significa, de forma alguma, que as outras formas de desmarcação não possam ser úteis, o que podem, isso sim, é não constituir o tipo de desmarcação mais eficaz.

Numa referência à desmarcação como uma forma de ocupar e utilizar os espaços livres, o treinador Miguel tece o seguinte comentário:

"as acções de poste para pivot com entradas dos pontas ou do central sem bola, muitas movimentações sem bola são muito importantes para jogar contra defesas abertas"

Contrariamente, os sistemas fechados são caracterizados pela disposição dos jogadores numa só linha, conferindo-lhes uma grande amplitude defensiva e reduzindo eventuais corredores de penetração (Silva, 2000).

Nestes, os problemas espaciais são mais reduzidos e os jogadores conseguem, com maior facilidade, controlar os movimentos dos adversários em terrenos mais afastados da sua baliza. Deste modo, e sem negligenciar as desmarcações de ruptura, parece-nos que as desmarcações de apoio assumem um carácter de maior predominância e adaptabilidade às características da organização adversária em análise.

A necessidade de adaptar o tipo de desmarcação em função do sistema opositor, encontra-se bem explicito no depoimento do treinador Joaquim:

"depende da agressividade e profundidade da defesa adversária, às vezes o espaço de jogo pode aparecer nos 15 metros numa defesa aberta 1:5 ou pode aparecer nos 8,5 metros numa defesa mais fechada 6:0"

- OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS

Falkowski e Frernandez (1979) consideram desmarcações os movimentos ou deslocamentos

conscientes e oportunos que o jogador deve realizar para se livrar da vigilância do adversário, com o intuito de procurar espaços livres de ocupação para, consequentemente, ser eficaz no desenvolvimento da acção ofensiva.

Desmarcar consiste em escapar à vigilância do adversário que nos marca quando a nossa equipa está na posse de bola. A desmarcação corresponde, deste modo, à acção consequente do jogador quando ocupa espaços livres logo que um companheiro entrou na posse de bola (Moreno, 1981).

Podemos, como tal, considerar a desmarcação um comportamento motor repleto de intencionalidade táctica, que exige uma informação contínua de percepção de espaços.

Blázquez (1986) refere que, na relação com o jogador de posse de bola e com o adversário, o papel do jogador sem bola consiste em criar linhas de passe, fugindo do espaço de intervenção do defensor. Para tal, deve ser capaz de observar os espaços livres que favoreçam uma desmarcação ajustada e coerente.

Para Alcaraz & Torrelles (2000), a desmarcação é a acção através da qual um jogador se distancia do seu adversário directo, deslocando-se para um determinado espaço livre, com o intuito de receber a bola numa situação vantajosa.

Estabelecendo uma estreita relação com o espaço, Rodriguez (2003) salienta que desmarcar trata-se de interpretar uma determinada acção técnico-táctica desde uma perspectiva espacial estruturada. O autor considera que o princípio sobre o qual se sustenta a desmarcação é a procura e/ou a conquista de um espaço livre de ocupação. No processo ofensivo, as suas referências centram-se nos espaços possíveis de utilização pelos atacantes e não nos defensores, que, na realidade, integram o conjunto de variáveis complexas, determinantes da interpretação da estrutura espacial e das possíveis soluções de eficácia numa situação concreta.

A desmarcação perspectivada como um meio táctico que visa a ocupação dos espaços que estão livres e desocupados, corresponde ao conceito de desmarcação preconizado pelos treinadores Frederico e Dinis, tal como é possível deduzir pelas suas declarações:

"eles têm que ter a noção dos princípios do jogo e um deles é este, por exemplo, o equilíbrio que estará com certeza associado à desmarcação, porque eu tenho que me desmarcar para uma zona que me compete a mim" (Frederico)

"a criação de uma nova possibilidade de desequilibrar a defesa concretamente através da desmarcação é realmente do ponto de vista ofensivo muito importante pela quantidade de redes de comunicação que volta a estabelecer mas num espaço diferente" (Dinis)

- CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS

Na opinião de Ramos (1982), a desmarcação é uma acção táctica que procura iludir a vigilância do adversário quando a nossa equipa se apodera da bola. Este autor refere, ainda, que desmarcar pode ser definido como um movimento realizado com a intenção de fugir à marcação do adversário, situando-se em condições de receber um passe, ou arrastando a atenção dos adversários de um sector do terreno de jogo para permitir a finalização em ataque por um colega específico.

Neste sentido, Blázquez (1986) salienta que as dificuldades colocadas na realização desta acção táctica, só serão ultrapassadas tendo em consideração as necessidades do jogo e as possibilidades de realização e compreensão do jogador.

Neste conceito de desmarcação, importa realçar o ênfase que o autor atribui ao facto de esta se tratar de uma acção táctica que acarreta vantagens não só do ponto de vista individual (recepção de bola do jogador que realiza a desmarcação), mas também numa perspectiva colectiva, pois favorece a criação de espaços passíveis de serem ocupados pelos companheiros de equipa.

Efectivamente, criar espaços livres é um dos grandes objectivos da desmarcação, constituindo estes, de acordo com Rebelo (1993), zonas de elevado potencial ofensivo.

Este facto coloca em evidência o sentido colectivo da desmarcação, já que o espaço livre, criado pelo jogador que realizou a desmarcação, pode perfeitamente vir a ser utilizado e rentabilizado por um colega de equipa.

Através da desmarcação pretende-se, fundamentalmente, a consecução de objectivos ao nível do espaço de jogo, que podem passar pela criação de espaços livres (Queiroz, 1983). Este autor acrescenta que a criação de espaços livres favoráveis à equipa com posse de bola é alcançada através de movimentações que conduzem o adversário para zonas menos favoráveis.

Esta foi uma ideia patenteada pelos treinadores entrevistados, que se encontra bem clara nos depoimentos dos treinadores José e Joaquim:

"o movimento que o pivot pode fazer de um lado para o outro vai provocar um arrastamento do defesa central e a criação de um espaço para a entrada de um ponta ou de um lateral" (José)

"Imagina que do lado direito há uma acção colectiva envolvendo 3 jogadores, é evidente que na posição de lateral esquerdo há mais espaço porque os companheiros estão a puxar os adversários para lá" (Joaquim)

Depois de se criarem os espaços livres é necessário potenciá-los, sob pena dos movimentos de desmarcação, exigentes quer do ponto de vista físico, quer em termos tácticos, resultarem ineficazes.

A utilização dos espaços livres evidencia as possibilidades de vantagem posicional ou numérica concebidas pela desmarcação. Surge na sequência de uma eficiente ocupação dos espaços livres e permite, de acordo com a zona do campo em que se desenvolve (mais ou menos afastada da baliza adversária), aumentar as dificuldades de defesa da baliza por parte do adversário (Rebelo, 1993). Este facto permite à equipa, no desenvolvimento do processo ofensivo, aproximar-se mais e com maior probabilidade de êxito da fase de finalização.

É, pois, necessário ocupar os espaços que estão livres, no sentido de adquirir uma vantagem sobre os defensores, que permita, a partir do momento em que se recebe a bola, a possibilidade de jogar 1x1 em espaços onde há menos desgaste, menos intervenção defensiva e, consequentemente, maiores probabilidades de êxito (Romans, 2000).

Garcia (1998) salienta que o jogador sem posse de bola deve ser capaz de se desmarcar para os espaços livres procurando a finalização, ou, se tal não possível, mobilizando o seu oponente directo, atraindo-o ou fixando-o em determinada situação.

A possibilidade de utilizar os espaços livres que são criados é algo que os treinadores consideram indispensável no sentido de explorar as debilidades do sistema opositor, tal como nos é demostrado nas declarações dos treinadores Pedro e Miguel:

"se esses espaços de jogo, através do jogo colectivo, não são alcançados de nada vale, porque são acções fundamentais... se não utilizas espaços livres para poder jogar é impossível" (Pedro)

"é importante a desmarcação num espaço vazio...aquele jogador sai aos 9 metros eu posso fazer uma acção que permita a entrada nas costas desse jogador sem bola" (Miguel)

De seguida, apresentamos um quadro que demonstra a frequência de ocorrência das categorias definidas (quadro 20):

	OFENSIVO - DESMARCAÇÃO	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Ocupação de espaços	7	70%
Criação de espaços	6	60%
Sistema defensivo adversário	5	50%
Utilização de espaços	4	40%

Quadro 20 - Frequência de ocorrência das sub-categorias referentes à desmarcação

A desmarcação entendida como um meio de **ocupação de espaços** representa, na perspectiva dos treinadores, o seu principal objectivo, correspondendo a 70% da frequência de ocorrência.

A **criação de espaços** é considerada por 60% dos treinadores entrevistados, o segundo factor mais importante aquando da realização de uma desmarcação.

Imediatamente a seguir, surge o **sistema defensivo adversário** aspecto que, para 50% dos treinadores do nosso estudo, condiciona o tipo de desmarcação a utilizar.

Por fim, 40% dos treinadores da amostra referem-se à **utilização de espaços** como a aspecto de menor relevância, que é possível de concretizar através da desmarcação.

LINHAS DE PASSE

O jogador portador de bola para efectuar o passe no momento apropriado, necessita de ter à sua disposição o mais elevado número de linhas de passe possíveis que lhe permitam, no momento de escolha, optar pela acção mais adequada à situação (Pinto e Garganta, 1986).

É necessário os jogadores terem a noção que o Andebol é um jogo que implica uma grande circulação de jogadores, que corresponde, fundamentalmente, a todo o trabalho que é realizado sem bola no sentido de a receber.

A este propósito, o treinador Vasco refere:

"Afastar da bola para criar linhas de passe, quer dizer, porque aqui, como em todos os desportos colectivos, quem abre a linha de passe é o que não tem a bola, por isso o trabalho sem bola e para receber é fundamental"

Neste sentido, Laguna e Cuesta (2002) salientam que no desenvolvimento do processo ofensivo, a actividade sem bola realizada no sentido de assegurar apoios que garantam a fluidez do movimento da bola, é de crucial importância.

Segundo Garcia (1998) a existência de linhas de passe no processo ofensivo, traduz-se na disposição dos jogadores em espaços propícios e de apoio ao jogador com bola, não só à sua frente, mas também atrás e, se possível, de ambos os lados.

É por esta razão, complementa o mesmo autor, que na prática um sistema de ataque só pode ter disposições de partida 3:3 ou 2:4, pois são sistemas que correspondem a distribuições que permitem assegurar um certo equilíbrio espacial. Na realidade, nenhuma equipa utiliza um sistema de ataque 1:5 cuja disposição iria implicar um desequilíbrio nos apoios e um incumprimento deste princípio de jogo colectivo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, quando se produzem transformações de sistemas de 3:3 para 2:4, por deslocamento de um lateral para o posto de pivot, o central deve deslocar-se para a zona abandonada pelo lateral, de tal forma que os espaços ocupados voltem a estar equilibrados e os apoios garantidos, circunstância que não é mais que o cumprimento de um princípio de jogo.

Esta movimentação harmoniosa dos jogadores após transformação do sistema ofensivo, é algo que acontece no sentido de manter uma distribuição equilibrada espacial que garanta a existência de apoios permanentes. O treinador Vasco, no seu testemunho, corrobora desta ideia:

"o atleta tem a criatividade, portanto tem alguns princípios tácticos, coisas tão simples como o lateral entra a 2º pivot e o central descai para ocupar o espaço de forma equilibrada, com 2 pontas, dois 1ª linhas... para criar linhas de passe"

4.3.2. ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DE JOGO DEFENSIVO

FLUTUAÇÃO

Quando a equipa adversária circula a bola entre os seus jogadores, a actividade defensiva organiza-se em perfeita harmonia seguindo o estímulo representado pela bola, através de um deslocamento colectivo que habitualmente se designa por flutuação (Garcia, 2002).

A ideia sob a qual se sustenta esta regra de acção táctica concretiza-se no comportamento dos defensores para evitar que existam espaços livres, em cada momento do jogo, na zona onde se encontra a bola. Para concretizar tal intenção, os jogadores realizam deslocamentos laterais, que do ponto de vista técnico, se designam, segundo Bárcenas (1976), por deslocamentos defensivos.

Para Garcia (2002), o desenvolvimento de uma flutuação defensiva eficaz pressupõe uma avaliação precisa da relação de distância entre defensores próximos, bem como uma correcta noção da menor ou maior separação relativamente ao posto específico de responsabilidade directa de cada jogador.

A necessidade de contemplar as distâncias aquando da realização deste meio táctico, está bem evidente no depoimento do treinador Joaquim:

"isso está muito relacionado com a distância dos próprios elementos da defesa relativamente à circulação de bola e distância entre os companheiros da equipa, pode ser profunda ou mais larga, depende da situação"

A flutuação rege-se, deste modo, pelo pressuposto essencial definido pela protecção da baliza e pela focalização da atenção sobre a bola, pois somente a partir da zona onde esta se encontra é possível ao adversário obter golos.

No fundo, o que se procura, através da flutuação, é restringir ao máximo o espaço defensivo, tornando-o quase nulo para a realização das acções de ataque e, simultaneamente, muito denso, pela proximidade entre os defensores.

Neste sentido, Nunes (2003) entende por flutuação o bloco que é constituído em frente ao local de trabalho da bola, tendo, a este propósito, uma expressão elucidativa da sua exigência em situação de jogo: "na defesa, todos somos guarda-redes".

Em suma, o objectivo fundamental da flutuação concretiza-se na aglomeração de jogadores sobre a zona onde, sucessivamente, circula a bola, protegendo os espaços directos para baliza e obstruindo os espaços de penetração aos atacantes que se encontram na zona da bola (Garcia, 2002).

O testemunho do treinador Dinis evidencia a importância da flutuação no desenvolvimento do processo defensivo:

"um dos erros do ponto de vista do comportamento táctico individual é a não flutuação após uma situação táctica individual de profundidade, ou seja, há muitos jogadores que conseguem sair ao adversário directo mas depois não flutuam com a bola e isso do ponto de visto defensivo é um erro muito grave"

ENTREAJUDA

Trata-se de proteger a zona específica da bola, determinada pelo espaço compreendido entre o ângulo de remate de cada sucessivo possuidor da bola e o ângulo de acção ou do meio táctico empreendido pelo atacante, podendo, igualmente, designar-se por *zona de conflito imediato* (Garcia, 2002).

Para Bayer (1994), a entreajuda defensiva é imprescindível para que para que os diferentes defensores, responsáveis directos pelo portador da bola, se sintam resguardados nas suas acções, o que leva, reciprocamente, a que estes sintam a necessidade de proteger os seus colegas. Neste sentido, acrescenta o mesmo autor, a condição de defensor pressupõe "assumir um contracto", que considera direitos e deveres:

(1) dever de estar disposto a ajudar um colega que possa estar em dificuldades;

(2) direito a esperar dos seus companheiros uma eventual ajuda nos momentos mais delicados.

Esta colaboração entre os colegas de equipa, crucial para o desenvolvimento de uma defesa coesa, encontra-se evidente no excerto do treinador Joaquim:

"quando houver esta cooperação, podemos contar que o jogador que vai interceptar a bola vai ter ajuda do seu companheiro que está atrás pronto para ajudar... isto é o tipo de cooperação, que é muito importante entre os elementos da defesa"

A entreajuda defensiva é um meio táctico que se desenvolve de forma encadeada com a flutuação, pois a realização daquela implica uma flutuação prévia para a zona onde a bola está a circular (Garcia, 2002).

Contudo, na flutuação o foco de atenção centra-se, fundamentalmente, na bola, enquanto que a entreajuda implica uma colaboração directa com o companheiro do posto específico adjacente, fechando o espaço que este abandonou, o que confere à defesa uma dimensão mais colectiva e mais sólida.

Tal como a flutuação, também a entreajuda se rege, pelo pressuposto essencial definido pela protecção da baliza e pela focalização da atenção sobre a bola, havendo, contudo, de acordo com Garcia (2002), um outro aspecto que importa considerar - a *saída ao portador de bola cria espaços interiores que devem ser protegidos.*

Em síntese e de acordo com o mesmo autor, a entreajuda defensiva manifesta-se pela criação de densidade defensiva na zona da bola, fechando o espaço limitado pelo ângulo de remate dos diferentes possuidores de bola, para que o oponente directo do jogador com bola se sinta, deste modo, protegido.

INTERCEPÇÃO

- ENQUADRADA NA ESTRATÉGIA COLECTIVA

No processo defensivo, todas as acções são desenvolvidas no sentido de contrariar as intenções adversárias e, se possível, de ganhar o mais rapidamente a posse de bola sem sofrer golo. Neste contexto, a intercepção assume-se como uma acção de inquestionável importância, que, quando realizada com sucesso, acarreta para a equipa usufrutuária, benefícios da mais variada ordem (tácticos, psicológicos). Contudo, uma intercepção ineficaz corresponde imediatamente ao desequilíbrio do sistema defensivo o que, não raras vezes, se traduz na obtenção de golo por parte da equipa adversária.

É por esta razão, que a intercepção, enquanto acção de cariz essencialmente individual, deve, na opinião dos treinadores entrevistados, estar devidamente enquadrada na estratégia defensiva, constituindo o resultado de um trabalho colectivo que foi sistematizado à priori. As declarações do treinador Joaquim e André são reveladoras desta perspectiva:

"se repararem muitas vezes o Álvaro Martins está a interceptar a bola mesmo com menos um porque há várias soluções treinadas, porque o pior que pode acontecer é o ponta finalizar e eu acho que em superioridade numérica finalizar pela ponta não é boa opção" (Joaquim)

"Eu penso que a intercepção e a dissuasão, mais particularmente a intercepção, estará que estar se prevista na estratégia da equipa, ou seja, não vai haver um jogador que milagrosamente vai inventar o mecanismo na hora" (André)

Bayer (1987), a propósito da intercepção, salienta que esta acção deve estar associada a outras intenções tácticas defensivas, dentre as quais destaca a entreajuda defensiva. Para o autor, antes da intercepção se realizar é necessário que os companheiros de equipa estejam predispostos para o ajudar, no caso da intercepção não surtir o efeito desejado.

O treinador André, no seu testemunho, corrobora desta ideia ao referir:

"não é invulgar ver-se os primeiros defesas a procurar a intercepção, sendo que essa acção está devidamente prevista no comportamento colectivo da equipa e deve ser complementado com acções de compensação por parte dos outros defensores"

- ANÁLISE DAS VARIÁVES CONTEXTUAIS

De acordo com Mariot e Delerce (2003), a intercepção determina e gera uma leitura geográfica das informações a recolher, traduzida numa acção de jogo, em situação especialmente propícia, que permite ao jogador descobrir e aprender a colocar-se em função de uma leitura integrativa visual, que considera quatro varáveis: o alvo a defender, o adversário directo, o jogador com bola e a acção do meu companheiro face ao portador de bola.

O depoimento de treinador José é revelador desta realidade:

"tudo parte deste triângulo, ou seja, da sua posição, da observação do comportamento do jogador que tem bola e do controlo do seu opositor directo... para a intercepção tem que se ter em atenção estes 3 aspectos"

Para jogar à intercepção é necessário perceber a possível trajectória da bola, para que, consequentemente, o jogador adopte uma orientação que lhe permita abranger no seu campo visual o portador de bola, bem como o possível receptor da mesma (Bayer, 1987)

Outra das variáveis, contemplada no conceito Mariot e Delerce (2003), que foi considerada fundamental no momento da intercepção, refere-se à análise do jogador com bola. Os excertos dos treinadores José e António demonstram tal facto:

"lateral que faz o drible esgota os três passos não faz ameaça à baliza e procura o passe para o central, o jogador avançado deve ter obrigatoriamente, um comportamento muito mais atrevido e

muito mais de procura de bola do que no caso do lateral ainda não ter esgotado nem os passes nem os dribles" (José)

"ponta tem que observar posição do lateral com bola, se o lateral está bastante longe da baliza (20 metros) não vale a pena fazer tentativa de interceptar a bola mesmo que adivinhe que ele vai passar, outra coisa é quando ele joga muito perto da baliza é possível arriscar" (António)

A intercepção surge como uma intenção táctica, que emerge no momento em que os defensores almejam reconquistar a posse de bola. Contudo, ela não pode ocorrer a todo o instante, mas, apenas, nos momentos ajustados, existindo uma relação directa entre o momento de intervenção e a distância que separa o defensor da trajectória da bola (Bayer, 1987).

De acordo com o mesmo autor, a todo o momento o jogador deve regular e conhecer esta distância para ter a possibilidade de jogar à intercepção, pois tal distância é variável em função da recolha de informação que o jogador vai adquirindo ao nível dos diversos elementos de jogo, pois:

(1) Se o jogador actua demasiado cedo, a intercepção não é possível e estamos, assim, perante uma dissuasão, em que o jogador sem bola vai permanecer sem a possuir;

(2) Por outro lado, se o jogador sai à intercepção demasiado tarde, depois do passe já ter sido realizado, o jogador sem bola vai acabar por recebe-la, restando ao defensor perturbar ao máximo a sua acção posterior.

Esta necessidade de controlar a distância relativamente à trajectória da bola, bem como ter a capacidade para intervir no momento certo, encontra-se bem evidente nos depoimentos dos treinadores Miguel e Frederico:

"saber em que espaço está, qual é o espaço que ele está a ocupar naquele momento do jogo, é importante ter uma boa noção de distância, da capacidade de poder chegar à intercepção no momento certo" (Miguel)

"Se eu estiver muito longe não consigo, estamos a falar de noções de espaço, se eu sair muito tarde já não chego e sair muito cedo ele desmarca-se, portanto é encontrar a situação óptima para poder acontecer" (Frederico)

Para interceptar é, pois, necessário perceber em que local me encontro, em que relação vou procurar intervir, a que velocidade e em que momento, para rapidamente reagir através de uma ordem dada pelo cérebro às estruturas de execução. O tempo de execução e a intensidade a que se realiza a intercepção afiguram-se, deste modo, como pressupostos cruciais na execução desta acção (Alvarez, 2003).

É inequívoca a relação entre o espaço e o tempo, bem como a forma como estas variáveis influem e condicionam a realização da intercepção. Aliás, o treinador Dinis, no seu excerto, revela este facto:

"O espaço e o tempo... porque estão muito relacionadas, o espaço que ele ocupa com o tempo que ele tem para promover a intercepção"

- CAPACIDADE DE ANTECIPAÇÃO

É comum afirmar-se que a principal vantagem conquistada pelos mecanismos de antecipação, é permitir ao jogador ganhar algum tempo na leitura das informações e, deste modo, superiorizar-se no duelo com o seu ou seus adversários.

Bañuelos (1986), acerca da capacidade de antecipação, refere que esta consiste na correcta interpretação perceptiva dos estímulos, ocasionados em determinado envolvimento, antes que o resultado deles se materialize.

Antecipar é a acção através da qual o jogador se adianta ao movimento do seu adversário, no sentido de interceptar a bola que este pretende receber. Trata-se de uma acção na qual influem aspectos de ordem psicológica (concentração, agressividade) e de ordem táctica (prever a acção do adversário, colocação em marcação) (Alcaraz e Torrelles, 2000).

Neste sentido, Alvarez (2003) realça que intercepção não se trata apenas de uma acção motora mas também táctica e psicológica, na qual é crucial identificar ou prever a acção que o adversário irá realizar.

Destacando os benefícios advindos da antecipação, Garganta (2001) refere que o facto de ser capaz de prever ou antecipar uma resposta, pode permitir que um jogador, mesmo sendo mais lento do que outros do ponto de vista neuromuscular, possa chegar mais depressa a um determinado local do terreno de jogo.

Efectivamente, a intercepção requer uma análise precoce da situação decorrente e, como tal, depende, em primeira instância, da capacidade de antecipação. A relação de influência reciproca entre estas duas competência, encontra-se bem expressa nos depoimentos dos treinadores José e Manuel:

"a intercepção tem a ver um pouco com a iniciativa individual do atleta, ou seja, ele antecipa um determinado movimento e julga que pode fazer um corte de linha de passe, interceptar uma bola" (José)

"ser eficaz à intercepção só os bons jogadores, que tenham uma grande capacidade de análise e de antecipação" (Manuel)

- VELOCIDADE DE EXECUÇÃO

Naturalmente, que a intercepção implica, para além de atributos técnico-tácticos, capacidades motoras condicionais, mais particularmente no que à velocidade diz respeito.

A este propósito, Alvarez (2003) sustenta que para uma boa intercepção há que possuir uma boa velocidade de reacção, que permita reagir rapidamente ao estimulo dado pelo adversário; velocidade de execução, que faculte a realização do gesto de corte da trajectória de forma rápida e surpreendente para o adversário; e, por fim, uma boa capacidade motora de velocidade de deslocamento, que possibilite arrancar e correr o mais rápido possível.

Daqui se infere que a intercepção afigura-se como uma conduta básica e primordial para o desenrolar do jogo de Andebol, e falar de intercepção é, de acordo com Olivera & Ticó (1992), falar de concentração mental, velocidade de reacção e velocidade gestual.

A velocidade foi, também, considerada pelos treinadores do nosso estudo como uma capacidade que o jogador tem que possuir no momento da intercepção, tal como podemos deduzir pelo testemunho do treinador José:

"se ele é um jogador rápido ele pode no momento em que o jogador que tem a bola está a armar o braço para fazer o passe estar um pouco mais afastado e depois num movimento explosivo interceptar"

De seguida, apresentamos um quadro que reflecte a frequência de ocorrência de cada uma das categorias analisadas (quadro 21):

		DEFENSIVO - INTERCEPÇÃO	
		FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
		VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Análise variáveis contextuais	Adversários directo e portador de bola	8	80%
	Espaço/tempo	8	80%
Velocidade de execução		7	70%
Capacidade de antecipação		5	50%
Estratégia colectiva		3	30%

Quadro 21 - Frequência de ocorrência das sub-categorias referentes à intercepção

A observação do quadro evidencia que as variáveis contextuais às quais os treinadores atribuem maior relevância no momento de realizar uma intercepção são a **análise espaço/tempo** e a **análise dos adversários directo e portador de bola**, o que se reflecte em 80% da frequência de ocorrência para cada uma das categorias.

Para além destas, 70% dos treinadores entrevistados faz referência à **velocidade de execução** como uma capacidade que importa considerar na execução deste procedimento táctico defensivo.

A **capacidade de antecipação** surge como uma outra competência adstrita à intercepção, tendo sido indicada por metade dos treinadores do nosso estudo (50%).

Por fim, a necessidade de enquadrar a intercepção na **estratégia colectiva**, constitui a categoria que é menos apontada pelos treinadores entrevistados (30%).

4.3.3. COMUNICAÇÃO NA ACÇÃO

O quadro a seguir representado, demonstra, na opinião dos entrevistados, quais as configurações que a comunicação assume na acção de ataque (quadro 22):

FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PROCESSO OFENSIVO	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Motora/Verbal/Gestual	5	50%
Motora	2	20%
Motora/Verbal	2	20%
Predomínio Motora/Verbal/Gestual	1	10%

Quadro 22 - Formas de comunicação adoptadas do processo ofensivo

Pela análise do quadro, constatamos que metade dos treinadores considera que, na acção de ataque, é necessário recorrer a **todas a formas de comunicação.**

Observamos, ainda, que, para 20% dos entrevistados, a comunicação no processo ofensivo deve ser desenvolvida através de **acções motoras**, não havendo lugar para os outros estilos comunicacionais.

Também de acordo com 20% dos treinadores, nas acções ofensivas, predominam, fundamentalmente, as **comunicações motoras e verbais**, sendo que o gesto se demonstra inadequado à situação de jogo.

Por fim, apenas 10% da amostra, refere que, apesar de **prevalecer a comunicação motora**, as outras formas de comunicação também se podem revelar úteis e oportunas.

Por outro lado, relativamente ao processo defensivo, os treinadores referem as seguintes formas de comunicação (quadro 23):

FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PROCESSO DEFENSIVO	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Verbal	3	30%
Predomínio Verbal/Motora	3	30%
Predomínio Verbal/Motora/Gestual	2	20%
Predomínio Motora/Verbal/Táctil	1	10%
Predomínio Motora/Verbal/Gestual/Táctil	1	10%

Quadro 23 - Formas de comunicação adoptadas no processo defensivo

Desde logo, salienta-se, pela observação do quadro, que 30% dos treinadores considera que, no processo ofensivo, o verbal assume-se como a principal forma de comunicação.

Todavia, 30% dos treinadores entrevistados sustenta que, apesar de predominar a comunicação verbal, a motora também surge como uma forma comunicacional a considerar, dada a sua utilidade em alguns momentos de jogo.
De realçar, igualmente, que a recorrência a todas as formas de comunicação, com predominância da verbal sobre as restantes, é referida por 20% dos entrevistados.

Observamos, finalmente, que 20% dos treinadores, apesar de entenderem que a comunicação motora prevalece relativamente às demais, aceitam o verbal (20%) e até mesmo, o gestual (10%) como possíveis estilos de comunicação a adoptar no processo defensivo. Estes mesmos treinadores (20%) fazem, ainda, referência à comunicação táctil como outra forma de comunicação a adoptar nesta fase do jogo.

CONCEITO DE JOGO

O jogo livre caracteriza-se pela ausência de procedimentos coordenados que poderiam ter sido estabelecidos, criados ou treinados à priori. Se, eventualmente, tais procedimentos surgem no jogo são mais o produto da qualidade individual dos jogadores (conhecimento e experiências tácticas) do que, propriamente, do treino específico ou de qualquer estratégia prevista inicialmente.

Neste jogo, refere Garcia (2003), não há indicações especiais sobre as condutas individuais ou combinações colectivas que devam utilizar-se, o jogador responde em função da sua capacidade criativa em seu próprio benefício ou em colaboração com os seus companheiros. Tanto a circulação de bola como as trajectórias dos jogadores são livres e o jogo colectivo está baseado fundamentalmente na combinação de desmarcações permanentes e na qualidade dos passes e fixações.

Não se deve, contudo, confundir jogo livre como conceito, com a anarquia em jogo, característica das equipas com uma organização precária e com pouca qualidade táctica dos seus componentes. A este propósito, Garcia (2003) salienta que o correcto desenvolvimento do jogo livre deve respeitar os princípios de jogo e a lógica das intenções individuais, cujo encadeamento sucessivo vai dar origem aos meios tácticos.

Ora, constituindo os diálogos motores entre os atletas a forma de comunicação eleita para desenvolver as acções em jogo, tal só é possível se a capacidade de interpretação e de análise dos intervenientes for de qualidade superior.

De acordo com esta perspectiva, Trujillo e Rico (2004) consideram que a comunicação motora representa o elemento indutor das acções e das transformações ocorridas no jogo, cabendo ao treinador interpretar e fazer com que o jogador compreenda as estruturas de inter-conexão do jogo, a sua mecânica funcional, pois somente deste modo, assegura comportamentos adequados e lógicos .

Parece-nos, pois, natural que os treinadores entrevistados tenham associado a predominância da comunicação motora a um estilo de jogo mais livre, baseado na capacidade táctica individual dos atletas. Demonstrativo disso mesmo é um excerto do treinador André:

"há uns anos estava muito em voga que era jogo livre, portanto as equipas não estavam agarradas a qualquer tipo de movimento ofensivo e o jogo desenrolava-se em função da individualidade e era o encadeamento das acções individuais que proporcionava às acções de grupo e aí a comunicação motora tem um papel fundamental"

Por outro lado, o jogo dirigido constitui a forma de jogo mais utilizada por qualquer equipa que está organizada com o mínimo rigor e coerência, definindo, com mais clareza, o conceito de jogo de uma equipa.

Através deste conceito de jogo, refere Garcia (2003), a actividade individual do jogador está limitada a determinados espaços e acções, onde se pressupõe que vá alcançar uma maior eficácia individual e um melhor rendimento colectivo. As competências individuais regem-se, deste modo, pelo princípio da coesão e orientam-se ao serviço da equipa, produzindo-se um jogo mais fluido e económico

Segundo o mesmo autor, em caso algum se anula a criatividade individual, a boa qualidade táctica individual continua a ser uma exigência, mas as capacidades individuais desenvolvem-se com base em orientações definidas previamente, que se relacionam com os postos específicos que devem ocupar, os meios tácticos predominantes, as zonas de iniciação de procedimentos, os canais de comunicação mais frequentes.

Neste conceito de jogo orientado, possuidor de uma determinada organização e que considera uma coordenação mais idónea em função da análise da relação de forças, a limitação à

comunicação motora talvez se torne redutora para um jogo de solicitações mais frequentes e com um nível de exigência mais acentuado. Por isso, os treinadores entrevistados entendem ser necessário recorrer a formas diferentes de comunicação, sem contudo, negligenciarem a importância da comunicação motora. O depoimento do treinador André é revelador deste facto:

"um tipo de jogo mais estruturado com as equipas... a comunicação pode não ser verbal, pode ser gestual, pode ser o que seja, têm os dois necessariamente... mas a comunicação motora é sempre importante"

MOMENTOS DE JOGO

Após associarmos a comunicação motora a uma forma de jogar mais livre e, por outro lado, reconhecermos que no jogo estruturado há necessidade de adoptar diferentes estilos comunicacionais, cremos ser coerentes quando entendemos que a forma de comunicação eleita depende, igualmente, dos momentos de jogo.

Aliás, Garcia (2003), quando se reporta ao jogo livre salienta que este deve ser integrado no conceito geral de jogo de uma equipa e treinado adequadamente, pois é necessário em muitos momentos de jogo, dos quais destaca: momentos resultantes das situações de inferioridade numérica, alterações imprevistas de sistemas defensivos ou pressões exteriores.

Por outro lado, em situações decisivas, de grande pressão sobre os jogadores, em que o desfecho do jogo vai depender da conclusão da acção, recorrer a movimentos treinados à priori que exigem a utilização da palavra ou do gesto, talvez garanta maiores probabilidades de êxito do que uma acção cujo corolário depende da capacidade de interpretação e a comunicação estabelecida, apenas, é motora.

Optar por um determinado estilo de comunicação em função do momento de jogo, reflecte uma concepção, da qual é elucidativa o excerto do treinador Dinis:

"há momentos em que a comunicação motora é fundamental, há momentos em que a comunicação verbal é fundamental, mas isto não significa que as outras não estejam presentes"

4.3.3.1. COMUNICAÇÃO MOTORA - PRAXEMES

IDENTIDADE INTERPRETATIVA

Todos os jogos colectivos encontram-se imbuídos de uma determinada significação em cada movimento, comportamento ou gestualidade que encerra em si um determinado teor de informação que deverá ser compreendida pela equipa no sentido desta ajustar a sequência e a harmonia das acções. Podemos portanto falar na existência de um código de jogo que os elementos da equipa devem dominar, código esse bastante complexo e que se pode exprimir por gestos, posturas, atitudes e comportamentos globais que assentam em muitas outras variantes e simulacros (Parlebas, 1976).

Blazquez (1986) salienta que, ao situar-se na acção de jogo, o jogador encontra-se perante uma variedade de símbolos e sinais que deve saber interpretar, existindo, pois, uma forma de linguagem motora que é necessário codificar.

Neste sentido, Castelo (1996) considera que é necessário ter em consideração os problemas ligados à produção de incerteza para os adversários e de certeza para os companheiros, numa situação inevitavelmente reversível. Para o autor, grande parte das acções dos jogadores consiste em "jogar" com a incerteza induzida pelos seus comportamentos procurando, por um lado, que esta se anule face aos seus companheiros e, por outro lado, que ela aumente perante os seus adversários.

Segundo o mesmo autor, a comunicação, em situação de jogo, manifesta-se através dos praxemes que são indissociáveis das condutas motoras e acompanham sempre a acção (acto práxico), transportando consigo índices que se revelam decisivos no processo de antecipação motora. São eles que representam o sentido táctico dos comportamentos motores dos jogadores implicados na realização de uma acção de jogo, estando intimamente relacionados com a subjectividade da "leitura de jogo" de cada jogador, que, por sua vez, se encontra subjacente à lógica do jogo.

O contexto em que o jogo se desenvolve, exige que os jogadores interajam entre si, comunicando e contra-comunicando, pois todo e qualquer comportamento funciona como um sinal. A comunicação motora surge, deste modo, como algo intrínseco ao próprio jogo e indissociável das acções realizadas, tal como afirma o treinador Miguel:

"a comunicação motora eu acho que está muito associada a táctica individual, portanto à capacidade de eles saberem perceber o estímulo, é fundamental, a tomada de decisão e o saber interpretar o estímulo, normalmente não é "eu vou piscar o olho" ou "vou entrar aqui", normalmente o estímulo é físico, é do movimento"

Tal como referem Olivera e Ticó (1992), a comunicação motora reveste-se de uma importância crucial no desenvolvimento do jogo, pois permite que o jogador interprete os gestos e as acções que os companheiros e adversários executam, facilitando, assim, a tomada de decisão e a opção pela solução mais adequada.

Esta necessidade de interpretar devidamente os movimentos do companheiro de equipa de modo a dar continuidade às acções, encontra-se bem expressa nos excertos dos treinadores André e Manuel:

"A partir do momento em que uma combinação ofensiva se começa a desenrolar é fundamentalmente a comunicação motora que prevalece no jogo... eles terão que avaliar a acção do colega e dar a resposta adequada a esse movimento" (André)

"isto é aquilo que parece que é fácil mas não é, é consequência de todos os jogadores saberem interpretar muito bem: quando determinadas situações de jogo acontecem o que é que tenho que responder" (Manuel)

Para jogar bem é imprescindível que o atleta incorpore no seu repertório soluções para as situações que o jogo apresenta ou cria, que lhe permitam relacionar-se adequada e harmoniosamente com os seus colegas de equipa. Para tal, segundo Trujillo & Rico (2004), é necessário criar uma ponte comum que faça da ideia táctica de um jogador a solução táctica da equipa e, deste modo, alcançar eficácia nas acções de jogo.

Sempre que gestos ou movimentos não são recebidos com a significação que o companheiro lhe atribui, ocorre uma reacção completamente diferente perante os mesmos sinais, o que significa a inexistência de entendimento entre os jogadores. Há, assim, uma relação directa entre os níveis de significação das acções, pois, quanto menor for a identificação dos sinais, menor será a capacidade de dar uma resposta adequada a esses sinais e, consequentemente, com menor frequência ocorre uma movimentação harmoniosa global da equipa (Sousa, 1992).

Neste sentido, a táctica pressupõe a existência de uma concepção unitária para o desenrolar do jogo, que permite aos jogadores estabelecer uma "linguagem comum" que vai permitir a compreensão mútua (Bayer, 1994).

A este propósito, Carvalhal (2004, p. 31) considera que uma equipa, na verdadeira acepção do termo, *é* "aquela em que, num determinado momento, perante determinada situação, os jogadores pensam todos do mesmo modo".

Tal "linguagem comum" encontra-se subjacente nos excertos dos treinadores Vasco e Frederico:

"eles são dois indivíduos a falar a mesma linguagem que é o que se pretende, quando se deu esta situação o jogador sem bola sabe o que é que o jogador com bola quer e o ponta também sabe e não falaram verbalmente, isto é uma comunicação motora" (Vasco)

"eu tenho que perceber se o meu companheiro do lado está a pressionar eu tenho que estar a fazer um pouco de cobertura porque ali há um espaço que fica mais livre, este tipo de coisas quase não precisas de falar, acontece de uma forma quase natural" (Frederico)

AUTOMATISMOS DE ACÇÃO

A partir da perspectiva do processamento da informação, os comportamentos motores em situações competitivas consistem na codificação das pistas relevantes do envolvimento através da utilização de estratégias de atenção. Posteriormente, ocorre o processamento da informação com interacção entre a memória de curto prazo (*working memory*) e de longo prazo (*long-term-memory*). Por fim, é tomada a decisão relativa à execução da acção, sendo dado espaço para refinamentos e modificações (Tenenbaum, 2003).

Este processo, que pressupõe o processamento da informação de forma sequencial (em série), pode, contudo, revelar-se ineficaz sobre constrangimentos temporais extremos.

Deste modo, quando o processamento sequencial não está acessível, os sistemas cognitivo e motor operam rapidamente, dependendo, fundamentalmente, das estruturas do conhecimento e dos esquemas motores, os quais estão acessíveis automaticamente e sem dependerem do conhecimento consciente (Tenenbaum e Bar-Eli, 1995; Tenenbaum, 2003). Neste caso, o processamento da informação opera-se em paralelo, o que, segundo Tavares (2002) e Tenenbaum (2003), garante a redução no tempo de processamento da informação e, consequentemente, da tomada de decisão.

A recorrência em situação de jogo a movimentos automatizados, está bem evidente no excerto do treinador **José:**

"isto tem a ver com a assimilação dos conceitos de jogo, dos princípios de jogo, com a automatização dos movimentos... e estas reacções dos jogadores acho que são reacções perfeitamente automáticas em função da situação de jogo que se cria"

Relativamente a este conhecimento de base, a que Tenenbaum (2003) denomina por nível macro do conhecimento, ele refere-se, essencialmente, aos planos de acção, que são estruturas de memória utilizadas para activar as regras gerais básicas de resposta, armazenadas na memória de longo prazo (McPherson, 1999a) e aos eventos correntes, que são estruturas de memória usadas para activar a combinação de informações relevantes, entre o passado o presente e possíveis eventos futuros, que, por sua vez, contêm cenários tácticos e situações típicas na memória de longo prazo (McPherson, 1999a).

No sentido de serem criados ou tais automatismos, que permitam recorrer às respostas gerais básicas que se encontram armazenadas na memória de longo prazo, o treinador Frederico **refere:**

"por exemplo, lateral com bola finta para dentro e ataque no espaço do 2º defensor e o extremo entra através de uma trajectória larga e aquilo surge quase sem combinar porque há rotinas de trabalho, para que se crie o estímulo de quando o lateral ataca o ponta está preparado para fazer esta acção quase sem combinar"

Na realidade, a exigência de economia e fluidez necessária à *performance* de elevado nível, pressupõe a realização inconsciente, automatizada, de vários elementos do processo da tarefa (McPherson, 2000).

CONTRA-COMUNICAÇÃO MOTORA

A contra-comunicação traduz-se numa interacção motora de oposição essencial e directa, que se desenvolve de formas diversas e caracteriza-se por uma transmissão antagónica da bola, um papel desfavorável (pelo jogador adversário), ou por uma posição ou situação espacial

desfavorável (fora de jogo, no futebol). A contra-comunicação estabelece-se sempre entre adversários (Moreno, 1984).

Konzag (1991), numa alusão à comunicação desenvolvida em jogo, refere que as acções técnico-tácticas seleccionadas pelos jogadores devem respeitar as acções, ou a antecipação feita às acções que os adversários têm intenção de realizar.

Por sua vez, Lavega (2000) considera que todo o participante em jogo é portador de informação, independentemente de o desejar ou não. Segundo este autor, para que uma equipa alcance o sucesso, tal informação deverá ser o mais clara e perceptível possível entre os companheiros e totalmente obscura e ilegível para os adversários.

Grande parte da essência táctica de um jogador está na luta por interpretar correctamente as "mensagens" de rivais e companheiros, assim como emitir sinais que escondam as acções ou confundam os adversários e ajudem os companheiros (Laguna, 2002).

Na opinião de Tavares (1997) a grande singularidade do processo comunicacional em desportos colectivos advém do facto da oposição a adversários e da colaboração entre companheiros ser simultânea, ou seja, qualquer participante, através do seu movimento corporal, pretende, ao mesmo tempo, ser compreendido pelos companheiros e incompreendido pelo adversários.

O mesmo autor (1997) acrescenta ainda, que o sentido ou significado de cada comportamento pode visar o alcance de uma transparência - quando na relação ou interacção entre jogadores da mesma equipa se procura pôr em comum indícios verdadeiros; ou pode visar uma opacidade - quando na interacção entre adversários o não verbal pretende reflectir falsos índices.

Esta realidade está bem evidente no discurso do treinador André:

"é um jogo de ver quem reage mais cedo ou mais tarde, ver quem reage no tempo certo, pelo conhecimento prévio que se tem das equipas e pela análise que se faz da situação de jogo, é uma situação de dar uma informação falsa, tentar fazer com que o adversário faça um movimento errado e aproveitar isso ou então reagir no momento certo perante uma determinada situação"

O Andebol é um jogo de cooperação-oposição, no qual os principais factores de constrangimento vão muito mais além da disponibilidade dos recursos energéticos ou técnicos dos intervenientes, abrangendo questões como a capacidade de comunicação entre os jogadores da mesma equipa

e de contra comunicação entre os jogadores das equipas em confronto (adaptado de Garganta, 1996).

Podemos assim caracterizar o jogo através das formas de interacção no seio de redes de comunicação (cooperação) e de contra-comunicação (oposição), que se traduzem na aplicação de acções técnico-tácticas individuais e colectivas, organizadas e ordenadas num sistema de relações e inter-relações coerentes e consequentes, de ataque e defesa, tendo em vista em vista o desequilíbrio do sistema opositor, na procura de uma meta comum (Castelo, 1996).

O treinador Frederico, no seu testemunho, enaltece este factor como uma característica do Andebol moderno:

"hoje em dia no Andebol moderno isto vê-se muito: a criação de situações falsas que podem culminar num sítio e depois acabam por culminar numa outra zona através de outra acção"

O quadro que se segue reflecte a frequência de ocorrência das categorias respeitantes à comunicação motora - praxemes (quadro 24):

	COMUNICAÇÃO MOTORA - PRAXEMES	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Automatismos de acção	9	90%
Identidade interpretativa	8	80%
Contra-comunicação motora	6	60%

Quadro 24 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à comunicação motora - praxemes

O quadro evidencia que a comunicação motora expressa sob a forma de **automatismos de acção**, surge como a categoria que aufere a mais elevada frequência de ocorrência, correspondendo, na totalidade, a 90% dos treinadores entrevistados. De salientar, que apenas um treinador não faz referência a esta forma de comunicação.

A relação da comunicação motora com a **identidade interpretativa**, que favorece o desenvolvimento de uma "linguagem comum", constitui a segunda categoria mais frequentemente apontada pelos treinadores do nosso estudo (80%).

A permanente troca de informações falsas, característica de duas entidades que se confrontam com objectivos perfeitamente antagónicos, reflecte-se numa **contra-comunicação motora**, que constitui alvo de referência para 60% dos treinadores entrevistados.

4.3.3.2. COMUNICAÇÃO GESTUAL

A comunicação práxica contempla, segundo Parlebas (1976), duas categorias: a comunicação directa, que distingue a comunicação da contra-comunicação, e a comunicação indirecta, que considera a existência dos gestemes e praxemes.

Para Moreno (1984), a comunicação é uma interacção motora de cooperação essencial e directa, que se efectua pela transmissão de um objecto (bola), a ocupação de um determinado espaço, ou através de um papel sociomotor (guarda redes, jogador sem bola, jogador com bola). Esta comunicação estabelece-se sempre entre companheiros.

A contra-comunicação, para o mesmo autor, é, pois, uma interacção motora de oposição essencial e directa, que se estabelece sempre entre adversários, com o intuito de transmitir informações falsas.

Estes conceitos operacionais possibilitam associar os comportamentos dos jogadores, com base no modelo dualista de cooperação/oposição, e, consequentemente, constituir redes de comunicação de três tipos: cooperação, oposição e cooperação/oposição.

A comunicação indirecta é igualmente constituída por duas categorias de códigos (comportamentos motores que funcionam como um signo). Para além dos praxemes, que constituem o conjunto de sinais que acompanham a acção motora, há que considerar também a existência dos gestemes.

Para Castelo (1996), os gestemes representam toda a variedade de gestos convencionais que acompanham a acção motora, com o objectivo de transmitir uma informação ou uma injunção táctica pela simples substituição da palavra. É frequente observar-se um jogador interpelar os seus companheiros substituindo as injunções verbais por injunções gestuais (elevar o braço, fechar a mão, bater palmas). O sinal (significante) é o gesto observado e a mensagem (significado) é o conteúdo táctico.

Esta forma de comunicação foi indicada pelos entrevistados no nosso estudo, ressalvando, contudo, a sua utilização preferencial no processo ofensivo. Os excertos dos treinadores José e Dinis são demonstrativos disso mesmo:

> *"basta um sinal, basta um movimento da cabeça, basta um piscar de olhos, basta um movimento de um braço e toda a gente sabe o que é que vai acontecer no ataque"* (José)

"hoje em dia utiliza-se muito aquilo que eu chamo linguagem visual, portanto basta o simples facto do central olhar para mim que eu percebi o que é que ele me quis dizer e estas formas de comunicação hoje são decisivas" (Dinis)

Segundo Castelo (1996), estes actos de solicitação motora correspondem a unidades isoladas e muito "motivadas", ou seja, que possuem uma enorme relação com o que pretendem representar. Para o autor, o "gesteme" não é um acto constitutivo da tarefa, o que nele é importante é o seu valor de sinal, é a injunção de transmitir substituindo a palavra, que, em algumas situações de jogo, poderá ser muito comprometedora.

As restrições impostas pelas contingências do jogo à linguagem verbal, justificam, na opinião do treinador Frederico, a utilização de outras formas de comunicação:

"eu acho fundamental que não seja necessário fazer só comunicação verbal, tem que haver gestos, senhas... que possibilite organizar o jogo sem limitação à comunicação verbal"

O facto de ser uma forma de comunicação que facilita a combinação entre os colegas de equipa e, por outro lado, se apresentar como um estilo de comunicação discreto e imperceptível para os adversários, constitui a justificação mais consistente que viabiliza a adopção da linguagem gestual. Parece-nos, por isso, interessante expor aqui a declaração do treinador Dinis, que reflecte uma opinião consensual ao entrevistado Manuel:

"uma das formas mais complicadas de captação de informação é através da linguagem visual, porque a linguagem visual eu posso ter contigo e a equipa pode ter combinado um determinado código de sinais que não é muito perceptível"

4.3.3.3. COMUNICAÇÃO VERBAL

A palavra é um meio que o homem tem à sua disposição para tornar inteligível a mensagem que pretende transmitir, fazendo, portanto, a ligação entre a linguagem e a fala.

Toda a linguagem implica uma mensagem; pelo que Cloutier (1979) salienta que a linguagem incarna uma mensagem, contribuindo para a sua existência e fazendo dela um objecto de comunicação.

A comunicação desenvolvida em jogo apresenta características diversas em função da idade e nível de jogo dos praticantes.

Irlinguer (1973) constatou, com base em observações triviais que evidenciaram um recurso excessivo à linguagem verbal por parte dos jogadores principiantes relativamente aos jogadores de alto nível, que à medida que o jogo começa a organizar-se e a acelerar, este modo de comunicação torna-se inadequado à natureza e ao ritmo de evolução da complexidade das tarefas (situação). Por este facto, o mesmo autor refere que, no âmbito dos JDC, o verbal é inapropriado, surgindo o gesto como o meio fundamental e autónomo de comunicação.

Efectivamente, a utilização exacerbada da verbalização é frequente ocorrer no jogo de principiantes, onde a noção espacial ainda se encontra numa fase rudimentar, desenrolando-se o jogo em função da bola (aglomeração em torno da bola) e não em função dos espaços livres e a ocupar.

Segundo Rijo (2002), a comunicação motriz traduz-se num sistema de codificação/descodificação motriz que, manifestado através de acções motrizes, busca à consecução de um objectivo motor. Trata-se, pois, de um sistema dinâmico: (1) sujeito a alterações próprias e derivados da incerteza interna e/ou externa, assim como da sua própria lógica; (2) de codificação/descodificação motriz, porque põe em prática uma linguagem motora; (3) que se desenvolve através de acções porque o verbal não é pertinente nem significativo; (4) e que tende à consecução de um objectivo motor, porque toda a comunicação busca uma finalidade, neste caso particular, motora.

Na realidade, num desporto em permanente evolução no qual o próprio quadro regulamentar tem vindo a sofrer alterações no sentido de aumentar a velocidade de jogo, promovendo o espectáculo, e onde todas e quaisquer acções só são concretizáveis através do movimento e de condutas motoras, parece que a recorrência ao verbal, a existir, teria que ocorrer em condições perfeitamente pontuais e não, de forma alguma, em situação de privilégio relativamente às demais formas de comunicar.

A este propósito, Garcia (2002) sustenta que no processo defensivo, para além da comunicação verbal entre todos os defensores, deve, também utilizar-se a comunicação motora especialmente entre os defensores de postos específicos próximos, nos quais os movimentos representam sinais que o companheiro deve interpretar adequadamente.

A complementaridade entre as duas formas de comunicação, proposta por Garcia (2002), não corresponde à concepção dos treinadores entrevistados, que atribuem à comunicação verbal o estatuto de imprescindível e predominante.

As razões apresentadas, apesar de variadas, convergem em três grandes níveis:
(1) Os treinadores consideram preponderante a comunicação verbal na defesa, por se tratar de um processo onde há necessidade de substituir com a palavra aquilo que a capacidade visual dos jogadores não consegue abranger. O excerto do treinador José é elucidativo disso mesmo:

"porque na defesa há uma série de situações que, apesar da visão periférica que se exige aos jogadores seja o mais alargada possível, nós queremos sempre que os jogadores tenham olhos até na nuca não é, mas infelizmente eles não conseguem ver o campo todo à largura do campo, então há que ter essa ajudas verbais, esta comunicação é fundamental para avisar os jogadores principalmente os que estão do lado contrário da bola, para as situações de troca, de ajudas"

(2) Outro critério que, na opinião dos treinadores, fundamenta a utilização do verbal quando as suas equipas almejam ganhar a posse de bola, está relacionado com questões psicológicas, com a necessidade dos jogadores trabalharem em grupo, de se motivarem, de recorrerem aos seus atributos mais destemidos e combativos. O testemunho do treinador André evidencia claramente essa realidade:

"o que é certo é que eu parece-me que na defesa há mais necessidade de que as pessoas se motivem e de se sentirem, de apelar aquilo que há de mais guerreiro nos jogadores... se calhar porque no ataque há ali uma coisa que nos é comum que é a posse de bola e na defesa, se as pessoas não têm algum cuidado, acabam por estar um pouco sozinhas"

(3) O modo como a defesa se comporta perante as acções ofensivas, adoptando, muito mais vezes, uma atitude de expectativa e de reacção do que propriamente uma disposição de iniciativa ou, até mesmo, de antecipação, constitui para os entrevistados outra razão que abona a favor do recurso à comunicação verbal. Tal, está plasmado no discurso do treinador André:

"Habitualmente as equipas no ataque optam por uma combinação ofensiva e toda a gente de alguma forma sabe aquilo que vai suceder e na defesa habitualmente os comportamentos não

são esses: há um sistema que trabalha mas que trabalha algumas vezes em função daquilo que o ataque lhes proporciona e nesse sentido a comunicação é muito importante"

A frequência de ocorrência dos argumentos propostos pelos treinadores para utilizar a comunicação verbal no processo defensivo, está indicada no seguinte quadro (quadro 25):

	COMUNICAÇÃO VERBAL - PROCESSO DEFENSIVO	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Dificuldades de abrangência visual	4	40%
Questões psicológicas	4	40%
Comportamento reactivo	2	20%

Quadro 25 - Frequência de ocorrência dos argumentos apresentados para a adopção da comunicação verbal no processo defensivo

As duas grandes ordens de razões que, na opinião dos treinadores, justificam a utilização da comunicação verbal no processo defensivo são as **dificuldades de abrangência visual e as questões psicológicas**, o que se reflecte em 40% da frequência de ocorrência para cada um desses aspectos.

O facto de no processo defensivo prevalecer o **comportamento reactivo** em detrimento do antecipativo, surge como o argumento que, na opinião de 20% dos treinadores entrevistados, menos fundamenta a adopção desta forma de comunicação.

4.3.3.4. COMUNICAÇÃO TÁCTIL

Esta forma de comunicação, apesar de não vir referenciada na literatura, parece-nos de grande utilidade e repleta de significado quando, como não podia deixar de ser, falamos da sua aplicabilidade no processo defensivo.

Como uma forma de complemento às restantes comunicações, a comunicação táctil, para além de ser de fácil utilização, pois não requer qualquer solicitação de aspectos cognitivos, e de correspondência simples, expressa, acima de tudo, uma defesa compacta, com grande aglomeração de jogadores e na qual as vias de comunicação se restringem a jogadores muito próximos entre eles.

O treinador Vasco, num dos excertos do seu discurso, faz referência a esta forma de comunicação em detrimento das comunicações motora e verbal:

"Na defesa... não é a comunicação verbal para resolver uma situação táctica do adversário é essencialmente o incentivo, palmada, anda cá... isso vai haver sempre e é outro tipo de comunicação que não é motora e, por vezes, nem é verbal é táctil, de contacto"

De seguida, apresentamos um quadro que revela a frequência de ocorrência das categorias definidas para a comunicação na acção (quadro 26):

	COMUNICAÇÃO NA ACÇÃO	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Comunicação motora - praxemes	10	100%
Comunicação verbal	10	100%
Comunicação gestual - gestemes	6	60%
Comunicação táctil	2	20%
Conceito de jogo	2	20%
Momentos de jogo	2	20%

Quadro 26 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à comunicação na acção

Pela observação do quadro, constatamos que a **comunicação motora** e a **comunicação verbal** constituem as formas de comunicação, que de acordo com a totalidade dos treinadores entrevistados, predominam na acção de jogo. A estas, segue-se a **comunicação gestual**, indicada por 60% dos treinadores e, por fim, a **comunicação táctil**, referida por 20% dos treinadores do nosso estudo.

Também apontados como factores a considerar e que influem na forma de comunicação a utilizar são o **conceito de jogo** e os **momentos de jogo**, o que se reflecte em 20% da frequência de ocorrência, para cada uma das categorias.

4.3.4. TÉCNICA INDIVIDUAL

FUNDAMENTO TÉCNICO

Grosser e Neumaier (1986) entendem por conceito técnico o modelo ideal de um movimento relativo a uma disciplina desportiva.

Na concepção de Manno (1991), a técnica reflecte um processo ou conjunto de processos, que se aprendem através do exercício, e permite realizar o mais racional e com a máxima eficácia uma determinada área do movimento.

Teodorescu (1984) destaca que os procedimentos constituintes da noção da técnica referem-se ao manejo do objecto de jogo e aos deslocamentos específicos realizados por um jogador para poder realizar tal manejo, sugerindo, consequentemente, a divisão da técnica em dois grandes planos: o plano da relação do sujeito com a bola (relação corpo-bola) e o plano das relações estabelecidas entre o sujeito e o espaço (relação corpo-espaço). O autor acrescenta, todavia, que estas duas configurações técnicas não devem ser entendidas como algo em si mesmas, mas sim associadas ao processo de jogo e, como tal, em relação permanente com a táctica e qualidades motoras.

A alusão à relação com bola, bem evidente no conceito de técnica de Teodorescu, constituiu para os entrevistados alvo de referência, tal como se pode verificar pelo testemunho do treinador Frederico:

"fazemos sempre muito trabalho de relação com bola, de facilidade de manipulação, é muito importante... e, também, trabalho de drible, exercícios de passe/recepção"

Se, por um lado, a técnica e a táctica constituem uma unidade dialéctica, que se condiciona e se influi reciprocamente (Knapp, 1979; Teodorescu, 1984), por outro lado, convém não menosprezar os benefícios que a facilidade de relação com o objecto de jogo e as execuções eficazes podem constituir para que o jogador aceda ao bom jogo.

Neste sentido, Barreto (1984) sugere que nos momentos iniciais de aprendizagem se forneça aos praticantes uma bagagem mínima de disponibilidade motora, que lhes possibilite apresentar nas suas acções alguma intencionalidade, ainda que incipiente ou inconsequente.

Adelino (2000) acrescenta que para poder ensinar devidamente a técnica da sua modalidade, o treinador precisa de começar por conhecer pormenorizadamente o modelo de execução dos modelos técnicos que vai ensinar.

Laguna (2002), a este propósito, refere que um jogador que apresenta uma mecânica de execução das acções eficaz, é, também, considerado, do ponto de vista técnico, um bom jogador.

Aliás, esta é também a opinião dos treinadores entrevistados, como de pode inferir pelas declarações dos treinadores André e José:

"Quem não executa bem, quem não tem um bom nível de execução penso que não terá possibilidade de ser um atleta de alto rendimento" (André)

"um jogador que tenha uma boa postura defensiva, que tenha boa velocidade de deslocamento laterais, frontais, que consiga lutar contra os bloqueios do pivot, consiga sair ao choque para evitar os remates de 1ª linha" (José)

TÉCNICA SITUACIONAL

O jogador que realiza uma acção técnica no decorrer de um jogo, fá-lo sempre em função de um contexto (Moreno, 1984), pelo que a técnica, no seu sentido mais restrito, não tem aplicabilidade em situação real, pois toda a acção de jogo ultrapassa largamente os processos motores contidos nos gestos da técnica (Araújo, 1992).

Na opinião de Mesquita (2000), a execução de qualquer procedimento técnico tem de atender à contextualização da situação (técnica situacional), caracterizada pela sua variabilidade, transitoriedade e aleatoriedade numa constante procura de adaptação às circunstâncias do envolvimento.

Assim, de acordo com a mesma autora (1998), mais do que dicotomizar técnica e táctica, enquanto perspectivas de abordagem distintas e antagónicas, importa estabelecer relações de compromisso e complementaridade entre ambas.

No Andebol, tal como nos demais JDC, as habilidades técnicas são, na sua maioria, realizadas em condições que estão em permanente mutação, sujeitas a variações de ritmo, intensidade e amplitude gestual, sendo, por isso, designadas de abertas; dependem dos problemas de

circunstância colocados pela situação de jogo e adquirem contornos distintos, de forma a dar resposta à variabilidade dos "cenários" surgidos no decorrer do jogo (Mesquita, 1998).

Concepção técnica idêntica às expostas revelaram os treinadores entrevistados, dentre os quais se salientam as declarações de Miguel, Vasco e Dinis:

"nota-se que muitas vezes eles dominam os gestos técnicos de passe, recepção, drible, remate, finta...mas têm dificuldades em seleccionar o gesto técnico adequado numa determinada situação" (Miguel)

"o jogador tem que ter capacidade técnica para poder executar e tem que a adequar à situação táctica, porque não existe outra técnica" (Vasco)

"do ponto de vista da técnica isolada não tem grande transfer para o jogo e, por isso, hoje cada vez mais se fala do treino integrado, portanto a técnica é fundamental desde que contextualizada" (Dinis)

A técnica, segundo Parlebas (2001), representa uma forma de execução concreta e precisa, que favorece a adaptação das condutas motrizes dos praticantes a um determinado contexto de prática, em função de um regulamento, das características próprias do espaço e, ainda, dos possíveis obstáculos ou sinais recebidos. Como tal, toda a técnica desportiva materializa-se, mais concretamente, numa conduta motriz.

Ao analisarmos o Andebol, enquanto um desporto de cooperação-oposição, a descrição da técnica surge como uma tarefa algo complexa, pois a sua manifestação durante a competição adopta *formas poliestruturais* (Garcia, 2003). Segundo este autor, a técnica traduz o nível de domínio dos padrões de execução básicos para a coordenação de movimentos ou processos de acção, que, não só, ajusta adequadamente as forças internas e externas, como também, procura o equilíbrio do jogador e a funcionalidade, economia e eficácia do movimento requerido pelo momento e situação de jogo, explorando as regras.

Como tal, a técnica não pode basear-se somente na repetição de movimentos supostamente ideias, ele deve, antes de mais, procurar a capacidade de execução adaptativa, segundo as circunstâncias, mantendo a máxima eficácia mecânica possível (Laguna, 2002)

Portanto, na opinião de Garcia (2003), a boa técnica, no Andebol, concretiza-se pela variabilidade de movimentos e pela capacidade de relacionar os diferentes elementos que

compõem a "bagagem técnica", bem como pela escolha dos melhores caminhos que nos levam à sua forma final, convertendo o movimento realizado numa acção eficaz e útil para o jogo.

A referência à importância que a riqueza técnica tem nas decisões tácticas, encontra-se plasmada no excerto do treinador Frederico:

"Quanto maior a variedade de possibilidades técnicas que um jogador tiver para agir perante um determinado meio táctico, mais possibilidades tem de poder decidir bem"

VIRTUOSISMO TÉCNICO

O virtuosismo manifesta-se através de acções motoras exímias e invulgares, que apenas estão ao alcance de um grupo restrito de jogadores, vulgarmente denominados por talentos. O atleta virtuoso é aquele que apresenta um domínio particular das habilidades de jogo, às quais confere um cunho pessoal, que provém da sua criatividade e imaginação.

Adelino (2000) entende que o jogador tem que ter à-vontade para tentar aplicar elementos novos, diferentes, "inventados", podendo o treinador criar situações especiais que favoreçam este comportamento, a partir do momento em que está adquirido o alfabeto motor essencial que os sustenta.

Mesquita e Graça (2002), num estudo acerca do conhecimento estratégico de um distribuidor de alto nível, reconhecem o virtuosismo técnico como uma característica singular do distribuidor de eleição. Para os autores, é a aliança desta competência com a capacidade de descortinar a melhor solução para cada situação de jogo, que certifica o distribuidor "fora de série".

O treinador José, numa apreciação àquele que considera ser o melhor jogador a actuar no nosso campeonato, faz uma referência às suas qualidades técnicas, salientando:

"é um jogador que consegue ter um leque variadíssimo de remates, em falta, em apoio, acções para o pivot de passe entre as pernas, por cima da cabeça, por trás das costas, quer-se dizer isto, do ponto de vista do treinador, para quem tem que defrontar um atleta com esta qualidade"

O quadro abaixo representado demonstra frequência de ocorrência das categorias supracitadas (quadro 27):

	RELAÇÃO COM BOLA - TÉCNICA INDIVIDUAL	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Técnica situacional	10	100%
Fundamento técnico	5	50%
Virtuosismo técnico	2	20%

Quadro 27 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à técnica individual

A análise do quadro revela-nos que a técnica perspectivada como algo que tem que atender à contextualização da situação, **técnica situacional**, surge como uma categoria referida pela totalidade dos treinadores entrevistados.

Complementarmente, enaltecendo a importância que as execuções correctas do ponto biomecânico têm no jogo, **o fundamento técnico** é anunciado por metade dos treinadores do nosso estudo.

Importa, ainda, fazer referência ao **virtuosismo técnico**, que, manifestado-se através de gestos invulgares, é apontado por 20% dos treinadores.

4.4. FUNDAMENTOS DA ESTRUTURAÇÃO DO JOGO

ESPAÇO DE JOGO

Uma das características mais significativas do jogo de Andebol está representada pelo espaço de acção ou espaço de jogo, sendo incontestável a relevância que o mesmo assume na sua prática. Toda e qualquer acção de jogo desenvolve-se no interior de um espaço com limites bem definidos e fora dos quais o jogo não tem qualquer sentido (Parlebas, 1984).

Para Ortega (2001) a organização das equipas pode ser configurada a partir do modo como os jogadores estruturam os espaços de jogo, gerem o tempo e realizam as tarefas, considerando a interacção destas dimensões ao longo das diferentes fases do jogo. Contudo, o espaço funciona no jogo como o elemento estruturante e contextualizador dos outros parâmetros anteriormente referidos.

Castelo (1996) salienta que, independentemente do jogador que aí evolua, o espaço de jogo oferece, permanentemente, a possibilidade de transformar o significado preciso do seu

comportamento, em função das suas intenções e dos seus projectos. Cada jogador encontra-se, assim, confrontado com espaços dinâmicos, funcionalmente ligados entre si, que se modificam pelo deslocamento dos jogadores em função da evolução e desenvolvimento do jogo.

Interessante destacar aqui, que esta confrontação permanente com novas noções de espaço e de tempo que constitui uma das realidade do jogo, foi uma ideia aludida pelo treinador Dinis:

"o problema é que de jogo para jogo, a ocupação do mesmo espaço pode não significar a mesma resposta, portanto porque as situações são variáveis e essa variabilidade nas acções de jogo é que vai permitir-lhe tomar novas noções de espaço e de tempo"

No Andebol, o problema do espaço é fundamental na resposta à variabilidade de situações momentâneas do jogo, tanto do ponto de vista do processo ofensivo como defensivo. Como afirma Castelo (1996), quando um equipa se encontra de posse de bola, o êxito das suas acções individuais e colectivas para a persecução dos objectivos do ataque, passa inevitavelmente pela criação e exploração dos espaços livres, enquanto para a equipa sem a posse de bola, a eficácia das suas acções individuais e colectivas passa pelo objectivo de restringir e vigiar os espaços vitais de jogo.

A este propósito, Contreras e Ortega (1999) salientam que a criação, ocupação e aproveitamento do espaço são um conceito básico de jogo, que conduz ao êxito no cumprimento dos seus princípios gerais, através da aplicação adequada dos meios tácticos colectivos essenciais.

Adquirida a noção de espaço, o jogo torna-se de fácil compreensão, pois todas as acções realizam-se em função do espaço observado e que é necessário ocupar, tendo sempre em consideração os objectivos a alcançar. A este propósito Rodríguez (2003) afirma que o Andebol não é mais do que uma constante procura de espaços, passíveis de serem ocupados, e de intenções, tanto individuais como colectivas, para possuir e fazer com que esses espaços constituam parte integrante da acção dos jogadores, que, por sua vez, interagem entre eles em função da fase de jogo.

Garcia (1998) salienta que toda a actividade táctica no jogo de Andebol, se articula a partir das funções dos jogadores em espaços concretos e sobre distâncias ou espaços a recorrer, marcações a realizar em determinados espaços, desmarcações para espaços livres, permutas de espaços, disposições espaciais em distintas figuras geométricas (linhas, triângulos), espaço de interacção entre os oponentes e espaço enquanto meta a alcançar.

O espaço perspectivado como um factor de enorme relevância, sob o qual se sustenta o desenvolvimento do jogo de Andebol, apresentou-se, para os treinadores entrevistados, como uma concepção válida e coerente. As alegações dos treinadores André e Dinis são reveladoras disso mesmo:

"A ocupação do espaço de uma forma adaptada às características de uma equipa é a base do sucesso do ataque... e talvez da defesa: a colocação dos jogadores, a forma como eles se colocam, a zona onde estão, a zona onde se colocam" (André)

"O espaço de jogo representa uma das realidades de fundamento do jogo, porque para mim a outra sobre a qual se sustenta a realidade do jogo é o tempo" (Dinis)

As relações espaciais próprias, alheias, do contexto envolvente, a bola e as combinações entre todas estas componentes constituem o cenário dimensional, a partir do qual o jogo de Andebol tem origem. O domínio destes espaços e as regras de acção que norteiam as suas relações, nas diferentes fases de jogo, determinam os meios espaciais, com os quais o(s) jogador(es) desencadeia(m) o seu jogo individual (espaço de acção próprio - próximo, afastado), colectivo (espaço de acção afastado), com a bola, em espaços compartilhados (espaço de acção comum) ou com o adversário (espaço de acção contrário) (Rodríguez, 2003).

COMUNICAÇÃO MOTORA ESPACIAL

No decurso de uma situação de jogo, cada elemento da equipa deve poder analisar as relações que a situação implica e, simultaneamente, deve ser capaz de deduzir a acção projectada pelo portador da bola. Deste modo, cada elemento deve fazer compreender a sua atitude pela acção que projecta executar (Sousa, 1992).

Rijo (2002) entende que a comunicação motora adquire significado verdadeiro quando se relaciona com os outros parâmetros configuradores da lógica interna. Neste sentido, o tipo de interacção que se estabelece entre os participantes vai estar condicionada por: onde actuar (espaço motor), que ritmo empregar (tempo), sob que restrições posso relacionar-me (regras), de que forma (gestualidade ou técnica), e respeitando que decisões tomar (estratégia motriz).

A dimensão dinâmica, referida por Castelo (1996) como factor que contribui para a organização de jogo, consubstancia-se na racionalização e objectivação das tarefas e missões tácticas, que

se traduzem fundamentalmente pelo estabelecimento de atitudes e comportamentos técnico-tácticos de base (regras de acção/intenções tácticas), realizados permanentemente em função do espaço observado e passível de ser ocupado.

Neste sentido, a táctica significa, em primeiro plano, uma organização colectiva em função do espaço de jogo e das missões específicas dos jogadores, e, consequentemente, pressupõe a existência de uma concepção unitária para o desenrolar do jogo, que permite aos jogadores estabelecer uma "linguagem comum".

Cremos, deste modo, tal como salienta Muchielli (1976), estar a contribuir para que exista uma rede de comunicação que coordena e sincroniza os movimentos de cada jogador.

Todo o comportamento motor deve ser acompanhado de intencionalidade táctica, desenvolvida em função do espaço de jogo, sendo que a acção subsequente depende fundamentalmente da capacidade de "leitura de jogo" de cada jogador, tendo sempre em consideração a ocupação do espaço, com vista à obtenção dos objectivos. Se assim for, contribuímos para a existência de um sistema comum de referência, no qual todos os jogadores comunicam entre si através de uma linguagem comum (comunicação motora). Como refere Bayer (1994), jogar com princípios idênticos, utilizando factores idênticos, representa ter uma linguagem comum que vai permitir a compreensão mútua.

A concepção da comunicação motora como uma consequência natural de uma ocupação harmoniosa e racional do espaço - comunicação motora espacial -, encontra-se bem evidente nos testemunhos dos treinadores José e Frederico:

"quando o ponta esquerdo passa ao lateral esquerdo, há uma entrada do lateral sem bola e é evidente que o central não fica ali, o central tem que fazer uma ocupação racional para que os dois jogadores depois na 1ª linha fiquem a ocupar aquele espaço de uma forma mais racional" (José)

"se invadem a minha zona e já não estou aqui a fazer nada, se alguém invade a minha zona eu tenho que ocupar outra disponível e desocupada" (Frederico)

O espaço de jogo surge, assim, como o princípio primordial na interpretação e desenvolvimento das acções no Andebol, a partir do qual os jogadores estabelecem uma comunicação, congruente com os objectivos a alcançar em cada momento do jogo, impossível de conceber

sem um domínio, ainda que rudimentar, da técnica (relação com a bola), que possibilite a libertação da visão para a realização das tarefas decisionais de carácter eminentemente táctico.

O sentido táctico atribuído aos vários sinais que a tarefa comporta, deve ser desenvolvido na procura de uma ocupação espacial equilibrada, coerente e racional, constituindo a comunicação motora uma consequência natural de uma correcta e inteligível estruturação do espaço de jogo.

Nos diferentes sistemas ou distribuições espaciais do início do jogo grupal ofensivo, as relações entre os jogadores confrontados espacialmente é uma constante estratégica que os treinadores devem considerar. Acrescentar redes de comunicação, completando a rede da nossa equipa e potenciando as relações de jogo entre os elementos de equipa, multiplica geometricamente as possibilidades tácticas colectivas e individuais até um nível que, longe de confirmar um sistema ou filosofia de jogo, constitui a definição interna do próprio jogo (Rodriguez, 2003).

A este propósito, parece-nos importante destacar aqui o depoimento do treinador Vasco, que, em nossa opinião, reflecte na integra esta perspectiva de jogo:

"não faz sentido que, após a entrada do lateral para preencher um espaço ali, o central fique aqui no meio, portanto é a tal comunicação motora que resulta de forma natural e depois a técnica é o instrumento"

PLASTICIDADE TÉCNICA

A permanente actuação táctica que o jogo exige aos intervenientes, apenas é atingível se estes possuírem um controlo cinestésico que lhes permita, no momento em que estão a driblar a bola, utilizar o sentido da visão para funções superiores de ordem táctica. Nesta perspectiva, a técnica não é mais do que um meio para alcançar uma estrutura superior marcada pelos objectivos de jogo e na qual é necessário adaptar o gesto ou o movimento às imposições da situação (Aguilà, 1990).

A técnica não é mais do que uma gama de recursos motores específicos que se encontra, permanentemente, ao serviço da capacidade de decisão e leitura de jogo do praticante. Como salienta Garganta (1995), a verdadeira dimensão da técnica repousa na sua utilidade para servir a inteligência e a capacidade de decisão táctica dos jogadores, realçando que o domínio das diferentes técnicas, embora se constitua um instrumento sem o qual é muito difícil jogar e impossível de jogar bem, não permite, necessariamente, o acesso ao bom jogo.

Nos JDC a técnica é apenas um meio, um instrumento para concretizar uma acção, cujo resultado é objecto de avaliação e constitui uma referência para a determinação do sucesso (Adelino, 2000).

Como tal, no Andebol, enquanto JDC, a acção técnica assume-se, essencialmente, como um meio para atingir um fim, pois será a consequência de utilização de determinada acção motora que irá determinar a eficácia da acção do praticante (o seu sucesso).

Esta é a opinião dos treinadores entrevistados, bem evidente, aliás, nos depoimentos dos treinadores José e André:

"a ligação entre os jogadores faz-se através da bola, a bola liga os jogadores entre si e se esta ligação for quebrada por uma baixa qualidade individual de passe ou de recepção não há jogo" (José)

"tu tens um plano de acção, tens uma solução para um problema e a técnica é a ferramenta de que tu dispões para solucionar esse problema... nem sempre se abre uma porta com uma chave, às vezes é preciso recorrer a um martelo e portanto isso é a ferramenta" (André)

No Andebol, não faz sentido falar da técnica de jogo no sentido estrito do termo, pois a maior parte das tarefas desenrola-se num contexto de oposição permanente, pelo que a técnica está absolutamente ligada à táctica individual. Deste modo, a acção técnica individual não é um objectivo em si, mas sim um meio, eleito entre várias alternativas, para alcançar uma capacidade, que, por sua vez, deve ser valorizada e aplicada a partir da alteração constante das situações (movimentos dos companheiros e adversários) de jogo: intenção táctica (Garcia, 2003).

Temprado (1997) considera que a realização das habilidades técnicas pressupõe a concretização de uma "dupla tarefa", isto é, o progresso na aprendizagem traduz a capacidade do praticante repartir a atenção entre uma tarefa motora (drible) e uma tarefa cognitiva (analisar os deslocamentos dos colegas na situação).

Ao prevalecer, na relação com a bola, o controlo cinestésico em detrimento do visual, o jogador tecnicamente evoluído fica liberto para efectuar a "leitura" das situações de jogo e, deste modo, contemplando as demais variáveis do jogo (espaço, colegas, adversários), pode optar pelas melhores soluções (Mesquita, 2000).

Como tal, ser portador de uma boa técnica permite ao praticante ficar mais liberto para analisar as situações de jogo e, consequentemente, decidir melhor. Os entrevistados partilham igualmente desta ideia, como se pode constatar pelos testemunhos dos treinadores António e Miguel:

"ter uma boa relação com a bola facilita a leitura de jogo e outras coisas...se nós estamos a falar sobre bons jogadores é difícil separar técnica e leitura de jogo, porque uma coisa não existe sem outra" (António)

"Se eu conseguir tirar logo à partida 2 ou 3 estímulos que eu sei que são supérfluos, a tomada de decisão torna-se muito mais fácil e passa também pelo domínio do gesto técnico" (Miguel)

De seguida, apresentamos um quadro que evidencia a frequência de ocorrência das categorias analisadas (quadro 28):

	FUNDAMENTOS DA ESTRUTURAÇÃO DE JOGO	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Libertação da visão	9	90%
Comunicação motora espacial	7	70%
Espaço de jogo	4	40%

Quadro 28 - Frequência de ocorrência das categorias referentes aos fundamentos da estruturação do jogo

Da relação entre os fundamentos da estruturação de jogo, a **libertação da visão** como um meio para solucionar os constrangimentos tácticos apresenta-se como a categoria mais frequentemente apontada pelos treinadores (90%), havendo apenas um treinador que não a refere como tal.

A **comunicação motora espacial**, que considera que os participantes no jogo estabelecem vias de comunicação em função da observação do espaço, é referida por 70% dos treinadores do nosso estudo.

Por fim, apenas 40% dos treinadores faz referência ao **espaço de jogo** como o fundamento sobre o qual se sustenta o próprio jogo.

4.5. ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO JOGO DE ANDEBOL

A figura a seguir representada (figura 6) traduz a aplicabilidade das variáveis espaço, comunicação motora e técnica na funcionalidade e organização do jogo de Andebol:

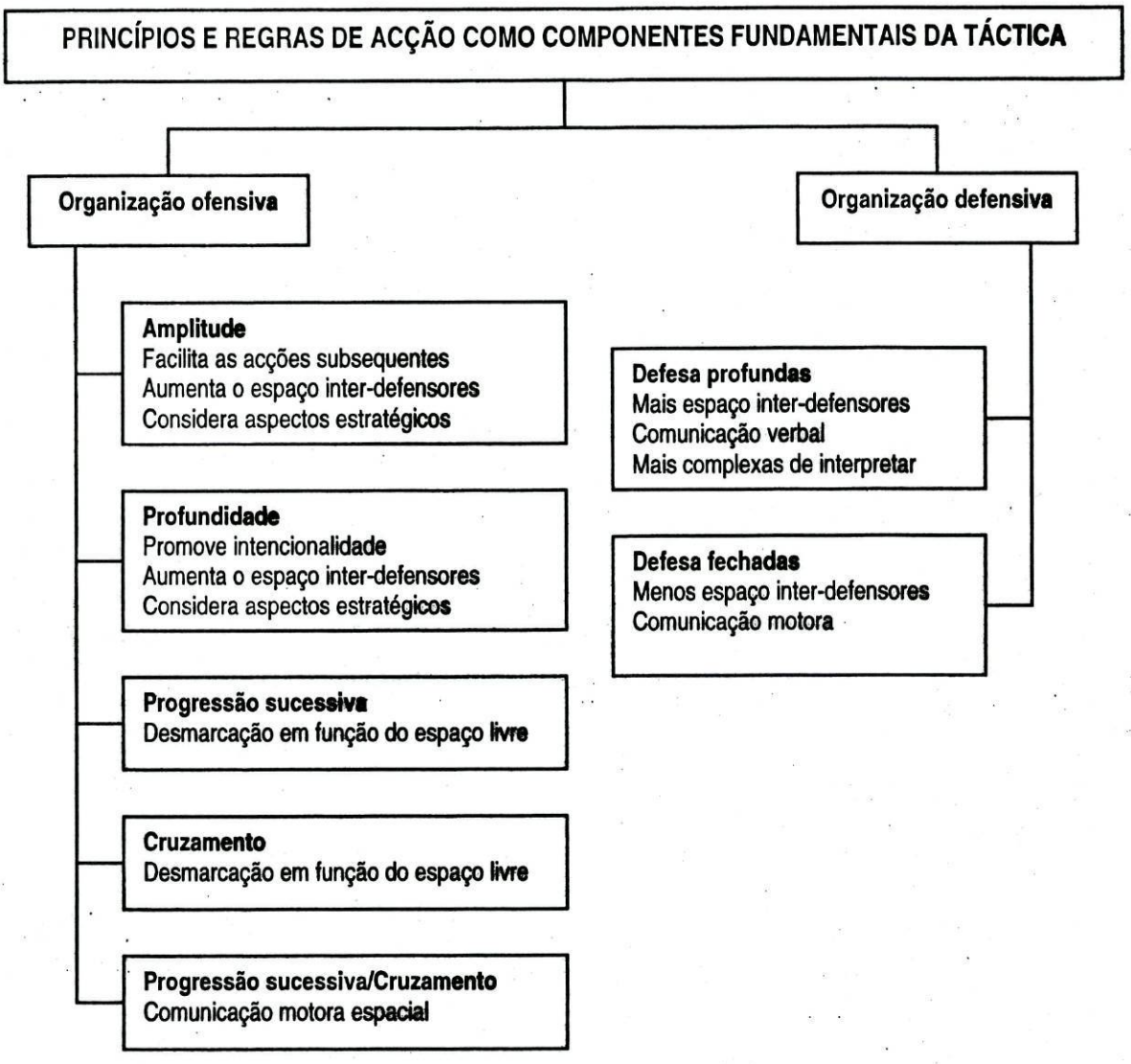


Figura 6 - Aplicabilidade dos princípios e das regras de acção nas organizações ofensivas e defensivas

4.5.1. ORGANIZAÇÃO OFENSIVA

AMPLITUDE

A amplitude e jogo manifesta-se pela preocupação em utilizar, em largura, o maior espaço de terreno possível, de modo a criar à defesa maiores dificuldades pelo aumento das zonas de actuação (Oliveira, 1995)

Garcia (1998) refere que atacar permanentemente em largura, desde o ponto de vista colectivo, significa que, na distribuição de forças no espaço de ataque, os jogadores devem ocupar sempre uma frente o mais larga possível, evitando aglomerações defensivas e separando as forças defensivas, criando-se assim espaços intermédios maiores (intervalos entre os defesas).

A amplitude de jogo ofensivo expressa-se pela noção da necessidade de ocupar o maior espaço possível que os limites impostos pelo regulamento permitem, no sentido de aumentar o espaço inter-defensivo e, eventualmente, explorar as vantagens que daí advêm.

Esta corresponde, na realidade, à razão primeira indicada pelos treinadores, quando questionados acerca da importância da amplitude. Os excertos dos treinadores Miguel, Vasco e Dinis são elucidativos disso mesmo:

"a adequação de trajectórias e a ocupação rigorosa dos espaços e o jogar em decalage contra defesas mais altas e 6:0 são muitíssimo importantes porque o campo de Andebol é um campo largo e permite-nos jogar em penetração mesmo contra uma defesa 6:0" (Miguel)

"2x2 com mecos, se nós tivermos os mecos os jogadores continuam a centra-se no meio, quer dizer, não percebem que têm que dar amplitude ao jogo e não percebem que para quem defende é muito mais difícil pelo espaço necessário a percorrer" (Vasco)

"a amplitude altera os conceitos de densidade, portanto aquilo que eu estou procurar aumentar é o espaço de comunicação entre os defensores" (Dinis)

O testemunho do treinador Dinis espelha, de forma clara, as consequências do acréscimo de espaço inter-defensores, referindo que ao aumento deste corresponde um aumento do espaço de comunicação.

Tal como sustenta Garcia (1998) atacar em largura, supõe, igualmente, a fixação de defesas em espaços amplos em cada posto específico dificultando com isso a sua colaboração.

A partir do momento em que o espaço inter-defensivo aumenta, o sistema defensivo torna-se mais espartilhado e, consequentemente, com maior facilidade, os jogadores encontram-se mais sozinhos e com uma responsabilidade espacial mais ampla. A comunicação entre os defensores torna-se, deste modo, numa intenção em falência e a entreajuda defensiva diminui significativamente.

Esta é a opinião dos treinadores entrevistados, entre os quais destacamos os depoimentos de José e Dinis:

"Ver o central a jogar com os dois laterais bem afastados torna a defesa menos compacta na zona central, quer-se dizer há muito mais dificuldade de haver entreajudas e trocas de jogadores" (José)

"se na táctica individual defensiva 1x1, o meu jogador conseguir aumentar o espaço que o defensor tem que defender, esta noção táctica individual altera-se e, por consequência, obriga a defesa a adoptar uma outra noção de táctica de grupo" (Dinis)

Naturalmente, que face às implicações que a amplitude provoca no sistema opositor, todo o trabalho ofensivo sai beneficiado. Com o aumento do espaço inter-defensivo, a comunicação torna-se mais complexa e criam-se condições para que o jogo ofensivo 1x1 ocorra com mais probabilidades de êxito. A partir deste momento, congrega-se um conjunto de factores que favorece as situações de desequilíbrio e, posterior, superioridade numérica.

Para Duboille (1999) é através da exploração do terreno de jogo em toda a sua largura, que se vai conquistar, durante a fase de ataque, as situações de desequilíbrio e de superioridade numérica.

Esta ideia é corroborada pelo treinador André:

"com amplitude ofensiva, perante qualquer situação de desequilíbrio depois consegue-se criar uma situação de superioridade numérica"

Ainda relativamente à temática em questão, parece-nos interessante destacar o depoimento do treinador Joaquim, que, em nossa opinião, faz alusão a um aspecto que, apesar da aparência banal, reveste-se de crucial importância:

"O espaço depende da ajuda e posicionamento de todos os elementos da equipa: vai haver mais espaço se cada um obrigar o adversário a defender mais espaço, às vezes abrir, fechar"

Efectivamente, apresentar amplitude no jogo ofensivo, requer que cada jogador saiba ocupar correctamente o seu espaço de acção, denominado, de acordo com Rodriguez (2003), por

espaço possuído. O jogador, antes de trabalhar em qualquer outro espaço de acção, deve dominar o seu próprio espaço, saber quais as condições exploratórias que este lhe oferece e conhecer os requisitos técnicos que o mesmo implica.

Todavia, a amplitude de jogo é tanto mais importante, quanto mais fechado for o sistema defensivo adversário. Os sistemas fechados, pela disposição dos seus jogadores, pretendem restringir ao máximo os espaços próximos da baliza, o que, naturalmente, implica que o ataque, como processo que visa uma procura contínua de espaços livres, adopte uma configuração o mais ampla possível. Para Duboille (1999) é a disposição ampla dos jogadores no espaço de jogo que vai facilitar a conservação e a progressão da bola, propiciando situações de finalização em espaços próximos do alvo a atingir.

Contrariamente, nos sistemas profundos as preocupações espaciais referem-se a terrenos mais afastados da baliza em que a procura da bola, através da intercepção, assume-se como a sua principal característica. Talvez por isso, neste tipo de organizações defensivas, a distância entre os jogadores que caracteriza a amplitude, pode revelar-se como uma situação de risco dado os passes longos a que obriga.

Nesta perspectiva, a amplitude de jogo afigura-se como uma regra acção que deve considera a estratégia a adoptar. A declaração do treinador António é reveladora da necessidade da amplitude contemplar questões estratégicas:

"é necessário alargar quando é 6:0, para obrigar pelo menos a encontrar um espaço, mas quando defesa é 3:2:1, por exemplo, há muitos espaços e se nós vamos obrigar o nosso lateral a ficar aqui agora este jogador sempre com a ameaça do nosso central não deixa fazer passe, obriga a fazer passe para o lateral do outro lado"

Nem sempre a amplitude de jogo impera enquanto regra de acção que importa cumprir. A combinação ofensiva a realizar surge também como um aspecto estratégico a ter em conta quando falamos de amplitude. Esta, ao preconizar o afastamento entre os jogadores na acção de ataque, pode condicionar o resultado final de uma combinação ofensiva, cujo desenvolvimento poderá implicar uma disposição espacial mais próxima entre os intervenientes.

Esta ideia é sustentada pelo treinador Joaquim:

"Quando se está a trabalhar na 1º linha os pontas devem estar colocados no canto e devem afastar-se para poderem finalizar e quando se trabalha para a 1ª linha os pontas devem estar colocados mais perto dos 9 metros porque vai-se trabalhar para finalização da 1ª linha"

Um outro aspecto que nos parece ser merecedor de análise está associado à relação estabelecida entre a amplitude e a visão periférica.

Não devemos esquecer que a totalidade de acções que se desenvolvem no jogo, realizam-se porque há um regulamento que as permite (Oliva, 2005). É deste código regulamentar que decorre grande parte da especificidade, que distingue o Andebol dos restantes JDC. Uma das directivas impostas pelo regulamento diz respeito às áreas de baliza, que, para além de serem de acesso condicionado, apresentam a forma de um semicírculo.

A amplitude de jogo ofensivo, supõe que os extremos se coloquem aproximadamente no vértice da intercepção entre as linhas final e lateral. Partindo do princípio que os sistemas defensivos flutuam para o lado da bola, é com relativa facilidade que aceitamos que, perante a amplitude ofensiva adversária, ocorram momentos em que do lado contrário da bola apenas os jogadores de ataque conseguem ter o controlo visual da situação.

Trata-se, pois, de uma condição que pode ser explorada pelo jogo ofensivo e que, não é mais, do que o resultado de uma disposição espacial ampla e dos consequentes benefícios visuais que daí advêm.

Esta ideia foi salientada pelo treinador Vasco, que, no seu depoimento, refere:

"A amplitude de jogo dificulta também a visão periférica, porque este jogo... a forma da área de 6 metros, eu tenho determinadas alturas na defesa em que não estou a ver o jogador, pressinto-o mas não o vejo"

Convém aqui salientar que o treinador que fez referência às implicações que a amplitude ofensiva pode provocar ao nível da visão periférica dos defensores, apresenta como característica particular relativamente aos demais treinadores, o facto da sua formação superior ser noutra área de conhecimento, que não o Desporto e Educação Física, mas sim a Engenharia Civil.

De seguida, apresentamos um quadro que evidencia a frequência de ocorrência das categorias analisadas (quadro 29):

	AMPLITUDE	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Aumenta o espaço inter-defensores	10	100%
Facilita as acções subsequentes	5	50%
Depende combinação ofensiva	2	20%
Depende sistema defensivo adversário	2	20%
Agrava a visão periférica	1	10%

Quadro 29 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à amplitude ofensiva

Desde logo, observamos que o **aumento do espaço inter-defensores** e as consequentes implicações ao nível da comunicação defensiva (entreajuda), é apontado, pela totalidade dos treinadores entrevistados, como principal argumento, que abona a favor de uma disposição espacial **ampla.**

Consequentemente, metade dos entrevistados refere que, do ponto de vista ofensivo, uma ocupação larga do espaço de jogo **facilita as acções subsequentes.**

Pela análise do quadro, constatámos, ainda, que 40% dos treinadores faz referência a aspectos de ordem estratégica quando se reportam à amplitude de jogo, salientando a **combinação ofensiva a realizar** (20%) e o **sistema defensivo adversário** (20%) como condicionantes a **considerar.**

Por fim, apenas 10% dos entrevistados sustenta que a disposição ofensiva ocupando **toda a** largura do espaço **agrava a visão periférica** dos defensores que se encontram do **lado contrário da bola.**

PROFUNDIDADE

A profundidade ofensiva expressa-se pela preocupação em utilizar longitudinalmente o maior espaço possível, de modo a garantir uma melhor recuperação defensiva após a perda de bola, e, também, obrigar a organização defensiva a deslocar-se dos 6 metros (Oliveira, 1995).

Atacar permanentemente em profundidade conduz a que cada jogador esteja constantemente predisposto, dinâmico e receba a bola em movimento progredindo e tentando penetrar até à linha de 6 metros. Desta modo, atraem-se defensores que procuram evitar essas progressões ou

penetrações, criando-se espaços atrás da defesa que podem e devem ser explorados (Garcia, 1998).

O conceito de profundidade encontra-se intimamente associado à intencionalidade que os jogadores conferem às suas acções, sendo que tal intenção é regulada pelo objectivo de jogo na fase de ataque - obtenção de golo. É essencial que os jogadores, no desenrolar do processo ofensivo, não esqueçam nunca o objectivo subjacente a toda e qualquer acção realizada, sendo, para tal, necessário que os mesmos adoptem permanentemente comportamentos intencionais.

Os treinadores entrevistados partilham desta perspectiva, como se pode constatar pelos depoimentos do José, Manuel e Miguel:

"tem que ameaçar a baliza, tem que obrigar os defesas a pensar que ele vai rematar, porque o ponta já está a fazer o movimento de saída para o contra ataque e a deixar a linha de passe aberta" (José)

"O jogador tem que estar perfeitamente enquadrado com a baliza porque o remate tem que ser o 1º objectivo... daí o comportamento do lateral ser intencional e muito bem aproveitado" (Manuel)

"saber que a intencionalidade em relação ao objectivo primordial que é a baliza tem de estar sempre presente nessa escolha - 1º vou atacar a baliza e depois escolher a melhor solução" (Miguel)

Somente através de acções intencionais e com um propósito bem definido, é possível colocar a defesa sob ameaça permanente, com níveis de concentração máximos e com reacções também elas intencionais mas contraditórias.

Com esta forma de actuação, o ataque torna-se mais perigoso e com maiores probabilidades de colocar a defesa sob desequilíbrio, tal como referem os treinadores Frederico e Dinis:

"o ataque está sempre a procurar encantar soluções e a defesa tem que estar permanentemente a responder e isto pode provocar mais desequilíbrios" (Frederico)

"se não houver profundidade, ou seja, fixação da atenção do adversário directo isso facilita muito o trabalho defensivo" (Dinis)

Sem intencionalidade ofensiva, a defesa entra em períodos de algum relaxamento, pois os comportamentos ofensivos tornam-se previsíveis e sem agressividade. Quantas vezes, ao apreciarmos uma acção de ataque, observamos jogadores a realizar movimentos perfeitamente mecanizados, desprovidos de qualquer significado pelo vazio de intenção com que são executados, parecendo até, por vezes, que se esquecem que tudo aquilo que estão a fazer visa, em primeira instância, a obtenção do golo.

Esta realidade, encontra-se plasmada nos excertos dos treinadores Miguel e Vasco:

"se tivermos já o pressuposto que só vamos fazer o passe, não vamos para o remate e só vamos finalizar a partir da contra decalage o efeito de desequilíbrio da defesa desaparece, o espaço fica estanque" (Miguel)

"se vou com o braço assim eu não vou rematar à baliza, eu para rematar à baliza tenho que armar o braço, se eu vou assim a defesa não pode sair" (Vasco)

De acordo com esta perspectiva de profundidade ofensiva, que implica uma reacção do defensor ao portador de bola, concretizada através de um deslocamento à frente, ocorre um desnivelamento defensivo (caso se trate de uma defesa numa linha) e, a partir daqui, surgem mais espaços inter-defensores que podem ser explorados pelo ataque. No testemunho do treinador Miguel, tal facto encontra-se explícito:

"Quanto mais profundo for o ataque maiores dificuldades tem a defesa, criam-se mais espaços entre os defesas"

Este aumento do espaço inter-defensivo influi negativamente as redes comunicacionais estabelecidas entre os jogadores, pelo aumento da distância entre eles. Como tal, todas as relações que se possam estabelecer entre os defesas ficam comprometidas, nomeadamente no que à entreajuda defensiva e às trocas de marcação diz respeito. Tal, é, igualmente, a opinião do treinador Dinis:

"a 1ª linha não está a ser suficientemente profunda e estar a permitir que a defesa faça muitas ajudas, porque se houvesse ofensividade da 1ª linha a defesa não podia estar tão facilmente a marcar com 2 jogadores o pivot"

Por outro lado, o ataque em profundidade, por parte dos distintos jogadores, significa, igualmente, concentrar um pouco a defesa na linha de 6 metros, através do deslocamento permanente de pelo menos um jogador (pivot) por detrás da defesa ou próximo do limite da área, que deve constituir um perigo iminente, fixando ou retendo os defensores nessas zonas, facilitando, deste modo, os remates de 1ª linha ou as penetrações de outros jogadores (Garcia, 1998).

Este complemento ao conceito de profundidade proposto por Garcia (1998), adquire significado relevante perante defesas profundas. De acordo com esta perspectiva, o espaço inter-defensores é dado como adquirido, pois é uma característica dos sistema defensivos profundos e organizados em duas ou mais linhas. Deste modo, o que se pretende com a profundidade ofensiva não é criar espaço em zonas próximas da baliza, é, isso sim, através da exploração desse espaço existente à partida, libertar jogadores para finalizar de zonas afastadas da baliza. A profundidade ocorre, assim, no sentido de colocar jogadores nos espaços próximos da baliza (zona débil da defesa), assumindo os pivots um papel crucial, com o intuito de proporcionar condições de remate aos jogadores de 1ª linha.

Corroborando desta perspectiva de profundidade, o treinador António salienta a sua relação com a estratégia de jogo, sustentando:

"Se a defesa não está a sair, claro que atacar profundo não tem lógica nenhuma e não ajuda ninguém, por isso a tarefa é ao contrário obrigá-los a sair... mas quando a defesa é aberta claro que é necessário haver profundidade, com muitos entradas e entradas sem bola"

É interessante constatar como o conceito da profundidade, habitualmente reconhecido como trivial, é, simultaneamente, tão abrangente e repleto de significação no contexto de jogo. A correcta estruturação e manipulação desta regra de acção intimamente associada ao espaço de jogo, deve inclusivamente condicionar a estratégia a adoptar, constituindo, por isso, em nossa opinião, um dos alicerces do acto estratégico.

Importa ressalvar que o treinador que estabeleceu relação entre a profundidade ofensiva e os aspectos estratégicos, apresenta algumas particularidades que o distinguem dos demais treinadores do estudo. Para além se ser de nacionalidade russa, apresenta-se, entre os treinadores entrevistados, como aquele que possui mais títulos conquistados, o que confere ao seu currículo uma riqueza inigualável.

O quadro que se segue indica a frequência de ocorrência das categorias anteriormente citadas (quadro 30):

	PROFUNDIDADE	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Promove intencionalidade	6	60%
Aumenta o espaço inter-defensores	3	30%
Depende sistema defensivo adversário	1	10%

Quadro 30 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à profundidade ofensiva

O quadro revela que a profundidade no processo ofensivo, de acordo com 60% dos treinadores entrevistados, **promove intencionalidade** às acções.

O **aumento do espaço inter-defensores** e posteriores consequências ao nível da comunicação defensiva (entreajuda e trocas), apresenta-se como uma vantagem procedente de uma ocupação espacial profunda, referida por 30% dos entrevistados.

Os aspectos estratégicos, reflectidos em função do **sistema defensivo adversário**, constituem alvo de referência de apenas 10% dos treinadores do nosso estudo.

PROGRESSÃO SUCESSIVA

- ESPAÇO/TEMPO

A progressão sucessiva é um meio táctico em que um jogador atacante procura ocupar um espaço criado por um companheiro que tenha fixado, ou pelo menos atraído a atenção do oponente, no ímpar, quando conjugado em termos de continuidade de acção de dois ou mais jogadores, com progressão clara em direcção à baliza (Moreira, 2001).

Tendo em consideração que o jogador com posse de bola toma a iniciativa de jogo sem esquecer o seu objectivo, a sua acção visa, em primeiro lugar, libertar-se do seu adversário directo, na tentativa de conseguir ocupar um espaço que lhe favoreça uma concretização privilegiada.

Contudo, o carácter colectivo do jogo, promove a possibilidade real e perfeitamente exequível, de um segundo defensor efectuar uma ajuda defensiva ao seu companheiro e, deste modo, impedir que o jogador com posse de bola penetre no espaço previamente alcançado. A partir

deste momento, está criada uma situação de superioridade numérica ofensiva, cuja continuidade e possível concretização passa pela aplicação de uma progressão sucessiva, na qual o jogador atacante sem bola, beneficiando da vantagem espacial, apenas tem que progredir no seu espaço de acção para, se for solicitado, finalizar sem oposição.

Trata-se, pois, de um meio táctico, cuja consecução eficaz e benéfica depende, em grande parte, do comportamento do jogador sem bola. Este, após a situação de desequilíbrio criada pelo jogador com bola, deve, através da intervenção sucessiva e escalonada desde o ponto de vista espaço-temporal (Garcia, 1998), deslocar-se directamente para os espaços livres.

A noção espacial é, na realidade, determinante para a execução deste meio táctico, pois só perante a análise do espaço disponível, o jogador pode decidir para onde se desmarcar para se tornar num potencial receptor. A observação do espaço e a sua posterior ocupação através da desmarcação, apresenta-se como a variável que justifica a acção do jogador sem bola, tal como evidenciam os depoimentos dos treinadores Miguel, Vasco e Dinis:

"portanto deve-se desmarcar no sentido de tentar, neste caso específico, aumentar o n.º de variáveis, desmarcar para o espaço que está livre e não directamente em relação ao oponente directo" (Miguel)

"Desmarcar-se através de uma trajectória rectilínea, porque ele tem ali o espaço por isso é ali que ele vai entrar... não tinha lógica outra coisa" (Vasco)

"Eu acho claramente que o que o lateral deve fazer é aproveitar o espaço de penetração, porque é-lhe oferecido um espaço de penetração entre dois defensores e normalmente é onde tu atacas" (Dinis)

Trata-se de uma acção táctica em que todos os jogadores devem receber a bola em movimento em direcção à baliza, constituindo o princípio do escalonamento da intervenção um pressuposto essencial para obter uma coordenação adequada. O momento de início da acção do jogador sem bola deve ajustar-se ao movimento do seu companheiro, de tal forma que, quando este estiver a terminar a sua acção, o potencial receptor de bola se encontre quase já em movimento. O cumprimento rigoroso deste princípio facilitará a desmarcação, a recepção a uma distância adequada e permitirá assegurar a continuidade de passe (Garcia, 1998).

O factor tempo, que, na opinião de Garcia (1998), se encontra inevitavelmente associado ao espaço, pressupõe um ajuste das sucessões temporais das acções e os momentos oportunos da sua realização. A necessidade de ter em consideração o tempo em função do espaço, está evidente nas citações dos treinadores André e Frederico:

"o tempo de entrada da bola é determinante em função do espaço que temos" (André)

"se calhar a desmarcação está associada às duas: ele desmarca-se em função do espaço e do tempo que tem" (Frederico)

A progressão sucessiva constitui um meio táctico ofensivo, que resulta do encadeamento sucessivo das diferentes intenções tácticas dos jogadores intervenientes na acção.

Na realidade, uma progressão sucessiva não é mais do que uma desmarcação em função do espaço livre. Deste modo, a noção espacial afigura-se como o requerimento interpretativo e a desmarcação apresenta-se como a intenção táctica que concretiza a análise precedente.

A progressão sucessiva é um meio táctico que exige, por parte dos jogadores que a interpretam, o domínio do espaço de acção próprio, pois aos jogadores apenas é requerido que saibam trabalhar e maximizar as condições do seu espaço de jurisdição, sendo, por isso, denominado, de acordo com Rodriguez (2003), por espaço potencial.

No entanto, houve treinadores que, para além da análise espaço-temporal, fizeram referência à oposição como outra variável a ter em consideração aquando da realização de uma progressão sucessiva.

A concepção deste procedimento como uma acção táctica resultante do encadeamento sucessivo de comportamentos tácticos individuais, imediatamente nos remete para a necessidade de tais comportamentos terem, necessariamente, em conta a reacção dos defesas. Aliás, como já foi referido anteriormente, a oposição constitui uma variável condicionante da táctica individual.

Contudo, apenas os treinadores André e Dinis realçaram este aspecto, o que, desde logo, eleva o factor espaço/tempo à condição determinante, que fundamenta a progressão sucessiva. A título demonstrativo, expomos os excertos dos treinadores referidos:

"depende do espaço, depende do comportamento dos defensores" (André)

"o que o lateral deve observar é que o 1º defesa está numa situação anti-regulamentar, o defesa directo já tem um afastamento de pernas tão grande que do ponto de vista de mudança de direcção vai ser difícil para ele" (Dinis)

Antes de terminar a nossa apreciação acerca da lógica funcional deste procedimento táctico, importa salientar que consideramos a progressão sucessiva como o meio táctico basilar na organização do processo ofensivo. Trata-se, pois, de uma acção simples, que exige apenas o domínio do espaço potencial, mas, simultaneamente, essencial, pois quem não domina o seu próprio jamais poderá almejar utilizar outro tipo de espaços.

De seguida, apresentamos um quadro que demostra a frequência de ocorrência das categorias analisadas (quadro 31):

	PROGRESSÃO SUCESSIVA	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Espaço/tempo	10	100%
Oposição	2	20%

Quadro 31 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à progressão sucessiva

Perante a observação do quadro, constatamos que os treinadores apresentam unanimidade absoluta (100%), ao considerarem que a análise **espaço/temporal** se afigura como um acto interpretativo de considerável relevância na realização de uma progressão sucessiva.

A **oposição** surge igualmente como uma variável a considerar, sendo, contudo, referida por apenas 20% dos treinadores entrevistados.

CRUZAMENTO

- ESPAÇO/TEMPO

O cruzamento é um procedimento táctico caracterizado por uma interacção entre dois jogadores que executam as suas trajectórias em sentidos contrários, de tal forma que o jogador com posse de bola fixa o seu oponente directo dificultando a intervenção deste sobre o segundo atacante que, através de uma trajectória larga, tenta explorar o espaço criado pelo seu companheiro.

A reflexão conceptual deste meio táctico exige uma perspectiva do seu enquadramento em situação de jogo. Por este facto, quando nos referimos ao cruzamento, torna-se crucial considerá-lo como uma consequência da observação de um espaço livre entre dois defensores que, na intenção de ser ocupado pelo portador de bola e na consequente acção do seu defensor directo (impede a trajectória, fechando esse espaço), liberta um espaço que será, à posteriori, ocupado pelo seu companheiro.

Esta delimitação terminológica refuta, como refere Legarra (2002), a consideração deste conteúdo táctico como um meio para, segundo a qual o cruzamento é executado no sentido de beneficiar de um erro na troca defensiva, que permita o remate ou a penetração do jogador beneficiário.

A execução sistemática, independente e premeditada do cruzamento não tem qualquer sentido, sendo, como tal, necessário contextualizar a realização deste meio táctico aos acontecimentos em jogo, tendo sempre em consideração a observação dos espaços. Torna-se, assim, fundamental conceber o cruzamento como um resultado da criação de espaços, provocado pelas relações estabelecidas entre os jogadores.

Garcia (1998) sustenta que o êxito do cruzamento depende, em grande medida, da acção do jogador com posse de bola. Este deve ter uma intervenção inteligente, que supõe a manutenção de uma intenção de penetrar e/ou rematar no espaço disponível, adoptando uma orientação adequada à baliza.

Importa desde já referir que os treinadores António e Joaquim, perante as imagens propostas, negaram a concepção do cruzamento com base na perspectiva defendida por Garcia (1998) e Legarra (2002). Os referidos treinadores consideraram que a realização do cruzamento não teve por base qualquer tipo de análise táctica, sustentando-se, isso sim, em situações mecanizadas e trabalhadas à priori em situação de treino. Expomos, de seguida, as declarações do treinador António como demonstrativas disso mesmo:

"eu acho que isto foi combinado e ele já sabe o que vai acontecer, por isso ao saber que o central vai atacar aqui com simulação de passe ao pivot, ele espera este passe porque sabe perfeitamente que o central vai jogar com ele e ele nem precisava de avaliar a situação, porque este tipo de situação de certeza que foi muitas vezes repetida no treino"

Por sua vez, o treinador Joaquim considerou que a melhor solução, face as condições de jogo demonstradas pelas imagens, seria:

"aqui a melhor hipótese seria uma acção combinada em que o lateral ia cruzar com o ponta e depois o pivot ou o ponta do lado contrário entravam aqui neste espaço nas costas da defesa, para receber a bola"

Inclusivamente, este treinador após ter visualizado que acção se tinha desenrolado através de um cruzamento simples, que se revelou eficaz, comentou:

"Sim mas está mal jogado, está muito mal jogado... acontecia o mesmo se passava ao ponta, aí podia ter a ajuda do pivot... isto foi um cruzamento simples que podia não resultar, podia ser falta, como marcou, podia não ter marcado"

O cruzamento entendido na perspectiva destes dois treinadores, nega, por completo, a intencionalidade táctica dos jogadores e preconiza a sua execução de uma forma mecanizada e completamente separada da realidade do jogo.

Contrariamente, de acordo com a concepção sugerida pelos autores e da qual nós corroboramos, é, mais uma vez, a capacidade de interpretação espacial que vai determinar o sucesso ou insucesso do cruzamento, pois a desmarcação do jogador sem bola a isso exige. A discriminação do espaço livre e a sua posterior ocupação através da desmarcação, apresenta-se como a variável que fundamenta a acção do jogador sem bola, tal como revelam os testemunhos dos treinadores José, Pedro e André:

"mas tem que haver um movimento sem bola do jogador que vai receber, a tal desmarcação para o espaço livre" (José)

"Este jogador procura uma desmarcação depois de uma situação de deslocamento e através de um cruzamento ocupa o espaço criado por o lateral direito" (Pedro)

"ao criar aqui este espaço enorme para a penetração do lateral esquerdo, neste caso, naturalmente a solução lógica é o cruzamento" (André)

Na perspectiva perfilhada por Garcia (1998), o cruzamento afigura-se como uma unidade táctica global, na qual os protagonistas se adaptam às diferentes situações espaciais e à variabilidade

das respostas defensivas o que, desde logo, refuta a ideia de que as suas alternativas de resposta representam modelos diferentes e independentes entre si.

Para além da noção de espaço, Garcia (1998) acrescenta que é indispensável que o portador de bola perceba a trajectória e velocidade do potencial receptor da mesma, de forma a ajustar o momento de passe (percepção espaço-temporal). Este corresponde ao instante em que os protagonistas - passador, oponente directo e beneficiário - se encontram no mesmo eixo relativamente à baliza adversária.

À semelhança da progressão sucessiva, também o cruzamento constitui um procedimento táctico ofensivo, que resulta do encadeamento sucessivo das diferentes intenções tácticas dos jogadores intervenientes na acção.

No cruzamento, a análise espacial surge como a exigência táctica primordial e a desmarcação afigura-se como a acção que concretiza tal interpretação. Assim, na prática, este procedimento táctico significa, tão somente, uma desmarcação em função do espaço livre.

Podemos, então, afirmar que as implicações tácticas são idênticas em ambos os procedimentos, já que é a interpretação procedente da observação dos espaços livres que justifica a adopção de uma ou de outra acção. O que, realmente, difere é o espaço que é preciso dominar, pois, se na progressão sucessiva esse domínio cinge-se ao espaço potencial, já no cruzamento tal espaço deixa de ter sentido, pois não é sequer possível explorá-lo. Deste modo, adquire significado relevante o domínio do espaço adjacente, denominado, de acordo com Rodriguez (2003), por espaço partilhado.

A complexidade superior que o cruzamento apresenta em relação à progressão sucessiva, determina-se, exactamente, pela maior exigência ao nível do domínio espacial daquele relativamente a este. Aliás, esta ideia é corroborada pelos treinadores do nosso estudo, como é possível constatar pelos depoimentos dos treinadores Joaquim e Manuel:

"é mais difícil nesta do que nesta porque a trajectória que vai fazer este jogador tem que ser muito mais ampla que esta, nesta jogada vai haver uma comunicação motora muito mais fácil do que nesta" (Joaquim)

"O investimento técnico e táctico que ele tem que fazer na situação de cruzamento é muito mais exigente do que na primeira situação" (Manuel)

Sem deixar de referir a condição espaço/tempo, os treinadores André e Manuel consideraram que a análise da reacção dos defesas face às intenções ofensivas, constitui, igualmente, uma aspecto que condiciona o comportamento do atacante sem bola no momento da realização do cruzamento. As suas declarações são elucidativas desta realidade:

"O cruzamento surge em consequência da colocação dos defensores e da sua distribuição em relação ao espaço que ocupam" (André)

"Isto foi uma leitura, uma percepção do espaço e das trajectórias dos defesas" (Manuel)

O quadro que se segue expressa a frequência de ocorrência das categorias definidas (quadro 32):

	CRUZAMENTO	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Espaço/tempo	8	80%
Oposição	2	20%

Quadro 32 - Frequência de ocorrência das categorias referentes ao cruzamento

O quadro reflecte que 80% dos treinadores entrevistados entendem que a interpretação espaço/temporal, surge como uma análise táctica indissociável da realização do cruzamento, o que conduz à sua concretização por intermédio de uma desmarcação em função do espaço livre.

Associado a esta análise, 20% dos treinadores do estudo sugerem a necessidade de considerar a oposição, enquanto variável que condiciona a desmarcação do jogador sem bola.

PROGRESSÃO SUCESSIVA/CRUZAMENTO

- COMUNICAÇÃO MOTORA ESPACIAL

A partir de uma perspectiva integral, onde impera uma lógica de sentido procedente da interpretação dos espaços, é com facilidade que estabelecemos uma relação funcional entre as progressões sucessivas e o cruzamento, pois:

(1º) as progressões sucessivas constituem o meio táctico essencial e primário para a consecução dos objectivos de ataque;

(2º) o cruzamento surge como uma consequência natural da ineficácia da acção precedente (progressões sucessivas), à qual corresponde a eficácia da defesa adversária, sendo que os objectivos passam por usufruir do espaço livre para, se possível, marcar golo, assegurando, deste modo, uma linha de passe e o equilíbrio na ocupação espacial.

Importa ter em atenção que o desenvolvimento da progressão sucessiva requer uma supremacia imediata do ataque sobre a defesa, em que o jogador que assume a iniciativa de jogo consegue, através da sua acção individual, ultrapassar o seu adversário directo e, consequentemente, finalizar ou continuar o ataque beneficiando da ajuda defensiva.

No entanto, nem sempre assim sucede, conseguindo a defesa, por vezes, contrariar as acções ofensivas adversárias.

Como consequência, o espaço disponível deixou de poder ser explorado através de trajectórias rectilíneas e passou a ser possível de alcançar por intermédio de trajectórias curvilíneas e largas, que visam a ocupação do espaço deixado livre pelo defensor directo do jogador com bola, aquando da sua acção sobre o seu adversário (cruzamento). Mais uma vez, quem pode usufruir do espaço observado, passível de ser ocupado, é o segundo atacante sem bola, cuja acção deve ter como primeiro objectivo a finalização do ataque.

Efectivamente, de acordo com esta perspectiva, o agente gerador de dois meios tácticos ofensivos com implicações técnicas tão distintas, é, sem dúvida, o espaço. Os excertos dos treinadores José, André, Miguel e Manuel são elucidativos disso mesmo:

"este vai à procura do espaço que está livre que é precisamente conseguido por intermédio de uma trajectória rectilínea e este vai à procura de um espaço que, por acaso não é conseguido através de trajectória rectilínea, mas através de uma trajectória mais larga" (José)

"o espaço que se cria para finalizar, ou seja enquanto numa das situações através de uma trajectória rectilínea directa a um espaço o jogador consegue criar uma situação que, à partida, lhe permita a finalização, na outra, essa situação, surge pelo aproveitamento de um espaço criado só é possível através de uma situação de cruzamento" (André)

"Sem dúvida, que fundamentalmente ele tentou ocupar o espaço livre ou menos ocupado, com menor densidade de defensores, em ambos os casos" (Miguel)

"na situação de cruzamento ele só pode tentar compensar no sítio onde ele tem espaço, e na situação progressão sucessiva ele só pode atacar no sítio onde tem espaço" (Manuel)

Como salienta Garganta (1997) toda a acção de ataque deve ter como objectivo criar e aproveitar espaço e, por consequência e paralelamente, toda a acção defensiva procura restringir ou anular esses mesmos espaços.

É a partir desta análise táctica espacial, que o jogador sem bola se movimenta, desmarcando-se, e o jogador com bola realiza o passe, criando, em ambos os casos, situações idóneas de finalização. Deste modo, a comunicação motora estabelece-se com base na interpretação espacial, que por ser comum aos jogadores intervenientes permite-lhes reagir da mesma forma perante diferentes situações de jogo.

A este propósito, Sousa (1992) sustenta que sempre que dois interlocutores possuem o mesmo sistema de comunicação, dizemos que eles falam "a mesma linguagem", o que implica uma identificação completa com o quadro de referências, com o repertório e com a experiência, que permite a cada elemento antecipar e prever a reacção do outro.

Os treinadores Miguel, Vasco e Frederico partilham desta ideia, quando referem:

"A comunicação entre os jogadores foi efectuada em função do espaço que estava menos ocupado... o espaço nunca está livre" (Miguel)

"o espaço é aqui, é sempre o espaço livre, não há outro critério em nenhuma situação, portanto a comunicação motora foi feita em função do espaço" (Vasco)

"O movimento ou comunicação surgiu em função do comportamento do companheiro e do espaço livre" (Frederico)

O desenvolvimento do jogo de Andebol responde a disposições espaciais, configuradas por uma permanente troca de espaços criados e ocupados, que possibilitam ou não, situações privilegiadas para os seus intervenientes. Esta é uma realidade concretizada de acordo com os princípios básicos espaciais constituintes do próprio jogo, que perseguem um raciocínio inteligível e coerente. As possibilidades espaciais das situações de jogo devem ser estruturadas de acordo com estes fundamentos e, a partir daqui, devem acompanhar a lógica do jogo, alicerçada, tal como refere Rodríguez (2003), na ocupação de espaços de poder.

A comunicação, independentemente da sua forma, nunca é um processo singular, implicando, pelo menos, o envolvimento de dois interlocutores.

Ao entendermos a comunicação motora como as relações operacionais positivas estabelecidas entre elementos da mesma equipa (Parlebas, 1976), com facilidade deduzimos que o companheiro de equipa, no processo comunicacional, não se revela como uma variável a considerar, mas sim, como algo inerente à própria comunicação.

Neste sentido, pensamos entender a razão que levou os treinadores entrevistados a considerar que, no processo ofensivo, os movimentos dos jogadores sem bola têm que contemplar a acção do seu colega portador de bola. O que é importante nesta relação, é a interpretação consensual, que permite aos jogadores reagir da mesma forma perante um determinado estímulo.

O depoimento do treinador André, ao considerar a análise do jogador com bola como um requisito da comunicação motora, revela a importância que a compreensão mútua assume na interacção estabelecida:

"o mais importante de tudo é que eles partam de uma base de conhecimento adquirido: perante um contexto eu executo assim ou devo procurar fazer isto, quais são os argumentos de que eu disponho, são estes, e o meu colega tem que os perceber, a partir daí a continuidade do jogo é feita através da comunicação motora"

O quadro que se segue indica a frequência de ocorrência das categorias anteriormente referidas (quadro 33):

	COMUNICAÇÃO MOTORA	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Comunicação motora espacial	10	100%
Em função do portador de bola	5	50%

Quadro 33 - Frequência de ocorrência das categorias referentes à comunicação motora desenvolvida na progressão sucessiva e no cruzamento

A comunicação motora perspectivada como uma consequência intuitiva de uma ocupação do espaço lógica e coerente - **comunicação motora espacial** -, apresenta-se, na concepção da totalidade dos treinadores entrevistados, como a forma de comunicação que prevalece na realização das progressões sucessivas e do cruzamento.

Por sua vez, metade dos treinadores do nosso estudo refere que a comunicação deve, também, considerar as alterações contextuais provocadas pelo **colega portador de bola**, sobrevalorizando, assim, a necessidade de adoptar uma "linguagem comum".

4.5.2. ORGANIZAÇÃO DEFENSIVA

DEFESAS PROFUNDAS

Os sistemas defensivos profundos correspondem a uma disposição inicial dos jogadores em mais do que uma linha de defesa. Tratam-se de organizações estruturadas em função da bola, que apresentam uma grande profundidade e densidade de jogadores na zona central, mas têm uma amplitude reduzida. A colocação inicial dos jogadores situa-se entre os 6 e os 9 metros, procurando-se, deste modo, entrar na zona de organização de jogo ofensivo adversário.

Numa defesa onde todos os comportamentos são orientados na procura de ganhar a bola o mais rapidamente possível, os jogadores encontram-se muito afastados entre si, privilegiando acções antecipativas que induzam ao erro forçado da equipa opositora.

Naturalmente, que este tipo de sistema tem benefícios, nomeadamente, pela dificuldade de coordenação que cria entre os atacantes, pela cobertura densa que propicia na zona central, por obrigar o adversário a jogar afastado da baliza, pela facilidade com que cria as situações de contra-ataque e pela definição clara das missões para cada jogador (Trosse, 1993; Silva, 2000; Cuesta, 2002).

Por outro lado, são sistemas que acarretam algumas desvantagens. Desde logo, aumentam o espaço inter-defensores, pelo grande afastamento entre os jogadores (Trosse, 1993; Silva, 2000). Torna-se numa defesa mais individual, que propicia situações de 1x1 e em que a responsabilidade espacial por parte de cada jogador acresce exponencialmente. Na procura de intervir sobre os espaços afastados da baliza, perde densidade defensiva nos espaços próximos da mesma, tornando-se, assim, numa defesa débil perante o jogo para a 2ª linha, onde predominam os espaços livres e desocupados. O facto dos defensores actuarem em diferentes linhas, desfavorece o controlo visual por parte dos jogadores que se encontram em linhas mais avançadas do terreno defensivo que, deste modo, não conseguem dominar o espaço que está nas suas costas.

Ao nível da estruturação espaço, estes sistemas apresentam algumas fragilidades, que podem tornar-se zonas de exploração potencial da equipa adversária. Esta é, também, a opinião dos treinadores entrevistados como se pode deduzir pelos depoimentos de Manuel e Miguel:

"porque são espaços muito abertos e o jogador atacante tem vantagem porque está a ler e consegue dominar o espaço que está nas minhas costas" (Manuel)

"As defesas abertas são mais individualizadas... diminui a capacidade de ataque em resolver esse problema mas aumentam muito a capacidade de utilizar as costas e a largura e o espaço entre a defesa e a área" (Miguel)

Naturalmente, que ao aumento do espaço inter-defensivo corresponde uma diminuição da comunicação motora entre os defensores. Se o espaço de intervenção individual aumenta, é porque os jogadores se encontram mais dependentes de si próprios face às acções adversárias, o que, desde logo, os obriga a percorrer uma dimensão espacial mais ampla. A entreajuda defensiva, crucial para o desenvolvimento de qualquer sistema e que resulta da comunicação motora estabelecida entre os defensores, torna-se, deste modo, numa acção de difícil concretização.

As dificuldades em utilizar o comportamento motor como forma de comunicação, encontram-se evidentes nos testemunhos dos treinadores Miguel, Joaquim e Dinis:

"em defesas muito abertas quase não existe comunicação motora e só há trocas de oponentes quando estão ao mesmo nível e isso raramente acontece porque estão 3 jogadores acima dos 12 metros" (Miguel)

"a comunicação motora nas defesas abertas não existe porque o espaço é muito grande e a entreajuda é mais difícil, os jogadores estão mais afastados" (Joaquim)

"quanto maior for o espaço entre os defensores mais de agravam os problemas de comunicação, de ajuda, de trocas de marcação, de processos tácticos individuais" (Dinis)

A permanente procura em conquistar a posse bola, conjugado com o grande espaço que é necessário percorrer, leva a que estes sistemas defensivos exijam, do ponto de vista físico,

deslocamentos rápidos, dinâmicos e com grande intensidade e, do ponto de vista psicológico, muito concentração, atenção e uma grande predisposição (Trosse, 1993; Silva, 2000; Cuesta, 2002).

Tal, é, igualmente, a opinião dos treinadores André e Manuel, como se pode inferir pelas suas declarações:

"enquanto complexidade de execução, provavelmente as exigências de uma defesa aberta são maiores ao nível físico, técnico, de leitura de jogo, concentração" (André)

"é muito mais exigente quer em termos físicos, quer em termos psicológicos, quer em termos técnicos, porque quem não for bom tecnicamente faz muitas faltas... e como é mais exigente é mais difícil" (Manuel)

Efectivamente, as diversas solicitações que este tipo de defesas requer, torna-as em sistemas de funcionamento complexo, pela multiplicidade de redes de comunicação espacial que se estabelecem entre os jogadores.

A este propósito, Rodriguez (2003) reconhece que as defesas abertas e profundas, nas quais a comunicação espacial é múltipla e muito mais complexa, são mais difíceis de interpretar e desenvolver do que as defesas fechadas, onde as linhas de comunicação se limitam a jogadores muito próximos entre eles.

Pelo conjunto de razões apresentadas, são vários os treinadores que, quando questionados acerca da complexidade dos sistemas defensivos, considera que este tipo de defesas apresenta um grau de complexidade e exigência superior ao dos sistemas fechados. Nos excertos dos treinadores António e Vasco, tal facto está bem explícito:

"as defesas abertas são mais difíceis, porque há muito espaço atrás do atleta que ele não sabe o que acontece, entram e saem atletas e quase não comunicam" (António)

"menos complexa é a defesa fechada, porque tem menos espaço e porque eles estão mais em contacto e a comunicação pode ser muito táctil" (Vasco)

De seguida, apresentamos um quadro que revela a frequência de ocorrência das categorias analisadas (quadro 34):

	DEFESAS PROFUNDAS	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Maior espaço inter-defensores	9	90%
Desfavorece a comunicação motora	7	70%
Interpretação e desenvolvimento	7	70%
Solicitação da condição física	4	40%

Quadro 34 - Frequência de ocorrência das categorias referentes às defesas profundas

Quando solicitados a analisar as características das organizações defensivas profundas, 90% dos treinadores entrevistados referem-se, em primeira instância, à ocupação do espaço defensivo, que, pela disposição dos jogadores, promove um **maior espaço inter-defensores.** Apenas um treinador não realça este aspecto como distintivo destas defesas relativamente aos sistemas fechados.

Consequentemente, o grande afastamento entre os jogadores não permite estabelecer relações de comunicação consistentes, o que, para 70% dos treinadores, **desfavorece a comunicação motora** e cria dificuldades na realização dos procedimentos tácticos de grupo.

Como tal, 70% dos entrevistados considera tratar-se de sistemas defensivos de difícil **interpretação e desenvolvimento,** realçando, para além dos factores espaciais e comunicativos, a **solicitação da condição física** exigida (40% dos treinadores).

DEFESAS FECHADAS

Os sistemas fechados ao apresentarem uma disposição de jogadores numa só linha, caracterizam-se por uma grande amplitude e densidade, mas, em contrapartida, por uma reduzida profundidade.

A colocação dos jogadores ocupa toda a área de baliza e os movimentos dos jogadores está limitado ao espaço compreendido entre os 6 e os 8/9 metros. Sem preocupações excessivas em recuperar rapidamente a bola, neste sistema, os jogadores mantêm-se próximos entre si e adoptam uma postura mais reactiva em função das acções adversárias. Podemos mesmo afirmar que, se nos sistemas abertos o principal objectivo é defender a bola, nos sistemas fechados a grande preocupação centra-se em defender a baliza.

É, por isso, comum observarmos nas equipas adversárias a opção por manter a posse de bola, circulando-a para criar situações de finalização em espaços afastados da baliza, nos quais a intervenção da defesa é diminuta.

Tratando-se de um sistema em linha em que a distância entre os jogadores é reduzida, faz um apelo permanente à organização colectiva defensiva, pois cada movimento de determinado jogador deve estar devidamente enquadrado e coordenado com as acções dos demais elementos da defesa (Cuesta, 2002). É, por isso, que alguns autores, como Trosse (1993) e Silva (2000), salientam ser necessário para o desenvolvimento deste tipo de sistemas, os jogadores possuírem uma grande experiência.

Aliás, exactamente por se revelar como um processo mais exigente ao nível táctico colectivo, o treinador André considera, no seu depoimento, que o sistema fechado é mais complexo ao nível do funcionamento:

"eu acho que é mais complexo funcionar numa defesa recuada, porque mediante as movimentações ofensivas um colega pode ter que relacionar ou adaptar a sua acção em função do colega que está no outro extremo... por isso, obriga os jogadores a trabalhar de forma coordenada e implica um maior nível de performance em termos colectivos, que não é tão necessária na defesa aberta porque as relações se passam a 2, 3 jogadores, é uma defesa mais individual"

A proximidade entre os jogadores diminui o espaço inter-defensivo o que, desde logo, reduz eventuais corredores de penetração. Os jogadores conseguem mais facilmente abranger através da visão os movimentos dos adversários, já que entre a área e os defensores não existe espaço para ser explorado. Perante a reduzida dimensão dos espaços passíveis de penetração adversária, os deslocamentos defensivos são mais curtos e a exigência física é substancialmente menor.

Os sistemas fechados, ao nível da organização espacial, facilitam o trabalho a desenvolver, tal como nos demonstram espaço os excertos dos treinadores José e Pedro:

"nas defesas mais recuadas os eventuais atrasados já não são tão significativos porque os jogadores estão mais perto uns dos outros e o espaço é menor"(José)

"a defesa fechada é muito difícil de atacar porque os espaços de penetração com atletas altos e fortes ficam muito limitados" (Pedro)

Quanto mais reduzidos forem os espaços inter-defensivos, maior é o número de relações comunicacionais que se estabelecem entre os jogadores. Rodriguez (2003), a este propósito, sustenta que a defesa de maior riqueza na sua organização prévia, será aquela que favorece o diálogo, entre os elementos que a constituem, e onde se estabelecem mais linhas de relação.

A grande concentração de jogadores num mesmo espaço, favorece a flutuação e aumenta a densidade defensiva. As ligações de cooperação entre os jogadores facilitam as acções tácticas que envolvem dois ou mais jogadores e, nesse sentido, privilegiam-se as entreajudas e as trocas defensivas, que surgem, no contexto de jogo, de forma natural e motora.

Para Rodriguez (2003), a intervenção da defesa nos espaços partilhados por dois ou mais jogadores configura o trabalho táctico a desenvolver, onde uma rede de comunicação sólida expressa uma defesa de qualidade.

Qualquer procedimento táctico, torna-se mais facilmente exequível e de efectivação mais profícua se o sistema defensivo adoptado promover a comunicação motora. Aliás, os testemunhos dos treinadores Manuel, Vasco e Dinis são esclarecedores no que a tal se refere:

"nos sistemas fechados, a comunicação é mais fácil, porque eu tenho ajudas atrás, à minha direita e à minha esquerda" (Manuel)

"numa defesa 6:0 há maior densidade de jogadores do lado da bola e a comunicação é mais fácil em tudo, nas trocas, nas ajudas" (Vasco)

"Menos profundo, mais amplo, maior densidade de jogadores, portanto, menos necessidade de fazer deslocamentos espaciais amplos e profundos, maior proximidade de comunicação pela proximidades dos jogadores uns dou outros" (Dinis)

O quadro a seguir apresentado expõe a frequência de ocorrência das categorias referidas (quadro 35):

	DEFESAS FECHADAS	
	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	
	VALORES ABSOLUTOS (N.º)	PERCENTAGEM (%)
Menor espaço inter-defensores	9	90%
Favorece a comunicação motora	7	70%
Interpretação e desenvolvimento	2	20%

Quadro 35 - Frequência de ocorrência das categorias referentes às defesas fechadas

Contrariamente, nas defesas fechadas a característica de maior realce, indicada por 90% dos treinadores entrevistados, refere-se ao **menor espaço inter-defensores** que a colocação dos jogadores promove. De salientar, que apenas um treinador não considera este um factor característico destes sistemas defensivos.

Logicamente que associado ao factor espaço, surgem os aspectos comunicacionais, que, de acordo com 70% dos treinadores, é de mais fácil desenvolvimento num sistema defensivo fechado, pois **favorece a comunicação motora.**

De referir, ainda, que apenas 20% dos treinadores do nosso estudo considera as defesas fechadas de **interpretação e desenvolvimento** táctico colectivo mais complexo do que os sistemas defensivos profundos.

5. CONCLUSÕES

Na apresentação das conclusões pretende-se replicar a estrutura sequencial que consubstanciou a apresentação e discussão dos resultados, no sentido de destacar as respostas dos treinadores, que nortearam este estudo.

AO NÍVEL DA CAPACIDADE TÁCTICA INDIVIDUAL

A organização do jogo de Andebol numa dinâmica relacional, pressupõe que se realce as regras de acção que, no cumprimento dos princípios de jogo, expressam-se através de comportamentos lógicos, coerentes e adaptados à situação. A solicitação interpretativa exigida pelas regras de acção, transforma-as, no contexto de jogo, em comportamentos inteligíveis e tácticos, sendo, como tal, impossível dissociar de tais regras o cariz de intencionalidade táctica que lhes está inerente.

Para os treinadores do nosso estudo, são as acções intencionais e portadoras de significado que revelam, por parte dos jogadores, a sua compreensão acerca da funcionalidade do jogo, a partir da qual se torna possível estabelecer relações de cooperação e oposição, com vista à consecução dos objectivos de jogo. Os treinadores realçam que jogar sem entender o jogo e sem identificar os critérios de causalidade das acções, evidencia uma insuficiência tático-funcional comprometedora de todo o trabalho colectivo, que, permanentemente, é exigido pela natureza do jogo de Andebol.

Todavia, a pretensão de possuir jogadores que revelem interpretações tácticas congruentes com a estrutura funcional do jogo, só é viável, na concepção dos treinadores entrevistados, se considerarmos os aspectos de formação desportiva que antecedem a sua chegada ao mais alto nível. Aliás, a necessidade de considerar o processo de formação desportiva, bem como a possibilidade de aceder à compreensão do jogo de Andebol, constituem, de acordo com os treinadores do nosso estudo, os pressupostos da táctica individual de maior relevância.

De acordo com a concepção dos treinadores, o treino deve proporcionar aos atletas o desenvolvimento da vertente criativa, que pode ser apreendida e cultivada, e que se revela crucial no contexto de jogo, pela criação de situações inesperadas, susceptíveis de desequilibrar a organização adversária. Só quem é criativo apresenta ideias, sendo estas potenciadoras de comportamentos inteligentes.

A tomada de decisão, crucial para o desenvolvimento do jogo, sustenta-se, em primeira instância, na qualidade de percepção relevada pelos jogadores, que, de acordo com os

treinadores do nosso estudo, está intimamente associada ao apetrechamento táctico adquirido. É, aliás, a conjugação entre estes dois factores, que permite aos jogadores criar os automatismos de acção, que, segundo os treinadores entrevistados, se revelam decisivos no contexto do jogo de Andebol.

Dotar os jogadores de conceitos bem elaborados sob o ponto de vista táctico, implica, assim, o conhecimento e a aplicação das regras de acção que promovem comportamentos intencionais lógicos e, consequentemente, concedem aos jogadores a denominada "inteligência táctica". Os treinadores realçam ser esta a competência individual que permite aos participantes analisar e perceber adequadamente os constrangimentos impostos pela variabilidade das situações, apanágio do jogo de Andebol. De referir, que a capacidade de análise/percepção apresenta-se, para os treinadores do nosso estudo, como o principal fundamento que justifica a importância da táctica individual no desenvolvimento do jogo.

É, igualmente, a riqueza ao nível da táctica individual que, na concepção dos treinadores, assegura uma certa reflexão do jogador sobre os aspectos estratégicos, que influem no seu rendimento durante a competição.

Num jogo onde os mais bem sucedidos são aqueles que actuam por antecipação, é o apetrechamento ao nível da táctica individual que, segundo os treinadores do nosso estudo, permite aos jogadores progredir de um jogo instintivo e reactivo para um jogo intencional e antecipativo.

É, pois, necessário ter em atenção os métodos de treino que são propostos para o desenvolvimento da capacidade táctica individual. Para além de contemplar as variáveis espaço e tempo, os exercícios propostos devem, ainda, de acordo com os treinadores entrevistados, ser realizados com a presença de oposição, na tentativa de melhorar a capacidade de selecção da técnica mais adequada à situação. No fundo, referem os treinadores, todas as tarefas que visam a melhoria desta competência, devem considerar as exigências próprias da realidade do jogo de Andebol.
É de salientar, contudo, que as condicionantes espaço/tempo e oposição, constituem, para os treinadores entrevistados, as principais variáveis a considerar no treino desta capacidade.

AO NÍVEL DOS PRINCÍPIOS E REGRAS DE ACÇÃO

No Andebol, o problema do espaço é fundamental na resposta à variabilidade de situações

momentâneas do jogo, tanto do ponto de vista do processo ofensivo como defensivo. Toda e qualquer acção realizada centra-se no factor espaço, enquanto elemento estrutural do jogo.

Neste sentido, é necessário interpretar correctamente o espaço, pois a funcionalidade do jogo de Andebol depende, em grande medida, da aplicação de regras que concretizam uma ocupação espacial coerente e harmoniosa.

Reportando-nos à fase defensiva, segundo os treinadores, urge, desde logo, considerar a flutuação defensiva, que se traduz pelos deslocamentos defensivos colectivos para o lado da bola, com o intuito de restringir os espaços livres nas zonas de maiores possibilidades de concretização adversária.

Para os treinadores entrevistados, importa, igualmente, considerar a entreajuda defensiva, que surge como uma consequência natural de uma flutuação prévia para a zona onde está a bola e expressa-se pela colaboração directa com o companheiro do posto específico adjacente. Segundo os treinadores, tanto uma como outra acções tácticas, procuram limitar os espaços defensivos e de possível exploração adversária, com a concentração do maior número de jogadores do lado da bola, aumentando, deste modo, a densidade defensiva.

Os treinadores fazem, também, referência à intercepção, que se apresenta como a primeira intenção táctica desenvolvida pelos jogadores quando pretendem reconquistar a posse de bola. Constituindo uma acção que envolve algum risco, pelo desequilíbrio provável que promove na estrutura da equipa quando executada sem sucesso, trata-se, na concepção dos treinadores, de um comportamento individual que deve estar devidamente enquadrado na estratégia colectiva.

Caracterizada por uma conduta muito mais antecipativa do que propriamente reactiva, este comportamento táctico implica, de acordo com os treinadores do nosso estudo, uma análise das variáveis contextuais, nomeadamente no que se refere aos adversários directo e portador de bola. Exige também, por parte do jogador que intercepta, a noção da sua colocação no espaço, bem como da distância que o separa da trajectória da bola, pois, somente desta forma, é possível realizar intercepções nos momentos ajustados. Aliás, a necessidade de proceder a uma análise das variáveis contextuais (adversários directo e portador de bola; variável espaço/tempo), constitui, para os treinadores entrevistados, como a principal imposição requerida pela intercepção.

Para além das solicitações tácticas exigidas, os treinadores salientam que a intercepção implica, ainda, ao nível das capacidades condicionais, velocidade de execução.

Contrariamente, no processo ofensivo, a ocupação ampla e profunda, expressa, para os treinadores entrevistados, uma distribuição equilibrada do espaço de jogo, que, pela debilidade e ruptura susceptíveis de provocar nas linhas de força do adversário, deve constituir o ponto de partida para as demais acções desenvolvidas.

Os treinadores do nosso estudo referem que, intimamente associado à ocupação racional do espaço ofensivo, surge a permanente necessidade de criar linhas de passe, que, em contexto de jogo, se traduz na disposição dos jogadores em espaços desocupados e de apoio à frente, atrás e em ambos os lados do jogador com bola.

Os treinadores fazem, também, referência à desmarcação perspectivada como uma acção sem bola que visa a ocupação dos espaços livres e a consequente criação de uma linha de passe, assumindo-se, deste modo, como um procedimento sem o qual é impossível actuar num jogo que não se resume à actuação com bola.

Trata-se, de uma acção individual ofensiva que, na concepção dos treinadores, deve promover a criação e posterior utilização de espaços livres, tendo sempre em consideração o sistema defensivo adversário.

De acordo com os treinadores entrevistados, a desmarcação com vista à ocupação dos espaços livres constitui o seu principal objectivo, requerendo, contudo, uma interpretação espacial que se traduz na movimentação sem bola dos jogadores no espaço de jogo.

Tal movimentação dos jogadores, que se pretende organizada e intencional, implica, uma comunicação, que, segundo os treinadores, não é verbal, mas sim decorrente de uma identidade interpretativa, traduzida através de acções motoras que respeitam o mesmo quadro de referências tácticas. Deste modo, de acordo com os treinadores entrevistados, torna-se possível que, perante um determinado estímulo, numa determinada situação, todos os jogadores reajam da mesma forma, adoptando uma "linguagem comum".

Esta comunicação motora é, na concepção dos treinadores, mais relevante no ataque do que na defesa, pois no processo ofensivo há, permanentemente, a necessidade de cada jogador interpretar devidamente as acções dos seus colegas e adversários, o que, na prática, se reflecte em relações de cooperação (comunicação motora) e de oposição (contra-comunicação motora). Aliás, a necessidade de contra comunicar é salientada pelos treinadores do nosso estudo, como uma característica do Andebol moderno, que se traduz na exploração de situações idóneas, criadas pela transmissão de informações falsas.

Manifestada através de comportamentos consentâneos e encadeados entre todos os

jogadores, a comunicação motora surge, também, segundo os treinadores, associada aos automatismos de acção, traduzindo reacções automáticas que dependem das rotinas e das horas de trabalho em conjunto.

De referir, que, na concepção dos treinadores do nosso estudo, a comunicação motora expressa-se, fundamentalmente, através dos automatismos de acção e da identidade interpretativa, sendo, contudo, igualmente relevante as relações de contra comunicação motora estabelecidas entre duas entidades que se confrontam com objectivos perfeitamente antagónicos.

Segundo os treinadores do nosso estudo, importa, igualmente, destacar a comunicação gestual, que adoptada preferencialmente no processo ofensivo, se revela de grande utilidade dada a sua imperceptibilidade para a equipa adversária.

Os treinadores entrevistados salientam que, no processo defensivo, os estilos comunicacionais podem adoptar formas diversas das apontadas anteriormente. Nesta fase do jogo, de acordo com os treinadores, a comunicação verbal assume predominância relativamente às demais formas de comunicar.

O apelo ao factor psicológico e as dificuldades de abrangência visual, em primeira instância, bem como facto da defesa se tratar de um processo mais reactivo do que antecipativo, surgem como os principais argumentos que, na concepção dos treinadores, validam a utilização do verbal no desenvolvimento desta fase de jogo.

Por seu turno, no processo defensivo, há ainda, de acordo com os treinadores entrevistados, uma outra forma de comunicação, denominada por táctil, que se revela particularmente útil quando as defesas apresentam proximidade entre os seus jogadores.

Os treinadores, apesar de referirem que a comunicação adoptada depende do conceito de jogo do treinador e dos momentos específicos de cada jogo, são unânimes em considerar as comunicações motora e verbal como aquelas que predominam na acção, sendo ambas mencionadas pela totalidade dos treinadores.

Na concepção dos treinadores do nosso estudo, a disponibilidade do jogador para observar as variações do contexto depende da sua qualidade técnica individual, pois é o domínio do objecto de jogo que lhe permite manipular e transportar a bola, sem centrar a visão nestas tarefas de ordem técnica. Os treinadores sustentam que ao privilegiar o controlo cinestésico em detrimento do visual, o jogador ficar liberto para efectuar a "leitura" das situações e actuar tacticamente.

Neste sentido, a boa técnica no Andebol, caracteriza-se, de acordo com a totalidade dos treinadores entrevistados, pela capacidade de relacionar os diferentes elementos que compõem a "bagagem técnica" e pela escolha dos melhores caminhos que levam à sua forma final, revelando-se, desta forma, como uma técnica adaptada à situação.

Sem descurar o domínio específico do fundamento técnico, que se reflecte na relação do jogador com a bola, os treinadores fazem ainda referência, à importância da realização de gestos invulgares, apenas ao alcance dos jogadores virtuosos, que desequilibram pelo factor induzido.

AO NÍVEL DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO JOGO DE ANDEBOL

Após adquirir a noção de espaço, todo o jogo se desenvolve em função do espaço observado e que é necessário ocupar, tendo em vista os objectivos a alcançar. A criação, a ocupação e o aproveitamento do espaço são o princípio básico de jogo, que se concretiza através da aplicação adequada de regras tácticas, entre as quais se destacam, no processo ofensivo, a amplitude e profundidade.

A totalidade dos treinadores entrevistados sustenta que a amplitude visa, fundamentalmente, aumentar o espaço inter-defensores para, posteriormente, o explorar em benefício das acções ofensivas. Deste modo, a disposição ampla dos jogadores no espaço favorece o cumprimento do princípio espacial, através da criação de espaços livres que promove.

Todavia, por aspectos estratégicos, nem sempre a amplitude se afigura, para os treinadores do nosso estudo, como uma intenção crucial para o desenvolvimento das acções ofensivas, sendo tão mais importante quanto mais fechado é o sistema defensivo adversário. Por seu turno, uma combinação antecipada *à priori* para aplicar num determinado momento, também pode, de acordo com os treinadores, influir na amplitude de jogo ofensivo, que, neste sentido, deve considerar o local de finalização previsto pela acção.

Os treinadores entrevistados consideram que a profundidade, antes de mais, confere intencionalidade às acções ofensivas, que, regulada pelo objectivo de jogo nesta fase, promove ofensividade e concede significado aos comportamentos de ataque.

De acordo com os treinadores, se a este facto acrescermos a necessidade da defesa estar permanentemente a reagir às acções adversárias, entendemos de que forma a profundidade ofensiva contribui para provocar desequilíbrios espaciais de exploração potencial.

Na concepção dos treinadores do nosso estudo, a relação que preconiza a comunicação motora como uma consequência de uma ocupação racional do espaço, é evidente quando analisamos as variáveis a ter em consideração na realização das progressões sucessivas e do cruzamento.

Os treinadores salientam que a análise táctica requerida em ambas as situações centra-se na interpretação espacial (observação dos espaços livres), constituindo a desmarcação a regra táctica que concretiza o princípio precedente. Se na progressão sucessiva esta lógica de funcionamento é referida pela totalidade dos treinadores, no cruzamento apenas dois treinadores assim não a entendem.

Contudo, de acordo com a totalidade dos treinadores, ambas as acções realizam-se de forma natural e sem recorrer a qualquer outro tipo de comunicação, que não seja a comunicação motora procedente da interpretação dos espaços (comunicação motora espacial).

Para os treinadores do nosso estudo, o que realmente difere entre as duas acções é o espaço que é necessário alcançar, que, por sua vez, acarreta diferentes implicações técnicas. Enquanto que na progressão sucessiva o espaço é utilizado através de uma desmarcação rectilínea, no cruzamento o espaço, para ser explorado, requer a adopção de uma desmarcação curvilínea.

A grande diferença entre estas duas acções, reside, então, segundo os treinadores, na técnica a utilizar consoante o espaço a explorar, pelo que a técnica se assume como um meio, entre várias alternativas, para concretizar uma conduta táctica, centrada, sobretudo, na interpretação espacial.

Os sistemas defensivos pressupõem uma organização, sustentada, fundamentalmente, nos princípios e regras de defesa, que deve permitir aos jogadores uma identificação clara das suas funções e dos comportamentos a adoptar perante as acções da equipa adversária. É a actuação coordenada dos vários jogadores, alternada e simultaneamente, que conduz aos diferentes modelos e meios tácticos de grupo defensivos, que, por sua vez, se expressam através da táctica colectiva defensiva, ou seja, numa organização integrada na definição de um sistema.

Relativamente aos sistemas defensivos profundos, os treinadores sustentam, que estes carecem de densidade defensiva pelo aumento do espaço inter-defensores. Tornam-se, assim, em defesas mais individualizadas, onde cada jogador é responsável por uma ampla dimensão espacial.

De acordo com os treinadores do nosso estudo, a distância entre os defensores desfavorece a comunicação motora e as relações de colaboração entre os defensores tendem a diminuir. Deste modo, todos os procedimentos tácticos que envolvem dois ou mais jogadores, como a entreajuda ou as trocas defensivas, apresentam dificuldades de aplicação, pela debilidade das linhas de força estabelecidas entre os jogadores.

Associado a este facto, os treinadores salientam as dificuldades evidenciadas pelos jogadores em controlar, através da visão, as movimentações espaciais adversárias, bem como a solicitação acrescida da condição física, que constituem razões suficientes para que a interpretação e o desenvolvimento deste tipo de defesas apresente um elevado grau de complexidade.

Contrariamente, nos sistemas fechados, os treinadores consideram que a proximidade entre os jogadores diminui o espaço inter-defensivo e reduz eventuais corredores de penetração. Acrescentam os treinadores que a concentração de jogadores num mesmo espaço, favorece a flutuação e aumenta a densidade defensiva, tornando mas sólidas as ligações de cooperação entre os defensores, pela proximidade entre eles. Deste modo, promovem-se as acções tácticas de grupo, privilegiando-se as entreajudas e as trocas defensivas, que surgem, no contexto de jogo, de forma natural e motora.

Em jeito de síntese, a partir da concepção dos treinadores, as conclusões do nosso estudo resumem-se às seguintes considerações:

As regras de acção, subjacentes aos princípios de jogo, traduzem-se através de comportamentos tácticos que favorecem a compreensão da lógica funcional do jogo de Andebol e participam nos processos de análise e percepção das situações contextuais. Permitem, ainda, que o jogador reflicta sobre os aspectos estratégicos do jogo e dependem, em grande medida, do processo de formação desportiva.

As variáveis a considerar no treino da capacidade táctica individual referem-se, em primeira instância, ao espaço/tempo e à oposição, sendo, também, importante ter em consideração a tarefa e exigências próprias do jogo de Andebol.

A amplitude e profundidade de jogo, a criação de linhas de passe e a desmarcação, no

processo ofensivo, bem como a flutuação, a entreajuda e a intercepção, no processo defensivo, afiguram-se como as regras de acção que contribuem para uma estruturação do espaço de jogo racional e coerente.

No processo ofensivo, ao predomínio da comunicação motora, deve-se seguir a utilização da comunicação verbal e, por fim, o recurso à comunicação gestual. Na defesa, o verbal deve predominar, à qual se segue a comunicação motora e, por fim, as comunicações táctil e gestual.

A comunicação motora, traduzida através das relações de cooperação entre elementos da mesma equipa, revela a adopção de uma identidade interpretativa (linguagem comum) e a criação de automatismos de acção (rotinas de trabalho). Por seu turno, a contra-comunicação motora, expressa pela relações de oposição entre jogadores adversários, é indissociável das acções de jogo e constitui, cada vez mais, uma característica do Andebol moderno.

A técnica individual só adquire sentido no contexto do jogo de Andebol se for adaptada às situação de jogo, revelando-se, deste modo, como um meio para alcançar uma estrutura superior marcada pelas intenções tácticas, na qual é necessário adaptar o gesto ou o movimento às imposições da situação.

A amplitude e profundidade de jogo ofensivo promovem o aumento do espaço inter-defensores e, consequentemente, a debilitação das relações de comunicação estabelecidas, dificultando, deste modo, a realização da flutuação e entreajuda defensivas. A profundidade confere, igualmente, intencionalidade às acções ofensivas e posteriores desequilíbrios da estrutura opositora.

A progressão sucessiva e o cruzamento reflectem procedimentos tácticos que se realizam através de desmarcações em função dos espaços livres. Em ambos os casos, a noção espacial afigura-se como o requerimento interpretativo e a desmarcação apresenta-se como a acção táctica que concretiza a análise precedente.

Tanto na progressão sucessiva como no cruzamento, é a partir da análise táctica espacial, que o jogador sem bola se movimenta, desmarcando-se, e o jogador com bola realiza o passe,

criando, em ambos os casos, situações idóneas de finalização. A comunicação que se estabelece entre os jogadores é motora e sustenta-se na análise espacial, designando-se, por isso, de comunicação motora espacial.

A diferença entre os sistemas defensivos fechados e profundos, centra-se, essencialmente, no espaço inter-defensores, que, por ser maior nos sistemas abertos, promove uma comunicação espacial múltipla e mais complexa, com repercussões negativas na efectivação de qualquer procedimento que envolva mais do que um jogador.

O espaço é o princípio que sustenta a dinâmica funcional do jogo de Andebol, a partir do qual se estabelecem as relações de cooperação entre os jogadores (comunicação motora), impossível de conceber sem libertar a visão para funções de carácter táctico (plasticidade técnica), baseadas, fundamentalmente, na interpretação espacial. Deste modo, a estruturação do espaço é o factor desencadeador das acções, a comunicação na acção é uma consequência natural de uma ocupação espacial harmoniosa e a técnica individual surge como o meio que promove a relação sistémica entre estes três princípios de jogo.

SUGESTÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

Com base no estudo realizado parece-nos pertinente sugerir a realização de outros estudos que permitam um conhecimento mais profundo e situado da temática em questão.

Estudos centrados na análise das metodologias de ensino e treino do Andebol. O cumprimento dos princípios e das regras de acção é tão mais acessível, quanto menos profundidade apresentar o sistema defensivo, o que não significa, de forma alguma, que os sistemas fechados sejam melhores ou mais eficazes, pois todas as organizações defensivas são susceptíveis de apresentar qualidade se estiverem bem sistematizadas.

Todavia, remetendo-nos um pouco para os aspectos da formação, consideramos, que nas fases de iniciação desportiva, devem-se privilegiar os sistemas defensivos fechados. Para além da vertente pedagógica, que advoga que se deve partir do simples para o complexo, entendemos que o jogo se constrói de trás para a frente e não o inverso. Antes de mais, é necessário que os jovens adquiram a noção que se defende a baliza, para posteriormente evoluirmos para uma defesa onde se procura a bola. Os procedimentos tácticos elementares,

como a entreajuda e a troca defensiva, devem ser vivenciados pelos atletas nas fases iniciais de aprendizagem, para que eles apreendam que a defesa é uma processo colectivo, que respeita a natureza do jogo, e não um processo individual, que contraria o seu carácter estrutural.

O estudo da concepção dos treinadores acerca da lógica funcional do jogo, deverá determinar-se, não somente a partir dos seus relatos verbais, mas também, pela aplicabilidade dos mesmos na acção propriamente dita. Deste modo, a observação daquilo que os treinadores concretizam na prática, expresso pela relação entre o pensamento e a acção, representa uma necessidade de futuros estudos.

Os processos subjacentes à tomada de decisão, adquirem significado relevante quando pretendemos dotar os atletas de competências tácticas, alicerçadas em interpretações congruentes com a estrutura funcional do jogo, pelo que nos parece constituir uma temática a explorar em investigações posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acero, R.M.; Anguera, M.T. e Peñas, C.L. (2002). La Acción Motriz en los Deportes de Equipo de Espacio Común y Participación Simultánea. In A Investigação em Futebol - Estudos Ibéricos: 79-83. António Suarez, Carlos Peñas e Júlio Garganta (eds.). FCDEF-UP. Porto.

Adelino, J. (2000). O Treino da Técnica nos Jogos Desportivos. In Horizontes e órbitas no treino dos jogos desportivos: 91-110. Júlio Garganta (ed.). CEJD/FCDEF-UP. Porto.

Aguilà, G. (1990). Aproximación a una Propuesta de Aprendizaje de los Elementos Tácticos Individuales en los Deportes de Equipo. Apunts - Educació Física i Esports, 24: 59-68.

Aguilà, G. e Pereira, P. (1993). Observación y Evaluación en los Deportes de Cooperación-Oposición: en Busca de sus Aspectos Distintivos. Apunts, 31: 86-105.

Alcaraz, C. e Torrelles, A. (2000). Entreinamiento en el Fútbol Base: Programa de Aplicación Técnica - 1º nível - (AT-1). Colección Fútbol. Editorial Paidotribo (4ª Edición).

Alonso, E. (1989). O Jogo Como Meio de Iniciação ao Andebol. Setemetros, 31: 5-12.

Alvarez, P. (2003). Bases para a Compreensão de Treino da Intercepção. Documentação Técnica - Federação de Andebol de Portugal.

Aniz, I. (1999). Iniciación a la Táctica Grupal. Comunicaciones Técnicas, nº 181, Febrero. http://www.rfeb.com/

Araújo, J. (1992). Basquetebol. Preparação Técnica e Táctica. Horizonte, VIII (49), I - VIII.

Araújo, D. (1999). Tomada de Decisão de Velejadores de Alta Competição. Ludens, vol. 16 (1): 37-45.

Araújo, D. e Volossovitch, A. (no prelo). Running Head - Tomada de decisão no Andebol. Fundamentos para o Treino da Tomada de Decisão: uma Aplicação ao Andebol. FMH - UTL.

Bayer, C. (1987). Técnica del Balonmano: la Formácion del Jugador. Editorial Hispano

Europea. Barcelona.

Bayer, C. (1994). O Ensino dos Desportos Colectivos. Edições Dinalivro. Lisboa.

Bañuelos, F. (1986). Bases para una Didáctica de la Educación Física y el Deporte. Madrid. Gymons (2ª Ed.).

Barbosa, J. (1999). A Organização do Jogo em Andebol. Estudo Comparativo do Processo Ofensivo em Equipas de Alto Nível, em Função da Relação Numérica Ataque-Defesa. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Bárcenas, D. (1976). Técnica: Texto Oficial de la Escuela Nacional de Preparadores. Federación Española de Balonmano. Barcelona.

Barreto, H. (1984). Basquetebol, Técnica Individual Ofensiva. Revista Horizonte, 4: 115-120.

Bell. J. (1997). Como Realizar um Projecto de Investigação. Gradiva Publicações Lda., Lisboa.

Biscombe, T. & Drewett, P. (1998). Rugby - Steps to Sucess: 17-34. Champaign. Ed. Human Kinetics. (*)

Blázquez, D. (1986). Definición del Concepto "Deporte de Equipo". In Iniciación a los Deportes de Equipo: 17-34. Ediciones Martínez Roca, S.A.. Barcelona. Espanha.

Bota, I. e Colibaba-Evulet, D. (2001). Jogos Desportivos Colectivos: Teoria e Metodologia. Instituto Piaget. Lisboa.

Buendía, R. (2002). Sobre las Reglas de Juego y Sobre Su Valor Educativo u Didáctico en la Iniciación Deportiva Escolar. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 8 - n.º 45. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Cárdenas, D. (2000). El Entrenamiento Integrado de las Habilidades Visuals en la Iniciación Deportiva. (Ed.) Aljibe. Málaga.

Carvalhal, C. (2000). Estudo Comparativo dos Processos Cognitivos em Jogadores de Futebol com Diferentes Níveis de Prática. Monografia de Licenciatura. FCDEF-UP. Porto.

Carvalhal, C. (2004). Entrevista concedida ao jornal O Jogo. 31 de Agosto de 2004.

Carvalhal, C. (2004). Entrevista concedida ao jornal O Jogo. 4 de Outubro de 2004.

Carvalhal, C. (2004). Entrevista concedida ao jornal O Jogo. 27 de Outubro de 2004.

Castelo, J. (1994). Futebol. Modelo Técnico-Táctico do Jogo. Edições FMH-UTL. Lisboa.

Castelo, J. (1996). Futebol. A Organização do Jogo. Edição do autor.

Castelo, J. (2002). As Lógicas Funcionais das Modalidades Desportivas. In O Exercício de Treino Desportivo: a Unidade lógica de Programação e Estruturação do Treino Desportivo: 283-316 (parte 2, capítulo 7). Edições FMH-UTL. Lisboa.

Cercel, P. (1990). Andebol - Treino de Equipas Masculinas. Edições Biodesportiva. Linda-a-velha.

Cerezo, C. (2000). Hacia una Concepción Más Integral del Entrenamiento en el Fútbol. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 5 - n.º 19. Buenos Aires. Argentina http://www.efdeportes.com/

Cloître, Y. (1990). Les Fondements Pedagogiques et Techniques du Volley-ball. Éditions Amphora, SA. Paris.

Cloutier, J. (1979). A Era do Emerec. ITE. Lisboa. (*)

Comas, M. (1991). Baloncesto, mas que un Juego. Ataque I: Construcion de un Ataque. Editorial Deportiva Gymnos. Madrid.

Contreras, M. e Ortega, J. (1999). Creacion, Ocupacion y Aprovechamiento del Espaço como Concepto Basico para la Aplicacion de los Medios Tecnico/Tacticos Colectivos Esenciales en los Deportes de Equipo. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 4 - n.º 13. Buenos Aires. Argentina http://www.efdeportes.com/

Costa, J. (2001). Inteligência Geral e Conhecimento Específico no Futebol. Estudo Comparativo entre a Inteligência Geral e o Conhecimento Específico em Jovens Futebolistas Federados de Diferentes Níveis Competitivos. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Costantini, P. (2003). Sports Collectifs: L`enseignement en 6° ème. Éducation Physique et Sport, 300: 75-80.

Cruz, C. (1988a). Alguns Conceitos Técnicos e Tácticos - 1ª parte. Setemetros, 29: 14-19.

Cruz, C. (1988b). Alguns Conceitos Técnicos e Tácticos - 2 parte. Setemetros, 30: 5-15.

Cuesta, J. (2002). Defesa. Documentação Técnica do Curso de Treinadores de Nível IV. Federação de Andebol de Portugal.

Cunha, A. (1986). Os Princípios Específicos do Ataque. Relatório de aula apresentado com vista à realização das Provas de Aptidão Pedagógica. FMH-UTL. (*)

Czerwinski, J. (1993). El Balonmano. Técnica, Táctica e Entrenamiento. Editorial Paidotribo. Barcelona.

Damásio, A. (2000). O Sentimento de Si. Publicações Europa América. Mem Martins.(*)

Deleplace, R. (1994). Logique du Jeu et Consequences Sur L´entrainement a la Tactique. Conference au Colloque Les Sports Collectiffs. INSEP. Paris.

Deléris, C. (2001). Sports Collectifs: L`entrée Par Les Rôles. Éducation Physique et Sport, 289: 30-34.

Doblado, J. (2000). Los Principios Tácticos Ofensivos e Defensivos. Fútbol Quadernos Técnicos, 17: 51-58. Wanceulen Editorial Deportiva, S,L. Sevilha.

Duboille, C. (1999). Football: Utiliser la Largeur du Terrain. Éducation Physique et Sport, 279: 56-57.

Falkowski, M. e Fernandez, E. (1979). Tactica e Sistemas de Juego - La Tactica Individual Ofensiva (vol. I). Liberia Deportiva "Esteban Sanz M.". Madrid.

Faria, R. e Tavares, F. (1992). O Comportamento Estratégico - Acerca da Autonomia de Decisão nos Jogadores de Desportos Colectivos. In A Ciência do Desporto, a Cultura e o Homem: 291-296. Jorge Bento & António Marques (eds.). FCDEF-UP e CMP. Porto.

Faria, R. e Tavares, F. (1996). A Capacidade de Jogo Como Pré-requisito do Rendimento para o Jogo. In Estratégia e táctica nos JDC: 39-50. Fernando Tavares e José Oliveira (eds.) CEJD/FCDEF-UP. Porto.

Federação de Andebol de Portugal (2001). Regras de Jogo. F.P.A. Lisboa.

Fédération Française de Handball (2001). Handball: Dossier Technique et Pédagogique. Éducation Physique et Sport, 291: 17-32.

Ferreira, A. (1999). Da Iniciação ao Alto Nível: um Percurso para (Re)Pensar. Treino Desportivo, (3ª série): 28-33.

Frade, V. (1990). A Interacção, Invariante da Estrutura do Rendimento do Futebol, como Objecto de Conhecimento Científico. Uma Proposta de Explicação de Causalidade. Projectos de provas de doutoramento (não publicado). FCDEF-UP. (*)

Furelos, R. e Ramos, R. (2003). Los Principios del Entrenamiento Deportivo en el Balonmano. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 9 - n.º 63. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Garcia, J. (1998). Balonmano - Táctica Grupal Ofensiva. Editorial Gymnos. Madrid.

Garcia, J. (2002). Balonmano. Táctica Grupal Defensiva: Concepto, Estructura y Metodología. Grupo Editorial Universitario.

Garcia, J. (2002). Análisis Diferencial Entre la Importancia de Uso del Juego Posicional y el Juego Circulante en el Alto Nivel en Balonmano. II Congresso Nacional de Técnicos Especialistas en Balonmano. Facultad de la Actividad Física y el Deporte. Universidad de Extremadura.

Garcia, J. (2003). Análisis Estructural de la Técnica en Balonmano: Características Diferenciales Entre el Principiante y el Alto Rendimiento y Orientaciones Metodológicas para la Enseñanza. V Seminário Internacional A.E.BM. "Memorial Domingo Bárcenas". Ciudad Real.

García, G. e Molinuevo, J. (2001). Análisis Praxiológico de los Desplazamientos del Balón entre Jugadores en Baloncesto: Análisis Praxiológico del Desplaziamentos del Balón Previs al Tiro de Tres. VI Seminário Internacional Praxiológico - INEF, Madrid. http://www.praxiologiamotriz. inefc.es/

Garganta, J. (1991). Pressupostos para uma Prática Transferível nos Jogos Desportivos Colectivos Estruturalmente Semelhantes. Relatório da aula apresentada às Provas de Aptidão Pedagógica. FCDEF-UP.

Garganta, J. (1992). Como Conceber o Ensino dos Jogos Desportivos Colectivos. In Educação Física na Escola Primária (Vol. II – Iniciação Desportiva): 33-42. FCDEF-UP/Câmara Municipal do Porto.

Garganta, J. (1995). Para uma Teoria dos Jogos Desportivos Colectivos. In O Ensino dos Jogos Desportivos: 11-25. Amândio Graça e José Oliveira (eds.). CEJD/ FCDEF-UP. Porto. 2ª Edição.

Garganta, J. (1996). Modelação da Dimensão Táctica do Jogo de Futebol. In Estratégia e táctica nos JDC: 62-83. Fernando Tavares e José Oliveira (eds.). CEJD/FCDEF-UP. Porto.

Garganta, J. (1996). A Análise do Jogo em Futebol. Percurso Evolutivo e Tendências. In Estudos: Estudos dos jogos desportivos - concepções, metodologias e instrumentos, 2: 14-40. Fernando Tavares (Ed.). CEJD/FCDEF-UP.

Garganta, J. (1997). Modelação Táctica do Jogo de Futebol. Estudo da Organização da Fase Ofensiva em Equipas de Alto Rendimento. Tese de Doutoramento. FCDEF-UP. Porto.

Garganta, J. (1998). Analisar o Jogo nos Jogos Desportivos Colectivos - Uma Preocupação Comum ao Treinador e ao Investigador. Horizonte, XIV, 83: 7-14.

Garganta, J. (2000). O Treino da Táctica e da Estratégia nos Jogos Desportivos. In Horizontes e órbitas no treino dos jogos desportivos: 21-36. J. Garganta Editor. FCDEF-UP e CEJD. Porto.

Garganta, J. (2001). O Desenvolvimento da Velocidade nos Jogos Desportivos Colectivos. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 6 - n.º 30. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Garganta, J. (2001). Futebol e Ciência. Ciência e Futebol. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 7 - n.º 40. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Garganta, J. (2002). Competências no Ensino e Treino de Jovens Futebolistas. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 8 - n.º 45. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Garganta, J. e Soares, J.A. (1986). Uma Abordagem Sistémica da Metodologia dos Desportos Colectivos. Comunicação apresentada ao 2º Encontro de Professores de Educação Física. A.P.E.F., Lamego.

Garganta, J. e Pinto, J. (1995). O Ensino do Futebol. In O Ensino dos Jogos Desportivos: 95-135. 2ª Edição. Amândio Graça e José Oliveira (eds.). CEJD/ FCDEF-UP. Porto.

Garganta, J. e Oliveira, J. (1996). Estratégia e Táctica nos Jogos Desportivos Colectivos. In Estratégia e táctica nos Jogos Desportivos Colectivos: 7-23. Fernando Tavares e José Oliveira (eds.) CEJD/FCDEF-UP. Porto.

Graça, A., Garganta, J. e Carvalho, M.J. (1992). Andebol, Basquetebol e Futebol. In Educação Física na Escola Primária (Vol. II – Iniciação Desportiva): 61-76. FCDEF-UP/Câmara Municipal do Porto.

Graça, A. (1995). Os Comos e os Quandos no Ensino dos Jogos. In O Ensino dos Jogos Desportivos: 27-34. Amândio Graça e José Oliveira (eds.). CEJD/ FCDEF-UP. Porto. 2ª edição.

Graça, A. e Oliveira, J. (1995). O Ensino do Basquetebol. In O Ensino dos Jogos Desportivos: 61-94. Amândio Graça e José Oliveira (eds.). CEJD/ FCDEF-UP. Porto. 2ª edição.

Graça, A. (1997). O Conhecimento Pedagógico do Conteúdo no Ensino do Basquetebol. Tese de Doutoramento. FCDEF-UP. Porto.

Greco, P. e Ghagas, M. (1992). Considerações Teóricas da Tática nos Jogos Esportivos Coletivos. Revista Paulista de Educação Física, 6 (2): 47-58.

Gréhaigne, J. F. (1992). L´organisation du Jeux en Football. Ed. Actio. Joinvillele-Pont.

Gréhaigne, J. F. (1996). Les Régles D´action: un Suport pour les Apprentissages. Éducation Physique et Sport, 260: 35-36.

Gréhaigne, J.F. e Guillon, R. (1992). L´utilisation des Jeux D´opposition a L´école. Revue de l´Education Physique, 32 (2): 51-67.

Gréhaigne, J.F. e Godbout, P. (1995). Tactical knowledge in Team Sports from a Constructivist and Cognitivist Perspective. Quest, 47: 490-505.

Gréhaigne, J. F.; Billard, M. e Laroche, J. (1999). L´enseignement des Sports Collectifs à L´école. Conception, Construction et Évaluation. De Boeck Université. Paris, Bruxelles.

Grinvald, R. (1998). Escuela Integral de Futbol Base: Principios Fundamentales. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 3 - n.º 10. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Grinvald, R. (1999). Futbol: Analisis Funcional para la Deteccion y Formacion de Talentos. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 4 - n.º 14. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Grosser, M. e Neumair, A. (1986). Técnicas de Entrenamiento: Teoría y Práctica de los Deportes. Ediciones Martínez Roca. Barcelona.

Grupo De Estudio Praxeológico, Inefc-Lleida (1993a). Hacia la Construcción de una Disciplina Praxiológica que Acoja y Estudie la Diversidad de Prácticas Corporales y Deportivas Existentes. Apunts, 32: 19-26.

Grupo De Estudio Praxeológico, Inefc-Lleida (1993b). Estudio Praxiológico de las Prácticas Deportivas, Expresivas, Ludo-Recreativas y Aprehensivas. Apunts, 32: 27-36.

Guerrero Morilla, R. (2000). Capacidad de Respuesta Tras un Estímulo Deslumbrante en Futbolistas. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 5 - n.º 25. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Irlinguer, P. (1973). Essai Sur la Communication dans les Sports Collectifs. Mémoire pour de doplôme de INSEP. Paris. (*)

Jiménez, F. (2000). Estudio Praxiológico de la Estructura de las Situaciones de Enseñanza en los Deportes de Cooperación/Oposición de Espacio Común y Participación Simultánea: Balonmano y Fútbol Sala. Tesis Doctoral. Universidad de Las Palmas. Gran Canaria. http://www.praxiologiamotriz. inefc.es/

Jiménez, F. (2001). Análisis de las Situaciones de Enseñanza en los Deportes de Cooperación/Oposición de Espacio Común e Participación Simultánea Desde una Perspectiva

Praxiológica. VI Seminário Internacional Praxiológico - INEF, Madrid. http://www.praxiologiamotriz. inefc.es/

Kacani, L. (1982). Preparación Técnico-Táctica del Futbolista Según su Posición en el Campo. El Entrenador Español, 12: 12-17.

Knapp, B. (1979). Desporto e Motricidade. Ed. Compendium. Portugal.

Knijnik, J. (2004). Conceitos Básicos para a Elaboração de Estratégias de Ensino e Aprendizagem na Iniciação à Prática do Handebol. Ludens, vol. 17 (4):75-81.

Konzag, I. (1991). A Formação Técnico-Táctica nos Jogos Desportivos Colectivos. Treino Desportivo, II série, 19: 27-37.

Laguna, M. (2002). La Continuidad en el Ataque Posicional (2ª parte). Comunicaciones Técnicas, nº 211-212, Abril. http://www.rfeb.com/

Laguna, M. (2002). A Melhoria da Táctica Individual. Andebol Top, 11: 3-11.

Laguna, M. e Cuesta, J. (2002). Treino Ofensivo. Desenvolvimento Sistemático de um Conceito de Jogo. Andebol Top, 13: 3-15.

Lassiera, G. (1990). Aproximación a una Propuesta de Aprendizaje de los Elementos Tácticos Individuales en los Deportes de Equipo. Apunts Educação Física Deportes, 24: 59-68.

Latiskevits, L. (1991). Balonmano. Editorial Paidotribo. Barcelona.

Lavega, P. (2000). La Classificación de los Juegos, los Deportes y las Práticas Motrices. *Anais do* V Seminário Internacional de Praxiologia Motriz, realizado no Instituto Nacional de Educação Física da Galícia, Coruña, nos dias 20 e 21 de Outubro de 2000, 207-224. http://www.praxiologiamotriz. inefc.es/

Legarra, I. (2002). Cruce y/o Penetraciones Sucessivas: una Perspectiva en Función de los

Espacios Observados. II Congresso Nacional de Técnicos Especialistas en Balonmano - La Estructuracion del Juego de Ataque. Facultad de Ciencias del Deporte de Cáceres. Universidad de Extremadura.

Lezaun, F. (2000a). Entrenamiento de las Acciones de Ataque en Jovenes. VII Clinic de Treinadores da Associação de Andebol de Braga.

Lezaun, F. (2000b). Entrenamiento Fisico y Tecnico. VII Clinic de Treinadores da Associação de Andebol de Braga.

Lucas, J. (2001). Comparação entre a Concepção do Treinador e a Percepção dos Jogadores, Face à Prestação Táctica Individual e Colectiva: um Estudo de Caso numa Equipa de Futebol de Juniores A. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Maclaren, D. (1990). Court Games: Volleyball and Basketball. In Physiology of Sports. E & F. N Spon: 427-463.

Mahlo, F. (1969). L` Acte Tactique en Jeu. Vigot. Paris.

Manno, R. (1991). Fundamentos del Entrenamiento Deportivo. Paidotribo. Barcelona.

Mariot, P. e Delerce, S. (2000). Sports Collectifes: Nouvelle Approche Didactique Fonctionnelle. Éducation Physique et Sport, 283: 61-66.

Mariot, P. e Delerce, S. (2001). Handball: Apprendre à se Démarquer. Éducation Physique et Sport, 289: 45-47.

Mariot, P. e Delerce, S. (2003). Sports Collectifs: L`enseignement en Milieu Scolaire... Éducation Physique et Sport, 302: 21-25.

Martínez, H. e Mena, M. (2003). Enseñanza Proposicional para la Formación de la Táctica en el Fútbol. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital, ano 9 - n.º 65. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Marina, J.A. (1995). Teoria da Inteligência Criativa. Caminho. Lisboa.

Marques, A. (1984). Abordagem do Andebol na Escola - do 5º ao 9º ano de escolaridade... Setemetros, 8: 12-31.

Matveiev, L.P. (1986). Fundamentos do Treino Desportivo. Livros Horizonte. Lisboa.

Mauny, P. (1998). Handball: Proposition pour un Traitement Didatique. Éducation Physique et Sport, 272: 21-26.

Mauny, P. (1999). Handball: La Montée de Balle. Éducation Physique et Sport, 278: 24-26.

Mayo, C. (2000). Problemática de la Enseñanza de los Deportes de Colaboración/Oposición: El Balonmano.Universitat de Valencia. *IV Seminário Internacional de Leiria* - Andebol Top.

McPherson, S.L. (1999a). Expert-Novice Differences in Performance Skills and Problem Representations of Youth and Adults During Tennis Competition. In Research Quarterly for Exercise and Sport, 70 (3): 233-251.

McPherson, S.L. (1999b). Tactical Differences in Problem Representations and Solutions in Collegiate Varsity and Beginner Female Tennis Player. In Research Quarterly for Exercise and Sport, 70 (4): 369-384.

McPherson, S.L. (2000). Expert-Novice Differences in Planning Strategies During Collegiate Singles Tennis Competition.In Journal of Sport & Exercise Psychology, 22: 39-62.

Mesquita, I. (1992). Voleibol - Abordagem Específica. In Educação Física na Escola Primária (Vol. II - Iniciação Desportiva): 77-89. FCDEF-UP/Câmara Municipal do Porto.

Mesquita, I. (1998). A Instrução e a Estruturação das Tarefas no Treino de Voleibol. Estudo Experimental no Escalão de Iniciados Feminino. Tese de Doutoramento. FCDEF-UP. Porto.

Mesquita, I. (2000). Modelação do Treino das Habilidades Técnicas nos Jogos Desportivos. In Horizontes e órbitas no treino dos jogos desportivos: 73-89. Júlio Garganta (ed.). CEJD/FCDEF-UP. Porto.

Mesquita, I. (no prelo). Contextualização do Treino no Voleibol: a Contribuição do Constructivismo.

Mesquita, I. e Graça, A. (2002). Probing the Strategic Knowledege of na Elite Volleyball Setter: a case study. In International Journal of Volleyball Research, 5 (1): 6-12.

Moreira, J. (2001). Configuração do Processo Ofensivo no Andebol: Estudo da Superioridade Numérica, na Relação Cooperação/Oposição Relativa à Zona da Bola, em Equipas Portuguesas de Níveis Competitivos Distintos. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Mombaerts, É. (1991). Football. De L´analyse du Jeu à la Formation du Joueur. Éditions ACTIO.

Monge, M. (2003). Propuesta Estructural del Desarrollo del Juego en Voleibol. In Investigação em Voleibol - Estudos ibéricos: 142-149. Carlos Moutinho, Isabel Mesquita e Rui Faria (eds.). FCDEF-UP. Porto.

Moreno, M. (1982). Táctica e Estratégia. Princípios Ofensivos: Espaços Livres. In Futebol em Revista, 7 (3ª série): 35-38.

Moreno, J. (1984). Factores que Determinan la Estructura Funcional de los Deportes de Equipo. Apunts, XXI, 81: 37-45.

Moreno, J. (1987). L`Estructura Funcional dels Esports D`Equip. Apunts, 7 i 8: 26-34.

Moreno, J. (1993). La Praxiología Motriz, Ciencia de la Acción Motriz? - Estado de la Questión. Apunts, 32: 5-9.

Moreno, J. (1994). Análisis de las Estructuras del Juego Deportivo. Fundamentos del Deporte.

2ª Edición. Inde Publicaciones (eds.). Barcelona.

Moreno, C. (2001). Análisis de los Parámetros Espacio y Tiempo en el Fútbol Sala. La Distancia Recorrida, el Ritmo y Dirección del Desplazamiento del Jugador Durante un Encuentro de Competición: los Casos de J. Gay (defensa), C. Marrero (cierre), J. Beto (pivote), J. Limones (ala) y J. Clavería (portero). Apunts, 65: 32-44.

Morin, E. (1990). Introduction à la Pensée Complexe. ESF edit. Paris.

Morino, C. (1982). Fundamenti della Tecnica e della Tactica. Ed ConsiSDS en Avviamento allo sport. Roma.

Mourinho, J. (2004). Entrevista concedida ao Jornal de Notícias. 20 de Janeiro de 2004.

Mourinho, J. (2004). Crónica concedida ao jornal O Jogo. 12 de Junho de 2004.

Moutinho, C. (1995). O Ensino do Voleibol. A Estrutura Funcional do Voleibol. In O Ensino dos Jogos Desportivos: 137-152. Amândio Graça e José Oliveira (eds.). CEJD/ FCDEF-UP. Porto. 2ª Edição.

Moutinho, C. (2000a). Estudo da Estrutura Interna das Acções da Distribuição em Equipas de Voleibol de Alto Nível de Rendimento. Contributo para a Caracterização e Prospectiva do Jogador Distribuidor. Volume I. Tese de Doutoramento. FCDEF-UP. Porto.

Moutinho, C. (2000b). Estudo da Estrutura Interna das Acções da Distribuição em Equipas de Voleibol de Alto Nível de Rendimento. Contributo para a Caracterização e Prospectiva do Jogador Distribuidor. Volume II. Tese de Doutoramento. FCDEF-UP. Porto.

Moya, F.E. (1998). El Concepto de Táctica Individual en los Deportes Colectivos. Apunts, 51: 16-22.

Muchielli, R. (1976). Comunication e Reseaux de Comunication. Éducation Physique et Sport, 260: 35-36.

Né, R.; Bonnefoy, G. e Lahuppe, H. (2000). Enseñar Balonmano Para Jugar en Equipo. INDE publicaciones. Barcelona.

Nunes, C. (2003). Táctica Individual Defensiva. Documentação Técnica - Federação de Andebol de Portugal.

Oliva, F. (2005). Una Aproximación a la Utilización del Deporte. El Proceso de Enseñanza Aprendizaje. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 10 - n.º 80. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Oliveira, C. (1995). Parâmetros Configuradores da Estrutura do Basquetebol. Caracterização dos Problemas Observados na Iniciação do Basquetebol. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Oliveira, J. (1993). A Estrutura do Treino e a sua Relação com a Eficácia na Competição. Estudo Comparativo das Estruturas Ofensivas 1x1 e 2x2 em Iniciados Masculinos de Basquetebol. Dissertação apresentada às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. FCDEF-UP. Porto.

Oliveira, J. (1993). A Análise do Jogo em Basquetebol. In A Ciência do Desporto, a Cultura e o Homem: 297-306. Jorge Bento & António Marques (eds.). FCDEF-UP e CMP. Porto.

Oliveira, F. (1995). Ensinar o Andebol. Campo de Letras Editores. Porto.

Olivera, J. e Ticó, J. (1992). Análisis Funcional del Baloncesto como Deporte de Equipo. *Apunts: Educació Física i Esports,* 27: 34-46.

Ortega, J.P. (2001). Análisis de la Dimensión Organización en Fútbol. Tesis Doctoral. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 9 - n.º 65. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Pain, P. (2002). Sports Collectifs - Peut-on Articuler entre Elles: Compétences Propres et

Compétences Spécifiques? Éducation Physique et Sport, 295: 21-25.

Patton, M. (1990). Qualitative Evaluation and Research Methods (2 nd ed.). Newbury Park, California: Sage Publication, Inc.

Parlebas, P. (1976). Activités Physiques et Éducation Motrice. Éditions Revue Éducation Physique et Sport. Paris.

Parlebas, P. (1981). Contribution à um Lexique Comente em Science de L`action Motrice. Publications I.N.S.E.P. Paris.

Parlebas, P. (1986). Éléments de Sociologie du Sport. Presses Universitaires de France. Paris.

Parlebas, P. (2001). Las Actividades Físicas e Deportivas Desde la Perspectiva de la Praxiologia Motriz. Entrevista realizada a Pierre Parlebas, por Francisco Lagardera & Pere Lavega. Revista Apunts Educación Física y Deportes (66), Generalitat de Catalunya, Barcelona: INEFC. http://www.praxiologiamotriz. inefc.es/

Pereira, E. (1996). Futebol Juvenil em Portugal: Escola de Formação? Horizonte, 73: 23-25.

Pérez Gómez, A. (1992). La Función y Formación del Professor/a en la Enseñanza para la Compreensión. Diferentes perspectivas. In Compreender la enseñanza: 398-429. J. Gimeno & A. Pérez. Morata. Madrid.

Pinaud, P. (1994). Perception et Creativité dans L'act Tactique. A Propos D'une Étude Sur Handball. Barcelona, INEF.

Pinto, J. (1996). A Táctica no Futebol: Abordagem Conceptual e Implicações na Formação. In Estratégia e táctica nos Jogos Desportivos Colectivos: 51-62. Fernando Tavares e José Oliveira (eds.) CEJD/FCDEF-UP. Porto.

Pittera, C. e Riva, V. (1982). Pallavolo - Dentro il Movimento. Triangale Editore, Torino.

Pruden, V. (1987). The Principles of a Conceptual System of Play. In A Conceptual Approach to Basketball: 25-48. Human Kinectics Publishers. Champaign, Illionois.

Queiroz, C. (1983). Para uma Teoria do Ensino/Treino do Futebol. Ludens, 8 (1): 25-44.

Queiroz, C. (1986). Estrutura e Organização dos Exercícios em Futebol. Federação Portuguesa de Futebol. Lisboa.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva Publicações, Lda., Lisboa, 2ª Edição.

Ramos, A. L. (1982). Futebol: Iniciacion a la Tactica y la Estratégia. Libreria Esteban Sanz Martinez (2ª ed.).

Rebelo, A. (1993). O Ensino da Desmarcação em Futebol. Provas de Aptidão Pedagógica e Científica. FCDEF-UP. Porto.

Resende, A. e Valdés, H. (2003). Método de Estudo das Habilidades Tácticas. Abordagem Comparativa entre Jogadores Habilidosos e Iniciantes - Expert e Novices. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 9 - n.º 65. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Riera, J. (1995). Estratégia, Táctica y Técnica Deportivas. Apunts, 39: 45-56.

Riera, J. (1995). Análisis de la Táctica Deportiva. Apunts, 40: 47-60.

Riera, J. (1999). Fundamentos del Aprendizaje de la Técnica y la Táctica Deportivas. INDE. Barcelona.

Rijo, A. (2002). Las Unidades Motrices Comunicativas: un Modelo de Análisis para los Juegos Deportivos Colectivos de Espacio Común e Participación Simultánea. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 8 - n.º 46. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Rink, J. (1993). Teaching Physical Education for Learning (2nd. Ed.). Times Mosby College Publishing, ST. Louis.

Rito, J. (2000). A Selecção em Andebol. Um estudo no Académico Basket Clube (A.B.C.), nas Categorias Infantis, Iniciados e Juvenis. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Rodríguez, J.A. (2003). Búsqueda y Estructuración del Espacio en el Juego de Ataque: de la Etapa de Iniciación a la Etapa de Perfeccionamiento. Comunicaciones Técnicas, nº 215-216, Abril http://www.rfeb.com/

Romans, J. (2000). El Juego de Ataque Sin Balon: el Desmarque. In Curso Internacional de Entrenadores: La Formacion del Jugador para el Alto Nível en el Siglo XXI. Las Palmas de Gran Canaria.

Ruiz Pérez, L.M. (1998). La Variabilidad en el Aprendizaje Deportivo. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 3 - n.º 11 Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Salas, J. (2004). La Búsqueda de Tareas Facilitadoras del Aprendizaje en la Etapa de Perfeccionamento en Balonmano. Clinic de Balonmano Entrenadores de Base. Briviesca, 8-10 de Julho de 2004.

Sampedro, J. (1999). Fundamentos de táctica deportiva: análisis de la estrategia de los deportes. Gymons. Madrid.

Sánchez, R.M. (1987). Paràmetres del Joc. Apunts, 7 i 8: 85-92.

Sanchéz, F. (1991). Análisis del Contenido del Jogo. In Balonmano: 30-162. Comité Loímpico Español. Madrid.

Schellenberger, H. (1990). Psychology of Team Sports. In Sports Book Publisher. Toronto.

Seco, J. (2002). La Estructuración del Juego de Ataque. Evolución Histórica. IV Seminário Internacional A.E.BM. "Memorial Domingo Bárcenas". Valladolid.

Serrano, M.M. (1993). Consideraciones Sobre el Fútbol Actual. El Entrenador Español (Fútbol), 57: 24-28.

Silva, A. (1993). Caracterização do Jogo Ofensivo no Andebol. Um Estudo com Atletas do Escalão de Formação. Tese de Doutoramento. FCDEF-UP. Porto.

Silva, A. (2004). Padrões de Jogo no Processo Ofensivo em Futebol de Alto Rendimento: Análise dos Jogos da Segunda Fase do Campeonato do Mundo Coreia-Japão 2002. Tese de Mestrado. Universidad Autónoma de Madrid.

Silva, P. (1996). A Relação entre as Concepções de Jogo do Treinador e o Desenvolvimento das Acções de Ataque de Basquetebol. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Silva, N. (2000). Conceitos sobre Defesas Abertas e Fechadas. Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Seminário, na opção de Andebol.

Silverstein, A. (1988). An Aristoteian Resolution of the Ideographic Versus Nemethetic Tension. American Psycholologist, 43: 425-430. (*)

Sousa, V. (1992). Caracterização da Comunicação no Escalão de Infantis. Monografia de Licenciatura. FCDEF-UP. Porto.

Tavares, G. (1997). As Coordenadas Comunicacionais Espaço-Tempo no Jogo de Futebol. Horizonte, XIII, 76: 9-13.

Tavares, F. (1993). A Capacidade de Decisão Táctica no Jogador de Basquetebol. Tese de Doutoramento. FCDEF-UP. Porto.

Tavares, F. (1996). Bases teóricas da Componente Táctica nos Jogos Desportivos Colectivos. In Estratégia e táctica nos Jogos Desportivos Colectivos: 25-32. Fernando Tavares e José

Oliveira (eds.) CEJD/FCDEF-UP. Porto.

Tavares, F. (2002). Processos Cognitivos e a Performance no Basquetebol. Elementos para a Análise do Comportamento de Decisão táctica, do Conhecimento do Jogo e da Execução das Acções Defensivas no Jovem Jogador. In S. Godoy e M. Garica (Eds.). Novos Horizontes para o Treino de Basquetebol: 115-178. FMH - Lisboa.

Teixeira, J. (1998). Caracterização da Acção Ofensiva do Jogador Central de Andebol. Estudo Descritivo em Jogadores de Alto Rendimento Nacional. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Temprado, J.J. (1997). Apprentissage Moteur: Quelques Donnés Actuelles. Éducation Physique et Sport, 267: 20-23.

Tenenbaum, G. E Bar-Eli, M. (1995). Personality and Intellectual Capabilities in Sport Psychology. In International handbook of personality and intelligence: 687-710. New York. Plenum Press.

Tenenbaum, G. (2003). Expert athletes - an Integrated Approach to Decision Making. In Expert Performance in Sports: 191-218. J. Starkes & K. Ericsson (eds).

Teodorescu, L. (1984). Problemas de Teoria e Metodologia nos Desportos Colectivos. Colecção Horizonte de Cultura Física. Livros Horizonte. Lisboa.

Tinning, R. e Siedentop, D. (1985). The Characteristics of Tasks and Accountability in Student Teaching. Journal of Teaching in Physical Education, 4 (4): 286-299.

Trosse, H. (1993). Balonmano. Entrenamiento, Técnica e Táctica. Martinez Roca. Barcelona.

Trujillo, J. e Rico, P. (2004). La Comunicación Bajo las Concepciones del Entrenamiento Táctico. Entrenamiento Simplificado de Acciones de Juego. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 10 - n.º 78. Buenos Aires. Argentina. http://www.efdeportes.com/

Turner, A. e Martinek, T.J. (1995). Teaching for Understanding: a Model for Improving

Decision Making During Game Play. Quest, 47: 44-63.

Uriondo, L. (1999). La Vision de Juego en los Futbolistas. Ed. Paidotribo. Barcelona.

Velázquez, A. (2000). Estudio Praxiológico en el Fútbol de Alta Competición. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Ano 5 - n.º 20. Buenos Aires. http://www.efdeportes.com/

Vernerey, J. (1994). Fondamentaux Offensifs. Éducation Physique et Sport, 245: 70-73.

Veysseyre, P. (2003). Formation: Savoir Construire une Situation D`apprentissage - Exemple en Handball. Éducation Physique et Sport, 299: 23-28.

Vilaça, P. (2001). Estudo do Processo Ofensivo em Desigualdade Numérica em Equipas de Andebol Seniores Masculinas Portuguesas de Alto Rendimento. Tese de Mestrado. FCDEF-UP. Porto.

Weineck, J. (1989). Manual de Treinamento Esportivo. Editora Manole Ltda. São Paulo. 2ª Edição.

Wooden, J. (1988). Pratical Modern basketball. Third Edition. Macmillan Publishing Company. New York.

(*) Obras de consulta indirecta

ANEXOS

PERGUNTAS GERAIS

1. As intenções tácticas individuais evidenciadas pelos seus jogadores no desenrolar de um jogo são para si comportamentos importantes a observar? Porquê?

1.1. Nomeadamente no plano ofensivo, atribui relevância à desmarcação? Porquê?

1.1.1. Estabelece alguma relação entre o espaço de jogo e a desmarcação? De que forma?

1.2. Relativamente ao processo defensivo, considera a intercepção um comportamento importante? Porquê?

1.2.1. Estabelece alguma relação entre o espaço de jogo e a intercepção? De que forma?

1.3. De que forma treina/potencia as intenções tácticas dos seus jogadores? Quais são as variáveis/condicionantes que considera essenciais no seu treino? Porquê?

2. Considera que a comunicação entre os jogadores é importante no andebol de alto rendimento? Porquê?

2.1. No desenrolar do processo ofensivo, qual é a forma de comunicação que considera mais importante? Porquê?

2.2. E no desenvolvimento do processo defensivo? Porquê?

3. Considera que o domínio técnico é fundamental para obter elevados níveis de rendimento. Porquê?

3.1. Em seu entender, ser bom tecnicamente implica ser capaz de estar disponível para tomar as melhores decisões em situação de jogo? Porquê?

***"Os espaços de jogo representam na realidade o fundamento sobre o qual se sustenta o próprio jogo"* (Rodriguez, 2003)**

4. A partir desta afirmação, estabelece alguma relação entre as variáreis espaço de jogo, comunicação estabelecida entre os jogadores e relação com bola (técnica)? De que forma?

ANÁLISE DE CENÁRIOS

1. Relativamente à disposição espacial dos jogadores no processo ofensivo, o que é que salienta destas imagens? Considera vantajosa ou não esta ocupação espacial? Porquê?

2. Nesta situação de jogo ofensivo, quais lhe parecem que devem ser as acções/comportamentos do central - jogador com posse de bola -, no sentido de criar uma situação idónea para finalizar? E do lateral esquerdo? Porquê?

2.1. O meio táctico realizado foi uma progressão sucessiva. Para si, a execução eficaz desta acção deve considerar a variável espaço e a intenção táctica desmarcação? De que forma?

3. Nesta situação de jogo ofensivo, quais lhe parecem que devem ser as acções/comportamentos do lateral direito - jogador com posse de bola -, no sentido de criar uma situação idónea para finalizar? E do lateral esquerdo? Porquê?

3.1. O meio táctico realizado foi um cruzamento. Para si, a execução eficaz desta acção deve considerar a variável espaço e a intenção táctica desmarcação? De que forma?

4. O que é que difere uma de outra situações, que justifiquem a acção do jogador sem bola? A partir da observação destas imagens, estabelece alguma relação entre o espaço de jogo e a comunicação entre os jogadores? De que forma?

5. Atendendo à classificação das defesas como sistemas abertos ou sistemas fechados, qual destas organizações defensivas lhe parece ser menos complexa de interpretar e desenvolver por parte dos jogadores, ao nível:
- da estruturação do espaço. Porquê?
- da comunicação entre os jogadores. Porquê?

6. Relativamente ao comportamento desenvolvido pelo defesa 7 - ponta direita -, quais são, em seu entender, os requisitos técnico-tácticos necessários para a realizar uma acção deste tipo?

7. Relativamente às execuções técnicas efectuadas por ambos os jogadores na fase ofensiva, parecem-lhe adequadas à situação momentânea do jogo? Dá relevância à execução da acção técnica em função da situação de jogo? Porquê?